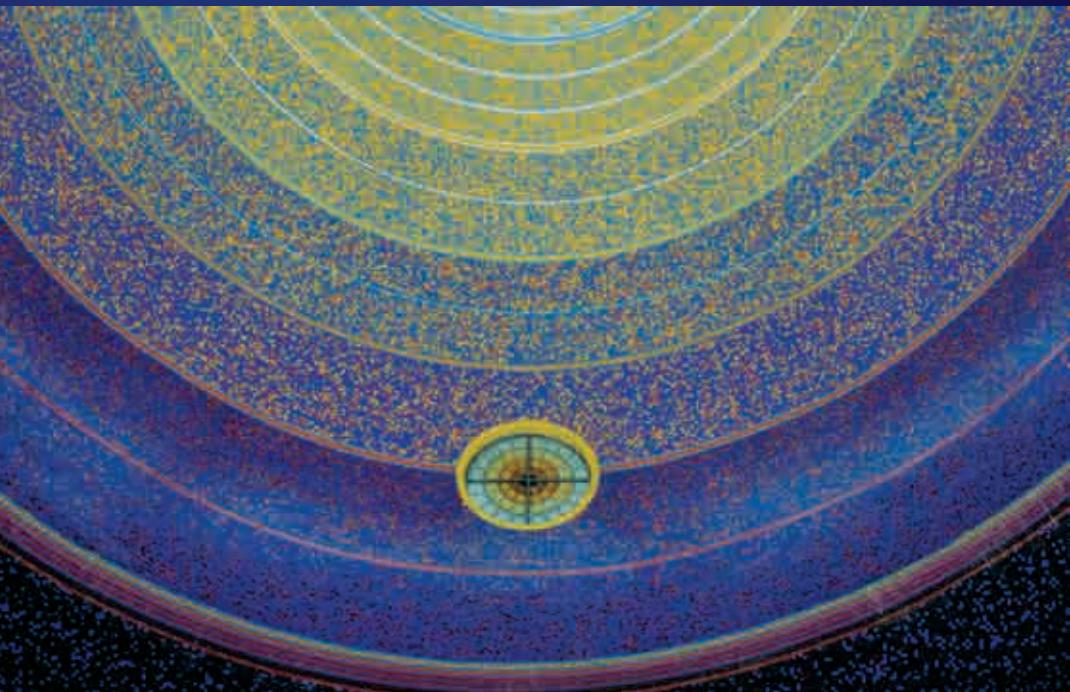


Relatório e Contas | 2006



6

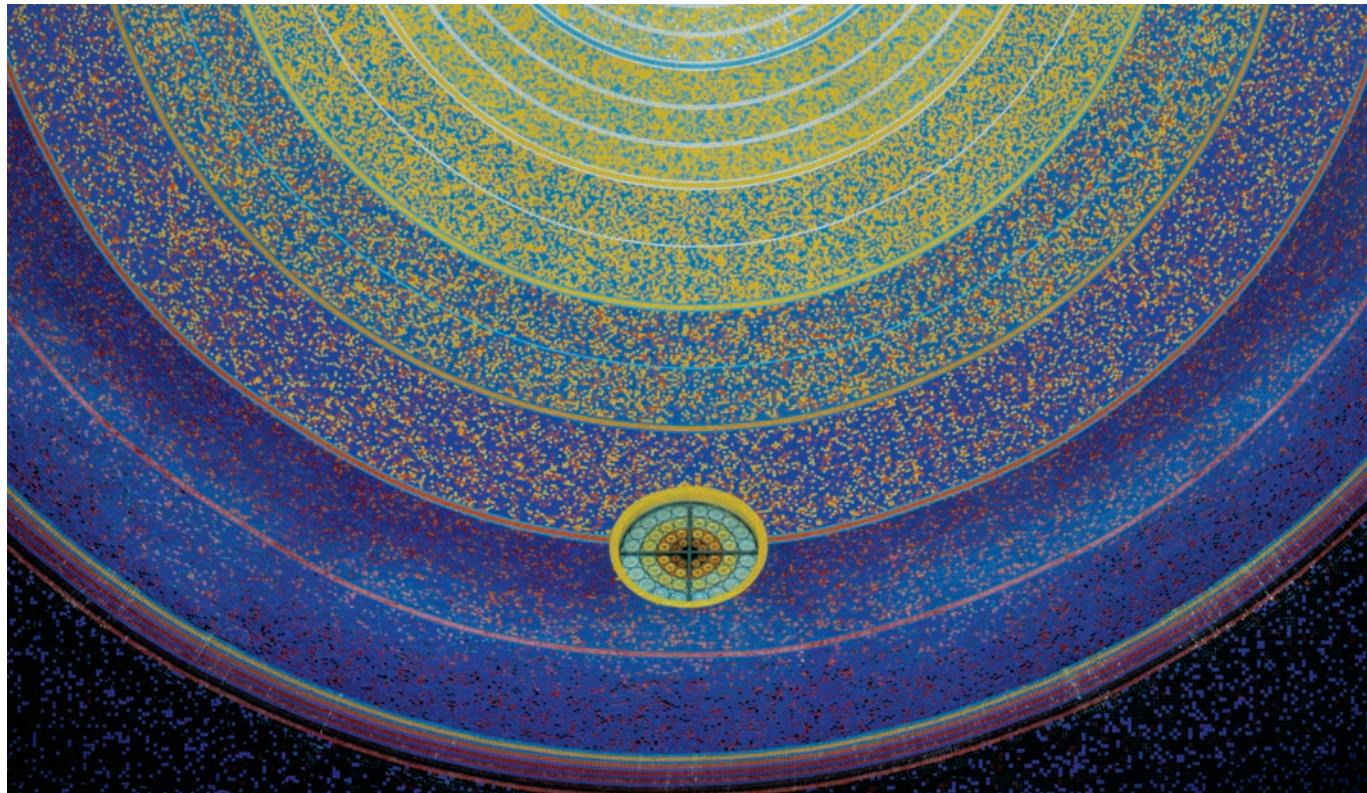
0

0

2



**Caixa Geral
de Depósitos**



Na capa e acima:

Eduardo Nery

Reprodução fotográfica da Cúpula do Portal Sul do Edifício-Sede
da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa.
1993

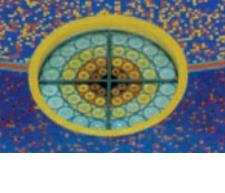
Mosaico vitreo italiano (tesselas vitreas com 2x2cm)
550 x Ø1100 cm

(Pormenor)

Caixa Geral de Depósitos, SA
Sede Social: Av. João XXI, 63
1000-300 LISBOA
Capital Social: € 2 950 000 000
Conserv. Reg. Comercial de LISBOA
Matrícula 2909/930902
N.P. Colectiva 500 960 046
N.º Depósito Legal: 87 005/95
ISSN: 0873-027X
Paginação: Terra das Ideias.com
Impressão: SOCTIP S.A.

Relatório e Contas | 2006





ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	7
Economia Internacional	8
Economia Portuguesa	10
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	17
Indicadores Gerais	18
Síntese da Actividade	19
Evolução do Grupo CGD	22
Áreas de Negócio	28
Banca de Retalho	28
Segmentação e Produtos	28
Produtos e Serviços	32
Banca de Investimento	38
Corporate Nacional	38
Corporate Internacional	39
Project Finance	40
Mercado de Capitais	41
Private Equity	43
Gestão do Risco	43
Canais de Distribuição	50
Rede de Balcões	50
Canais Electrónicos	50
Análise Financeira	53
Actividade Consolidada	53
Evolução do Balanço	53
Resultados e Rendibilidade	64
Actividade Individual	68
Evolução do Balanço	68
Resultados	69
Outras Actividades do Grupo em Portugal	71
Banca de Investimento	71
Actividade Seguradora	72
Crédito Especializado	83
Gestão de Activos	84
Actividades do Grupo no Exterior	89
Recursos Humanos	102
Fundo de Pensões e Plano Médico do Pessoal da CGD	105
Organização e Sistemas de Informação	107
Gestão Administrativa e do Aprovisionamento	109
Responsabilidade Social da Empresa	109
Relatório sobre o Governo da Sociedade	126
Proposta de Aplicação de Resultados	134
Notas Finais	134
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	137
Balanço	
Demonstrações de Resultados por Funções	
Demonstrações de Fluxos de Caixa	
Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios	

Índice

Anexo às Demonstrações Financeiras	151
Nota 1. Nota Introdutória	152
Nota 2. Políticas Contabilísticas	152
Nota 3. Empresas do Grupo e Transacções Ocorridas no Período	176
Nota 4. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	183
Nota 5. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	183
Nota 6. Aplicações em Instituições de Crédito	184
Nota 7. Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	185
Nota 8. Activos Financeiros Disponíveis para Venda	186
Nota 9. Produtos <i>Unit-Linked</i>	189
Nota 10. Derivados	190
Nota 11. Crédito a Clientes	195
Nota 12. Activos e Passivos não Correntes Detidos para Venda	199
Nota 13. Propriedades de Investimento	202
Nota 14. Outros Activos Tangíveis	204
Nota 15. Activos Intangíveis	206
Nota 16. Investimentos em Associadas	207
Nota 17. Imposto sobre o Rendimento	208
Nota 18. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	211
Nota 19. Outros Activos	213
Nota 20. Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	215
Nota 21. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	216
Nota 22. Responsabilidades Representadas por Títulos	217
Nota 23. Provisões e Passivos Contingentes	220
Nota 24. Provisões Técnicas de Contratos de Seguros	223
Nota 25. Outros Passivos Subordinados	233
Nota 26. Outros Passivos	238
Nota 27. Capital	239
Nota 28. Reservas, Resultados Transitados e Lucro do Exercício	239
Nota 29. Interesses Minoritários	242
Nota 30. Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares	243
Nota 31. Rendimentos de Instrumentos de Capital	244
Nota 32. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões	244
Nota 33. Resultados em Operações Financeiras	245
Nota 34. Outros Resultados de Exploração	246
Nota 35. Margem Técnica da Actividade de Seguros	247
Nota 36. Custos com Pessoal	258
Nota 37. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo	259
Nota 38. Outros Gastos Administrativos	267
Nota 39. Imparidade em Activos	268
Nota 40. Relato por Segmentos	270
Nota 41. Entidades Relacionadas	280
Nota 42. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros	282
Nota 43. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro	297
Nota 44. Impactos da Adopção das IFRS	309
Relatórios e Pareceres às Contas	315
Relatório de Auditoria	316
Relatório e Parecer do Fiscal Único	318
Certificação Legal das Contas	323



Eduardo Nery

Seis conjuntos, 89 panos
1988

Trapologia
Dimensões variáveis
(Pormenor)

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Eduardo Nery
Seis conjuntos, 89 panos
1988

Trapologia
Dimensões variáveis
(Pormenor)



Caixa Geral
de Depósitos



Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

Evolução Global

Em 2006, o crescimento económico mundial manteve-se robusto, tendo o PIB expandido a uma taxa de 5,1%, ligeiramente acima do ritmo observado em 2005 (4,9%) e inferior ao de 2004 (5,3%). Este desempenho global foi particularmente positivo, tendo em atenção algumas condicionantes adversas observadas nesse triénio, de que se destacam o aumento do preço do petróleo, que mais que duplicou nesse período e aumentou, em média, 17% em 2006, bem como a subida das taxas de juro directoras por parte do FED e do BCE.

Um dos principais contributos para este bom desempenho foi a intensificação das trocas comerciais a nível mundial, em especial na Ásia, que, excluindo o Japão, continuou como a região de maior dinamismo, com o Produto a crescer a uma taxa superior a 8%.

sectores, para atenuar o sobreaquecimento da economia. Na Rússia, o Produto cresceu 6,8%, beneficiando do aumento dos preços de energia e da aceleração da procura interna.

Nos EUA, após crescimentos expressivos em anos recentes, assistiu-se, ao longo de 2006, a um abrandamento da actividade económica, reflectindo o significativo arrefecimento da actividade no mercado imobiliário, com uma quebra do investimento em habitação, mas uma reaceleração no 4º trimestre permitiu atingir um crescimento do PIB de 3,3%, sensivelmente idêntico ao de 2005. O ciclo de subida das taxas de juro de referência foi interrompido em Junho de 2006, fixando-se a taxa dos FED Funds nos 5,25%, o que representou uma subida de 100 p.b., em 2005, e de 425 p.b., desde meados de 2004.

Em 2006, os principais índices bolsistas prosseguiram, pelo terceiro ano consecutivo, a tendência de valorização, alcançando, nalguns casos, novos máximos. Os índices europeus registaram ganhos muito significativos, destacando-se o IBEX (34%), PSI-20

Taxas de variação (em %)

	PIB		Inflação		Taxa de Desemprego	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
União Europeia (25)	1,7	2,9	2,2	2,2	8,8	7,9
Área Euro	1,4	2,6	2,2	2,2	8,6	7,8
Alemanha	0,9	2,4	1,9	1,8	9,5	8,4
França	1,2	2,2	1,9	1,9	9,7	9,0
Reino Unido	1,9	2,7	2,1	2,3	4,7	5,3
Espanha	3,5	3,8	3,4	3,6	9,2	8,6
Itália	0,0	1,7	2,2	2,2	7,7	7,1
EUA	3,2	3,3	3,4	3,3	5,1	4,6
Japão	2,7	2,8	-0,6	0,3	4,4	4,2
Rússia	6,4	6,8	10,9	9,0		
China	10,2	10,6	3,8	2,2		
Índia	8,5	8,0	4,1	5,0		
Brasil	2,3	3,1	5,7	3,0		

Fonte: Comissão Europeia - Previsões Económicas do Outono 2006; Eurostat; OCDE - Economic Outlook - Novembro 2006.

A China, a Índia e a Rússia mantiveram o elevado dinamismo registado no ano anterior. A expansão na China, de 10,6% em 2006, foi suportada pelas exportações e pelo investimento, tendo as autoridades lançado, em Abril, algumas medidas mais restritivas de política monetária e de investimento em alguns

(30%), DAX (23%), CAC (19%) e Eurostoxx (22%). Também as bolsas americanas voltaram a superar máximos históricos, tendo o Dow Jones valorizado 16%, o S&P-500 subido 14% e o Nasdaq 10%. A bolsa nipónica apresentou ganhos mais modestos, com o Nikkei a valorizar-se cerca de 7%.

União Europeia

No ano de 2006, confirmou-se a retoma económica nos países membros da União Europeia e da área do Euro. Os respetivos ritmos de expansão registados de 2,9% e 2,6%, contra as taxas de 1,7% e 1,4%, em 2005, foram os mais elevados desde 2001 e foram impulsionados, principalmente, pelo forte crescimento da

interna, com destaque para o investimento. Adicionalmente, assistiu-se a uma recuperação do sector de construção, após um período de mais de uma década de declínio. Contudo, esta evolução terá sido, em parte, influenciada pelo anunciado agravamento da taxa do IVA de 16% para 19% a partir de 1 de Janeiro de 2007, antecipando a decisão da despesa e do investimento por parte dos agentes económicos.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área Euro

	(em %)			
	União Europeia		Área Euro	
	2005	2006	2005	2006
Taxas de variação (em %)				
Produto Interno Bruto (PIB)				
Consumo privado	1,7	2,9	1,4	2,6
Consumo público	1,5	2,2	1,4	2,0
FBCF	1,6	2,0	1,4	2,0
Procura Interna	3,0	4,9	2,5	4,3
Exportações	1,8	2,5	1,6	2,8
Importações	5,2	9,7	4,3	7,9
	5,7	9,3	5,3	7,5
Taxa de Inflação (IHPC)	2,2	2,2	2,2	2,2
Rácios				
Taxa de desemprego	8,8	7,9	8,6	7,8
Saldo do Sector Púb. Adm. (em % do PIB)	-2,3	-2,0	-2,4	-2,0

Fonte: Comissão Europeia, Previsões Económicas do Outono 2006; Eurostat.

procura interna, nomeadamente do investimento empresarial e do consumo privado, e pelo dinamismo das exportações, sustentadas pelo acentuado crescimento da procura externa.

Este desempenho positivo foi particularmente sentido no último trimestre de 2006, com o PIB a expandir 3,4% na UE e 3,3% na área do Euro, em comparação com o mesmo período de 2005. Para este resultado, contribuíram o investimento empresarial, com aumentos de 5,6% na UE e 4,8% na área do Euro, explicado pela reestruturação dos balanços das sociedades, pelo reduzido nível das taxas de juros e a elevada procura mundial de produtos, bem como pelo consumo das famílias, com crescimentos naquelas duas áreas de 2,4% e 2,1%, respectivamente. Também nos últimos três meses de 2006, as exportações da UE aumentaram 8,6% e as da área do Euro 9,8%, relativamente ao período homólogo de 2005.

A economia alemã cresceu 2,4%, o que representou a taxa mais elevada desde 2000, suportada, essencialmente, pela procura

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) na área do Euro situou-se em 2,2%, em 2006, nível idêntico ao do ano anterior. Excluindo os produtos energéticos e os bens alimentares não transformados, a taxa também não se alterou face a 2005, situando-se em 1,5%.

Com vista a assegurar a estabilidade dos preços, o Banco Central Europeu (BCE) procedeu, em 2006, a cinco aumentos de 25 p.b. na sua taxa de referência, fixando-a em 3,5% no final de Dezembro.

A taxa de desemprego manteve-se elevada, tendo, contudo, observado uma significativa melhoria para 7,8% face aos valores registados em 2005, de 8,8% para 7,9% no espaço da União Europeia e de 8,6% para 7,8% na área do Euro, beneficiando da evolução mais favorável da actividade económica e da situação nos mercados de trabalho.

As finanças públicas também apresentaram progressos, com um défice orçamental médio de 2% do PIB, em 2006, na União Europeia e na área do Euro, abaixo dos, respectivamente, 2,3% e 2,4% registados em 2005, apoiados, principalmente, em receitas fiscais mais elevadas. Não obstante esta melhoria global, cinco Estados-Membros, incluindo dois membros da área Euro (Itália e Portugal), continuaram a apresentar, em 2006, um défice orçamental superior a 3% do PIB.

integração no comércio mundial de economias emergentes, que concorrem, com mais baixos custos de produção, em produtos característicos das exportações portuguesas. São, ainda, de salientar os condicionalismos próprios e estruturais da economia portuguesa, incluindo a necessidade de correcção do desequilíbrio das contas públicas no contexto do Programa de Estabilidade e Crescimento, e a contenção imposta às despesas de consumo e de investimento em habitação, pelo elevado nível de endividamento das famílias, conjugado com a subida das taxas de juro.

Indicadores da Economia Portuguesa

	(em %)		
	2004	2005	2006
PIB (Taxas de variação real)			
Consumo Privado	2,3	1,7	1,2
Consumo Público	2,6	1,9	-0,2
FBCF	0,2	-2,6	-3,1
Procura Interna	2,1	0,6	0,1
Exportações	5,4	1,0	9,3
Importações	6,8	1,6	4,3
Taxa de Inflação	2,5	2,1	3,0
Ráios			
Taxa de Desemprego (1)	6,7	7,6	7,7
Balança Corrente e Balança de Capital (em % do PIB)	-5,9	-8,1	-7,6
Défice do SPA (em % do PIB)	-2,9	-6,0	(2) - 3,9
Dívida Pública (em % do PIB)	61,6	64,0	67,4

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico - Inverno 2006.

(1) Valor médio anual.

(2) Valor divulgado pelo Ministério das Finanças em 19 de Março.

Economia Portuguesa

Evolução Global

A economia portuguesa registou, em 2006, um crescimento do Produto Interno Bruto, em termos reais, de 1,2%, valor que exprime uma recuperação face ao ano anterior (0,4%), estimando-se, para 2007, uma aceleração para cerca de 1,8%. Apesar deste crescimento, a recuperação é, ainda, moderada, comparativamente com outras economias europeias, encontrando-se o seu desempenho, nos últimos anos, condicionado por factores externos, como a grande dependência energética do petróleo, num contexto de subida dos preços desta matéria-prima, e a crescente

A recuperação foi sustentada pelas exportações, cujo ritmo de aumento atingiu 9,3%, enquanto as importações progrediram cerca de 4,3%, em termos anuais, evolução favorecida pelo maior dinamismo das economias da área Euro, mas também por outras fora da União Europeia e parceiras comerciais de Portugal. A procura interna registou uma estagnação (0,1%), em resultado da desaceleração do consumo privado (de 1,7% para 1,2%) e das quedas do consumo público (-0,2%, contra 1,9% em 2005) e do investimento (-3,1%, após -2,6% em 2005). Não obstante o efeito negativo no crescimento, estas evoluções contribuíram favoravelmente para a redução dos desequilíbrios da economia.

A taxa de inflação registou, em média anual, um crescimento de 3,0%, nível superior ao registado no ano transacto (2,1%). Este aumento da inflação reflecte os

efeitos de acelerações no preço de algumas importações e de alguns bens alimentares e industriais, sobretudo, na primeira metade do ano, bem como o impacto desfasado do aumento da taxa do IVA, em meados de 2005, e o aumento do imposto sobre o tabaco.

No mercado de trabalho, verificou-se um ligeiro aumento do emprego (0,7%), comportamento que acompanha, ainda que com moderação, a recuperação da economia. Deste modo, a taxa de desemprego, embora com valores elevados, manteve-se relativamente estável, situando-se a média anual em 7,7%, valor semelhante ao de 2005.

A evolução favorável da procura externa implicou uma diminuição das necessidades de financiamento da economia portuguesa, medidas pelo peso do saldo das balanças corrente e de capital no PIB, que passou de -8,1% para -7,6% em 2006, encontrando-se o seu valor fortemente influenciado pelos elevados preços do petróleo e pelo aumento das taxas de juro em 2006.

Neste quadro de recuperação económica e de ênfase das políticas governamentais na redução da despesa, foi possível alcançar o objectivo de diminuição do défice do sector público em relação ao PIB de 6,0% para 3,9%, garantindo-se o cumprimento das medidas estabelecidas no Programa de Estabilidade e Crescimento e a consolidação gradual das contas públicas.

Agregados de Depósitos e Crédito

A contribuição nacional para o agregado de liquidez M3 (maioritariamente constituída por passivos à vista e até 2 anos), excluindo circulação monetária, desacelerou em 2006, situando-se em 3,7%, reflectindo, em especial, a evolução dos Depósitos Totais, cujo crescimento baixou de 6,4% para 4,5%.



Agregados Monetários em Portugal

Taxas de variação anual^(a)

	2005	2006
M3, excluindo circulação monetária	5,8	3,7
Depósitos Totais	6,4	4,5
Depósitos de Empresas	21,9	6,5
Depósitos de Particulares e Emigrantes	1,8	3,3
Crédito Interno Total	7,4	10,7
Crédito às Administrações Públicas ^(b)	1,1	5,7
Crédito a Empresas	5,5	10,7
Crédito Habitação	11,1	10,0
Crédito ao Consumo e Outros Fins	4,5	10,1

Fonte: Banco Portugal - Boletim Estatístico, Fevereiro 2007.

(a) Taxas de variação com base nos saldos de fim de mês. Nos agregados de Depósitos não

estão incluídos os de IFNM e nos de Crédito estão incluídos os créditos titularizados.

(b) Líquido dos Passivos face à Administração Central.

O Crédito interno total registou um aumento de 10,7%, acelerando face ao ano anterior (7,4%) nos diversos segmentos, com excepção da Habitação, salientando-se o crescimento acentuado do Crédito ao Consumo (de 4,5% em 2005, para 10,1% em 2006), das Empresas (de 5,5%, para 10,7%) e da Administração Pública (de 1,1%, para 5,7%).

Na Habitação, verificou-se uma ligeira redução do crescimento (de 11,1% para 10%), relacionada com o abrandamento no mercado da habitação.

Moeda e Crédito (Taxas de variação)



Fonte: Banco Portugal - Boletim Estatístico, Fevereiro 2007.

Os agregados de crédito analisados incluem os saldos titularizados, que ascendiam, no final do ano, a 14,1 mil milhões de euros (-17,6% face ao ano precedente), equivalente a cerca de 5,8% do Crédito Interno.



Taxas de Juro

No decurso de 2006, e em linha com o movimento da subida das taxas de juro oficiais do BCE, iniciado em Dezembro de 2005, verificaram-se cinco alterações de 25 p.b. cada na taxa directora do Banco Central, tendo as taxas de juro do mercado monetário do Euro subido cerca de 120 p.b.. No final do ano, para os prazos de um, três, seis e doze meses, as taxas Euribor situavam-se em 3,63%, 3,73%, 3,85% e 4,03%, respectivamente. A política do BCE reflectiu a existência de riscos para a manutenção da estabilidade dos preços a médio prazo.

Taxas de Juro

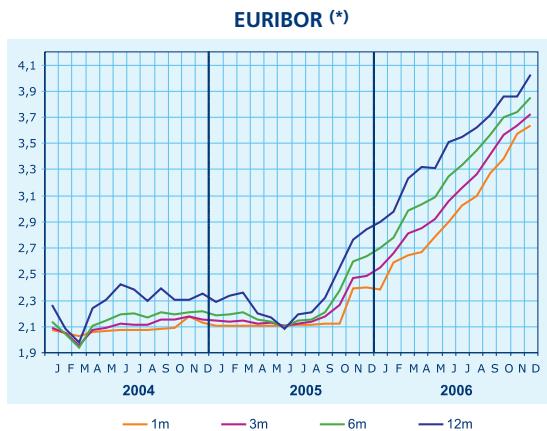
	2005	2006			(%)
	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Taxa dos FED Funds	4,25	4,75	5,25	5,25	5,25
Taxa Directora do BCE	2,25	2,50	2,75	3,00	3,50
Euribor (1)					
1 mês	2,40	2,65	2,90	3,27	3,63
3 meses	2,49	2,82	3,06	3,42	3,73
6 meses	2,64	2,99	3,25	3,57	3,85
12 meses	2,84	3,23	3,51	3,72	4,03
Taxa de Juro das Novas Oper. de Crédito (2)					
Sociedades Não Financeiras (2)	3,93	3,88	4,20	4,53	5,03
Particulares – Habitação	3,50	3,68	3,93	4,20	4,40
Taxa de Juro dos Dep. a Prazo e de Poupança (3)					
Sociedades Não Financeiras	2,46	2,55	2,79	3,06	3,66
Particulares	1,93	1,99	2,05	2,20	2,43

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Estatístico, Fevereiro 2007.

(1) Taxas relativas ao último dia do mês.

(2) Operações acima de 1 milhão de euros.

(3) Com prazo até 2 anos.



Fonte: Banco Portugal - Boletim Estatístico.

(*) Valores relativos ao último dia do mês.

No sector bancário e de acordo com a informação estatística divulgada pelo Banco de Portugal, as taxas de juro médias sobre saldos de operações activas e passivas continuaram a aumentar na generalidade dos segmentos, acompanhando as taxas directoras do mercado. Assim, a taxa dos novos empréstimos a "Sociedades não Financeiras" até 1 ano, e para montante acima de 1 milhão de euros, atingiu os 5,03% no final de 2006, contra 3,93% um ano antes. Na Habitação, a taxa contratada progrediu de 3,50% para 4,40% em 2006.

Nos Depósitos a Prazo e de Poupança, as taxas de juro registaram subidas, no segmento das Sociedades, de 2,46% para 3,66%, e nos Particulares, de 1,93% para 2,43%.

Evolução Cambial

No decurso de 2006, a taxa de câmbio do euro face ao dólar inverteu a tendência do ano anterior, registando, no mês de Dezembro e em termos médios, uma valorização de 11,4% relativamente ao mesmo mês do ano anterior, elevando-se de 1,19 para 1,32 dólares.

Taxas de Câmbio do Euro

(Valores Médios Mensais)



Fonte: Banco Portugal.

Nos mesmos termos, o euro face ao iene japonês, moeda que acompanhou a tendência do dólar, valorizou-se 10,1%, enquanto que relativamente à libra esterlina se verificou uma ligeira desvalorização (-0,9%).

Mercado de Capitais

Mercado Accionista

As principais praças bolsistas mundiais verificaram, em 2006, novas subidas. No caso europeu, os índices registaram ganhos, pelo segundo ano consecutivo, em torno dos 20%, impulsados pelas notícias relacionadas

com fusões e aquisições, recuperação económica e maior controlo, especialmente no final do ano, dos preços energéticos. A divulgação dos lucros das empresas, sempre acima do esperado, constituiu, contudo, o principal factor de suporte do mercado accionista. A tendência de subida foi interrompida apenas em Maio e Junho, depois do Banco Central do Japão ter decretado um acréscimo dos juros directores. Os índices accionistas tiveram, nessa altura, um comportamento particularmente negativo, com a volatilidade do mercado a registar, então, uma forte subida. No início do Verão, as perdas das semanas anteriores seriam rapidamente corrigidas, movimento impulsionado, também, pela noção de que a Reserva Federal americana não iria decretar subidas adicionais das respectivas taxas directoras. As principais praças accionistas encerrariam o ano nos níveis de início de 2000.

Durante o ano, assistimos, na Europa, à subida de todos os sectores, com destaque para "Matérias Primas", uma vez mais, "Serviços Financeiros" e "Construção e Materiais". Os ganhos foram de 75,9%, 48,67% e 37,6%, respectivamente.

Com uma valorização de 29,9%, o mercado accionista português conheceu uma performance superior aos principais mercados europeus, apenas ultrapassado pelo mercado espanhol. A nível nacional, o volume transaccionado ascendeu a 53,8 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 61% no ano, com o índice PSI-20 impulsionado por um conjunto de eventos de que se salientam as duas OPA, uma, envolvendo a PT e a Sonaecom e, a outra, o BCP e o BPI, a que acresceu a privatização da GALP.





Mercado Obrigacionista

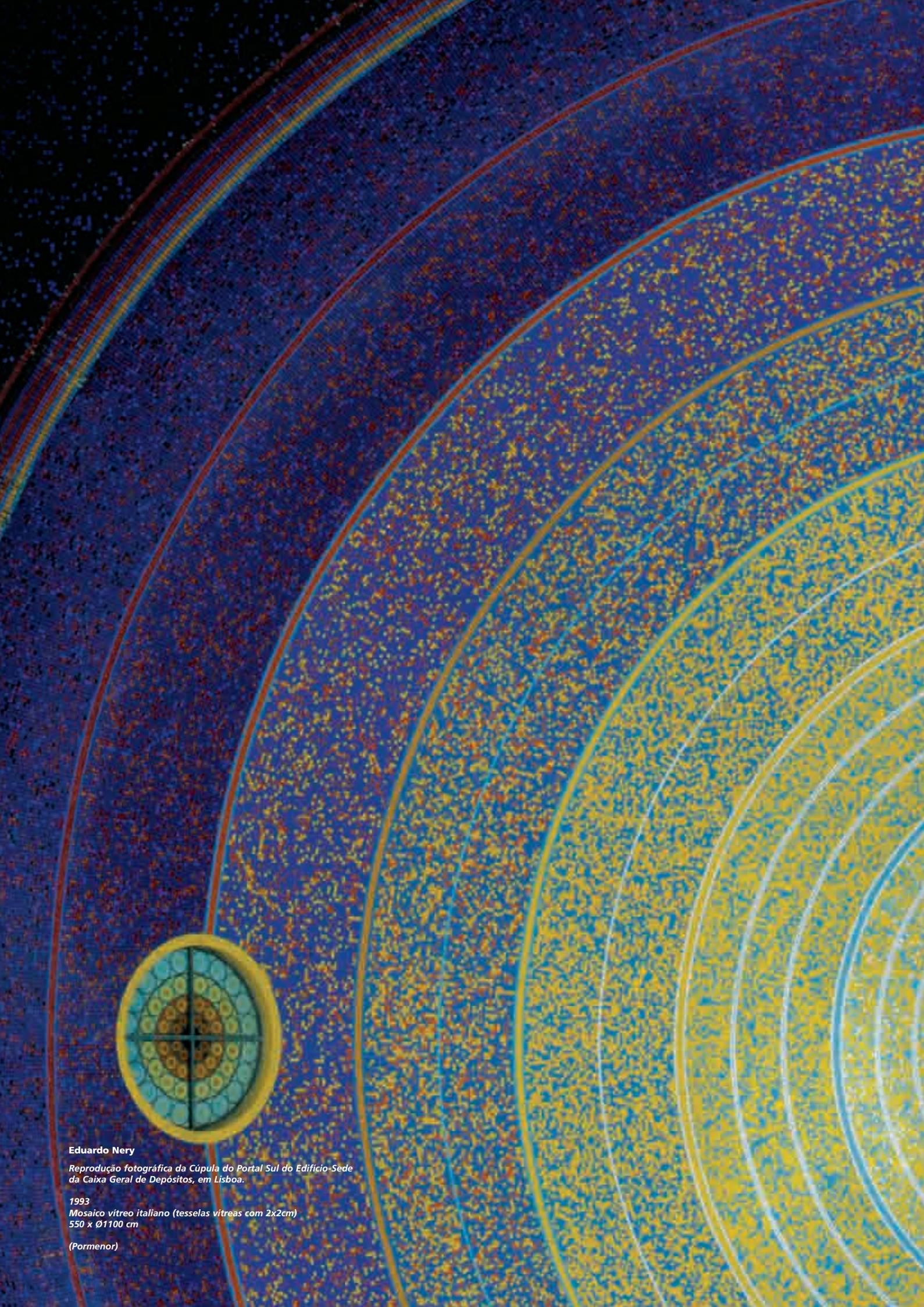
As taxas de juro a 10 anos do mercado americano (*yields*) revelaram, no primeiro semestre do ano, um desempenho substancialmente diferente do verificado nos seis meses seguintes. Um acentuado movimento de subida no primeiro semestre iria permitir às taxas americanas dos dez anos atingir os valores mais elevados dos últimos seis anos. Apesar dos receios gerados pelo claro arrefecimento do mercado habitacional, a forte aceleração dos números da inflação e dos custos laborais iriam acentuar expectativas de que as taxas directoras americanas teriam que subir até um nível mais elevado que o descontado até então. A forte descida do preço do petróleo a que se assistiu desde o início de Agosto contribuiu para que os relatórios de inflação revelassem um substancial abrandamento do crescimento dos preços. As taxas encetariam, então, a partir dessa altura, um movimento de forte correcção, terminando o ano apenas 31 b.p. acima do valor de Dezembro de 2005.

Na zona euro, as taxas de juro a 10 anos registaram um comportamento similar, mas a forte subida a que assistíramos em Dezembro levou a que terminassem 2006 cerca de 64 b.p. acima do nível de final de 2005.

Quanto à inclinação de ambas as curvas, enquanto, nos EUA, esta permaneceu inalterada, na zona euro, assistiu-se a um movimento de *flattening*. O decréscimo da inclinação passou de 45 b.p. no final de 2005 para apenas 5 b.p. no final de 2006.

O diferencial entre as taxas dos dez anos nos EUA e na União Europeia apresentou um decréscimo, em 2006, de 109 b.p. para 76 b.p.. O mercado obrigacionista global registou uma valorização em 2006 de 1,0%, tendo o mercado europeu apresentado uma descida de 0,3%.





Eduardo Nery

*Reprodução fotográfica da Cúpula do Portal Sul do Edifício-Sede
da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa.*

1993

*Mosaico vitreoso italiano (tesselas vitreas com 2x2cm)
550 x Ø1100 cm*

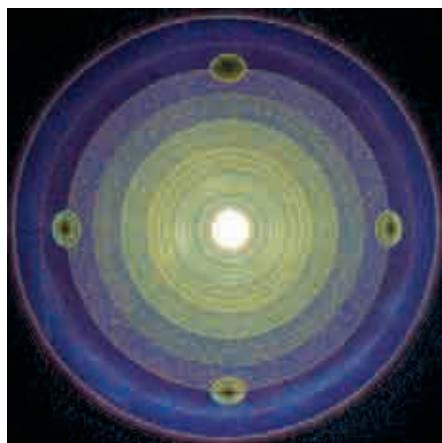
(Pormenor)

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

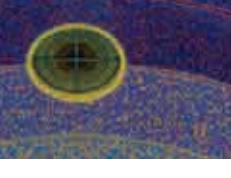
Eduardo Nery

Reprodução fotográfica da Cúpula do Portal Sul
do Edifício-Sede da Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa.
1993

Mosaico vitreoso italiano (tesselas vitreas com 2x2cm)
550 x Ø1100 cm



Caixa Geral
de Depósitos



Caixa Geral de Depósitos

Indicadores Gerais

Situação em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	CGD		Grupo CGD	
	(Activ. Individual)	2005	(Activ. Consolidada)	2005
	2006		2006	
De balanço:				
Aplicações em instituições de crédito	12 102	12 731	9 861	9 137
Créditos sobre clientes (bruto)	45 416	51 388	51 337	58 824
Carteira de títulos	9 373	10 597	19 368	21 123
Recursos de bancos centrais e instit. de crédito	9 601	10 302	4 386	5 504
Recursos de clientes	43 192	47 057	50 162	53 768
Responsabilidades representadas por títulos	8 870	10 708	11 652	13 360
Capitais próprios	3 986	4 537	4 325	5 014
Activo líquido	73 648	81 892	86 461	96 246
De exploração:				
Margem financeira alargada	1 168	1 580	1 454	1 778
Margem complementar	605	513	658	619
Margem técnica da actividade seguradora	-	-	513	586
Produto da actividade	1 773	2 094	2 625	2 983
Resultado bruto de exploração	752	1 026	998	1 288
Resultado antes de impostos	377	690	674	990
Resultado líquido de impostos	351	540	538	734
Rácios:				
Rácio de solvabilidade (Banco de Portugal)	11,0%	8,9%	12,4%	10,5%
Tier 1 (Banco de Portugal)	7,5%	7,6%	7,4%	7,4%
Crédito com incumprimento / Crédito total ^(a)	2,69%	2,33%	2,69%	2,29%
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ^(a)	-	-	-0,04%	-0,37%
Crédito vencido / Crédito total	2,39%	2,11%	2,44%	2,15%
Imparidade acumulada / Crédito vencido	-	-	111,7%	123,2%
Imparidade acumulada / Crédito vencido há mais de 90 dias	-	-	125,2%	138,5%
Cost to income	57,3%	50,7%	61,2%	54,6%
ROE (após impostos)	-	-	15,1%	16,5%
ROA (após impostos)	-	-	0,67%	0,85%
Quota de mercado em Portugal:				
Crédito a clientes	22,1%	21,2%	-	-
Depósitos de clientes	30,2%	29,9%	-	-
Outros indicadores:				
Número de empregados ^{(b) (c)}	10 832	10 442	20 778	20 030
Em instituições bancárias	10 832	10 442	13 646	13 457
Seguradoras	-	-	3 822	3 441
Sociedades financeiras	-	-	308	332
Em outras actividades	-	-	3 002	2 800
Número de agências bancárias	831	849	1 099	1 136
Portugal	770	788	771	789
Estrangeiro	61	61	328	347
Número de escritórios de representação	6	6	10	11

(a) Ver definição no capítulo da Análise Financeira da Actividade Consolidada.

(b) Não inclui os empregados com vínculo contratual à CGD, colocados no Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (311) ou requisitados em serviço público ou outras situações (100).

(c) Não inclui os empregados da Compal.

Síntese da Actividade

Resultados (*)

Os Resultados líquidos consolidados do Grupo Caixa Geral de Depósitos, em 2006, atingiram 733,8 milhões de euros, contra 537,7 milhões no ano anterior, o que representa um aumento de 36,5%. Antes de impostos e interesses minoritários, os Resultados atingiram 989,8 milhões de euros, +46,9% do que em 2005.

O Produto da Actividade (bancária e seguradora) totalizou 2 983 milhões de euros, o que, excluindo a mais-valia realizada com a venda da participação accionista no Unibanco em 2005, corresponde a um aumento de 22,2% (+541,5 milhões de euros).

A Margem Financeira ascendeu a 1 778 milhões de euros (+22,2%), resultado, essencialmente, de uma melhoria na margem de juros (+24,9%).

A Margem Complementar cifrou-se em 618,7 milhões de euros, valor que, excluindo a mais-valia realizada com a venda da referida participação no Unibanco, corresponde a um aumento de 30,4%.

A Margem Técnica da Actividade de Seguros fixou-se nos 586,2 milhões de euros (+14,4%), registando os prémios de seguro um ritmo de progressão ligeiramente inferior ao dos custos com sinistros, contribuindo para o crescimento da margem, sobretudo, os rendimentos de investimentos afectos a contratos de seguros (+26,9%).

Os Custos Operativos - Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros e Amortizações - ascenderam a 1 694,8 milhões de euros, um aumento de 4,1%.

Em termos de eficiência, o *cost-to-income* passou de 61,2% para 54,6%, enquanto que, na área bancária, a descida foi de 57,7% para 51,9%.

Os Resultados em empresas associadas, consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, somaram 109,7 milhões

de euros, valor com origem quase total na REN e, sobretudo, decorrente da mais-valia obtida por aquela empresa na venda da sua participação na GALP. Esta receita não recorrente foi, no entanto, aplicada pela CGD num reforço das dotações para imparidade e provisões.

O valor afecto à Imparidade do crédito, líquida de reversões, ascendeu a 232 milhões de euros e a dotação para provisões a 106,4 milhões de euros.

Os Impostos sobre lucros totalizaram 222,5 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 87% face ao ano anterior e a uma taxa efectiva de tributação de 23,3%.

Após impostos, a Rendibilidade líquida dos capitais próprios (ROE) foi de 16,5% (21,3% antes de impostos), enquanto a Rendibilidade líquida do activo (ROA) alcançou 0,85% (1,1% antes de impostos), rácios que exprimem melhorias significativas comparativamente a 2005.

O Activo líquido do Grupo CGD ascendeu a 96,2 mil milhões de euros, uma progressão de 11,3% face ao final do ano anterior. Para este crescimento, contribuíram, sobretudo, os aumentos registados no Crédito a Clientes (+7,3 mil milhões ou +14,7%) e nas Aplicações em Títulos (+1,8 mil milhões ou 9,1%). O sector segurador contribuiu para o activo do Grupo com 12 mil milhões de euros, cerca de 12% do total.

A qualidade dos activos registou uma melhoria sensível, com o rácio de crédito vencido relativamente ao crédito total a fixar-se em 2,1%, contra 2,4% no ano anterior, e o do crédito com incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, a atingir 2,29% (2,69% em Dezembro de 2005).

O montante da Imparidade acumulada, no final do ano, relativa ao Crédito a Clientes (normal e vencido) atingiu os 1 556 milhões de euros, tendo sido reforçada em 155 milhões (+11,1%), o que representa um grau de cobertura de crédito vencido com mais de 90 dias de 138,5%.

Os Recursos totais captados pelo Grupo, excluindo o mercado monetário, alcançaram 87,6 mil milhões de euros

(*) Considerando a Consolidação da Empresa Compal pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(+10,6%), tendo os recursos de balanço ascendido a 74,8 mil milhões (+10,6%) e os de "fora do balanço" somado 12,7 mil milhões (+10,5%).

No balanço do Grupo, salientam-se os Recursos provenientes do segmento de retalho, com um saldo total de 61,5 mil milhões de euros (+8,3%), destacando-se os Depósitos, com 51,2 mil milhões (+7,2%), e os Seguros de Capitalização, no montante de 7,9 mil milhões (+25%).

Os Capitais Próprios totalizaram 5 mil milhões de euros, +688,4 milhões do que em Dezembro de 2005, ou seja, um reforço de 15,9%.

O Rácio de solvabilidade, calculado nos termos do normativo do Banco de Portugal, apresentou um valor de cerca de 10,5%, valor que compara com 12,4% no ano anterior e 9,4% em 2004. Esta descida deve-se, essencialmente, a alterações regulamentares, de que se destacam a aplicação à CGD da directiva dos conglomerados financeiros, o que implicou a dedução aos fundos próprios de participações nas companhias de seguros, bem como a alteração ocorrida em 2006 no tratamento dado à Provisão para Riscos Gerais de Crédito, a qual, na quase totalidade, deixou de integrar os fundos próprios.

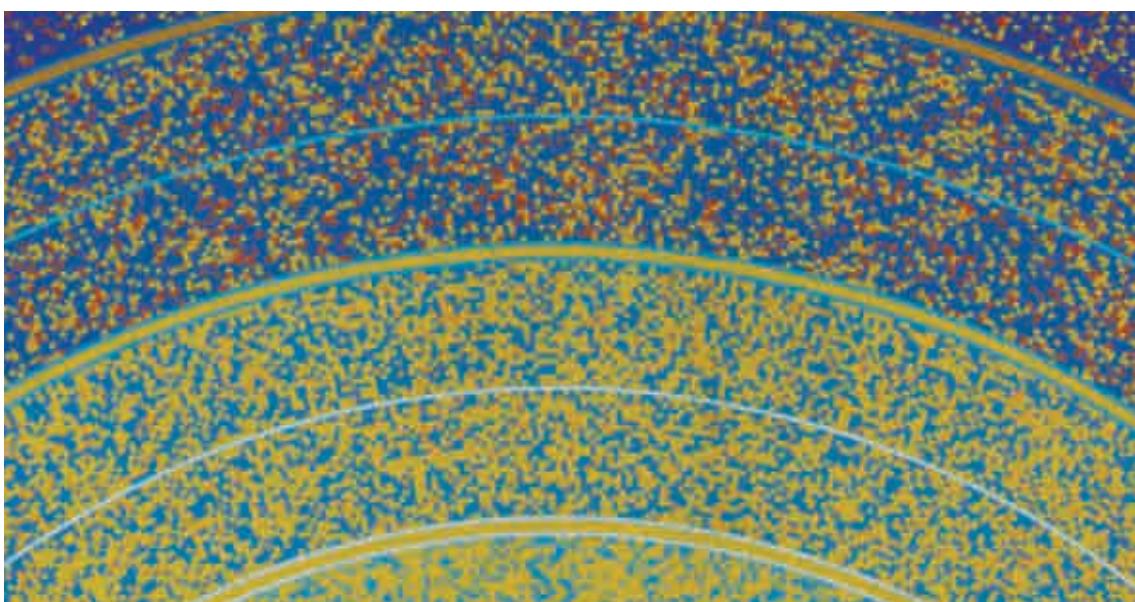
No entanto, verificou-se que, quer o rácio dos fundos próprios de base (Tier 1), com 7,4%, quer o Core Tier 1, com 6,2%, apresentaram valores semelhantes aos verificados no ano transacto.

Rating do Grupo

Em 2006, as três principais agências de *rating* internacionais - STANDARD & POOR'S, MOODY'S e FITCHRATINGS - confirmaram as notações atribuídas às responsabilidades financeiras de curto e longo prazos assumidas pela Caixa Geral de Depósitos, as mais elevadas concedidas a um banco português e que colocam a CGD na mesma categoria de risco das mais sólidas instituições financeiras internacionais.

O *Outlook* atribuído pela FITCHRATINGS à CGD, que foi revisto de estável para negativo em Setembro de 2005, reflecte, exclusivamente, a alteração no mesmo sentido dos ratings atribuídos à República Portuguesa.

	Curto	Longo		
	Prazo	Prazo	Outlook	
STANDARD & POOR'S	A-1	A+	Estável	Julho 2006
MOODY'S	Prime -1	Aa3	Estável	Setembro 2006
FITCHRATINGS	F1+	AA-	Negativo	Setembro 2006



A apreciação constante dos relatórios emitidos pelas três agências de rating encontra-se sintetizada como se segue:

Standard & Poor's, Julho de 2006

"The ratings on Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD) are supported by the bank's full ownership by the Republic of Portugal (AA-/Stable/A-1+); ironclad franchise in domestic retail banking, which provides it with a large, stable, and low-cost funding base; and overall adequate financial profile. At the same time, CGD's tight solvency position, high single-name risk concentration, and equity risk exposure weigh negatively on the ratings."

Moody's, Setembro de 2006

"Caixa Geral de Depósitos, SA's Aa3/P-1/B ratings, with stable outlook, are underpinned by the bank's leading market shares in Portugal, its strong funding, and relatively low business risk profile with a diversified franchise and half of the loan book comprising residential mortgages. The ratings also take into account the increasingly harsh competitive pressures, the bank's adequate asset quality indicators, the challenge of increasing its penetration in client segments where it is under-represented, and expanding its non-interest income through cross-selling, while maintaining cost efficiency and a relatively low risk profile.

[...]

While CGD's debt and deposit ratings take account of potential state support in the currently unlikely event of a distressed scenario, this is not a key rating driver, as reflected in the bank's B financial strength rating (FSR). So, for example, we would not expect (currently unlikely) privatisation of CGD to imply a downgrade of its long-term deposit ratings, as long as it is not accompanied by a change in the bank's business risk profile, or a material deterioration of its franchise or financial fundamentals.

[...]

CGD remains a major force in the banking system, and benefits from a position in its domestic market that very few other European institutions can boast in their own countries."

Standard & Poor's, Julho de 2006

"As notações atribuídas à Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD) têm por base o facto de o Banco ser totalmente detido pelo Estado Português (com notações de AA-/Estável/A-1+), de beneficiar de uma posição sólida na banca de retalho a nível nacional, o que proporciona ao Banco uma base de funding alargada, estável e a custos reduzidos, e, sobretudo, de deter um adequado perfil financeiro. Por outro lado, pesaram negativamente nas notações o apertado nível de solvabilidade da CGD e os riscos decorrentes da elevada concentração de exposição a clientes individuais e da carteira de participações."

Moody's, Setembro de 2006

"A notação de Aa3/P-1/B atribuída à Caixa Geral de Depósitos, com tendência estável, reflecte a posição de liderança do banco em termos de quotas de mercado em Portugal, a sua forte base de funding e um perfil de baixo risco de crédito, com uma presença de mercado diversificada e em que metade da carteira de crédito é composta por crédito hipotecário. Aquela notação reflecte, igualmente, a crescente pressão da concorrência, a adequada qualidade dos activos do Banco, o desafio de aumentar a penetração junto de segmentos de clientes onde a sua quota é relativamente menor e de expandir a margem complementar através da venda cruzada, mantendo, ao mesmo tempo, um eficiente controlo de custos e um perfil de baixo risco.

[...]

Apesar de as notações de dívida e de depósitos da CGD considerarem o potencial apoio do Estado, num cenário pouco provável de necessidade, tal não é um factor determinante e está reflectido na notação de solidez financeira (B) do Banco. Assim, por exemplo, não antevemos que uma privatização da CGD (pouco provável no presente) implicasse uma descida na sua notação de longo prazo, desde que não fosse acompanhada por uma mudança do seu perfil de risco, por uma deterioração relevante da sua posição no mercado ou dos seus alicerces financeiros.

[...]

A CGD mantém-se como uma referência no sistema bancário, desfrutando, no mercado nacional, de uma posição que muito poucas instituições europeias detêm nos respectivos países."

FitchRatings, Setembro de 2006

"The IDR(*), Short-term and Support ratings of Caixa Geral de Depósitos ("CGD") (AA-/F1+/1) reflect its state ownership and its strong franchise, with a dominant market share of retail deposits and mortgage lending. The Individual rating reflects its relatively low appetite for credit risk and adequate capitalisation and it also takes into account a relative improvement in its operating profitability as well as some risk concentration from large equity investments.

[...]

CGD's ratings have a Negative Outlook reflecting the Negative Outlook on Portugal's sovereign ratings.

[...]

An upward movement in its IDR is currently constrained by the bank's size and growth prospects in the Portuguese market. Downside risk for CGD's ratings would arise if the sovereign ratings were downgraded or if CGD's profitability and capitalisation were to deteriorate significantly."

(*) IDR - Issuer Default Rating: corresponde à notação de longo prazo.

Evolução do Grupo CGD

O Grupo CGD está consolidado e estabilizado ao nível da sua actividade doméstica e, na área internacional, procurou colocar a sua extensa rede ao serviço da internacionalização das empresas portuguesas, bem como iniciou o processo para a adopção de uma marca internacional comum à sua rede no exterior.

No âmbito de uma política de diversificação do risco e de gestão dinâmica das participações financeiras, efectuou-se a aquisição de 1% do capital social da GALP Energia e o reforço da posição do Grupo na Cimpor, elevando a participação para 2,08% do seu capital social.

Na actividade seguradora, o Grupo CGD obteve autorização para a constituição da Multicare - Seguros de Saúde, tendo em vista o exercício das actividades seguradora e resseguradora no ramo doença. Nesta área, foi ainda constituída uma nova sociedade, denominada LCS - Linha de

FitchRatings, Setembro de 2006

"As notações da Caixa Geral de Depósitos (CGD) (AA-/F1+/1) reflectem a sua qualidade de banco detido pelo Estado e a sua forte posição no mercado, com uma quota dominante nos depósitos de particulares e no crédito hipotecário. A notação individual reflecte uma apetência relativamente baixa pelo risco de crédito, uma adequada capitalização e também a relativa melhoria nos resultados de exploração, bem como alguma concentração de risco decorrente da grande carteira de participações.

[...]

O rating da CGD regista um *Negative Outlook* que reflecte idêntica notação atribuída ao rating soberano de Portugal.

[...]

A subida na notação de longo prazo da CGD é presentemente condicionada pela sua dimensão e pelas perspectivas de crescimento do mercado português. O risco de uma descida da notação da CGD poderia acontecer se as notações do país baixassem ou se a rendibilidade e a capitalização da CGD sofressem uma significativa deterioração."

Cuidados de Saúde, com o objectivo de efectuar a gestão do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde. Igualmente se deve referir o memorando de entendimento estabelecido com o USP Hospitales, o maior grupo hospitalar espanhol, que prevê uma troca de participações com a HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS.

Na actividade de crédito especializado, concluiu-se a integração operacional da Caixa Crédito - SFAC na Caixa Leasing e Factoring - IFIC, agregando-se os quatro negócios - leasing imobiliário e mobiliário, factoring e crédito ao consumo - sob a égide de uma única empresa.

Na actividade da Gestão de Activos, sublinha-se o desempenho positivo das diferentes classes de activos que superaram, na sua globalidade, a evolução do mercado. Para este comportamento contribuiu o lançamento de novos fundos, que asseguraram uma oferta diversificada aos clientes do Grupo, permitindo-lhes, simultaneamente, maximizar a rentabilidade das suas aplicações.

Na actividade de capital de risco, e no âmbito daquela que é a maior operação de *private equity* realizada em Portugal nos últimos anos, salientou-se a alienação da totalidade do capital social da Nutricafés - Cafés e Restauração, SA, que era detida pela Inbepor - Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, SA, bem como a incorporação por fusão da Compal na Inbepor, assumindo a nova empresa a denominação COMPAL - Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SA.

Já no início de 2007, a Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA alienou 6% do capital social da COMPAL ao FIQ Grupo CGD - Caixa Capital - Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados. Em resultado desta operação, a Caixa Desenvolvimento passou a controlar 49% do capital da COMPAL e o FIQ Grupo CGD 31%.

Na área internacional, para além da referência atrás efectuada, destaca-se, em Espanha, a alteração da designação e marca do Grupo CGD de Banco Simeón para Banco Caixa Geral. A nova designação, enquadrada nos planos de modernização e de expansão do banco, bem como na criação de uma identidade corporativa reconhecida internacionalmente, constitui um sinal de afirmação e de reforço da ligação à CGD em Portugal, aumentando a notoriedade do Grupo.

No Brasil, em Dezembro, a CGD formalizou perante o Banco Central daquele país a sua intenção de constituir um novo banco, cuja actividade estará centrada nas áreas de negócio já desenvolvidas no mercado brasileiro, em especial na banca de investimento e de *trade finance*. Retoma-se, desta forma, a presença física no Brasil, após a venda da participação no Unibanco em 2005.

Em Macau, no final do ano, realizou-se um aumento de capital social da filial - Subsidiária Offshore de Macau, com o objectivo de adequar o montante dos seus Fundos Próprios, de acordo com as regras em vigor no território de Macau. O capital social elevou-se para 120 milhões de patacas, por emissão de 70 mil novas acções com o valor nominal de mil patacas cada uma.

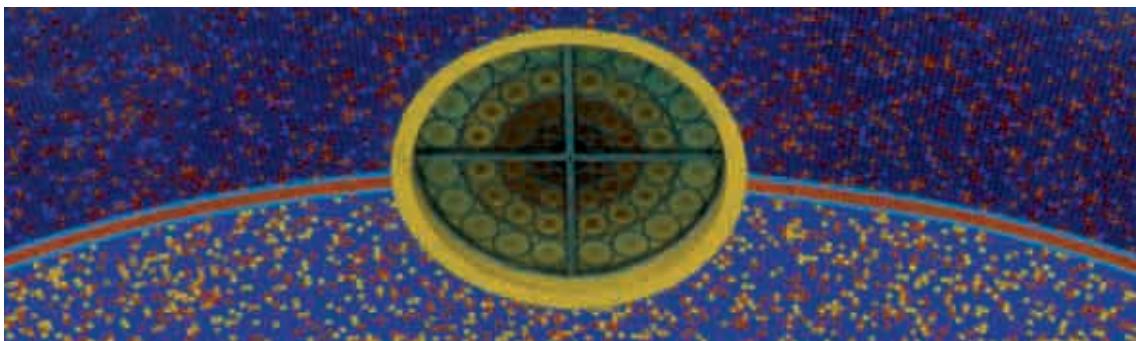
Nos Estados Unidos, o Grupo alienou a sua participação de 51% do capital social na CGD USA, Holding Company, que, por sua vez, detinha a totalidade do capital social do Crown Bank.

Ainda na actividade doméstica, de referir a reorganização operada no espaço Web, concluindo-se a fusão entre a Caixaweb - Serviços, SA e o Imoportal, adoptando a nova sociedade o nome de Caixatec - Tecnologias de Comunicação. Concentrou-se, assim, numa só empresa, a actividade da prestação de serviços técnicos e de consultadoria, nas áreas de conteúdos e multimédia, que são complementares dos negócios da CGD. Em consequência, foi decidido dissolver a holding Caixaweb, SGPS e o Portal Executivo.

Merce, ainda, referência o reforço da participação do Grupo, de 90% para 96%, no capital social da Culturgest - Gestão de Espaços Culturais.

Dimensão do Grupo e Ranking Internacional

A CGD continuou a manter a posição de líder na banca de retalho em Portugal, com as suas quotas de mercado nos depósitos de clientes em valores próximos de 30%, mas que nos segmentos de particulares e emigrantes atingiram 35,2% e 39,7%, respectivamente.



Dimensão do Grupo – Quotas de Mercado em Portugal

(em %)

	Dez. 2005		Dez. 2006	
	Quota	Ranking	Quota	Ranking
Actividade Bancária				
Activo Líquido (a)	30,9%	1.º	31,3%	1.º
Crédito a Clientes (b)	22,1%	2.º	21,2%	2.º
Crédito a Empresas	13,7%	n.d.	13,4%	n.d.
Crédito a Particulares	28,1%	n.d.	26,1%	n.d.
Crédito à Habitação	33,5%	1.º	30,9%	1.º
Depósitos de Clientes (b)	30,2%	1.º	29,9%	1.º
Depósitos de Particulares	35,8%	1.º	35,2%	1.º
Resultado Líquido (a)	24,9%	2.º	27,5%	2.º
Actividade Seguradora (c)	22,3%	1.º	24,2%	1.º
Ramo Vida	16,6%	3.º	20,0%	1.º
Ramo Não-Vida	34,3%	1.º	32,6%	1.º
Crédito Especializado (d)				
Leasing imobiliário	11,4%	4.º	15,0%	3.º
Leasing mobiliário	9,2%	5.º	10,1%	4.º
Factoring	14,2%	3.º	13,9%	4.º
Gestão de Activos				
Fundo de Investimento Mobiliário (FIM) (e)	19,3%	2.º	21,9%	1.º
Fundo de Inv. Imobiliário (FII) (e)	11,7%	3.º	12,9%	2.º
Fundos de Pensões (f)	6,0%	6.º	5,9%	6.º
Gestão de Patrimónios (g)	11,3%	3.º	25,1%	2.º

(a) Considerando a actividade consolidada dos cinco maiores Grupos do sistema bancário português.

(b) Fonte: E.M.F. do Banco de Portugal. No Crédito estão excluídas as operações titularizadas.

(c) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal. Respeitam à actividade em Portugal.

(d) Fonte: ALF - Associação Portuguesa de Leasing e Factoring.

(e) Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

(f) Fonte: Instituto de Seguros de Portugal. Quotas conjuntas da CGD Pensões, SA e da Fidelidade Mundial, SA (dados provisórios).

(g) Fonte CMVM. Quota não corrigida de um problema de dupla contabilização em outras sociedades gestoras, tal como referido nos relatórios de Gestão de Activos da CMVM.

No Crédito a Clientes, a quota de mercado foi de 21,2%, salientando-se o Crédito à Habitação com 30,9% (27,7%, incluindo os créditos titularizados) e o Crédito ao Sector Público Administrativo, em que ultrapassou os 56%.

Nos Seguros, a quota de mercado da produção do ano alcançou os 24,2%, distribuída pelo Ramo Vida, com 20%, e pelo Não-Vida, com 32,6%.

A actividade da área do crédito especializado evidenciou, globalmente, uma evolução muito favorável, sobressaindo o crescimento da produção no leasing imobiliário (+56%), que elevou a quota de mercado para 15%.

Na gestão de activos (fundos de investimento mobiliário), a Caixagest alcançou a liderança no sector, passando ao 1.º lugar no ranking das sociedades gestoras a operar em Portugal, com uma quota de mercado de 21,9%, face aos 19,3% registados

em 2005. A Fundimo, nos fundos de investimento imobiliário, conseguiu, também, superar o crescimento do mercado e atingiu uma quota de 12,9% (11,7% em 2005), subindo ao 2.º lugar no ranking das sociedades gestoras.

Em 2006, o CaixaBI posicionou-se em 1.º lugar entre os bancos portugueses em termos de liderança de emissões de empréstimos obrigacionistas, tendo sido a única instituição portuguesa a constar nos top 10 do ranking da Bloomberg. Ainda de acordo com estes dados, o CaixaBI, no ranking das instituições globais, ocupa a quarta posição.

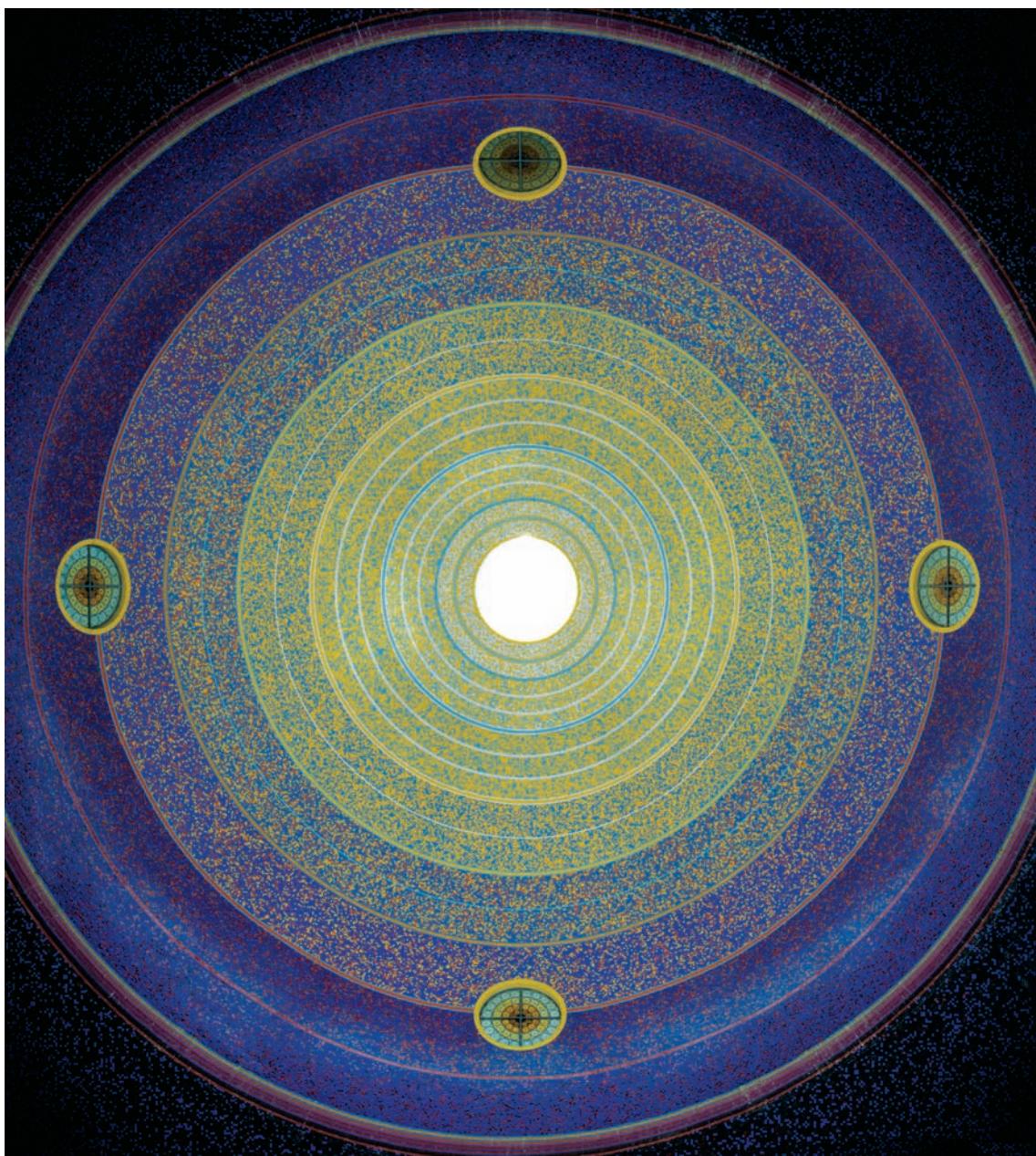
Na área de Project Finance, o CaixaBI foi o principal banco português como *Mandated Lead Arranger*. De acordo com as League Tables da "Dealogic", o CaixaBI manteve o 1.º lugar a nível nacional, foi o 3.º banco na Península Ibérica e o 6.º no ranking Europeu.

Na área de Assessoria Financeira, o CaixaBI destacou-se como o maior banco de investimento português em 2006, tendo liderado o sector de fusões e aquisições em Portugal em termos de volume de transacções já concluídas, segundo o *ranking* publicado pela Bloomberg.

Ranking Internacional

No contexto mundial, a CGD manteve-se na 109.^a posição no *ranking* das maiores instituições bancárias, de acordo

com o critério do volume de Activos, enquanto em termos do volume de capitais próprios, se encontrava classificada na 140.^a posição (136.^a em 2005), de acordo com a Revista "The Banker", edição de Julho de 2006. Entre os bancos europeus, a CGD melhorou a sua posição, quer em função do valor dos Activos, subindo da 69.^a, em 2005, para a 68.^a posição, em 2006, quer de acordo com o volume dos capitais próprios, onde passou da 64.^a para a 60.^a posição (Revista "The Banker", edição de Outubro de 2006).



Grupo Caixa Geral de Depósitos 31 de Dezembro de 2006

Banca Comercial	Caixa Geral de Depósitos 99,8 %	BANCO CAIXA GERAL (Espanha) 99,8 %	BANCO NACIONAL ULTRAMARINO (Macau) 100,0 %
	MERCANTILE BANK HOLDINGS (África do Sul) 91,8 %	CAIXA INTERNACIONAL, SGPS 100,0 %	B. COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS (Moçambique) 42,0 %
Banca de Investimento e Capital de Risco	GERBANCA, SGPS 100,0 %	CAIXA-BANCO DE INVESTIMENTO 99,7 %	CAIXA CAPITAL 100,0 %
Gestão de Activos	CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS 100,0 %	CAIXAGEST 100,0 %	CGD PENSÕES 100,0 %
Crédito Especializado	CAIXA LEASING E FACTORING-IFIC 100,0 %	BCI-ALD (Moçambique) 100,0 %	
Seguros	CAIXA SEGUROS, SGPS 100,0 %	Companhia de Seguros FIDELIDADE MUNDIAL 100,0 %	IMPÉRIO BONANÇA, Companhia de Seguros 100,0 %
	HPP Hospitais Privados de Portugal, SGPS 100,0 %	GEP Gestão de Peritagens Automóveis 100,0 %	EAPS Empresa de Análise Prevenção e Segurança 100,0 %
Serviços Auxiliares	CULTURGEST 96,0 %	CAIXANET 80,0 %	IMOCAIXA 100,0 %
Gestão de Participações	CAIXA-PARTICIPAÇÕES, SGPS 100,0 %		

Outras Participações Financeiras 31 de Dezembro de 2006

Complementos da Área Financeira	SIBS 21,6 %	JETCO (Macau) 0,01 %	INTERBANCOS (Moçambique) 36,95 %
	UNICRE 17,6 %	EURONEXT 0,38 %	EUFISERV 3,9 %
Participações em Inst. Financeiras	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS 2,4 %	BANCO INTER. S.TOMÉ E PRÍNCIPE 27,0 %	F. TURISMO, Soc. Gest. Fundos Inv. Imobiliário 33,5 %
Outras Participações	PORTUGAL TELECOM 5,13 %	EDP 5,0 %	CIMPOR 2,08 %
	SEAP (Macau) 25,0 %	TAGUSPARQUE 10,0 %	GCI-SOC. CAPITAL DE RISCO (Moçambique) 39,0 %



Áreas de Negócio

Banca de Retailho

Ao longo do ano, a CGD continuou a executar a sua linha de "orientação para o cliente", na banca de retalho em Portugal, redefinida no âmbito do Projecto Líder, tendo em vista alcançar maiores níveis de rentabilidade e de volume de negócios, bem como o reforço da liderança naquela área bancária.

Os principais objectivos do Projecto, lançado para o triénio 2005-2007, centraram-se, nesta fase, na consolidação de propostas de valor para os segmentos da Gama Alta, PME, Universitário e Pequenos Negócios, no lançamento de novos produtos e serviços, com perfil inovador, e ainda em acções no âmbito da melhoria da qualidade do serviço ao cliente e dos sistemas de informação e ferramentas de apoio à actividade comercial. Para o efeito e com o envolvimento de todas as áreas-chave da Caixa, foram promovidas alterações funcionais e orgânicas na área comercial e implementado um novo modelo de atendimento nas agências. Importância decisiva foi, ainda, dada à dinamização e utilização dos novos canais electrónicos e de distribuição para a realização de transacções bancárias.

Segmentação e Produtos

Segmento Gama Alta

No segmento de clientes da Gama Alta, consolidou-se a marca Caixazul e alargou-se a cerca de 40 novas agências esta segmentação, que ficará completada no 1.º semestre de 2007. Esta rede registou uma intensa dinâmica comercial, incentivada pelo conhecimento por parte do gestor de cliente de toda a carteira do segmento e consequente incremento de relações constantes e de confiança, de modo personalizado e eficaz com os clientes.

Para atingir os objectivos definidos, foi produzida uma oferta de *cross selling* na rede de gama alta e outras acções de que se destacam:

- A criação de 80 novos espaços Caixazul em agências, alargando o seu número a 456 no final de ano, e a

instalação de 10 novos postos do Sistema de Gestão de Atendimento, totalizando 206 em Dezembro;

- A criação da nova linha de comunicação Gama Alta / Caixazul e a nova linha editorial da Revista "Azul";
- O lançamento de campanhas específicas, centradas no cliente: "Conhecimento Cliente", "Gestão do Quotidiano" e "Mais Vinculação";
- Melhoramento de ferramentas de apoio à acção comercial, como as novas funcionalidades no CRM;
- Disponibilização de um Manual do Serviço Caixazul e do Gestor de Clientes Particulares a todos os colaboradores com funções de gestão neste serviço;
- Lançamento de produtos e serviços específicos:
 - Caixazul Habitação e Terrenos – com vantagens especiais nos *spreads*, nas operações de transferência e nos documentos para contratação, com acesso aos serviços CasaFácil e CasaFácil Plus;
 - Cartão Caixazul - cartão de débito diferido e identificador de Cliente Caixazul.

No âmbito deste serviço, algumas classes profissionais de prestígio reforçaram ou passaram a beneficiar de condições atractivas em produtos e serviços financeiros, através de acordos vantajosos entre as respectivas associações e a CGD.

Segmento Jovem e Universitário

Com uma gestão do Segmento Universitário mais robusta, consolidou-se o modelo dirigido aos estudantes do ensino superior, assente numa linha de comunicação mais jovem, moderna e inovadora e de encontro aos seus interesses específicos, na utilização intensiva dos canais telefónico e electrónico e, ainda, no serviço presencial prestado numa rede comercial e universitária própria.

Este serviço tem como pilares a Agência Universitária Central (AUC) e as agências universitárias. A AUC com a responsabilidade comercial/relacional deste segmento presta aos seus clientes jovens um serviço de banca à distância através do Serviço Caixa Universidade Politécnico, por telefone, *internet* e *e-mail*. A actividade da AUC enquanto canal privilegiado para a acção, via *outbound*, permitiu alargar o campo de actuação com as diversas campanhas dirigidas ao segmento.

Quanto ao serviço presencial prestado nas agências universitárias localizadas nos *campi* universitários, o mesmo foi significativamente melhorado com um novo modelo de atendimento, baseado num *layout* específico, complementado com acções de formação concretas e adaptadas a este segmento, com resultados positivos na taxa de retenção dos clientes estudantes e no seu envolvimento com a Caixa. Simpatia e eficiência no atendimento, associadas à personalização, rapidez e facilidade na resolução das diferentes situações, são os grandes elementos de diferenciação.

Após os ajustamentos ao modelo com implicações ao nível da oferta, foi desenvolvido em 2006 o Depósito *on-line*, produto exclusivo para Jovens e Universitários utilizadores da Caixadirecta e Caixadirecta *on-line*. Na mesma linha de acção, o Crédito Automóvel “Fórmula U” passou a constar da oferta permanente.

Ao longo do ano, foram também realizadas várias campanhas e acções, tais como Poupança e Investimentos, Depósito *on-line*, Cartão de crédito ISIC, Entrada na Vida Activa, Cartões Caixa Classic para finalistas e recém-licenciados, Ligas universitárias, Nova época universitária, Prémio a novas adesões a produtos e serviços, *Bónus track* e participação em festas académicas e em Fóruns de emprego nas instituições de ensino superior.

O interesse estratégico inerente à manutenção de relações privilegiadas da Caixa com Instituições motivou a renovação de um conjunto alargado de Protocolos, enquanto instrumento formal de apresentação de benefícios a favor da população académica de cada estabelecimento de ensino.

Com o propósito de aumentar o tráfego e os utilizadores registados no Portal CUP – www.cup.pt, foram lançadas diversas iniciativas, como o apoio à divulgação de campanhas de comunicação, apresentação de *dossiers* temáticos de interesse para os alunos das Instituições de Ensino Superior, sorteios, etc..

Segmento Jovem

No segmento sub-18, como parte integrante de uma estratégia de posicionamento para os próximos três anos, a Caixa lançou uma nova abordagem de comunicação para as

camadas Júnior e Jovem, criando suportes próprios para cada um dos alvos apontados. Neste sentido, para os jovens entre os 0 e os 11 anos foi lançada uma campanha com o mote: “A Konta que conta a valer” e, para os que têm entre 12 e 17 anos, uma outra, com o mote: “Faz a Konta à tua independência”. No primeiro caso, adoptou-se uma comunicação dirigida aos pais e relacionados de conta e, no segundo, um discurso dirigido aos próprios Jovens.

Durante o ano, foram, ainda, realizadas outras acções de comunicação com a mesma abordagem, umas dirigidas às necessidades do segmento, como a campanha “Chegou a Konta que tem tudo a ver contigo”, sobre a Conta Caixa Jovem, outras, ao seu perfil de investidor, como no caso do Dia Mundial da Poupança.

De salientar a acção efectuada no Dia Mundial da Criança, em que a Caixa trouxe aos seus balcões centenas de crianças que puderam “brincar” aos bancos, aprendendo um pouco sobre o valor do dinheiro e sobre operações simples que se realizam numa agência.

Ainda, e sob o tema “A aposta no futuro” e “a matemática é para todos”, a Caixa, em colaboração com a Universidade de Aveiro, realizou o *Caixamat*, um *roadshow* dedicado à Matemática, no âmbito do programa *PmatE* – Projecto Matemática Ensino, que percorreu 29 escolas de norte a sul do país.

Segmento Residentes no Estrangeiro

No segmento de residentes no estrangeiro, foi efectuada uma Campanha que esteve presente nos principais meios de comunicação, assente no conceito “A Caixa já faz parte da vida de milhares de portugueses em todo o Mundo”, posicionando a Caixa como um Banco de referência dos portugueses residentes no estrangeiro, com soluções adequadas às necessidades dos diferentes perfis de clientes.

Durante o primeiro semestre do ano, foi ainda lançado o cartão LD<30, destinado a jovens luso-descendentes dos 12 aos 29 anos, o qual, para além de ser um meio de pagamento prático e seguro, disponibiliza um conjunto de vantagens nas áreas da cultura, desporto, viagens, alojamento, entre outras.

Acompanhando a tendência de um mercado cada vez mais concorrencial, e tendo em conta o elevado investimento que tem vindo a ser efectuado em Portugal na construção de empreendimentos turísticos, a Caixa lançou, no segundo semestre de 2006, uma oferta de crédito à habitação de Turismo Residencial – *Live in Portugal* -, destinada a estrangeiros não-residentes que pretendam adquirir habitação secundária em Portugal (ver, adiante, Crédito Imobiliário). Foi disponibilizado atendimento especializado em agências estrategicamente localizadas: na Zona Oeste - Óbidos, em Lisboa - Central-Sede e no Algarve.

A Caixa comunica regularmente com este segmento através de uma *newsletter* denominada "Caixa no Mundo" que, este ano, se apresentou com novo nome e imagem renovada, optimizando a arrumação de conteúdos e permitindo uma leitura mais clara e agradável. Disponibiliza-se, também, uma área destinada exclusivamente a clientes residentes no estrangeiro, através do site www.cgd.pt/english/index.htm.

Segmento de Empresas

Os objectivos principais da Caixa para o segmento de empresas assentam no reforço da quota de mercado e no crescimento nas áreas da Banca de Pequenos Negócios e PME, no aumento do volume de negócios por cliente e no incremento dos níveis de rendibilidade.

Entre as principais acções desenvolvidas para este segmento ao longo do ano, salientam-se as seguintes:

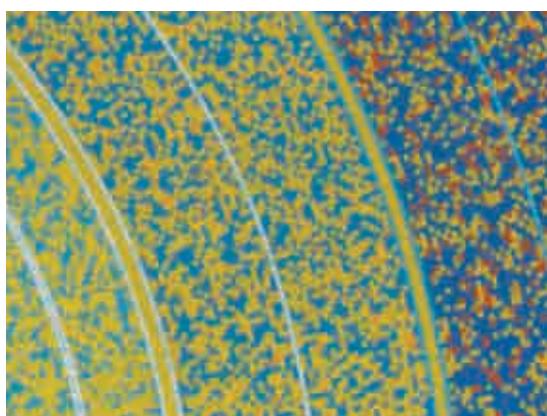
- A reorganização da oferta para as PME e a divulgação da gama completa de produtos e serviços que lhe são destinados: gestão corrente, investimento, internacional e oferta sectorial.
- Pequenas Empresas - melhoria da oferta de produtos, com soluções integradas e específicas de cada sector de actividade, em especial para a promoção imobiliária e construção, utilização de Cartões de Crédito, financiamento automóvel e o serviço de *internet banking*, com a disponibilização de mais funcionalidades.
- Microcrédito – efectuou-se o arranque e disponibilização do Microcrédito, resultante dos Protocolos celebrados, em 2005, com o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e a Associação de Jovens Empresários (ANJE), contribuindo-se, positivamente, para o combate à exclusão social e económica e para a dinamização do espírito empreendedor, com o apoio à criação de auto-emprego e de pequenos negócios.
- Oferta Ibérica – selecção de alguns produtos e serviços chave que permitem satisfazer as principais necessidades dos "clientes ibéricos" e que beneficiam das sinergias entre a CGD, em Portugal, e o Banco Caixa Geral, em Espanha (BCG). Pretende-se, assim, tirar partido das oportunidades de negócio resultantes da progressiva integração das economias portuguesa e espanhola.
- Linha de crédito de apoio às Pescas – criação de uma linha de crédito bonificada para financiamento das entidades do sector das pescas, com o objectivo de compensar o aumento dos custos de produção, agravados pelo acréscimo do preço dos combustíveis. Linha regulada pelo Decreto-Lei n.º 179/2006, de 5 de Setembro, e pela Circular do IFADAP n.º 6/2006.
- Oferta *Franchising* – reformulação desta oferta, no âmbito do desenvolvimento de soluções orientadas para o empreendedorismo, dirigidas a empresas e empresários em nome individual que desenvolvam ou pretendam desenvolver o seu negócio em *franchising*, uma área de elevado crescimento no mercado nacional.
- Terminais de Pagamento Automático – Lançamento da solução mobilidade, constituída por dois novos

Neste sentido e de uma forma simples e rápida, é agora possível, no próprio dia, abrir uma conta, em Espanha, a partir de qualquer agência da Caixa ou, em Portugal, a partir de qualquer balcão do BCG, bem como transferir dinheiro entre as contas dos dois bancos.

Com novos processos, condições competitivas e estruturas comerciais de apoio ao negócio bilateral, a Caixa proporciona, ainda, o acesso a uma vasta rede de balcões e gabinetes de empresa com uma verdadeira cobertura ibérica.

equipamentos – Portátil DECT, que permite total mobilidade num raio de 250 metros, e o TPA GPRS, que permite a sua utilização em qualquer lugar com cobertura da rede móvel, incluindo os custos de comunicação, sem limite de transacções.

- Cartões *Business* e *CaixaWorks* – Lançamento destes cartões para empresas. (Ver adiante Capítulo Meios de Pagamento).
- Protocolos celebrados com as sociedades de garantia mútua (SGM) – No âmbito destes protocolos celebrados com a Lisgarante, Norgarante e Garval, a CGD passou a utilizar em operações com PME, para além das garantias habituais, das garantias mútuas - garantias bancárias pagas à primeira solicitação ("on first demand"), tendo sido aprovada uma Linha de Crédito Especial, com garantia mútua, para melhorar as condições de acesso e assegurar preços mais atractivos no financiamento das PME portuguesas.
- Protocolos com Associações empresariais e Ordens profissionais – Protocolos que apoiam a criação de condições financeiras para as empresas e o lançamento de acções de divulgação e presença em eventos.
- "1.º Fórum Missão Exportar 2006" - Participação e apoio da CGD neste fórum, organizado pela AIP – Associação Industrial Portuguesa, em parceria com o ICEP Portugal – Instituto das Empresas para os Mercados Externos. Dirigido, prioritariamente, às empresas em início de internacionalização, pretendeu-se motivar o debate empresarial sobre a internacionalização, suas práticas e apoio na decisão de avançar para a exportação.
- Jornadas "A competitividade pela gestão" – Organização da CGD, em colaboração com o Gabinete do Plano Tecnológico. As jornadas têm contado com a presença de muitas pequenas e médias empresas, e os temas em debate são a inovação e os factores de competitividade no mundo actual.
- Euro Info Centre – Este Gabinete da CGD, no âmbito do seu apoio e intercâmbio com as empresas, continuou, também, a efectuar, pelos seus meios, a divulgação de numerosas oportunidades de negócio (936 oportunidades) e a promover outras iniciativas em colaboração com entidades empresariais. Salienta-se, neste âmbito, as realizadas com a Câmara Hispano-Portuguesa (na área do *franchising*) e com o IAPMEI e o Gabinete do Plano Tecnológico (na área do capital de risco).
- "Newsletter" Electrónica – Informação editada mensalmente pelo Euro Info Centre, sobre temas de interesse empresarial, desde aspectos legais, divulgação de oportunidades de negócio ou informação sobre eventos de interesse empresarial, publicação que é disponibilizada no website da CGD.
- Edição de encartes "EM FOCO" - Edição de seis encartes promocionais, em jornais de cobertura nacional, versando informação de interesse para as empresas no que respeita a produtos e serviços CGD, em áreas tão relevantes como o apoio ao investimento na inovação e expansão, promoção e dinamização da presença das PME nos mercados externos e instrumentos de apoio à promoção das exportações.
- Inquérito de satisfação aos clientes, lançado e acompanhado pela rede de Gabinetes Empresas & Soluções, com o objectivo de avaliar e melhorar a prestação de serviço aos clientes.
- Website da CGD - Reformulação e actualização de imagem e conteúdos da Área de Empresas no website, melhorando as exigências do mercado em termos de informação e comunicação com os clientes.



Produtos e Serviços

Captação de Poupança

Na área da Poupança, a Caixa reformulou diversos produtos estruturados adequados ao perfil do cliente de cada segmento, lançados através de 45 campanhas específicas, de que se salientam os seguintes:

- Seleção Caixa 7,5% - produto comercializado em seis campanhas, com o investimento repartido entre um Depósito a Prazo a 3 meses, remunerado à TANB de 7,5%, e a subscrição de um Fundo Especial de Investimento (FEI) Aberto Caixagest ou de um Seguro de Capitalização;
- Fundos Especiais de Investimento Abertos – Fundos Caixagest Rendimento Crescente 2011 e Caixagest Rendimento Mais, a juntar aos fundos criados propositadamente para as campanhas do Produto Seleção Caixa 7,5%;
- Valor Nacional – depósito estruturado, lançado para o mercado doméstico de Macau e para a zona offshore da Madeira, e que permite a obtenção de benefícios fiscais para os prazos superiores a 5 anos, bem como a oferta de medalhas em prata fina e prata dourada para os titulares de depósitos mais avultados;
- Caixa Seguro Multi-Estratégia – seguro financeiro do tipo *unit linked* com características de sofisticação financeira, disponibilizando opções de investimento de acordo com o perfil de risco dos clientes.

De outras acções promovidas junto dos seus clientes, salienta-se a Campanha Poupança Fiscal 2006, promovendo os Planos de Poupança Reforma e Fundos de Pensões da Caixa, e a OPV da Galp Energia – 4ª Fase de Reprivatização, liderada pela CGD que colocou mais de 40% da oferta.

Com a tônica na flexibilidade e na segurança, a CGD reformulou, também, a sua oferta permanente de seguros financeiros e não-financeiros:

- Planos Poupança Reforma, proporcionando uma remuneração mais atractiva;
- Caixa Seguro Auto, integrando a campanha automóvel, em que se procedeu à reformulação do

antigo seguro automóvel, com a oferta de um conjunto de coberturas, para além das exigidas por lei, no sentido de garantir a protecção e o bem-estar dos segurados em qualquer situação, com tarifas que se ajustam às especificidades de cada veículo e de cada condutor.

Crédito Imobiliário

A orientação estratégica da CGD para o crédito imobiliário continuou suportada no reforço da sua posição competitiva, centrando a sua preocupação fundamental nas prioridades de qualidade do serviço prestado, de *pricing* das operações e do lançamento de novos produtos e serviços, com inovação incorporada e adaptados às necessidades e expectativas dos clientes, bem como na utilização dos novos canais de distribuição. As medidas tomadas contribuíram para reforçar a imagem, responsabilidade e liderança da CGD neste sector de actividade e cimentar a sua posição como banco de referência no mercado imobiliário.

Para melhorar a qualidade do serviço prestado ao cliente, ao nível dos instrumentos de trabalho, foram realizados investimentos significativos, tendo sido implementada uma nova aplicação para a gestão integrada das operações de crédito, em articulação com uma ferramenta de *workflow*. As melhorias obtidas reflectiram-se, sobretudo na tomada da decisão, no acompanhamento pró-activo de todas as fases da vida da operação até à contratação e na realização de simulações nos diversos canais da rede da Caixa, agências de mediadores de seguros e imobiliários e sítios na *Internet*.

Na componente *pricing* da oferta de crédito, salienta-se a criação de diversas soluções adequadas e simplificadoras, nomeadamente a introdução de um novo indexante, constituído pela média simples da Euribor a 3 meses, para as operações de crédito à habitação, multi-opções e outras finalidades imobiliárias.

Antecipando a data de entrada em vigor da legislação que define as novas regras de arredondamento das taxas de juro até à milésima, a Caixa passou a aplicar, desde 1 de Dezembro de 2006, novas taxas indexadas, baseadas na

média do mês anterior, da Euribor a 3 e a 6 meses, com arredondamento à milésima do ponto percentual mais próximo, contribuindo, assim, para reforçar a transparência e o rigor da informação prestada ao mercado.

Também, com o objectivo de disponibilizar soluções que permitam aos clientes não estarem sujeitos ao risco de subida da taxa de juro em contratos indexados a taxas variáveis, foi criada uma oferta de taxas fixas para o crédito, com maturidades de 5, 10, 15, 20, 25 e 30 anos. Esta opção de taxas fixas permite conhecer, à partida, o plano de pagamentos, garantindo que a prestação não se altera durante o período de fixação da taxa.

Com o intuito de ajustar o pagamento das prestações de crédito à habitação à data mais conveniente para o cliente, foram criadas condições que lhe permitem escolher o dia em que ocorrerão os vencimentos.

Quanto aos clientes que detêm operações de crédito à habitação noutras Instituições de Crédito, em condições desajustadas das tendências do mercado, e que as pretendam transferir para a Caixa, foi lançada uma oferta permanente para transferência de créditos, suportando-se uma parte dos custos decorrentes da mesma. A oferta contempla, ainda, condições preferenciais em seguros e no crédito pessoal complementar à operação de crédito. Paralelamente, a Caixa levou a efeito diversas acções comerciais, visando a retenção dos actuais clientes de crédito à habitação, oferecendo a oportunidade de renovarem as condições anteriores e garantindo o reforço do seu envolvimento.

No que respeita a novos produtos e serviços, numa lógica de conveniência e direcionada da oferta, foi criado um novo modelo de *pricing* e de *cross selling*, com soluções de financiamento e de garantia mais competitivas, salientando-se no âmbito do serviço Caixazul, as soluções Caixazul Habitação e Caixazul Terrenos. Complementarmente, foram criados dois produtos distintos de serviços associados: o CasaFácil, incluído no produto e o CasaFácil Plus, os quais reúnem um conjunto de vantagens, entre as quais o tratamento de documentos com representação no contrato e descontos na avaliação do imóvel em venda. O lançamento desta oferta foi reforçado com uma campanha de

comunicação, envolvendo rádio, imprensa especializada, material no ponto de venda e *marketing directo*, na qual a Caixa oferecia a 1.ª prestação mensal nos empréstimos de montante igual ou superior a 75 mil euros, de prazo superior a 10 anos, contratados entre 18 de Setembro e 29 de Dezembro de 2006.

Ainda na oferta de produtos, a Caixa renovou as condições promocionais do Crédito à Habitação TRIPLEX, direcionado para o segmento jovem, proporcionando aos clientes com idade inferior a 36 anos optar por um período de carência que vai até aos 10 anos, durante o qual só há lugar a pagamento de juros. Os clientes poderão ainda recorrer, isolada ou concomitantemente, à opção de diferir o pagamento de uma percentagem de capital para o final do empréstimo, até ao máximo de 30%. Outras iniciativas de soluções específicas para o segmento jovem materializaram-se no novo acordo de financiamento estabelecido entre a Caixa e a EPUL, para venda do empreendimento "Praça de Entrecampos", localizado em Lisboa.

Com o duplo objectivo de reforçar a comunicação da Caixa e de transmitir flexibilidade nas soluções de financiamento, foi lançada uma campanha publicitária denominada "Crédito Habitação da Caixa". Esta campanha deu destaque ao compromisso da Aprovação Imediata da operação no momento da negociação, à possibilidade de fixar o valor da prestação, de a reduzir por diferimento de capital e/ou alargamento do prazo e reutilização do capital amortizado, etc., de acordo com a conveniência do cliente.

A Caixa criou, ainda, uma oferta específica de crédito à habitação, direcionada aos cidadãos com nacionalidade estrangeira e residência noutras países, com a marca "Live in Portugal", atendendo ao elevado investimento na construção de empreendimentos destinados a estrangeiros não-residentes que pretendam adquirir, construir ou realizar obras em habitação secundária em Portugal. Esta oferta é constituída pelos produtos Intercalar para Sinal, Aquisição, Construção, Obras e Multi-Opções e, para facilitar a sua comercialização, foram criados serviços de atendimento especializado em agências localizadas na Zona Oeste (Óbidos), Lisboa (Central-Sede) e Algarve (Albufeira, Almancil, Faro, Lagos, Loulé, Portimão e

Vilamoura). Adicionalmente, foi criada uma linha específica de atendimento telefónico, o qual garante o atendimento e acompanhamento dos turistas em língua inglesa.

Quanto ao mercado de Reabilitação Urbana, tem vindo a ganhar uma crescente importância face à degradação dos imóveis nos centros urbanos, às recentes alterações no regime de arrendamento urbano e consequentes expectativas de mudança na beneficiação e reabilitação de imóveis. Neste contexto, a Caixa tem assumido uma posição de liderança nesta área de negócio, através da disponibilização de soluções competitivas e adaptadas aos objectivos de rejuvenescimento e de promoção das zonas nobres e históricas das grandes cidades. Em parceria com o Banco Europeu de Investimento, a Caixa apoia o investimento na Reabilitação Urbana e na melhoria das condições de salubridade, segurança e habitabilidade de edifícios, renovando a oferta promocional de Reabilitação Urbana "Spread Zero", válida durante o 1.º ano de vigência de cada empréstimo. Simultaneamente, a Caixa cimentou a sua cooperação com diversas sociedades de reabilitação urbana, celebrando protocolos em diversos pontos do País.

A utilização dos novos canais de distribuição constituiu outro dos meios privilegiados para a divulgação de imóveis, nomeadamente aqueles cuja construção é financiada pela Caixa. Assim, procurando gerar oportunidades de negócio em toda a cadeia de valor do crédito imobiliário, o site da CGD - www.cgd.pt – passou a disponibilizar uma nova página com a divulgação dos empreendimentos financiados pela Caixa. Nesta página, o visitante poderá pesquisar por zonas geográficas, visualizar e obter informação detalhada dos destaques dos empreendimentos financiados pela CGD e, ainda, marcar visita *online*, simular o crédito e obter informações sobre as modalidades de financiamento.

Ainda na vertente de novos canais, a Caixa tem estabelecido parcerias com entidades especialistas na venda de imóveis através de leilões imobiliários, com o objectivo de colocar no mercado alguns dos fogos pertencentes ao Grupo e, simultaneamente, incrementar o volume de operações de crédito imobiliário. Os diversos leilões imobiliários realizados em 2006, nomeadamente o

que decorreu no Salão Imobiliário de Lisboa, comprovaram a elevada adesão do público em geral a esta nova solução de aquisição de imóveis, excedendo as melhores expectativas na venda de imóveis e contratação de empréstimos.

No tocante aos canais externos de angariação de Crédito à Habitação, e aproveitando as sinergias das empresas do Grupo, a Caixa consolidou o projecto "Assurfinance", recorrendo a mediadores de seguros da Fidelidade Mundial e Império Bonança, com experiência na comercialização de produtos de financiamento. Para suportar a actividade deste canal, foi desenvolvido o Portal de Crédito Imobiliário, no qual os mediadores poderão obter toda a informação sobre produtos e campanhas, efectuar simulações, emitir cartas de decisão imediata e acompanhar todo o processo de concessão de crédito até à fase de contratação.

Para dar maior visibilidade à sua estratégia na promoção imobiliária, a CGD esteve presente, em termos internacionais, em certames especializados, como o MIPIM 2006, em Cannes, o Salón Inmobiliario de Madrid (SIMA 2006), o Barcelona Meeting Point e o Salão Ibérico do Mercado Imobiliário e Turismo Residencial (IMOBITUR), na EXPONOR – Porto, presenças que são sinónimo de uma atitude de grande flexibilidade, dinamismo e apoio à promoção do sector.

A CGD assegurou, ainda, a sua presença, na qualidade de patrocinador oficial e com stand próprio, na 9.ª edição do Salão Imobiliário de Lisboa que decorreu na FIL – Parque das Nações. Este certame contou com uma presença significativa de visitantes e de especialistas do mercado imobiliário nacional e internacional, assumindo-se como o local de exceléncia para apresentar e promover a oferta de financiamento e de seguros das diversas empresas do Grupo CGD. Do conjunto de iniciativas promovidas pela Caixa, destaca-se a divulgação, junto do público e dos principais agentes do sector imobiliário e do turismo, das suas soluções de financiamento, inovadoras e muito competitivas, de entre as quais a nova oferta destinada ao turismo residencial já atrás referenciada "Live in Portugal".

Solução Automóvel

Esta oferta automóvel é composta por três soluções de financiamento para aquisição de veículos, com prazos mais alargados e taxas de juro mais baixas, apresentando-se como solução muito competitiva no mercado. A aposta do Grupo foi veiculada por uma forte campanha publicitária, divulgando as soluções de *leasing*, crédito pessoal e *renting*.

Meios de Pagamento

Em 2006, a área de meios de pagamento, através de cartões de débito e crédito, manteve a sua estratégia de inovação e crescimento, com o lançamento de novos cartões, a criação de propostas de valor diferenciadas e a melhoria dos níveis de serviço prestados. Deste modo, foi possível captar novos clientes e fidelizar os actuais, tendo-se aumentado o parque de cartões acima dos 50%. No plano operacional, foi concluído um processo de conversão dos cartões de crédito de Particulares para uma nova plataforma, que permitiu acrescentar funcionalidades e flexibilidade à criação/gestão de produtos direcionados para as necessidades específicas dos diferentes segmentos de clientes.

Ao longo do ano foram lançados ou reformulados os seguintes cartões:

- Cartão CaixaZul – Cartão para particulares que integra a identificação do cliente no segmento CaixaZul e que incorpora o conceito de débito diferido, permitindo efectuar compras no prazo e pagamentos mais convenientes.
 - Cartão Caixa Fā – Lançamento de um cartão inovador e exclusivo, que permite aos seus titulares efectuar compras em Portugal e no estrangeiro, e que incorpora, também, o conceito de crédito diferido atrás mencionado (Cartão CaixaZul).
 - Cartão Caixa Gold – Cartão para particulares com novas funcionalidades e atributos inovadores, dos quais se destaca o Clube Caixa Gold. O Clube é constituído por diversas parcerias com carácter exclusivo e disponibiliza um conjunto de descontos e serviços especiais em áreas como: Viagens e Alojamento, Cultura e Lazer, Comunicações,
- Restaurantes, Estética, Saúde e Desporto, Vestuário, Relojaria e Joalharia, Serviços e Assistência ao Lar.
- Cartão Business – Cartão especialmente dirigido às PME, Grandes Empresas e Institucionais, com a entrada de novas funcionalidades que permitem controlar e gerir as despesas das empresas, nomeadamente a disponibilização de diferentes modalidades de pagamento, incluindo o *revolving*. Este cartão veio substituir os anteriores Gold e Classic, mas mantém as suas funcionalidades.
 - Cartão CaixaWorks – Novo cartão de crédito que permite gerir eficazmente a tesouraria da empresa e que simultaneamente apresenta as vantagens de um cartão. Dirigido ao mercado de pequenos negócios (Empresários em nome individual, pequenas e micro-empresas), o novo cartão da Caixa pretende afirmar-se como um meio de pagamento inovador, constituindo um limite de crédito de curto prazo da empresa, com *plafonds* ajustados às necessidades de tesouraria e com taxas de juro muito competitivas. O cartão oferece, ainda, a vantagem adicional de aceder a uma linha de crédito suplementar até 50% do limite de crédito atribuído, permitindo fracionar o pagamento das despesas de maior valor e libertar o saldo do cartão para as despesas correntes. Com este cartão, a Caixa pretende posicionar-se no segmento de pequenos negócios, que constitui cerca de 90% do tecido empresarial em Portugal.
 - Cartões Soma e Caixa Classic – Foram efectuadas campanhas com ênfase nas características diferenciadoras de cada um deles, usufruindo os titulares do primeiro cartão da oferta de duplicação de pontos no programa *Fast* e os titulares do segundo de descontos relacionados com o valor das suas compras.
 - Cartão LD<30 – Cartão específico para luso-descendentes residentes no estrangeiro com idade inferior a 30 anos.

No âmbito da reorganização do portefólio dos cartões de crédito procedeu-se à descontinuação de alguns dos produtos existentes, nomeadamente os cartões CGD Premier e Euro XXI Gold, bem como o CGD Classic e Euro XXI Classic, migrados para os cartões Caixa Gold e Caixa Classic, respectivamente.

A par destas iniciativas, realizaram-se, ainda, outras campanhas de dinamização do negócio, das quais se destacam as campanhas de venda de produtos não-bancários e as campanhas de fidelização, com oferta de diversos tipos de *vouchers* para descontar em parceiros seleccionados, visando premiar o comportamento dos clientes. Procurou-se, assim, acrescentar valor aos cartões e ir ao encontro das necessidades e preferências dos clientes no dia-a-dia.

Foram, igualmente, lançadas as seguintes campanhas de promoção:

- O Campeonato do Mundo FIFA 2006, na Alemanha, como alavanca para uma campanha de incentivo à adesão e incremento à facturação dos cartões Ímpar e Miles & More da Caixa. Com esta campanha de dinamização dirigida a todos os titulares de ambos os cartões, a Caixa proporcionou a 65 dos seus clientes a experiência de acompanharem a Selecção Portuguesa de Futebol no Mundial;
- “Vantagens a dobrar”, acção de *marketing* directo dirigida a titulares de cartões de crédito da Caixa, com o objectivo de divulgar a oferta de cartões adicionais, para cônjuges e filhos até 24 anos de idade, sem qualquer custo adicional, sendo o extracto comum com o cartão principal para facilitar o controlo das despesas familiares. De realçar, ainda, a isenção de anuidade do cartão principal, aplicável aos cartões Caixa Gold, Caixa Classic, Ímpar e Soma.

Canais não-presenciais

Durante o ano, foram dados novos passos na adequação dos canais de distribuição às necessidades comerciais da Caixa. Os serviços de *Internet banking* de particulares e de empresas alargaram o leque de transacções, de que se destacam as transferências internacionais na zona Euro e um conjunto de serviços de pagamentos (IVA, Sapo ADSL e outros).

O serviço Caixadirecta *on-line* - *Internet banking* de particulares - avançou na vertente relacional, entre gestores de clientes e os próprios clientes, numa gestão de proximidade. O gestor apresenta-se como interface entre o Banco e o cliente nos diversos canais, através de uma caixa de correio

segura, tendo-se, ainda, aprofundado a sua articulação com os serviços Caixazul e Caixadirecta *on-line*.

Com essa perspectiva, foi disponibilizada, no serviço *online*, a informação sobre o gestor, associado à referida caixa de correio, bem como lançadas as funcionalidades das campanhas no *Internet banking*, facultando ao cliente poder acompanhar e responder às recomendações que lhe foram enviadas.

Até ao final de Dezembro, foram lançadas cinco campanhas de aplicações financeiras com articulação entre o gestor e o Caixadirecta *on-line*.

Sítios na Internet

Durante o ano, a Caixa intensificou a sua comunicação com o mercado, não só nos canais não-presenciais, como na criação de um novo espaço na *web* - Caixa Fã -, valorizando a marca Caixa, a sua notoriedade e o seu posicionamento.

No sector financeiro, são de salientar as presenças institucionais ou comerciais que o Grupo detém no espaço virtual em vários domínios (.pt, .com, .fr, .mo, etc.), os quais mantêm lugares de destaque na *web*. As diferentes instituições do Grupo disponibilizam cada vez mais informação, novos produtos e serviços bancários à distância e soluções financeiras, destacando-se os seguintes sítios e endereços:

www.cgd.pt, www.caixabi.pt, www.caixagest.pt,
www.clf.pt, www.locarent.pt, www.caixacredivo.pt,
www.imocaixa.pt, www.fundimo.pt, www.cgdpesos.pt,
www.lardocelar.com, www.caixadirecta.cgd.pt,
www.caixaebanking.cgd.pt e
www.cgd.pt/caixadirecta_online/index.htm.

Em 2006, o Grupo obteve, no visionamento dos respectivos sítios, uma média mensal de 439 mil utilizadores únicos e cerca de 8 milhões de páginas visitadas, mantendo o 1.º lugar nos *rankings* de domínios e *sites* no índice total da Banca e ocupando, consecutivamente, o Top10 do Índice KPBI30, em desempenho e disponibilidade.

Do ponto de vista operacional, os *sites* disponibilizam *online* ferramentas e funções de índole transaccional, como, por

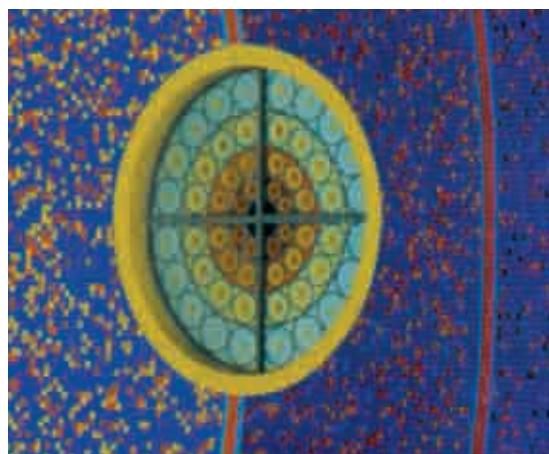
exemplo, consulta e movimentação de contas, compra e venda de acções, encomendar, comprar, simular, aderir ou mesmo subscrever produtos financeiros, imprimindo dinamismo ao *core business* do banco e impulsionando oportunidades de negócio e de fidelização do cliente. Os diversos segmentos de mercado foram alvo de iniciativas de comunicação inovadoras, demonstrando capacidade de mudança e novas abordagens ao cliente.

No novo espaço Caixa Fã, a sua filosofia assenta numa iconografia e linguagem emocionais e em referências personificadas, aliadas a um sentimento de pertença a grupos de interesses comuns que motivam uma ligação espontânea dos seus utilizadores à marca CGD. Nesse sentido, o espaço está aberto a múltiplas áreas de comunidades FÃ, como o desporto, a cultura, o ambiente e a solidariedade. Novos instrumentos, como a criatividade, a descoberta, o conhecimento e a fidelização, são o paradigma desse novo espaço.

No site www.caixafa.pt, percepciona-se o sentimento de Ser Fã na forma de comunicar, na imagem conceptual, na informação agrupada por temas de interesse, na valorização das causas sociais mais emergentes da sociedade actual que a franja de mercado a que se dirige mais valoriza.

Particular relevância foi dada, também, ao sector estudantil, através do portal dos universitários – www.cup.pt -, em que, para além de informação financeira e de lazer, se privilegiou a interacção com os estudantes, levando-os à utilização dos meios que a Caixa tem ao seu dispor, tais como a Caixadirecta *on-line* e as agências universitárias concebidas especialmente para este segmento. Também pela realização permanente de passatempos e divulgação de temas de interesse através de uma *newsletter* semanal, foi objectivo aumentar a utilização dos produtos e serviços da Caixa.

No segmento imobiliário, a Caixa procede à divulgação dos imóveis e empreendimentos construídos sob financiamento CGD, através do portal LardoceLar, em www.lardocelar.com, e do portal Bolsa Caixa Imobiliário, em www.bci.lardocelar.com. A resposta do mercado a este serviço tem sido muito positiva, atingindo durante o



ano um registo de 309 167 imóveis, 152 336 pedidos de visitas a imóveis, 1 094 empreendimentos registados e 16 904 certificados de crédito habitação emitidos.

Aproveitando, ainda, o conhecimento do mercado, o LardoceLar lançou, também, um site único em Portugal, exclusivamente dedicado à divulgação do imobiliário comercial de escritórios, em www.escritorios.com.pt. Para além destes imóveis, são também objecto de divulgação as lojas, os armazéns e os terrenos industriais, através dos sites www.lojas.com.pt e www.industrial.com.pt.

Por último, é de referir a iniciativa PMELink (www.pmelink.pt), o primeiro Centro de Negócios *online* no mercado português, vocacionado para apoiar as Pequenas e Médias Empresas (PME) portuguesas em todas as áreas de apoio ao seu negócio. A sua missão é tirar partido da dimensão, das capacidades e das valências dos seus promotores para disponibilizar às Pequenas e Médias Empresas um conjunto completo de informação, produtos e serviços de alta qualidade, de forma altamente conveniente e a preços fortemente competitivos.

O site da CGD pode, também, ser visitado numa versão em inglês, em www.cgd.pt/english/index.htm, facilitando o contacto das entidades estrangeiras que se dirigem à CGD.

Igualmente, a Caixa tem procurado introduzir funcionalidades no seu site institucional que o tornem acessível, com respeito pelas regras de usabilidade, a utilizadores com necessidades especiais.

Banca de Investimento

O Caixa – Banco de Investimento (CaixaBI) é a plataforma de banca de investimento do Grupo actuando em articulação com as estruturas comerciais e financeira da CGD, em especial, com a Direcção de Grandes Empresas (DGE) e a Direcção dos Mercados Financeiros (DMF). O mercado-alvo do Banco integra grandes e médias empresas, institutos públicos e autarquias, investidores institucionais e promotores de grandes projectos de investimento de dimensão nacional e regional e, ainda, os particulares com investimentos na área de *trading* em instrumentos financeiros.

No ano de 2006, consolidou-se a estratégia de abordagem do mercado, dinamizando a relação comercial com os clientes, originação de operações desta área bancária, liderança, organização e montagem de transacções, com destaque para financiamentos *corporate* sindicados, operações de *leverage buy out*, reestruturações financeiras ou operações da responsabilidade das áreas de produto do Banco e consequente reforço das suas quotas de mercado.

Na vertente internacional, o Banco viu igualmente reforçado o seu papel, nomeadamente no mercado espanhol, através da sua Sucursal de Madrid, que demonstrou um elevado dinamismo e se constituiu como uma das principais originadoras de operações.

Corporate Nacional

Durante o ano, o Banco liderou diversas operações, destacando-se, pela sua estrutura inovadora, montante envolvido ou relevância dos intervenientes, as seguintes:

- Liderança, organização e tomada firme, para sindicação posterior, de um Empréstimo de Longo Prazo à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA, no montante de 100 milhões de euros, que conjuga um binómio risco / rentabilidade que permite ao CaixaBI evitar pressões da concorrência.
- Liderança, organização e tomada firme de um Programa de Emissões de Papel Comercial para o Grupo Estoril Sol, no montante global de 50 milhões de euros, para consolidação do Passivo Financeiro da empresa.

- Liderança e organização de um Programa de Emissões de Papel Comercial Grupado com *Rating* para o Grupo Visabeira, no montante global de 40 milhões de euros, e Assessoria Financeira na estratégia de financiamento do Grupo.

- Sogevinus, SGPS, SA – Organização e montagem de um *Acquisition Finance* para a aquisição de 100% das acções representativas do capital social da Porto Barros e posterior refinanciamento da dívida, envolvendo um montante global de 80 milhões de euros.

- Altri, S.L. – Organização e montagem, bem como sindicação conjunta, de um *Acquisition Finance* para a aquisição de 100% das acções representativas do capital social da Celbi e posterior refinanciamento da dívida financeira, no montante global de financiamento de 400 milhões de euros.

- Caima Indústria, SA (Grupo Altri, SGPS) – Contratação de uma cobertura de taxa de juro de 310 milhões de euros para gestão do risco associado ao financiamento de 400 milhões de euros anteriormente referido.

- Auto Industrial, SA – Organização e montagem de um Programa de Emissões de Papel Comercial desintermediado no montante de 10 milhões de euros.

- Parque Expo, SA – Organização e montagem de um Programa de Emissões de Papel Comercial desintermediado no montante de 10 milhões de euros.

- EDA – Empresa de Electricidade dos Açores, SA – Organização e montagem de um Programa de Emissões de Papel Comercial desintermediado no montante de 20 milhões de euros.

- DEFLOC – Contratação de um *Swap* de taxa de juro no montante de 2,49 milhões de euros, associado ao financiamento para aquisição dos helicópteros EH 101.

- Petrogal / Galp Energia – Contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, no montante de 100 milhões de euros, que complementa as necessidades financeiras da empresa.

- EPUL – Primeira utilização (12 milhões de euros) do Contrato de Cessão de Créditos de 35 milhões de euros celebrado em Julho de 2005, com a inerente cobrança de comissões associada à utilização.
- OGMA – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, SA – Contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial com garantia de subscrição via Conta Corrente, no montante de 10 milhões de euros. Esta operação visou o refinanciamento de parte do passivo da empresa.
- Luís Simões, SGPS, SA – Contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial desintermediado, no montante de 10 milhões de euros, que complementa as necessidades financeiras da empresa.
- Alves Ribeiro / Alrisa – Contratação de um Programa de Papel Comercial, no montante de 5 milhões de euros, que complementa as necessidades financeiras da empresa.
- EDP – Contratação da *Revolving Facility* de médio prazo de 1 100 milhões de euros, tendo o CaixaBI o estatuto de *Mandated Lead Arranger* com uma tomada firme de 75 milhões de euros.
- Cinveste, SGPS, SA – Programa de Emissões de Papel Comercial no montante de 50 milhões de euros, colaterizado por participações financeiras.

O número de Programas de Emissões de Papel Comercial agenciados pelo CaixaBI ascendeu a 84 e, durante 2006, foram efectuadas 400 emissões, às quais correspondeu um montante superior a 10 mil milhões de euros. Já quanto aos empréstimos obrigacionistas, são agenciadas 24 operações correspondentes a um montante agregado superior a 4,5 mil milhões de euros, dos quais 50% correspondentes a operações angariadas no corrente ano.

Corporate Internacional

Na componente internacional, o crescimento de actividade foi muito significativo, com destaque para Espanha, onde a sucursal do CaixaBI continuou a demonstrar o forte dinamismo já patenteado anteriormente, constituindo-se como uma das principais

unidades originadoras de operações de banca de investimento.

Pela sua dimensão e importância para a imagem e resultados do Grupo CGD, destacam-se as seguintes operações concretizadas:

- Grupo Saprogal – *Secondary Buy Out* de 150 milhões de euros com participação do Grupo CGD como *Arranger* com 15 milhões de euros de tomada firme.
- Parques Reunidos – Refinanciamento de 338,2 milhões de euros. Participação do Grupo CGD com 45 milhões de euros.
- Telefonica – Refinanciamento da aquisição da O2 no montante entre 350 milhões de euros e até 700 milhões de euros, através de um *Club Deal* com Caixas Espanholas. Participação do Grupo CGD com 60 milhões de euros.
- INAER – Financiamento para aquisição da Inaer pela Investindustrial de 91,5 milhões de euros. Participação do Grupo CGD com 7 milhões de euros como *Arranger*.
- Yelmo Cineplex – Participação no refinanciamento à Yelmo Cineplex de 38 milhões de euros. Participação do Grupo CGD com 8 milhões de euros como *Co-Arranger*.
- Grupo ENCE – Financiamento de 400 milhões de euros. Participação do Grupo CGD com 30 milhões de euros como *Lead Arranger*.
- Aspro Ocio – Financiamento de 180 milhões de euros. Participação do Grupo CGD com 45 milhões de euros como *Mandated Lead Arranger*.
- United Surgical Partners Europe – Financiamento de 126 milhões de euros. Participação do Grupo CGD com 10 milhões de euros como *Co-Arranger*.
- Panrico – Refinanciamento da Operação de *Leverage Buy Out* da Panrico no montante de 789 milhões de euros. Participação do Grupo CGD com 25 milhões de euros como *Lead Manager*.

- Grupo Prisa – Participação no financiamento de 1,6 mil milhões de euros ao Grupo Prisa. Participação do Grupo CGD como *Arranger* num montante de 50 milhões de euros.
 - Grupo Caprabo – Participação no financiamento de 475 milhões de euros ao Grupo Caprabo. Participação do Grupo CGD como *Lead Arranger* com 25 milhões de euros.
 - Alteco Gestión y Promoción de Marcas S.L.U e Mag-Import S.L. – Participação no financiamento de 2,16 mil milhões de euros à Alteco Gestión y Promoción de Marcas S.L.U e Mag-Import S.L. para a OPA à Metrovacesa. Participação como *Mandated Lead Arranger* com 250 milhões de euros de tomada firme.
 - Pullmantur – Participação no financiamento de 220 milhões de euros ao Grupo Pullmantur Cruises. Participação com 20 milhões de euros como *Mandated Lead Manager*.
 - Levantina – *Acquisition Leverage Finance* de 358 milhões de euros. Participação do Grupo CGD como *Arranger* com uma tomada firme de 30 milhões de euros.
 - Ferrovial Infraestructuras – Financiamento de *Equity* para aquisição de BAA, no montante total de GBP 1,85 mil milhões. Participação do Grupo CGD com tomada firme de GBP 150 milhões.
 - La Seda de Barcelona – Financiamento de 470 milhões de euros. Participação do Grupo CGD como *Mandated Lead Arranger* com uma tomada firme de 70 milhões de euros.
 - Grupo Blinker – Refinanciamento e recapitalização de 31,5 milhões de euros para o Grupo Blinker, tendo o CaixaBI actuado como *Mandated Lead Arranger* e *Bookrunner* para a totalidade do financiamento.
 - Angulas Aguinaga – Financiamento de 105 milhões de euros no âmbito do processo de aquisição por *private equities*. Participação do Grupo CGD como *Arranger* com uma tomada firme de 15 milhões de euros.
 - Cementos Portland Valderrivas – Financiamento para a aquisição parcial da Uniland no montante de 1,58 mil milhões de euros. Participação do Grupo CGD como *Mandated Lead Arranger* com 150 milhões de euros de tomada firme.
- Ao nível da actividade internacional, para além de Espanha, foram também efectuadas, entre outras, as seguintes operações:
- Consórcio Isolux/Cobra/Elecnor – Emissão de uma Garantia *Stand By Letter of Credit* para o consórcio que ganhou algumas linhas de transmissão de alta tensão no Brasil, no montante total de USD 235 milhões. Participação do Grupo CGD com USD 35 milhões.
 - Endesa Fortaleza – Financiamento de USD 67,5 milhões através da modalidade *IFCB Loan* para uma nova central de ciclo combinado localizada em Fortaleza (Brasil). Participação do Grupo CGD com USD 22,5 milhões.
 - Grupo Martifer SGPS - Financiamento em *Club Deal* de 25 milhões de euros à Biomart Energy SL e Agromart Energy SL, duas participadas daquele Grupo na Roménia, para desenvolvimento de um projecto de bio-diesel. Participação do Grupo CGD com 10 milhões de euros.

Project Finance

Na área de *Project Finance*, o CaixaBI foi o principal banco português como *Mandated Lead Arranger*. De acordo com as *League Tables* da "Dealogic", o CaixaBI manteve o 1.º lugar a nível nacional e foi o 3.º banco na Península Ibérica e o 6.º no *ranking* Europeu.

Da actividade desenvolvida nessa área em 2006, são de referir as seguintes operações em que o CaixaBI assumiu o estatuto de *Mandated Lead Arranger*:

Dívida Sénior de 1 056 milhões de euros no projecto de aquisição da Enersis II SGPS pela Babcock & Brown na área de energia eólica. Esta operação foi considerada *Renewable Deal of the Year*, segundo a publicação "Project Finance International".

• Dívida Sénior de GBP 6,97 mil milhões no projecto de aquisição da British Airports Authority pelo consórcio liderado pela Ferrovial Infraestruturas.

- Dívida Séniior de GBP 2,37 mil milhões no projecto de aquisição da Associated British Holdings plc pelo consórcio composto pela Borealis Infrastructure Management, GIC Special Investments, Goldman Sachs Investment e Infracapital Partners.

- Operação de refinanciamento da dívida da Tejo Energia e financiamento de novo equipamento para controlo de poluição, no montante de 696 milhões de euros.

Mercado de Capitais

Dívida Pública

No contexto do programa de financiamento e de gestão da Dívida Pública, com a finalidade de diversificação e alargamento da base de investidores, a orientação voltou a centrar-se na emissão de Obrigações do Tesouro (OT) em paralelo com a renovação das linhas de Bilhetes dos Tesouro (BT), tendo sido emitido um total de 57,7 mil milhões de euros.

Em 2006, emitiram-se duas novas séries sindicadas de Obrigações do Tesouro:

- A nova emissão *benchmark* a 30 anos - OT 4,10% 15 de Abril de 2037 -, no montante de 3 mil milhões de euros, tendo como *Joint Lead Managers* o BES, Barclays, BNP Paribas, CAYON e Deutsche Bank.

- A emissão com maturidade de 10 anos - OT 4,20% Outubro de 2016 -, no montante de 3 mil milhões de euros, tendo a CGD, Citigroup, Goldman Sachs, Morgan Stanley e Société Générale assumido o estatuto de *Joint Lead Managers*.

No domínio da dívida transaccionável, as OT foram o principal instrumento de financiamento, com um total emitido de 13,8 mil milhões de euros, e em segundo lugar os BT, cujo valor emitido ascendeu a 11,8 mil milhões de euros. Relativamente à dívida não-transaccionável, destaca-se a emissão de 19,5 mil milhões de euros de CEDIC (Certificado Especial de Dívida Pública).

No final do ano, na sequência de forte procura, o Governo decidiu aumentar o tecto máximo de emissão de

Certificados de Aforro de 2 mil para 2,5 mil milhões de euros.

No âmbito do Programa de Troca de Dívida, disponibilizou-se a eventual recompra das seguintes obrigações: OT 3% Julho 2006, OT 6,625% Fevereiro 2007 e OT 5,375% Junho 2008, por meio de plataforma electrónica pela MTS Portugal ou através da realização de leilões de recompra.

Foi, ainda, possibilitada a recompra de outros instrumentos não sujeitos a obrigações de cotação em MEDIP/MTS Portugal. Como resultado, realizou-se a recompra de 1,5 mil milhões de euros de OT 3% Julho 2006 e 507 milhões de euros de OT 4,875% Agosto 2007.

Dívida Privada

Mercado Obrigacionista

No segmento da Dívida Privada, o CaixaBI esteve envolvido, em 2006, em 16 emissões obrigacionistas com um montante global de emissão de cerca de 8,1 mil milhões de euros.

Entre aquelas, destaca-se a primeira emissão de *covered bonds* portuguesas (Obrigações Hipotecárias da Caixa Geral de Depósitos), na qual o CaixaBI actuou como *Joint Lead Manager* e *Bookrunner*, no montante de 2 mil milhões de euros.

Merecem, ainda, referência as seguintes emissões de montante igual ou superior a 50 milhões de euros, nas quais o CaixaBI também assumiu o estatuto de líder:

- Semapa – Empréstimo obrigacionista 2006-2016, no montante de 175 milhões de euros;
- Sonae, SGPS – Empréstimo obrigacionista 2006-2011, no montante de 250 milhões de euros;
- EDP Finance BV – 4,25% Bonds due 2012, no montante de 500 milhões de euros;
- Sonae Indústria – Empréstimo obrigacionista 2006-2013, no montante de 50 milhões de euros;
- Refer, EP – 4,047% Guaranteed Notes due 2026, no montante de 600 milhões de euros;
- Refer, EP – 4,25% Notes due 2021, no montante de 500 milhões de euros.

Mercado Corporate de Acções

Durante o ano de 2006, a prestigiada revista "Euromoney" distinguiu o CaixaBI com o seu Award "Best Equity House in Portugal".

Na 6.ª maior operação de venda na Europa em 2006 - a 4.ª fase de reprivatização da Galp Energia, SGPS, SA, que ascendeu a 1,1 mil milhões de euros, o CaixaBI foi um dos coordenadores globais conjuntos e bookrunners. As 82 950 mil acções que constituíram esta Oferta Pública de Venda representaram a maior OPV em Portugal desde 2000, o que incutiu uma nova dinâmica ao mercado de capitais nacional. Na colocação das acções, o CaixaBI foi responsável por uma quota de 70% na vertente institucional e por 40% na vertente de retalho.

Na área da corretagem, verificaram-se crescimentos assinaláveis, nomeadamente no último trimestre, tendo o CaixaBI obtido o 1.º lugar, em termos de quota de mercado, nas ordens recebidas de clientes.

A actividade de *Liquidity Provider* sobre vários títulos cotados na Euronext Lisboa, como a Cofina, Novabase, Orey Antunes, Reditus, Altri e Inapa, manteve-se a bom ritmo. A própria Euronext reconheceu a actividade do CaixaBI, atribuindo o rating máximo A em todos os títulos e categorias. A actividade de *market-making* passou a contar, já no decorrer do mês de Outubro, com um novo título, a Ibersol.

Emissões Próprias da CGD

Ao nível do financiamento, a política seguida no ano de 2006 orientou-se para a satisfação das necessidades de recursos em condições de optimização de custos através de acesso a fonte de financiamento diversificado.

Neste contexto, a Caixa prosseguiu com a política de utilização dos principais instrumentos de captação de recursos em mercado institucional, a qual permitiu a realização de poupanças de financiamento. De referir que, por motivos ligados à estratégia de financiamento, o volume de contratações ao abrigo do Programa EMTN foi mais moderado, face ao registado em 2005, em consequência do maior enfoque dado à primeira emissão de obrigações hipotecárias.

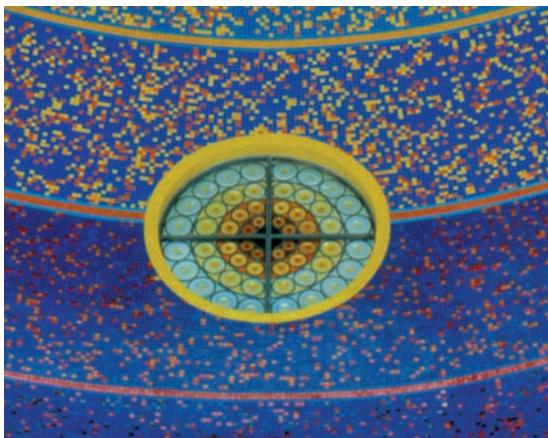
Condicionada pela necessidade do cumprimento do rácio de liquidez, a Caixa optou pela captação de ECP/USCP, mantendo-se o seu saldo nos 3,5 mil milhões de euros.

A nível do programa EMTN, realizaram-se 47 operações num total de 1,5 mil milhões de euros, um decréscimo de cerca de 60% face ao ano anterior. O saldo vivo, reflectindo o fraco volume de liquidações, ascendeu a 6,6 mil milhões de euros, correspondendo a um incremento de 497 milhões de euros.

Foram, ainda, contratados, no 1.º trimestre, 50 milhões de euros em empréstimos em ienes. Relativamente aos empréstimos *Schuldschein*, o seu saldo diminuiu significativamente, fixando-se nos 89 milhões de euros, em consequência da liquidação de 250 milhões destes empréstimos.

No domínio da Dívida Subordinada, foram contratadas 12 operações para o sector institucional, cujo valor total emitido ascendeu aos 509 milhões de euros, valor ligeiramente inferior à proposta de 600 milhões de euros prevista no programa de financiamento. No segmento da Dívida Sénior, foram realizadas 47 operações no montante total de 1,5 mil milhões de euros.

Inserida no Programa de Obrigações Hipotecárias de 10 mil milhões de euros, onde participa um vasto grupo de *dealers*, com desempenho reconhecido ao nível do mercado europeu de *Covered Bonds*, e com a função de instrumento estratégico de financiamento no mercado de capitais, a Caixa lançou a primeira emissão de Obrigações Hipotecárias Portuguesas no valor de 2 mil milhões de euros. Esta operação, com maturidade de 10 anos, constitui a emissão obrigacionista não soberana com a atribuição do mais elevado rating pelas três principais agências internacionais (AAA/AAA/Aaa), e de maior dimensão. A operação teve um elevado sucesso, consubstanciado, entre outros, no preço final atingido (4 pontos-base acima da curva *swap*) e na dimensão e qualidade do livro de ordens angariadas, cerca de 6 mil milhões provenientes de mais de 130 investidores situados em 23 países.



O preço final da operação, com um cupão fixo de 3,875%, situou-se 4 b.p. acima da curva de swaps, o que poderá assegurar uma poupança a rondar os 15 b.p. face a outras fontes de financiamento de mercado para a mesma maturidade. Os *leaders* da emissão foram o Barclays Capital, CaixaBI, Nomura e SG CIB.

Private Equity

Durante o ano de 2006, a área de capital de risco investiu um total de 44,1 milhões de euros, dos quais 34,2 milhões de euros em novas participadas e 9,9 milhões de euros no reforço de participações da carteira.

Das novas operações, são de salientar:

- a tomada de uma participação correspondente a 12% do capital da Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda., sociedade maioritariamente participada em 76% pelo Grupo Enersis e que detém 25% de um consórcio candidato à segunda fase do concurso público para a produção de electricidade em centrais eólicas;

• a tomada de uma participação correspondente a 5% do capital da La Seda de Barcelona, SA, sociedade de direito espanhol cotada na Bolsa de Valores de Madrid, cujo maior accionista é o grupo português Imatogil, e que levou a cabo uma operação de aumento de capital de grande dimensão (418,7 milhões de euros) com vista a financiar a sua estratégia de crescimento e a posicioná-la como líder do mercado europeu de produção de PET. O investimento efectuado no capital social da La Seda de Barcelona, SA foi de 34,16 milhões de euros.

Gestão do Risco

A gestão do risco é realizada na CGD de forma centralizada e abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos pelo Grupo, consagrando o princípio da segregação de funções entre as áreas comerciais e a área de risco.

Risco de Crédito

A actuação da CGD no tocante ao risco de crédito é desenvolvida através da elaboração de pareceres e do controlo do risco implícito na carteira, os quais incorporam na análise a evolução económico-financeira previsional do projecto e a influência e a percepção de factores susceptíveis de criar um risco agravado.

A avaliação do risco, quer de operações do activo, quer de extrapatrimoniais, está suportada na análise sistemática dos seguintes factores:

- transparência e qualidade da informação económico-financeira disponibilizada;
- qualidade da gestão, eficiência operacional, influência do meio envolvente do cliente/risco e de mercado/posiçãoamento concorrencial, área geográfica, sector de actividade, contingências, relacionamento com a CGD e Banca, permitindo a detecção de riscos endógenos e exógenos;
- qualidade da operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantias, partilha de responsabilidades, colateral, risco cambial, etc..

São específicos na avaliação de risco dos grupos económicos os critérios de:

- ponderação de notações externas de risco de crédito;
- ponderação do risco de crédito das várias áreas/empresas do Grupo;
- concentração da exposição;
- limite aos grandes riscos, na perspectiva regulamentar, do seu peso face aos capitais próprios e da ponderação no rácio de solvabilidade.

No contexto da avaliação do risco e como auxiliar de decisão, é ainda efectuada uma notação interna, utilizando-se

uma metodologia comum a todo o Grupo, através de *rating*, para as empresas de maior dimensão e os grupos económicos, e de *scoring*, para o segmento de Particulares.

A avaliação do risco das Instituições Financeiras (IF) assenta em regras estabelecidas internamente, em especial, através da atribuição de limites de exposição por contraparte, a qual é suportada não só pela notação das agências de *rating*, como também pela ponderação de outros critérios de natureza quantitativa e qualitativa. É igualmente tido em consideração o mercado e a economia em que se encontram inseridas, a qualidade dos seus accionistas e outros factores que poderão mitigar o risco de crédito.

As regras atrás referidas foram transpostas para uma metodologia de avaliação de risco, com vista não só à atribuição de limites para estas contrapartes, como também à sua integração nos sistemas informáticos, de modo a permitir a análise dos riscos incorridos por entidade, por unidade de negócio ou a nível consolidado. Os limites são atribuídos por contraparte, maturidade e produto, em função do respectivo grau de risco da entidade/cliente e da sua capacidade de endividamento. Procede-se, igualmente, ao acompanhamento de risco das contrapartes, bem como ao controlo da exposição e dos limites atribuídos.

Foi desenvolvido um modelo de *rating* interno para Instituições de Crédito, no âmbito do Programa Basileia II, o qual contribuiu para melhorar a análise das carteiras e o estabelecimento de normas mais rigorosas de avaliação. Está em curso um conjunto de procedimentos com vista a uma maior automatização e controlo dos limites dos bancos.

Ao nível do controlo do risco de crédito implícito na carteira da CGD, este é efectuado através do acompanhamento dos principais indicadores, procedendo-se à desagregação da carteira por produto, segmento de cliente, estrutura de decisão, grau de exposição no sistema financeiro, sector de actividade e área geográfica, analisando-se, também, o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pela Supervisão.

No que toca ao crédito vencido, é disponibilizada às áreas comerciais da Caixa informação detalhada das situações de incumprimento, segmentadas por produto e tipo de cliente.

Procede-se, ainda, ao cálculo das provisões numa óptica económica, bem como da imparidade da carteira de crédito.

Controlo de Crédito e Recuperação

O acompanhamento do crédito, sua qualidade e cumprimento são, primeiramente, da responsabilidade das estruturas que o concedem e, numa 2.ª fase, de estruturas alheias à concessão, mas responsáveis pela recuperação de crédito vencido, reestruturação do crédito vincendo e enquadramento adequado desses clientes na Instituição, visando que os mesmos se mantenham na Caixa em situação regular.

Em 2006, a área de Recuperação de Crédito viu alargadas as suas funções com a integração da acção contenciosa, quer para particulares, quer para empresas, facto determinante para uma nova atitude perante os clientes envolvidos e na perspectiva de se privilegiar a acção negocial e a recuperação extra-judicial do crédito. A acção contenciosa passou a ser encarada como uma ferramenta da recuperação, complementando e suportando a acção negocial, postura essa que se deve manter até ao final da acção executiva. Só após se gorarem os esforços de recuperação extra-judicial, se recorre à acção judicial, mantendo-se, porém, aberta a hipótese negocial em toda a vida do processo.

Tendo em vista agilizar a recuperação do crédito, procedeu-se, no segmento de Particulares e em toda a rede da Caixa, à afectação automática das operações com três prestações em atraso a esta Área, enquanto que, no segmento de empresas, essa afectação se faz caso a caso, carecendo, ainda, de definição de regras claras e uniformes.

Em 2006, em termos de recuperação negocial do total dos clientes particulares alocados à área de recuperação, foram regularizados mais de 8 300, o que corresponde a 44% do total, obtendo-se planos de pagamento para cerca de 11% e remetendo-se para seguimento da acção judicial cerca de 10%. Os restantes clientes continuam com negociação em curso (35%).

Na recuperação contenciosa, deram entrada cerca de 6 500 operações para início de acção executiva, instauraram-se 4 400 acções judiciais e finalizaram-se cerca de 6 100 acções.

Risco de Mercado

As regras de gestão do risco de mercado, estabelecidas pela Caixa para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e, ainda, limites quanto à exposição a risco de crédito, de mercado e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

O estabelecimento daquelas regras constitui a fase final dos processos de obtenção da informação relevante para avaliação de risco, tendo sido aprovadas, em 2006, revisões às regras de gestão da carteira de negociação da Sede e da carteira própria do Grupo.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o *Value at Risk* (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, estando os níveis de confiança utilizados dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são usadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes (*basis point value-bpv*, para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (*vulgo*, gregos). Desenvolveram-se, ainda, avaliações do impacto nos resultados para cenários extremos de variação por factor de risco (*stress-testing*).

São efectuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de *backtesting* teórico e, mensalmente, com cálculo de *backtesting* real. O número de excepções obtidas, isto é, o

número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

Foi efectuada uma auditoria ao processo de gestão de risco de mercado, em preparação da candidatura à utilização do modelo interno de avaliação de risco para cálculo do capital regulamentar.

Apresentam-se, de seguida, os níveis de risco de mercado, medidos em VaR, atingidos durante o ano, para as carteiras de negociação e de investimento:

Risco de Mercado – Carteira de Negociação em 2006

	VaR 95%		
	Mínimo	Médio	Máximo
Taxa de juro	149	276	595
Preço	0	570	1 167
Taxa de câmbio	8	86	894
Total (a)	270	698	1 417

(a) O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade, que é, em geral, inferior à soma dos riscos tomados individualmente devido ao efeito de diversificação.

Risco de Mercado – Carteira Própria em 2006

	VaR 95%		
	Mínimo	Médio	Máximo
Taxa de juro	4 005	7 611	11 051
Preço	566	1 535	3 317
Taxa de câmbio	46	1 248	12 919
Volatilidade	5	267	631
Total (a)	3 935	7 761	16 431

(a) Ver nota do quadro anterior.

Os níveis de exposição ao risco de taxa de juro, medidos em bpv, para todas as carteiras controladas na Sede atingiram, durante o ano, os valores máximos de 282 milhares de euros, mínimos de -444 milhares de euros e médios de -69 milhares.

A gestão da carteira de negociação tem objectivos de curto prazo e aproveitamento de oportunidades de mercado, podendo não existir posições na carteira, enquanto, na

carteira de investimento, os objectivos são de médio e longo prazo, tendo em vista a geração de um fluxo regular e pouco volátil de resultados, havendo limites para o montante mínimo investido.

As regras de gestão da carteira de negociação e da carteira própria são definidas em *guidelines* aprovadas superiormente e controladas diariamente. Ambas foram objecto de revisão, em termos de medidas de *stop losses*, verificando-se, ainda, alargamento dos tipos de instrumentos autorizados na carteira própria e dos limites parciais de risco de mercado e composição em termos de *rating*, na carteira de negociação. Foi mantida em cada carteira a exigência de um mínimo de EBT (*Earnings before taxes* – resultados brutos deduzidos de custos de financiamento próprio e alheio), em termos absolutos, mantendo a exigência de um mínimo de ROE. Em 2006, ambas as carteiras (Negociação e Carteira Própria) atingiram o nível exigido de rentabilidade ajustada ao risco, bem como o valor absoluto de EBT.

Estas regras sujeitam cada carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos, tanto para exposição de crédito

(concentração por nome, sector, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). Para estas carteiras, são produzidas análises mensais e de controlo da rentabilidade com a avaliação do risco de crédito, segundo as definições regulamentares em vigor, e do risco de mercado, segundo a abordagem de modelos internos.

Risco Cambial

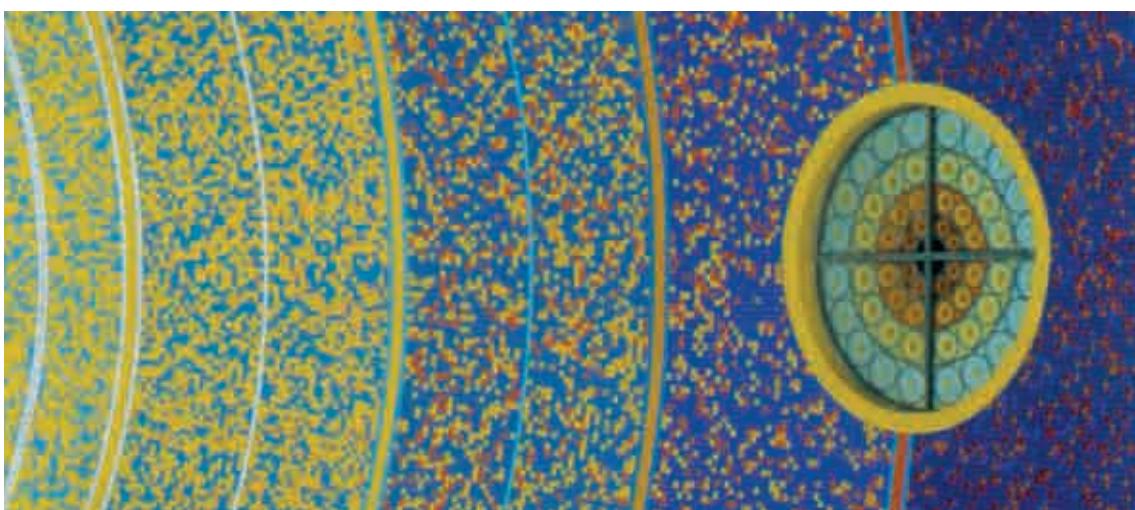
O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Apresentam-se, de seguida, os níveis de risco e o valor de mercado da posição cambial do Grupo, atingidos durante o ano:

Risco Cambial em 2006

(milhares de euros)

	VaR 99%			Valor de Mercado		
	Máximo	Mínimo	Médio	Máximo	Mínimo	Médio
Total	5 516	985	1 445	150 769	-114 755	49 787



Gestão de Activos e Passivos

No âmbito do processo de gestão de activos e passivos (*Asset-Liability Management*, ALM), a Caixa prosseguiu o objectivo de assegurar uma gestão prudente da situação de liquidez, de consumo de capital e de controlo dos riscos financeiros associados, debituçando-se em particular sobre os riscos de liquidez, de taxa de juro e de mercado.

Risco de Liquidez

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respectivos *gaps* de liquidez, os quais, no final de ano, apresentavam os seguintes valores:

Gap de Liquidez, em 31.12.2006 (*)

Intervalos	1 Mês	3 Meses	12 Meses	3 Anos	10 Anos	>10 Anos
Gap do Período	-2 860,1	-6 432,1	-8 707,7	3 034,8	-5 756,4	19 160,7
Gap Acumulado	-2 860,1	-9 292,2	-17 999,9	-14 965,1	-20 721,5	-1 560,8

(*) Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de França, Mónaco, Londres, Nova Iorque e Ilhas Caimão, Caixa-Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

A fim de evitar valores negativos elevados nos *gaps* de liquidez dos intervalos de curto prazo, a Caixa procurou assegurar uma eficiente gestão de tesouraria e, para fazer face às maturidades mais elevadas, sobretudo do crédito hipotecário concedido, continuou a dispor de instrumentos de captação de recursos nos mercados internacionais, nomeadamente através da emissão de *Euro Medium Term Notes*.

Prosseguiu, assim, ao longo do ano, a política de captação de recursos cujos prazos se adequavam melhor aos *mismatches* existentes entre os prazos de activos e passivos e garantiam maior estabilidade dos recursos de clientes, tanto através do lançamento de produtos estruturados de poupança, como da emissão de dívida ou de acções preferenciais. Foi também realizada, pela

primeira vez, ao abrigo da nova legislação, uma emissão de obrigações hipotecárias que registou apreciável sucesso.

Relativamente ao rácio de liquidez da Caixa, comunicado trimestralmente ao Banco de Portugal, o seu valor era, no final do ano, de 91,8%, para a actividade individual, e de 95,2%, para a actividade consolidada.

Risco de taxa de juro

A Caixa incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

Para a medição deste risco, a metodologia adoptada na Caixa socorre-se da agregação dos activos e passivos sensíveis em intervalos fixos de tempo, de acordo com as respectivas datas

Gap de Taxa de Juro, em 31.12.2006 (*)

Intervalos	1 Mês	3 Meses	6 Meses	12 Meses	3 Anos	>3Anos
Gap do Período	8 272,4	-266,9	5 214,1	2 918,6	-18 895,3	722,2
Gap Acumulado	8 272,4	8 005,5	13 219,7	16 138,3	-2 757,0	-2 034,9

(*) Perímetro: CGD, SFE, Sucursais de França, Mónaco, Londres, Nova Iorque e Ilhas Caimão, Caixa-Banco de Investimento, CGD Finance, Caixa Geral Finance, CGD North America e Subsidiária Offshore de Macau.

de revisão de taxas de juro (*repricing dates*). Para esses intervalos, são calculados os *cash flows* activos e passivos, bem como os correspondentes *gaps* de risco de taxa de juro.

A análise do comportamento do risco de taxa de juro comporta, também, o cálculo mensal da duração dos activos e passivos sensíveis, bem como o respectivo *gap* de duração, o qual mede o nível de *mismatch* entre o tempo médio em que os *cash inflows* são gerados e os *cash outflows* são exigidos.

Durante o ano, o *gap* acumulado de taxa de juro estático, até 12 meses, manteve-se positivo, registou uma subida e atingiu, no final do ano, o montante de 16 138,3 milhões de euros.

Para acompanhar o efeito dos *gaps* mencionados sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal dos activos e passivos sensíveis, integrando comportamentos e tendências relevantes da actividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas na *yield curve*.

Por decisão do ALCO, foi oportunamente aprovado um conjunto de *guidelines* sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária que incluem a fixação de limites para certas variáveis significativas do nível de exposição a este tipo de risco. O objectivo dessas *guidelines* é assegurar que a Caixa tem um modo de gerir, o *trade-off* rentabilidade-risco, no que se refere à gestão do balanço e que está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições assumidas.

Os limites fixados são de cálculo mensal, para o *gap* acumulado a 12 meses e para o *gap* de duração, e são de cálculo trimestral, para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro) e para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, para a actividade consolidada, é também calculado, e enviado ao Banco de Portugal, o risco de taxa de juro da carteira bancária, englobando nesta todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação. A avaliação e a medição deste tipo de risco socorre-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +/- 200 b.p. (Instrução n.º19/05, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira passou a fazer-se trimestralmente, para efeitos de gestão interna, e foram fixados limites de orientação para o seu valor.

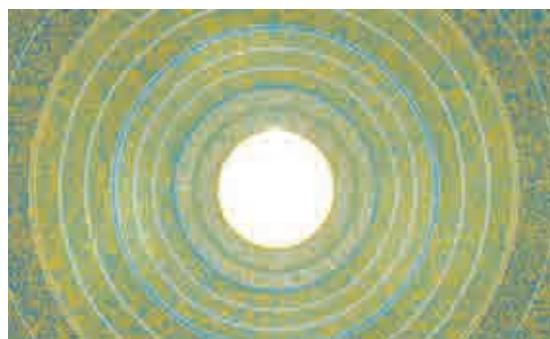
Risco Operacional

A CGD tem vindo a rever os seus processos e procedimentos de controlo interno e de gestão de risco operacional, na sequência da adopção das melhores práticas do controlo interno a nível internacional (Lei Sarbanes-Oxley Act).

Para este efeito, está em desenvolvimento um projecto transversal, através do qual a Caixa se pretende candidatar à utilização do método *Standard* para cálculo dos requisitos de capitais próprios no novo quadro regulamentar e iniciar, desde já, a criação de condições para uma eventual candidatura, a médio prazo, ao método de medição avançada (AMA).

Está em curso e deverá ser concluído um conjunto de iniciativas no âmbito do controlo interno documentado e de mitigação do risco que inclue: a documentação do risco operacional e dos controlos por processo de negócio e de suporte; um sistema descentralizado de recolha de eventos de perda; um processo periódico de auto-avaliação de risco operacional; um sistema de reporte específico para apoiar a gestão de risco operacional por processo / órgão de estrutura e o reforço da cultura de controlo. Estas medidas irão fortalecer a gestão do risco operacional e de controlo interno, em articulação com as funções de *Compliance* e de auditoria interna.

Adicionalmente, a CGD continua a investir em medidas de segurança, no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, para prevenir situações de desastre, garantir o processamento das operações nas áreas e/ou serviços críticos e mitigar os eventuais prejuízos envolvidos.



Basileia II

O Programa Basileia II, iniciado em 2002 na CGD, tem como fundamento principal o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas para o cumprimento das regras estabelecidas pelo Novo Acordo de Capital – Basileia II –, através da concepção e implementação de novas metodologias, do desenvolvimento de sistemas de informação de suporte e da revisão de políticas e procedimentos de gestão de risco. No ano de 2006, o Programa conheceu um período de expansão, materializado na conclusão de etapas significativas e na evolução de projectos essenciais para o devido enquadramento da CGD na nova moldura regulamentar.

A CGD acompanhou a publicação das duas Directivas da União Europeia, em Junho de 2006, e a proposta de legislação nacional, disponibilizada para consulta prévia pelo Banco de Portugal no final do ano. Nesta sequência, está prevista a entrada em vigor, em Portugal, das novas regras de supervisão prudencial, através de novos Decretos-Lei, Avisos e Instruções do Banco de Portugal.

Nos projectos actualmente em curso, foi dada continuidade ao esforço de desenvolvimento das vertentes de risco de crédito, risco de mercado, risco operacional e risco de taxa de juro e liquidez.

No domínio do Risco de Crédito, foram registados progressos significativos no desenho funcional e na implementação técnica de diversos modelos internos para a gestão de segmentos específicos da carteira de crédito e foi finalizada a definição de um sistema para a gestão integrada do risco dos segmentos de empresas e institucionais. Fruto da evolução dos trabalhos realizados, foi enviada, para o Banco de Portugal, a candidatura informal da CGD relativa à adopção de modelos internos para risco de crédito.

No último trimestre do ano, iniciou-se o processo, promovido pela Direcção de Auditoria e Inspecção, de revisão interna do modelo de gestão do risco de crédito.

No âmbito de risco de mercado, foi concluída a revisão do modelo interno de gestão de risco de mercado, igualmente promovida pela Direcção de Auditoria e Inspecção.

Na área de risco de taxa de juro e liquidez no balanço, a implementação de uma nova ferramenta de Gestão de Activos e Passivos permite a avaliação das entidades do Grupo CGD materialmente relevantes nesta área, tendo-se iniciado a definição de metodologias avançadas para a gestão deste risco.

Como estrutura de suporte às diversas áreas de risco, concluiu-se, em 2006, uma das fases da implementação do repositório global de dados de risco e definiu-se a solução técnica para recolha de informação de todas as sucursais e subsidiárias bancárias que constituem o Grupo CGD.

Igualmente, com âmbito transversal a diversas vertentes de risco, procedeu-se à elaboração e validação de um Manual de Gestão de Risco e planeou-se a realização, em 2007, de um conjunto significativo de acções de formação para uma vasta audiência interna.

Para o ano de 2007, encontram-se planeados dois novos projectos, cujo âmbito compreende o desenvolvimento e implementação de modelos internos de quantificação de factores de risco (LGD e EAD) para a abordagem avançada de risco de crédito. Depois de concluído o respectivo processo de selecção, em 2006, a implementação de uma ferramenta de cálculo de requisitos de capital para Basileia II iniciar-se-á em 2007.

Alco

O Comité de Gestão de Activos e Passivos manteve, em 2006, a estrutura e modelo de funcionamento do ano anterior, tendo constituído o fórum privilegiado da CGD para análise e discussão das principais estratégias em matéria de gestão de liquidez e financiamento, gestão de carteiras e gestão de risco, considerado este em todas as suas vertentes.

Verificou-se, ao longo do ano, um notável avanço em matéria da utilização de modelos e construção e implementação de indicadores de risco, cuja aplicação se tem gradualmente alargado às diferentes unidades do Grupo. A avaliação e análise, bem como a fixação de vectores de orientação, para todos os riscos do balanço consolidado constitui, com efeito, o objectivo último deste comité, em cuja composição estão incluídas todas as unidades relevantes para o processo ALM.

Os indicadores antes referidos têm apresentado um crescente nível de complexidade em resposta à permanente evolução da actividade da CGD.

Canais de Distribuição

Rede de Balcões

Em 2006, a rede do Grupo CGD foi reforçada em 37 balcões, passando a integrar, no final do ano, 1 136 agências, das quais 789 localizadas em Portugal e 347 no estrangeiro. A rede doméstica aumentou 18 unidades, enquanto a rede no estrangeiro foi alargada em 19 unidades, com origem, sobretudo, no Banco Caixa Geral (mais 13 unidades) no seguimento da implementação dos seus planos de modernização e de expansão dos negócios.

Para o segmento de clientes da Gama Alta, foram criados 80 novos espaços Caixazul em agências e instalados 10 novos postos do Sistema de Gestão de Atendimento, alargando o seu número a, respectivamente, 456 e 206 no final de 2006.

Número de Agências Bancárias do Grupo

	2005	2006
CGD (Portugal) ^(a)	770	788
Caixa-Banco de Investimento ^(b)	2	2
Sucursal de França	45	45
Banco Caixa Geral (Espanha)	175	188
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	11	13
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	35	38
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	5	5
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	24	25
Mercantile Lisbon Bank Holdings	15	15
Outras Sucursais da CGD	16	16
Subsidiária Offshore de Macau	1	1
Total	1 099	1 136
Escritórios de representação	10	11

(a) Inclui a Rede Empresa & Soluções, com 41 agências em 2006.

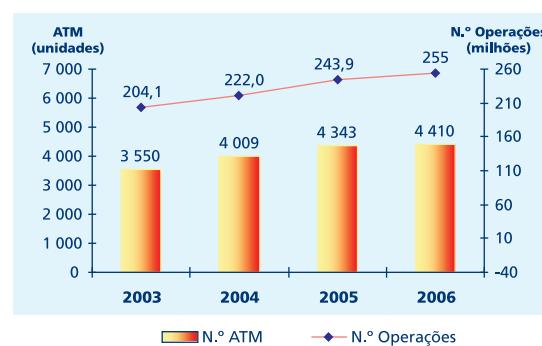
(b) Inclui uma Sucursal em Madrid.

Canais Electrónicos

Canais Caixautomática e Multibanco

Em 2006, salientou-se, nos canais electrónicos, a dinamização das redes de auto-serviço bancário – Caixautomática e Multibanco – numa lógica de complementaridade face ao balcão, fomentando a transferência das operações de rotina, automatizáveis, para os meios electrónicos.

Rede Auto-Serviço da CGD



Nesse sentido, prosseguiu a modernização do parque com a introdução de 55 novas caixas de depósito inteligente, as quais permitem a identificação automática de notas, ficando de imediato disponíveis na conta do cliente.

No final do ano, o parque de ambas as redes atingiu 4 410 unidades, contra 4 343 em 2005, tendo sido

processadas cerca de 255 milhões de transacções (+4,4%). Esta evolução tem permitido incrementar a taxa de automatização dos balcões (medida pelo peso das transacções no Serviço Caixautomática, no total das transacções automatizáveis no balcão e no serviço), a qual atingiu os 65,5%, uma evolução positiva de 4,3 p.p. em relação a 2005. Para este resultado, contribuiu o programa complementar de automatização e reforço da rede, que abrangeu 240 agências.

Considerando os diversos canais não-presenciais da CGD (ATM - rede Multibanco e Caixautomática, canal telefone e os canais *Internet banking*), a taxa de automatização global continuou a progredir, ultrapassando os 75% verificados em 2005.

Na rede Multibanco, partilhada com a SIBS, o parque de caixas automáticos apoiado pela CGD somava, no final do ano, 1 825 unidades (+5,25%), número que representa cerca de 16% das máquinas no sector bancário. Tal crescimento deveu-se, essencialmente, à instalação de equipamentos em locais não-bancários, potenciando o valor da conveniência, os quais cresceram 8%, representando, agora, cerca de 52% dos ATM.

Terminais de Pagamento Automático

A rede de Terminais de Pagamento Automático (TPA) da CGD cresceu de forma significativa (+14%), ultrapassando as 16 000 unidades instaladas e os 29,5 milhões de operações (+5,1%) realizadas.

Novos Canais Electrónicos

A intensificação do relacionamento multicanal, através da articulação entre canais electrónicos presenciais e não-presenciais, antecipando as melhores soluções no relacionamento com o cliente, tem sido direcionada para a procura de uma elevada eficácia, inovação e nível de serviço.

A plataforma multicanal integra os seguintes canais:

Para clientes particulares:

- CAIXADIRECTA;
- CAIXADIRECTA ON-LINE, que utiliza a *Internet*;
- CAIXA UNIVERSIDADE POLITÉCNICO (AUC - Agência Universitária Central);

- CAIXADIRECTA WAP, que utiliza a *internet* via telemóvel;
- CAIXADIRECTA SMS;
- CAIXADIRECTA INVEST, que facilita um serviço de corretagem online.

Para clientes Empresas e Institucionais:

- CAIXA E-BANKING.

E, ainda, a **seguinte plataforma**:

- CAIXACONTACTCENTER.

Caixadirecta

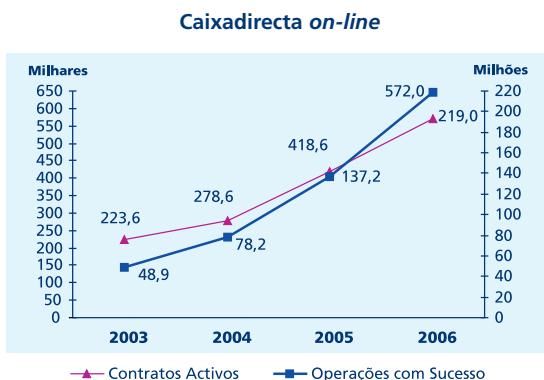
O canal Caixadirecta é o serviço de banco telefónico da CGD, no qual o cliente acede a um leque alargado de operações, ao nível da consulta e movimentação das suas contas, obtenção de simulações de crédito (habitação e pessoal) e, ainda, informação sobre os produtos oferecidos pela Caixa.

Este canal registou, durante o ano, um aumento do número de clientes (+21%), ultrapassando os 820 mil aderentes, resultado das campanhas de *telemarketing* realizadas pela área de *outbound* do CaixaContactCenter. As chamadas recebidas através do *inbound* atingiram cerca de 2,85 milhões, um crescimento de 15% face a 2005, das quais cerca de 85% foram resolvidas pelo modo de atendimento automático.

Ainda no CaixaContactCenter, é de referir, em 2006, a receção de cerca de 50 mil e-mails de clientes. Na área de *Outbound*, inseridas em campanhas de *telemarketing* e de recuperação de crédito, salienta-se a realização de 1,31 milhões de chamadas (+58% que em 2005) e de 423 mil clientes contactados (+36%).

Caixadirecta on-line

A Caixadirecta on-line é o canal de *internet banking* de particulares, o qual registou, em 2006, grande crescimento e adesão de novos utilizadores com o número de contratos activos a ultrapassar os 572 mil (+37%), enquanto o número de operações realizadas ascendeu a 219 milhões (+60%) (Ver também canais não-presenciais – Banca de retalho).



Caixa e-banking

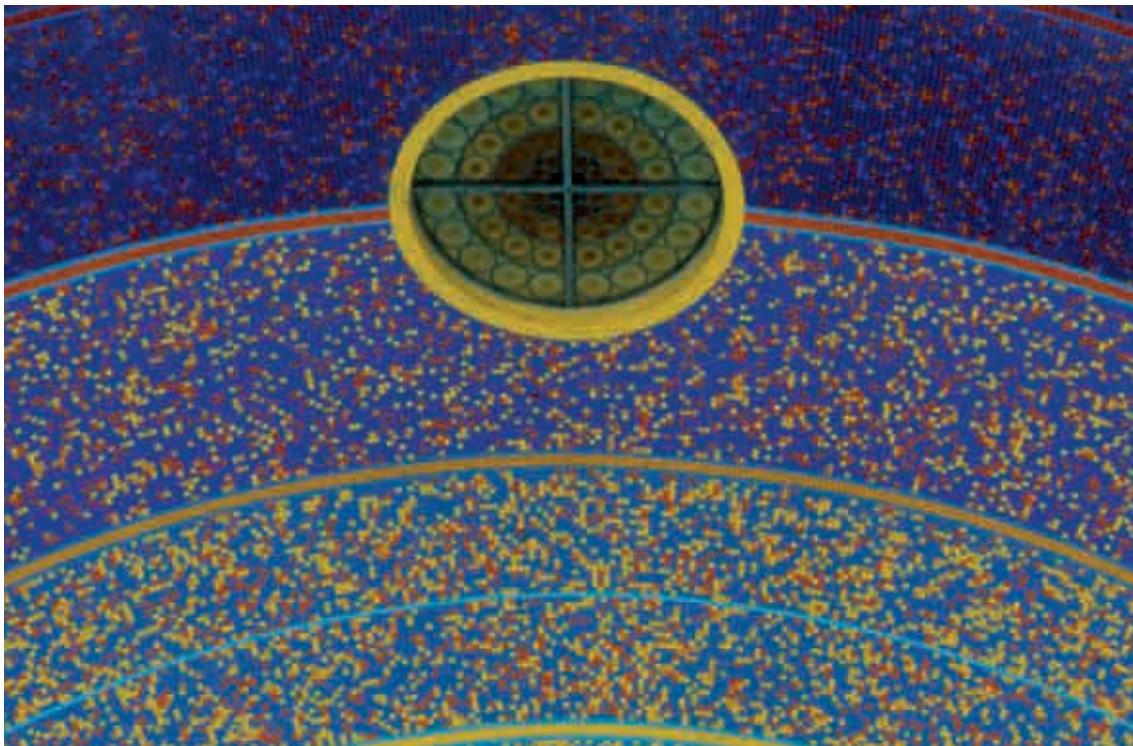
O canal de *internet banking* para o segmento de empresas e institucionais – Caixa e-banking – continuou a registrar boa aceitação, tendo ultrapassado os 55 mil contratos com um aumento de cerca de 29%, correspondente a cerca de 13 mil novos aderentes.

As operações efectuadas com sucesso ultrapassaram mais de 29 milhões (+55%), evolução que resulta, sobretudo, da atractividade funcional do serviço, da sua constante optimização e da introdução de novas funcionalidades desde o seu lançamento em 2002.

Caixa Universidade Politécnico Agência Universitária Central

Com pouco mais de um ano de existência, o canal Caixa Universidade Politécnico-Agência Universitária Central, a funcionar desde o dia 1 de Setembro de 2005, integra a plataforma CaixaContactCenter e dinamiza a gestão do segmento universitário, através de um novo modelo de serviço, assente no conceito de banca à distância, com novas formas de interacção e comunicação. O canal encontra-se disponível 24 horas por dia e é contactável através de um número azul (808 212 213), específico e diferenciado do Caixadirecta, bem como no endereço de e-mail - caixaup@cgd.pt. Dispõe, igualmente, do apoio das lojas universitárias e das restantes agências da rede, proporcionando um relacionamento efectivo com os clientes durante a sua vida académica, de modo a aumentar o seu grau de satisfação para que, no inicio da sua vida activa, se mantenham na CGD como parceiro financeiro preferencial.

Em 1 de Setembro de 2006, após uma análise segmentada e a afectação do universo de clientes universitários com matrícula até ao 3.º ano que se encontravam dispersos na rede comercial, a Agência Universitária Central passou a gerir mais de 98 000 clientes.



Análise Financeira

Actividade Consolidada

Evolução do Balanço (*)

O Activo Líquido do Grupo CGD ascendeu a 96,2 mil milhões de euros no final de 2006, registando um aumento de 11,3% face ao final do ano anterior, para o qual contribuíram, sobretudo, o Crédito a Clientes e as Aplicações em Títulos. No lado do Passivo, destacaram-se os crescimentos verificados em Recursos de Clientes e em Responsabilidades Representadas por Títulos.

Balanço Consolidado do Grupo CGD

Saldos em 31 de Dezembro

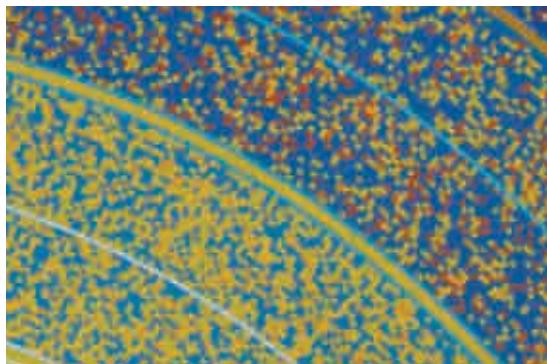
(milhões de euros)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 989	2 243	254	12,8%
Aplicações em instituições de crédito	9 861	9 137	-724	-7,3%
Crédito a clientes	49 936	57 268	7 332	14,7%
Aplicações em títulos	19 368	21 123	1 755	9,1%
Investimentos em filiais e associadas	308	328	20	6,5%
Propriedades de investimento	311	340	28	9,0%
Activos intangíveis e tangíveis	1 386	1 678	291	21,0%
Activos por impostos correntes	11	33	22	208,7%
Activos por impostos diferidos	437	547	110	25,2%
Provisões técnicas de resseguros cedidos	232	237	5	2,3%
Outros activos	2 621	3 315	693	26,4%
Total	86 461	96 246	9 785	11,3%
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instit. de crédito	4 386	5 504	1 118	25,5%
Recursos de clientes	50 162	53 768	3 606	7,2%
Passivos financeiros	353	590	237	67,1%
Responsabilidades representadas por títulos	11 652	13 360	1 708	14,7%
Provisões	721	964	243	33,8%
Provisões técnicas de actividade de seguros	7 010	7 828	818	11,7%
Passivos subordinados	1 702	1 926	223	13,1%
Outros passivos	6 150	7 292	1 143	18,6%
Soma	82 136	91 232	9 096	11,1%
CAPITAIS PRÓPRIOS	4 325	5 014	688	15,9%
Total	86 461	96 246	9 785	11,3%

(*) Em 2006, as contas da empresa Compal foram consolidadas pelo Método da Integração Global.

No contexto do Grupo, a actividade individual da CGD representou 75,7% do Activo Líquido, enquanto a actividade seguradora atingiu os 12,2%. Entre as restantes Instituições, salientaram-se o Banco Caixa Geral, em Espanha, e a Caixa Leasing e Factoring, com pesos no Activo do Grupo de 3,6% e 2,2%, respectivamente, valores acima dos alcançados em 2005.

Por entidades, o Activo Líquido Consolidado encontrava-se distribuído da seguinte forma:



Activo Líquido Consolidado do Grupo CGD

Saldos devedores em 31 de Dezembro

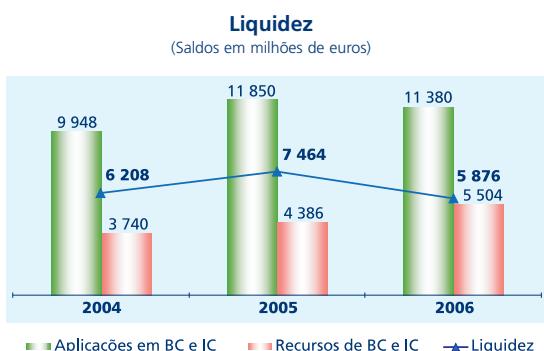
(milhões de euros)

	2005		2006	
	Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
GRUPO CGD				
Caixa Geral de Depósitos	67 092	77,6%	72 904	75,7%
Caixa-Seguros	11 000	12,7%	11 761	12,2%
Banco Caixa Geral (Espanha)	2 246	2,6%	3 321	3,6%
BNU-Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	949	1,1%	1 381	1,4%
Caixa-Banco de Investimento	1 169	1,4%	1 305	1,4%
Caixa Leasing e Factoring	1 572	1,8%	2 124	2,2%
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	429	0,5%	494	0,5%
Banco Com. e de Investimentos (Moçambique)	337	0,4%	344	0,4%
Outras empresas ^(a)	1 667	1,9%	2 613	2,7%
Activo Líquido Consolidado	86 461	100,0%	96 246	100,0%

(a) Inclui as unidades do Grupo consolidadas pelo método de equivalência patrimonial e a Compal.

Disponibilidades e Aplicações e Recursos em Instituições de Crédito

As Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito somaram 11,3 mil milhões de euros e os Recursos obtidos junto das mesmas entidades 5,5 mil milhões, valores que contribuíram para a existência de uma confortável situação de liquidez pelo Grupo.



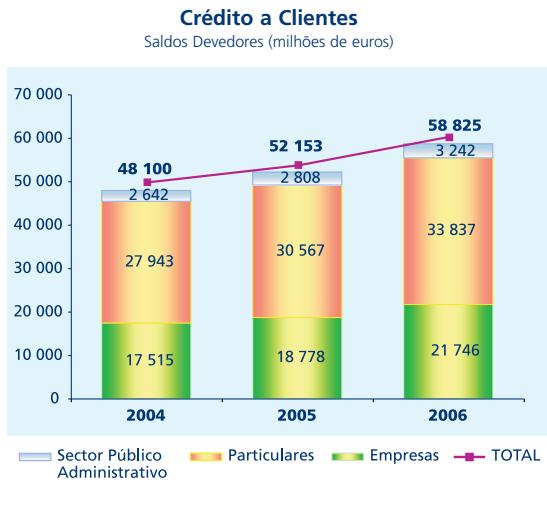
Crédito a Clientes

O saldo do Crédito a Clientes (bruto) totalizou 58,8 mil milhões de euros, mais 7,5 mil milhões de euros (+14,6%) do que no ano anterior. O aumento registado beneficiou, porém, de uma operação de reporte sobre a dívida pública e da entrada de um montante de mil milhões de euros relativos a Papel Comercial, que anteriormente era incluído na Carteira de Títulos. Considerando o Papel Comercial como Crédito a Clientes, também em 2005, por razões de comparabilidade, o aumento do Crédito teria sido de 6,7 mil milhões, +12,8% do que no ano anterior.

Na totalidade do Crédito, a actividade doméstica da CGD ascendeu a 46,3 mil milhões de euros, sendo de destacar, ainda, os contributos do Banco Caixa Geral, com 3,1 mil milhões (+55%) e da Caixa Leasing e Factoring, com 2,1 mil milhões (+40%).

Por segmentos de cliente, o Crédito a Particulares mantém um peso preponderante, absorvendo 57% do saldo total concedido, com destaque para os financiamentos concedidos para aquisição de habitação.

O Crédito às Empresas e ao Sector Público Administrativo evidenciou elevado dinamismo, aumentando, respectivamente, 15,8% e 15,5%.



Crédito a Clientes (a)

Por segmentos de clientes
Saldos devedores em 31 de Dezembro

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Empresas	18 778	21 746	2 967	15,8%
Sector PÚb. Administrativo	2 808	3 242	434	15,5%
Particulares	30 567	33 837	3 270	10,7%
Total	52 153	58 824	6 671	12,8%

(a) Actividade Consolidada. Para efeitos de comparabilidade, foram incluídos, nos valores de 2005, os saldos de papel comercial, no montante de 816 milhões de euros.

A quota de mercado do Crédito a Clientes da CGD, em Portugal, situou-se, no final do ano, em 21,2% (20,2%, incluindo os créditos titularizados), quota que atinge no Crédito à Habitação 30,9% (27,7%, incluindo os créditos titularizados) e que, no Sector Público Administrativo, ultrapassou os 56%, mantendo a Caixa a liderança nestes segmentos. Nas Empresas, a quota de mercado foi de 13,4%.

Na estrutura do balanço, o rácio de transformação de recursos de clientes em crédito fixou-se em 106,5%,

valor superior ao verificado no final do ano transacto (99,5%).

Crédito a Empresas

O Crédito a Empresas cresceu 15,8%, evidenciando um dinamismo generalizado a quase todos os sectores de actividade, com relevo para os Serviços (+20,2%) e as Indústrias transformadoras (+16,7%). Na Construção e Obras Públicas, o saldo registou um aumento de, apenas, 2,6%, traduzindo o abrandamento da actividade no sector.

Crédito a Empresas (a)

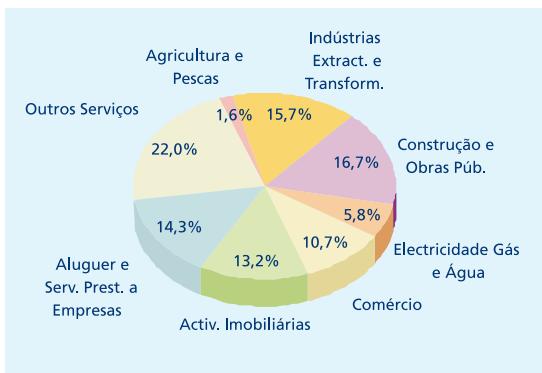
Por sectores de actividade
Saldos devedores em 31 de Dezembro

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Agricultura e pescas	272	345	73	26,7%
Indústrias extract. e transformadoras	2 923	3 410	487	16,7%
Construção e obras públicas	3 529	3 621	92	2,6%
Electricidade, gás e água	1 157	1 268	111	9,6%
Serviços	10 897	13 102	2 205	20,2%
Total	18 778	21 746	2 967	15,8%

(a) Actividade Consolidada. Para efeitos de comparabilidade, foram incluídos, nos valores de 2005, os saldos de papel comercial, no montante de 816 milhões de euros.

Crédito a Empresas

Estrutura - Saldos Devedores em 31.12.2006



Nos Serviços, o saldo do crédito estava maioritariamente aplicado nos subsectores "alugueres e serviços prestados a empresas", com 3,1 mil milhões de euros, "actividades imobiliárias", com 2,9 mil milhões, "comércio por grosso e a retalho", com 2,3 mil milhões, e "intermediação financeira, excluindo seguros e fundos de pensões", com 1,0 mil milhões.

Crédito a Particulares

O Crédito a Particulares cresceu 3,3 mil milhões de euros, sustentado tanto pelo Crédito à Habitação (+8,1%), como pelo Crédito para "Outras Finalidades" (+49,4%).

Crédito a Particulares ^(a)

No Crédito à Habitação, as novas operações contratadas no ano, em Portugal, ascenderam em número a 55 614 operações, num montante de 4,2 mil milhões de euros, valores inferiores aos verificados em 2005 de, respectivamente, 67 341 operações e 4,6 mil milhões de euros

Crédito à Habitação



O Crédito para Outros Fins apoia-se numa oferta alargada de produtos e abrange uma diversidade de finalidades, como sejam, o consumo, a utilização de cartões de crédito, a aquisição de bens duradouros e obras na habitação, tendo progredido a um ritmo apreciável (+49,4%), alcançando o saldo de 2,8 mil milhões de euros.

Crédito a Particulares ^(a)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
SALDOS DEVEDORES:				
Habitação	28 670	31 002	2 332	8,1%
Outros fins	1 897	2 835	938	49,4%
dos quais:				
Credicaixa (Consumo) ^(b)	627	826	199	31,7%
Cartões de Crédito ^(b)	125	210	85	68,0%
Outro Crédito Pessoal	1 145	1 799	654	57,1%
Total	30 567	33 837	3 270	10,7%
NOVAS OPERAÇÕES: ^(b)				
Habitação				
Número de contratos	67 341	55 614	-11 727	-17,4%
Montante (milhões de euros)	4 631	4 155	-477	-10,3%
Credicaixa (Consumo)				
Número de operações	42 565	73 079	30 514	71,7%
Montante (milhões de euros)	353	503	150	42,5%

(a) Actividade Consolidada.

(b) Actividade em Portugal.

Em "Outro Crédito Pessoal", estão incluídas as operações das Filiais e Sucursais com esta finalidade, sendo de ressaltar o concedido pelo Banco Caixa Geral, com 0,9 mil milhões de euros.

Crédito ao Sector Público

O Crédito ao Sector Público atingiu 3,2 mil milhões de euros, registando um aumento de 434 milhões de euros (+15,5%), face ao ano anterior, do qual 161 milhões se destinaram aos Municípios, apesar de se terem mantido, em 2006, constrangimentos de vária ordem quanto ao endividamento autárquico, no âmbito da política de consolidação orçamental e de redução do *deficit* das finanças públicas.

Crédito ao Sector Público ^(a)

Saldos devedores em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Administração Central	560	833	273	48,7%
Municípios	2 248	2 409	161	7,2%
Construção p/ habitação e obras públicas	1 327	1 337	10	0,8%
Outros sectores	921	1 072	151	16,4%
Total	2 808	3 242	434	15,5%

(a) Actividade Consolidada.

O crescimento do saldo do Crédito ao Sector Público permitiu manter a quota de mercado da CGD acima dos 50%.

O referido enquadramento a que tem estado sujeito o sector público tem vindo a fomentar a montagem e a estruturação de operações de acrescida complexidade técnica e de natureza menos frequente, conduzindo a uma estreita cooperação com as áreas de banca de investimento, locação financeira e *factoring* do Grupo.

Deve acrescentar-se, quanto à prestação de serviços no segmento da Administração Local, na área dos meios de pagamento e cobrança electrónicos, o seu elevado dinamismo, apoiado na intensa modernização que vem ocorrendo na generalidade das autarquias, independentemente da sua dimensão e meios.

Crédito Vencido, Imparidade e Provisões

O Crédito Vencido somou, em 2006, um total de 1 264 milhões de euros, apresentando um ligeiro aumento de 9 milhões (+0,7%), valor que face ao crescimento do crédito proporcionou uma melhoria sensível na qualidade dos activos. Assim, o Rácio de Crédito Vencido relativamente ao Crédito Total fixou-se em 2,1%, contra 2,4% no ano anterior, e o do Crédito com Incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, baixou para 2,3%, face aos 2,7% do período precedente.

O montante da Imparidade acumulada atingiu os 1 556 milhões de euros, tendo sido reforçada em 155 milhões (+29,2%), significando tal valor um grau de cobertura do montante do crédito vencido com mais de 90 dias de 138,5%, contra 125,2% no final do ano.

Crédito sobre Clientes (Consolidado)

Saldos devedores em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
1. Crédito total	51 337	58 824	7 487	14,6%
1.1. Crédito sobre clientes (vincendo)	50 083	57 561	7 478	14,9%
1.2. Crédito e juros vencidos	1 255	1 264	9	0,7%
Do qual: vencido há mais de 90 dias	1 119	1 123	4	0,3%
2. Imparidade do crédito	1 401	1 556	155	11,0%
2.1. Imparidade acumulada-Crédito a clientes	530	685	155	29,2%
2.2. Imparidade acumulada-Crédito e juros vencidos	871	872	1	-
3. Crédito líquido de imparidade	49 936	57 268	7 332	14,7%
Ráios				
Rácio de crédito com incumprimento ⁽¹⁾	2,69%	2,29%		
Crédito com incumprimento líquido/crédito total líquido ⁽¹⁾	-0,04%	-0,37%		
Crédito vencido / Crédito total	2,44%	2,15%		
Crédito vencido há mais de 90 dias/Crédito total	2,18%	1,91%		
Imparidade acumulada/Crédito Vencido	111,7%	123,2%		
Imparidade acumulada/Crédito vencido há mais de 90 dias	125,2%	138,5%		

(1) Indicadores calculados de acordo com a Instrução do Banco de Portugal.

Carteira de Títulos

O saldo das Aplicações em Títulos alcançou os 21 mil milhões de euros, contra 19,4 mil milhões no final de 2005 (+9,1%), saldo que inclui o investimento efectuado pelo sector segurador, cujo montante ascendeu a 10 mil milhões de euros (+8%) e que representava 47% do total.

Quanto aos “Activos Financeiros Disponíveis para Venda”, integravam, entre outros títulos, as participações financeiras com carácter estável, salientando-se a aquisição, em Março, de uma participação na GALP Energia, no montante de 50,7 milhões de euros e correspondente a 1% do seu capital social. Também na CIMPOR, a CGD reforçou a sua posição no

Aplicações em Títulos (Consolidado)

Saldos devedores em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Actividade bancária	10 141	11 152	1 011	10,0%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7 595	7 843	248	3,3%
Activos financeiros disponíveis para venda	2 546	3 309	763	30,0%
Actividade seguradora	9 227	9 971	744	8,1%
Activos financeiros disponíveis para venda	8 558	9 123	565	6,6%
Investimentos assoc. a produtos <i>unit-linked</i>	669	848	179	26,8%
TOTAL	19 368	21 123	1 755	9,1%

Os “Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados”, adquiridos para negociação no curto prazo, representavam 70% do total.

núcleo accionista, tendo atingido, no final do exercício, uma participação de 2,08% no capital social. Ainda em 2006, a CGD alienou 4 milhões de acções do BCP no montante de

36,8 milhões de euros. A carteira da área seguradora está quase totalmente classificada como "Disponível para Venda", tendo aumentado no ano 744 milhões de euros (+8,1%).

Recursos de Clientes

Os Recursos de Clientes progrediram 3,6 mil milhões (+7,2%), totalizando 53,8 mil milhões de euros no final do ano. Este saldo

é constituído maioritariamente por Depósitos de Clientes (51,2 mil milhões de euros), que aumentaram 3 438 milhões (+7,2%).

Por modalidades, o crescimento dos Depósitos foi originado sobretudo pelos recursos a Prazo, com 3 mil milhões de euros (+14,2%), e à Ordem, com 862 milhões (+5%).

Recursos de Clientes (Consolidado)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Depósitos	47 766	51 204	3 438	7,2%
À Ordem	17 364	18 226	862	5,0%
A prazo	20 908	23 868	2 960	14,2%
De poupança	8 646	8 277	-369	-4,3%
Obrigatórios	848	833	-15	-1,8%
Outros Recursos	2 396	2 564	168	7,0%
Total	50 162	53 768	3 606	7,2%

Por segmentos de clientes, a expansão dos Depósitos proveio em especial das Empresas, com 2,6 mil milhões de euros (+53,4%), e do Sector Público, com 758 milhões (+17,9%).

Depósitos de Clientes (Consolidado)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Particulares	38 699	38 797	98	0,3%
Depósitos à Ordem	11 311	11 757	446	3,9%
Depósitos a Prazo	18 742	18 763	21	0,1%
Depósitos de Poupança	8 646	8 277	-369	-4,3%
Empresas	4 832	7 415	2 583	53,4%
Depósitos à Ordem	3 044	3 505	461	15,2%
Depósitos a Prazo	1 788	3 909	2 121	118,6%
Sector Público	4 235	4 993	758	17,9%
Depósitos à Ordem	3 009	2 963	-46	-1,5%
Depósitos a Prazo	378	1 196	818	216,4%
Depósitos Obrigatórios	848	833	-15	-1,8%
Total	47 766	51 204	3 438	7,2%



No saldo dos Depósitos, à actividade doméstica da CGD respeitam 42,5 mil milhões de euros, equivalente a cerca de 83% do total consolidado, sendo, ainda, de relevar,

entre as Sucursais e Filiais do Grupo, os saldos constituídos no Banco Caixa Geral e no BNU Macau (ambos com 1,8 mil milhões de euros), na Sucursal de França (1,4 mil milhões) e na Subsidiária Offshore de Macau (mil milhões).

A quota de mercado dos Depósitos de Clientes da CGD, em Portugal, elevou-se a 29,9%, valor semelhante ao atingido no ano precedente (30,2%), cabendo aos segmentos de particulares e emigrantes, respectivamente, 35,2% e 39,7%, mantendo-se a liderança na captação global de recursos.

Considerando os Recursos totais do Grupo, no Balanço e "Fora do Balanço", o saldo ultrapassou os 87,5 mil milhões de euros, o que representou uma progressão de 8,4 mil milhões (+10,6%) face ao ano anterior.

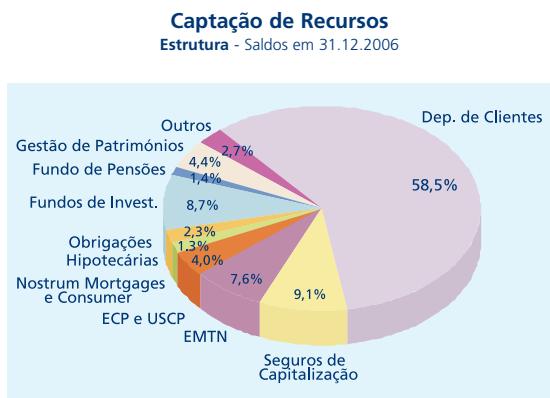
Captação de Recursos pelo Grupo CGD ^{(a) (b)}

Saldos em 31 de Dezembro

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Recursos de Clientes				
No balanço:				
Retalho				
Depósitos de clientes	67 666	74 814	7 148	10,6%
Seguros de capitalização	56 802	61 545	4 743	8,3%
Outros recursos de clientes	6 355	7 944	1 589	25,0%
	2 681	2 397	-283	-10,6%
Investidores Institucionais	10 864	13 269	2 405	22,1%
EMTN	6 127	6 625	497	8,1%
ECP e USCP	3 520	3 525	4	0,1%
Nostrum Mortgages e Nostrum Consumer	1 217	1 134	-83	-6,8%
Obrigações hipotecárias	-	1 985	1 985	-
Fora do balanço:	11 536	12 746	1 210	10,5%
Unid. particip. de fundos de investim.	6 420	7 637	1 217	19,0%
Caixagest	5 465	6 381	916	16,8%
Fundimo	955	1 256	301	31,5%
Fundo de Pensões	1 040	1 253	213	20,4%
Gestão de Patrimónios	4 076	3 856	-220	-5,4%
Total	79 202	87 559	8 357	10,6%

(a) Actividade Consolidada

(b) Não inclui depósitos de Instituições de Crédito e Financeiras.



Nos recursos do Balanço, destacam-se os captados junto do segmento de retalho, com um saldo global de 61,5 mil milhões de euros (+8,3% do que no ano anterior), com destaque para os Depósitos, com 51,2 mil milhões (+7,2%) e os Seguros de Capitalização, com 7,9 mil milhões (+25%).

O subconjunto “Outros Recursos de Clientes” apresenta um saldo de 2,4 mil milhões de euros, representados por Obrigações de Caixa e Obrigações de Caixa Subordinadas.

Nos recursos captados através do mercado de capitais junto de investidores institucionais, o Grupo apresentou um saldo global de 13,3 mil milhões de euros (+22,1%), valor de grande relevância para o financiamento das operações de mais longo prazo. A captação efectuou-se através de emissões

de títulos no âmbito dos programas de *Euro Medium Term Notes* e de *Commercial Paper*, das operações de titularização do crédito hipotecário e ao consumo e, já em 2006, através do lançamento de uma emissão de obrigações hipotecárias.

Quanto aos recursos captados “Fora do Balanço”, são de salientar os fundos de investimento – Caixagest e Fundimo –, que cresceram significativamente para 7,6 mil milhões de euros (+19%), bem como os fundos da área de gestão de patrimónios, com 3,9 mil milhões de euros.

Responsabilidades Representadas por Títulos

As Responsabilidades Representadas por Títulos ascenderam a 13,4 mil milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo no saldo de 14,7% face a 2005. Este valor reflectiu, sobretudo, a entrada de uma nova emissão sob a forma de “Obrigações Hipotecárias”, cujo valor subscrito atingiu 1 985 milhões de euros (ver capítulo “Mercado de Capitais – Emissões Próprias”).

A nível do programa EMTN, o saldo vivo das obrigações com carácter não subordinado atingiu os 5,2 mil milhões de euros, correspondendo a um incremento de 112 milhões (+2,2%) face ao valor de 2005.

O Programa de *Commercial Paper* continuou a constituir o veículo privilegiado para captação de fundos de curto prazo, mantendo-se o seu saldo estável ao longo do ano, em cerca de 3,5 mil milhões de euros.

Responsabilidades Representadas por Títulos (Consolidado)

Saldos em 31 de Dezembro

	(milhões de euros)			
	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Emissões do Programa EMTN ^(a)	5 055	5 167	112	2,2%
Emissões do Programa ECP e USCP	3 520	3 525	4	0,1%
Nostrum Mortgages e Nostrum Consumer	1 217	1 134	-83	-6,8%
Obrigações Hipotecárias	-	1 985	1 985	-
Obrigações de caixa e Certif. de Depósito	1 860	1 550	-310	-16,7%
Total	11 652	13 360	1 708	14,7%

(a) Não inclui emissões classificadas como Passivos Subordinados, no montante de 1 457 milhões de euros em 2006.

Passivos Subordinados

Sob a forma de Passivos Subordinados, o saldo de recursos captados pela Caixa somou 1 926 milhões de euros, dos quais 1 457 milhões (+36%) representados por obrigações emitidas pela CGD Finance e pela Sucursal de França, no âmbito do Programa de *Euro Medium Term Notes*. A parcela restante correspondia a produtos estruturados de poupança, designadamente Obrigações de Caixa ("Renda mais") colocados junto da sua base de clientes de retalho.

Passivos Subordinados (Consolidado)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Emissões do Programa EMTN ^(a)	1 072	1 457	385	36,0%
Outros	630	468	-162	-25,7%
Total	1 702	1 926	223	13,1%

(a) Não inclui emissões classificadas como Responsabilidades Representadas por Títulos, no montante de 5 167 milhões de euros em 2006.

Capitais Próprios

Os Capitais Próprios Consolidados da CGD ultrapassaram os 5 mil milhões de euros, tendo sido reforçados em 688 milhões (+15,9%) face a Dezembro de 2005.

Capitais Próprios (Consolidado)

Saldos em 31 de Dezembro

Rácio de Solvabilidade

O Rácio de Solvabilidade consolidado, calculado nos termos dos normativos do Banco de Portugal, apresentou um valor de 10,5%, abaixo do verificado no ano anterior (12,4%), em consequência de diversas alterações, designadamente de carácter regulamentar, introduzidas em 2006 no cálculo dos fundos próprios.

	(milhões de euros)			
	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Capital social	2 950	2 950	-	-
Reservas de justo valor	565	656	91	16,1%
Outras reservas	-68	299	367	-
Resultados transitados	-347	-319	27	-
Interesses minoritários	687	694	7	1,1%
Resultado do exercício	538	734	196	36,5%
Total	4 325	5 014	688	15,9%

Para o crescimento apontado, salientou-se o contributo da incorporação dos resultados não distribuídos em "Outras Reservas", no montante de 141 milhões de euros, o aumento das Reservas de Justo Valor provenientes da reavaliação dos activos (+91 milhões) e a variação no Resultado do Exercício (+196 milhões).

Os Fundos Próprios totais, determinados para efeito do rácio, ascenderam a 5 520 milhões de euros, -329 milhões do que em 2005 (-5,6%). Apesar desta redução, os Fundos Próprios de Base (Tier 1) aumentaram 371 milhões de euros com origem, em especial, nas Reservas de Consolidação (+377 milhões). De igual modo, o Resultado do Exercício e os Impostos Diferidos Activos contribuíram positivamente para o Tier 1, com incrementos de +131 milhões e de +173 milhões de euros, respectivamente.

O aumento nos Fundos Próprios de Base já contempla um conjunto de deduções, em 2006, assumindo particular relevância as resultantes do *goodwill* da Império Bonança (-150,7 milhões de euros) e da Compal (-124,9 milhões). Em 2005, não se efectuaram estas deduções, no caso da Compal, porque não fazia parte do perímetro de

Rácio de Solvabilidade (Consolidado) (a)

Saldos em 31 de Dezembro

(milhões de euros)

	2005	2006
1. Fundos próprios totais	5 849	5 520
a) De base	3 507	3 878
b) Complementares	2 697	2 286
c) Deduções	355	644
2. Activos ponderados (riscos de crédito) e riscos de mercado	47 117	52 521
3. Requisitos de fundos próprios	3 769	4 202
4. Fundos próprios excedentários (1.-3.)	2 080	1 318
5. TIER 1 [(1a)./(3.*12,5)]	7,4%	7,4%
6. Rácio de solvabilidade [(1./3.*12,5)]	12,4%	10,5%

(a) De acordo com as normas do Banco de Portugal.

consolidação, e no da Império Bonança, por só em Março de 2006 ter sido considerada pela primeira vez.

No tocante aos Fundos Próprios Complementares, a sua evolução registou um decréscimo de 411 milhões de euros, originado, sobretudo, pelas Reservas de Reavaliação (-214,2 milhões), em parte relacionada com a reclassificação e correcção de diversos movimentos durante o ano. Por outro lado, a Provisão para Riscos Gerais de Crédito, em 2006, apenas gerou 6,1 milhões de euros para os fundos próprios, contra 337,7 milhões em 2005, em consequência da alteração regulamentar introduzida, em Maio, pelo Banco de Portugal. Segundo essa alteração, tais Provisões só podem ser consideradas como elemento positivo dos fundos próprios até ao montante em que não sejam necessárias para cobertura de perdas esperadas associadas ao crédito.

Quanto à contribuição da dívida subordinada para esta componente dos fundos próprios, registou um incremento de 133 milhões relativamente ao ano anterior, facto que acabou por atenuar os impactos negativos registados nas Reservas de Reavaliação e nas Provisões para Riscos Gerais de Crédito.

De referir, ainda, a penalização sofrida pelos Fundos Próprios Totais, resultante do aumento verificado nas deduções que lhes são efectuadas, num montante de 289 milhões de euros. Este aumento deveu-se, fundamentalmente, a outra alteração, também introduzida pelo Banco de Portugal, no cálculo dos Fundos Próprios de 31 de Dezembro de 2006,

por via da transposição para a legislação nacional da Directiva comunitária dos Conglomerados Financeiros. Desta transposição resultou a classificação da CGD como Conglomerado e consequente imposição de as participações superiores a 20% detidas em empresas de seguros, de resseguros ou em sociedades gestoras de participações no sector de seguros serem, também, abatidas aos Fundos Próprios. Este facto provocou uma dedução adicional de 494 milhões, em resultado da aplicação do método alternativo entretanto introduzido no Aviso n.º 12/92. O impacto acabou, porém, por ser parcialmente absorvido pela diminuição da dedução referente ao excedente de Grandes Riscos do Grupo CGD (-185 milhões de euros).

Na globalidade, as duas alterações resultantes das normas orientadoras de supervisão do Banco de Portugal significaram uma redução nos Fundos Próprios totais da CGD de 876,3 milhões de euros em 2006.

Quanto aos Activos Ponderados, alcançaram os 52,5 mil milhões de euros (+11,5%), proporcionando requisitos mínimos de Fundos Próprios de 4 202 milhões, que se compararam com o total de fundos existentes de 5 520 milhões, ou seja, um excedente de 1 318 milhões de euros, no final do ano, valores que colocam, como referido no início, o Rácio de Solvabilidade total em 10,5%, contra 12,4% em 2005.

Considerando apenas os Fundos Próprios de Base, o respectivo rácio Tier 1 foi de 7,4%, enquanto o Core Tier 1,

que exclui desses Fundos os títulos preferenciais, se situou em 6,2%, valores iguais aos verificados no ano de 2005.

Resultados e Rendibilidade (*)

Os resultados líquidos consolidados do Grupo Caixa Geral de Depósitos, em 2006, para os quais não contribuiu nenhum efeito extraordinário, atingiram 733,8 milhões de euros contra 537,7 milhões no ano anterior, o que representou um aumento de 36,5%. Antes de impostos e interesses minoritários, os

resultados atingiram 989,8 milhões de euros, +46,9% do que em 2005.

O Produto da Actividade (bancária e seguradora) totalizou 2 983 milhões de euros o que, excluindo a mais-valia realizada com a venda da participação accionista no Unibanco em 2005, correspondeu a um aumento de 22,2% (+541,5 milhões de euros).

Demonstração de Resultados (Consolidado) (*)

	(milhares de euros)			
	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem financeira alargada (1)				
Juros e rendimentos similares	3 277 889	4 376 848	1 098 958	33,5%
Juros e encargos similares	1 912 460	2 671 847	759 386	39,7%
Rendimentos de instrumentos de capital	89 033	73 036	-15 998	-18,0%
Margem complementar (2)	658 285	618 715	-39 570	-6,0%
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	319 441	364 719	45 279	14,2%
Resultados em operações financeiras	297 218	130 683	-166 535	-56,0%
Outros resultados de exploração	41 627	123 313	81 686	196,2%
Margem técnica da activ. seguradora (3)	512 648	586 242	73 594	14,4%
Prémios líquidos de resseguro	2 376 226	2 626 655	250 429	10,5%
Rendimento invest. afecto contratos de seguro	245 952	312 209	66 256	26,9%
Custos com sinistros líquidos de resseguro	1 955 489	2 187 314	231 824	11,9%
Comissões e outras prov. e custos associados	-154 041	-165 308	-11 267	7,3%
Produto da actividade (4)=(1)+(2)+(3)	2 625 395	2 982 994	357 598	13,6%
Custos operativos (5)	1 627 800	1 694 779	66 979	4,1%
Custos com pessoal	859 140	918 303	59 163	6,9%
Fornecimentos e serviços de terceiros	643 557	634 311	-9 247	-1,4%
Depreciações e amortizações	125 103	142 165	17 063	13,6%
Resultado bruto de exploração (6)=(4)-(5)	997 596	1 288 215	290 619	29,1%
Provisões e imparidade (7)	348 867	408 094	59 227	17,0%
Provisões líquidas de anulações	64 026	106 358	42 333	66,1%
Imparidade de crédito, líquida	252 419	232 123	-20 296	-8,0%
Imparidade de outros activos, líquida	32 422	69 613	37 190	114,7%
Resultados em empresas associadas (8)	25 049	109 704	84 654	338,0%
Resultados, antes de impostos e de interesses minoritários (9)=(6)-(7)+(8)	673 778	989 825	316 046	46,9%
Impostos (10)	118 995	222 505	103 509	87,0%
Correntes	124 610	265 738	141 128	113,3%
Diferidos, líquido	-5 615	-43 233	-37 618	670,0%
Resultado líquido consolidado do exercício (11)=(9)-(10)				
Atribuível a interesses minoritários	17 116	33 512	16 396	95,8%
Atribuível ao accionista da CGD	537 667	733 808	196 141	36,5%

(*) Considerando a consolidação da empresa Compal pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Relativamente às várias componentes do Produto da Actividade, salientam-se os seguintes aspectos:

A margem financeira ascendeu a 1 778 milhões de euros (+22,2%), resultante, essencialmente, de uma melhoria na margem de juros (+24,9%).

Os dividendos recebidos ascenderam a 73 milhões de euros, o que correspondeu a uma redução de 18% face ao ano anterior, consequência, sobretudo, da diminuição da participação da CGD na EDP, em 2005.

A Margem Complementar cifrou-se em 619 milhões de euros, valor que, excluindo a mais-valia realizada em 2005 com a venda da referida participação no Unibanco, proporcionou um aumento de 30,4%.

Nas componentes desta margem, as Comissões líquidas cresceram 45,3 milhões de euros (+14,2%), os Resultados em Operações Financeiras, sem a mais-valia do Unibanco, em 2005, aumentaram 17,4 milhões (15,3%) e os outros Resultados de Exploração +81,7 milhões (+196%), esta última variação influenciada, sobretudo, por reclassificações contabilísticas no âmbito das seguradoras.

A Margem Técnica da actividade de seguros, que se fixou nos 586 milhões de euros, progrediu 14,4%, contribuindo para o crescimento verificado, sobretudo, os rendimentos de investimentos afectos a Contratos de Seguros (+26,9%). Os Prémios de Seguro líquido de Custos com Sinistros cresceram 18,6 milhões, não obstante os prémios terem registado um ritmo de progressão (+10,5%) ligeiramente inferior ao dos custos com sinistros (+11,9%).

Os Custos Operativos – Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros e Amortizações – ascenderam a

1 694,8 milhões de euros, um aumento de 4,1%. As suas componentes evoluíram do seguinte modo:

- Os Custos com Pessoal totalizaram 918,3 milhões de euros, valor que corresponde a um crescimento de 6,9% (5,3% na actividade bancária e 9,5% na actividade seguradora). Contudo, excluindo os efeitos não recorrentes relacionados com as alterações dos pressupostos actuariais aplicáveis ao plano médico e ao fundo de pensões e as indemnizações pagas a título de rescisões de contratos de trabalho na actividade seguradora, o aumento dos custos com pessoal foi da ordem dos 2,3%.
- Os Fornecimentos e Serviços de Terceiros totalizaram 634 milhões de euros, uma redução de 1,4% que traduz a política de controlo de custos que a CGD tem vindo a prosseguir.
- As Amortizações ascenderam a 142,2 milhões de euros (+13,6%), aumento que foi consequência, em parte, da finalização de um conjunto de projectos informáticos que passaram a ser contabilizados nas rubricas do imobilizado.

Considerando os Custos Operativos em função do Produto da Actividade, obtém-se um rácio de eficiência – *cost-to-income* – que melhorou sensivelmente, descendo de 61,2% para 54,6%, rácio que tem implícito as características de Conglomerado financeiro do Grupo CGD e o consequente tratamento da actividade seguradora no seu perímetro de consolidação.

Considerando este rácio de eficiência, apenas no âmbito da actividade bancária, a melhoria foi também muito significativa com o seu abaixamento de 57,7% para 51,9%.

Rácios de Custos Operativos

	2005	2006
Custos Operativos		
Em função do Produto da Actividade (<i>Cost-to-income</i>)	61,2%	54,6%
Em função do Produto da Actividade (<i>Cost-to-income</i> Bancário)	57,7%	51,9%
Em função do Activo líquido médio	1,96%	1,88%
Custos com Pessoal em função do Produto da Actividade	32,1%	29,4%

Provisões e Imparidade no Exercício

As dotações líquidas do exercício para Provisões e para Imparidade somaram 408,1 milhões de euros (+17%), o que se traduziu num acréscimo de 59,2 milhões relativamente a 2005.

A Imparidade do Crédito, no montante líquido de 232,1 milhões de euros registou uma diminuição de 8,1%, variação que corresponde a uma melhoria em especial na Imparidade do Crédito Vencido, a qual beneficiou de reversões substancialmente mais elevadas que a imparidade verificada.

A imparidade em Outros Activos foi de 69,6 milhões de euros, valor que aumentou 37,2 milhões de euros, por efeito da imparidade verificada, sobretudo, nos títulos e em diversos activos.

Provisões e Imparidade no Exercício (Consolidado)

(milhares de euros)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
PROVISÕES				
Dotação para provisões	185 116	173 305	-11 811	-6,4%
Reposição e anulação de provisões	121 090	66 946	-54 144	-44,7%
Provisões (líquidas)	64 026	106 358	42 333	66,1%
IMPARIDADE				
A) De Crédito (1-2-3)	252 419	232 123	-20 296	-8,0%
Perdas de imparidade (1)	667 258	960 147	292 888	43,9%
Crédito a clientes	180 005	307 130	127 126	70,6%
Crédito e juros venc.-créd. a clientes	487 254	653 017	165 763	34,0%
Reversões por perda de imparidade (2)	370 064	668 408	298 344	80,6%
Crédito a clientes	166 469	173 777	7 309	4,4%
Crédito e juros vencidos - créd. a clientes	203 596	494 631	291 035	142,9%
Recuperação de crédito (3)	44 775	59 615	14 840	33,1%
De créditos incobráveis	29 295	40 383	11 087	37,8%
De juros e desp. crédito vencido	15 480	19 233	3 753	24,2%
B) De Outros Activos (1-2)	32 422	69 613	37 190	114,7%
Perdas de imparidade (1)	47 826	97 049	49 223	102,9%
Aplicações em instituições de crédito	5 417	5 488	71	1,3%
Devedores e outras aplicações	401	269	-132	-32,9%
Títulos	7 141	20 273	13 131	183,9%
Investimentos em filiais excl. consol.	969	-	-969	-100,0%
Activos não financeiros e outros	33 898	71 019	37 121	109,5%
Reversões por perda de imparidade (2)	15 404	27 436	12 032	78,1%
Aplicações em instituições de crédito	9 152	6 982	-2 170	-23,7%
Devedores e outras aplicações	176	34	-142	-80,7%
Títulos	-	79	79	-
Investimentos em filiais excl. consol.	6	2 213	2 207	-
Activos não financeiros e outros	6 069	18 128	12 058	198,7%
Imparidade (líquida) (A + B)	284 841	301 736	16 895	5,9%
PROVISÕES E IMPARIDADE DO EXERCÍCIO	348 867	408 094	59 227	17,0%

Resultados

Os resultados em empresas associadas, consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, somaram 109,7 milhões de euros, valor com origem quase total na REN e, sobretudo, decorrente da mais-valia obtida por aquela empresa na venda da sua participação na GALP. Esta receita não recorrente foi, no entanto, aplicada pela CGD num reforço das dotações para imparidade e provisões.

Os Impostos sobre lucros totalizaram 222,6 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 87% face ao ano anterior e a uma taxa efectiva de tributação de 23,3%.

Os Interesses Minoritários ascenderam a 33,5 milhões de euros e correspondem, na consolidação, à apropriação de resultados das empresas na parcela não detida pela Caixa, em especial no BCI (Moçambique), (9,5 milhões de euros), no Mercantile (África do Sul), (0,9 milhões), e no Banco Interatlântico (Cabo Verde), (0,3 milhões). Incluem, ainda,

os rendimentos pagos aos tomadores dos títulos preferenciais emitidos pela CGD (22,5 milhões de euros).

Após Impostos e Interesses Minoritários, o Resultado Líquido elevou-se a 733,8 milhões de euros, +36,5% do que em 2005.

Rendibilidade

As Rendibilidades do Activo (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE), antes de impostos, evoluíram de forma muito favorável, atingindo, respectivamente, 1,1% e 21,3%, contra 0,81% e 18,3% em 2005. Após impostos, a Rendibilidade dos Capitais Próprios foi de 16,5% e a do Activo de 0,85%, rácios que exprimem, também, melhorias significativas na comparação com 2005.

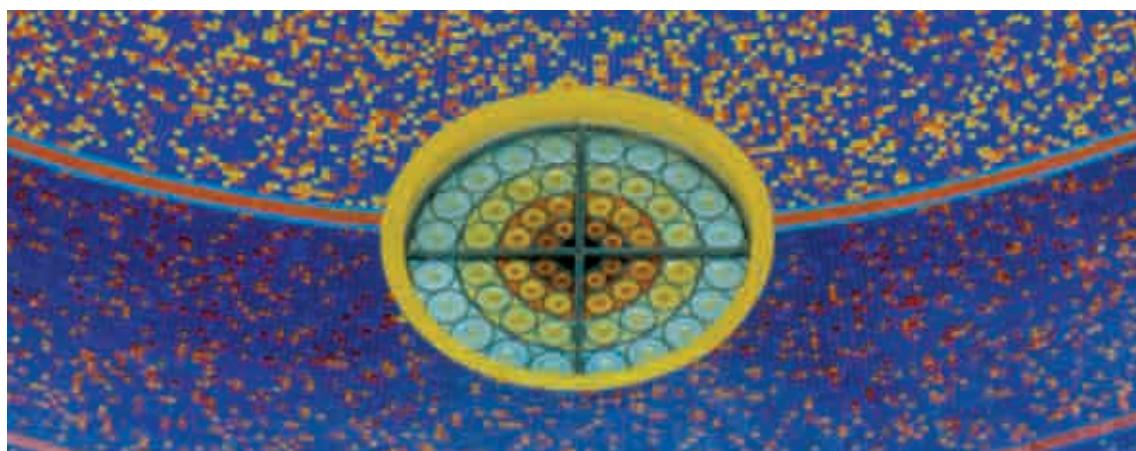
O Produto da Actividade bancária e seguradora, relativamente ao Activo Líquido médio, apresentou, igualmente, uma evolução positiva de 2,75% para 3,44%, em 2006.

Rácios de Rendibilidade

	2005	2006
Rendibilidade bruta dos capitais próprios - ROE (1)	18,3%	21,3%
Rendibilidade, após impostos, dos capitais próprios - ROE (1)	15,1%	16,5%
Rendibilidade bruta dos activos - ROA (1)	0,81%	1,10%
Rendibilidade, após impostos, dos activos - ROA (1)	0,67%	0,85%
Produto da actividade (2) / Activo líquido médio	2,75%	3,44%

(1) Considerando os valores de Capitais próprios e de Activo líquido médios.

(2) Inclui Resultados em empresas associadas.



Actividade Individual (*)

Evolução do Balanço

O Activo líquido da actividade individual da Caixa Geral de Depósitos alcançou os 81,9 mil milhões de euros, valor a que corresponde um aumento de 8,2 mil milhões (+11,2%) face ao ano anterior. Este valor representa cerca de 75% do Activo consolidado.

Balanço (Individual)

Saldos em 31 de Dezembro

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 754	1 991	236	13,5%
Aplicações em instituições de crédito	12 102	12 731	629	5,2%
Crédito a clientes	44 513	50 405	5 891	13,2%
Aplicações em títulos	9 373	10 597	1 224	13,1%
Investimentos em filiais e associadas	2 418	2 429	10	0,4%
Propriedades de investimento	5	4	-	-6,6%
Activos intangíveis e tangíveis	832	839	7	0,9%
Activos por impostos diferidos	233	308	75	32,4%
Outros activos	2 417	2 588	171	7,1%
Total	73 648	81 892	8 244	11,2%
Passivo				
Recursos de bancos centrais e instit. de crédito	9 601	10 302	701	7,3%
Recursos de clientes	43 192	47 057	3 865	8,9%
Passivos financeiros	728	1 275	546	75,1%
Responsabilidades representadas por títulos	8 870	10 708	1 837	20,7%
Provisões	920	1 193	273	29,6%
Passivos subordinados	2 062	2 198	136	6,6%
Outros passivos	4 287	4 623	336	7,8%
Soma	69 661	77 355	7 694	11,0%
Capitais Próprios	3 986	4 537	550	13,8%
Total	73 648	81 892	8 244	11,2%

Para o crescimento do Activo, converteu, em especial, o Crédito a Clientes, com 5,9 mil milhões de euros (+13,2%), em resultado da expansão do Crédito a particulares com 2,1 mil milhões (+7,5%) e das Empresas com 3,5 mil milhões (+24,2%). Incluindo o Papel Comercial no Crédito às Empresas em 2005, de modo a

ser comparável com 2006, o respectivo crescimento foi de 2,6 mil milhões (+17,5%).

Do lado do Passivo, destacam-se os Recursos de Clientes, que atingiram um saldo de 47,1 mil milhões de euros (+8,9%), e os Recursos de Instituições de Crédito, com

(*) Incluindo a actividade das Sucursais de França, Londres, Luxemburgo, Mónaco, Nova Iorque, Ilhas Caimão, Financeira Exterior da Madeira, Timor e Zhuhai.

10,3 mil milhões (+7,3%), complementados com recursos obtidos através de Responsabilidades representadas por Títulos, com 10,7 mil milhões (+20,7%), e Passivos Subordinados, com 2,2 mil milhões (+6,6%).

Os Capitais Próprios totalizaram 4,5 mil milhões de euros, tendo sido reforçados em 550 milhões (+13,8%), com origem, sobretudo, nos aumentos do Resultado do Exercício (+222 milhões) e das Reservas de Justo Valor (+260 milhões).

Capitais Próprios (Individual)

Saldos em 31 de Dezembro

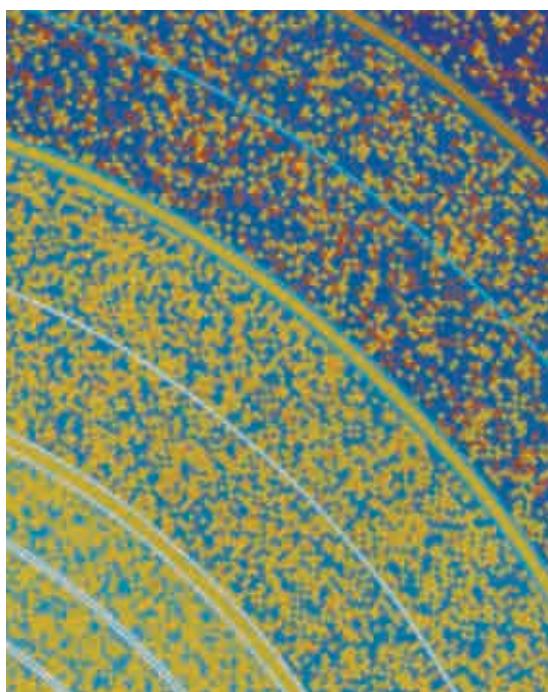
(milhões de euros)

	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Capital	2 950	2 950	-	-
Reservas de justo valor	65	325	260	400,8%
Reservas de reavaliação	241	242	1	0,3%
Reserva legal	397	467	70	17,7%
Outras reservas	-3	67	70	-
Resultados transitados	-15	-54	-40	271,7%
Resultado do exercício	351	540	189	53,8%
Total	3 986	4 537	550	13,8%

O Rácio de Solvabilidade da actividade individual da CGD, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, cifrou-se em 8,9% e o Tier 1 em 7,6%, contra, respectivamente, 11,0% e 7,5% em 2005.

Resultados

O Resultado Líquido individual em 2006 foi de 539,6 milhões de euros (+53,8%), contra 350,8 milhões no ano anterior. Para este Resultado, contribuiu, significativamente, o aumento da Margem Financeira (+35,3%), tanto por efeito da margem de juros (+36,4%), como dos dividendos registados em rendimentos de Instrumentos de Capital (+152%).



Demonstração de Resultados (Individual)

(milhares de euros)

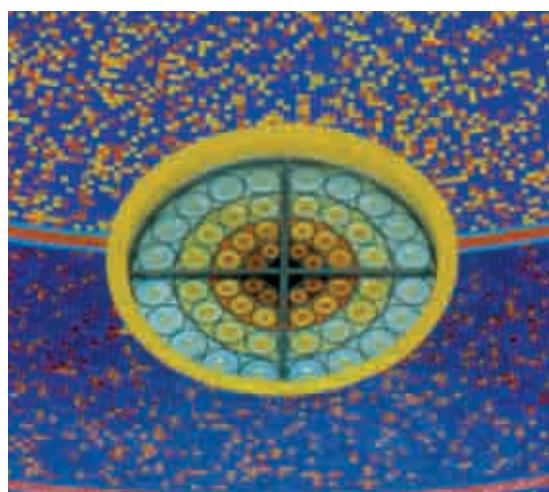
	2005	2006	Variação	
			Absoluta	Relativa
Margem financeira alargada (1)	1 168 020	1 580 222	412 202	35,3%
Juros e rendimentos similares	2 946 527	3 964 837	1 018 310	34,6%
Juros e encargos similares	1 858 812	2 587 040	728 227	39,2%
Rendimentos de instrumentos de capital	80 306	202 425	122 120	152,1%
Margem complementar (2)	604 719	513 388	-91 330	-15,1%
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	251 974	281 355	29 381	11,7%
Resultados em operações financeiras	239 705	96 855	-142 850	-59,6%
Outros resultados de exploração	113 039	135 178	22 139	19,6%
Produto Bancário (3) = (1)+(2)	1 772 738	2 093 611	320 872	18,1%
Custos operativos e amortizações (4)	1 020 239	1 067 177	46 938	4,6%
Custos com pessoal	544 363	572 552	28 189	5,2%
Fornecimentos e serviços de terceiros	403 829	403 564	-265	-0,1%
Depreciações e amortizações	72 047	91 061	19 015	26,4%
Resultado bruto de exploração (5)=(3)-(4)	752 499	1 026 433	273 934	36,4%
Provisões e imparidade (líquidas de reposição e anulações) (6)	375 487	336 669	-38 818	-10,3%
Provisões para crédito	354 744	302 702	-52 042	-14,7%
Imparidade de outros activos financeiros	5 135	16 188	11 052	215,2%
Imparidade de outros activos	15 608	17 780	2 172	13,9%
Resultados antes de impostos (7)=(5)-(6)	377 012	689 764	312 752	83,0%
Impostos (8)	26 243	150 201	123 958	472,4%
Correntes	33 397	214 704	181 307	542,9%
Diferidos	-7 154	-64 503	-57 349	801,6%
Resultado do exercício (9)=(7)-(8)	350 770	539 563	188 793	53,8%

A Margem Complementar, por seu turno, apresenta uma redução de 91,3 milhões de euros, influenciada pela contabilização, em 2005, da mais-valia obtida na alienação da participação no Unibanco. Excluindo este efeito, a margem complementar apresenta um crescimento de 92,6 milhões de euros.

Nos Custos Operativos, que aumentaram 46,9 milhões de euros (+4,6%), salientam-se os Custos com Pessoal, com um crescimento de cerca de 5,2%, enquanto os Fornecimentos e Serviços de Terceiros apresentaram uma ligeira redução (-0,1%). As Provisões e a Imparidade do exercício evidenciam uma diminuição significativa de 38,8 milhões de euros (-10,3%), sobretudo, através da redução da dotação para provisões (-52 milhões).

Os Impostos sobre Lucros ascenderam a 150,2 milhões de euros, cabendo aos impostos correntes 214,7 milhões,

um aumento muito acentuado face a 2005, ano em que foram reportados prejuízos fiscais, influenciando os impostos do ano.



Outras Actividades do Grupo em Portugal

Banca de Investimento

Caixa–Banco de Investimento

Como se referiu no capítulo sobre a Banca de Investimentos, a actividade do CaixaBI, em 2006, alcançou um desempenho muito positivo, que se traduziu nos melhores resultados de sempre.

Os activos do Banco somaram 1 596 milhões de euros, a que corresponde um aumento de 17,9%, valores que reflectem o crescimento da carteira de Títulos, cujo saldo se situou em 604 milhões (+64%). O Crédito a clientes registou também uma variação positiva, tendo alcançado, no final do ano, um saldo de 787 milhões de euros (+9,8%).

O Produto Bancário atingiu os 59,2 milhões de euros (+27%), devido ao incremento significativo da Margem Financeira (+52%) e proveitos das Comissões (+19%). O Resultado Líquido alcançou os 30,6 milhões de euros, +57,2% do que o obtido em 2005.

Caixa-Banco de Investimento (a)

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	1 353 833	1 595 983
Crédito a clientes	716 701	787 137
Carteira de títulos	368 077	603 749
Outros activos	171 051	179 024
Capitais próprios	172 377	186 361
Resultado líquido	19 463	30 589
Capital social	81 250	81 250
% Grupo CGD	99,65%	99,64%
Número de empregados	173	184
<i>Rating de médio e longo prazo atribuído pela FITCHRATINGS</i>	AA-	

(a) Valores relativos ao subgrupo CaixaBI para efeitos de consolidação no Grupo CGD.
Não incluem as contas da empresa COMPAL que foram directamente consolidadas pelo método de integração global nas contas da CGD.

Caixa Capital e Caixa Desenvolvimento (Capital de Risco)

À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, a actividade de capital de risco do Grupo

CGD continuou a ser desenvolvida através de duas sociedades:

- a Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA, que, para além da sua actividade operacional, é igualmente gestora de três fundos de capital de risco (FIQ Grupo CGD, FIQ Energias Renováveis e FIQ PME), e
- a Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA, que se dedica, preferencialmente, a intervenções de maior dimensão.

Pelas suas características, a actividade da Caixa Capital, em 2006, continuou a ser influenciada pelo crescimento moderado da economia. Na área de capital de risco, foram investidos 44,1 milhões de euros, dos quais 34,2 milhões em novas participadas e 9,9 milhões no reforço de participações da carteira.

Nas novas participadas são de salientar:

- a tomada de uma participação de 12% do capital da empresa Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda., participada, por sua vez, em 76% pelo Grupo Enersis;
- b) a tomada de uma participação de 5% do capital da empresa La Seda de Barcelona, SA, sociedade de direito espanhol cotada na Bolsa de Valores de Madrid, cujo maior accionista é o grupo português Imatogil. Nesta sociedade, procedeu-se a um aumento de capital de grande dimensão (418,7 milhões de euros), com vista a financiar a sua estratégia de crescimento e posicioná-la como líder do mercado europeu de produção de PET.

Durante o ano, foram efectuados desinvestimentos em sete participações no montante de 9,1 milhões de euros, não incluindo a transferência do SICAV NovEnergia 2010 do FIQ Grupo CGD para o FIQ Energias Renováveis.

No final do ano, a Caixa Capital e a Caixa Desenvolvimento geriam uma carteira de 30 empresas de vários sectores de actividade, com um valor de investimento de 240 milhões de euros, destacando-se entre elas a COMPAL, o Grupo Visabeira, a FINPRO, SGPS, a SILGER, SGPS, o SICAV NovEnergia e a acima referida La Seda de Barcelona.

Os capitais realizados nos três Fundos de capital de risco (FIQ Grupo CGD, FIQ Energias Renováveis e FIQ PME) perfazem um total de 92,6 milhões de euros, a que há a

acrescentar 48 milhões de outros financiamentos obtidos, representando as respectivas carteiras um investimento global de cerca de 130,3 milhões de euros.

Os principais indicadores das duas empresas do Grupo são os seguintes:

Caixa Capital

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	25 387	25 488
Activos financeiros disponíveis para venda	12 961	7 835
Aplicações em Instituições de Crédito	8 532	5 484
Outros activos	3 311	3 005
Capitais próprios	23 876	27 901
Resultado líquido	4 933	1 380
Capital social	16 500	16 500
% Grupo CGD	100%	100%

Caixa Desenvolvimento

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	111 703	98 556
Activos financeiros disponíveis para venda	6 286	5 637
Aplicações em Instituições de Crédito	4 366	1 722
Outros activos	100 528	80 017
Capitais próprios	41 495	41 349
Resultado líquido	1 937	-2 026
Capital social	2 500	2 500
% Grupo CGD	100%	100%

Actividade Seguradora

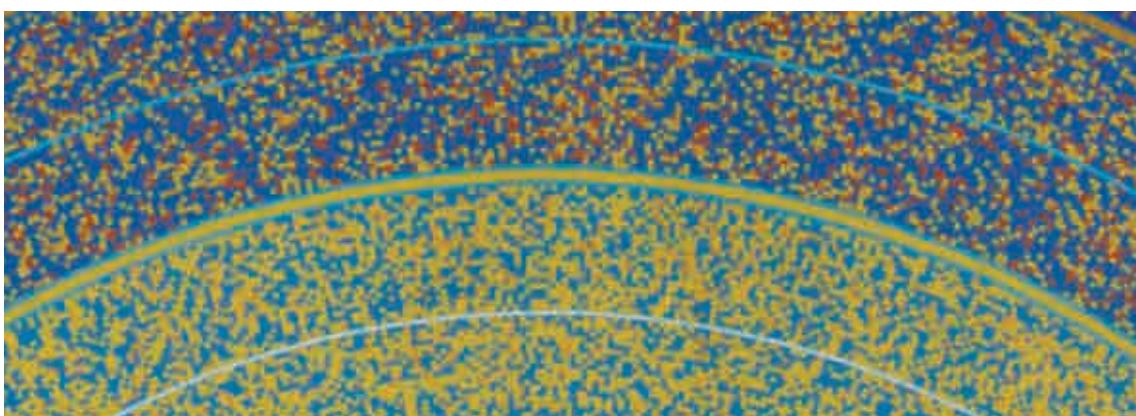
Evolução do Mercado

Em 2006, o mercado segurador contabilizou, na sua actividade em Portugal, 13 121 milhões de euros de Prémios de Seguro Directo (8,6% do PIB), sendo cerca de dois terços deste valor proveniente de seguros do Ramo Vida. A Actividade no Estrangeiro registou uma produção de 112 milhões de euros, o que representa uma redução face ao ano anterior.

O montante de prémios obtido significou uma redução, no ano, de 2,3%, com origem no Ramo Vida (-4,1%), que, ao contrário do sucedido em 2005, não registou um volume tão acentuado de transferências de aplicações financeiras para seguros de capitalização. Os Ramos Não-Vida, representativos de cerca de um terço da produção, conhecem um crescimento de 1,5% em linha com a evolução moderada da actividade económica e a tendência de redução de preços, passando para os clientes os benefícios decorrentes do controlo da sinistralidade.

No Grupo CGD, o volume de prémios de seguro directo alcançou os 3 247 milhões de euros (+4,8%), equivalente a uma quota de mercado de 24,2%, distribuída pelos Ramos Vida com 20% e Não-Vida com 32,6%.

Relativamente a alterações na estrutura empresarial do sector, são de referir a aquisição da maioria do capital da Tranquilidade Vida e da Espírito Santo Seguros pelo Crédit Agricole (parceiro do BES) e da carteira de seguros da Aviva pela Eurovida, sendo de notar, igualmente, a redução do grau



de concentração no Mercado, quer ao nível do Ramo Vida, quer dos Ramos Não-Vida, devido ao elevado crescimento registado por algumas seguradoras de menor dimensão.

Em termos legislativos, salienta-se o novo regime legal de pagamentos de prémios, implementado pela Norma Regulamentar N.º 16/2006-R, do ISP, e o estabelecimento de novas regras e procedimentos para a regularização de sinistros automóvel, de acordo com a transposição parcial da 5.ª Directiva europeia para os sinistros de danos materiais.

Por fim, há a referir que a continuada evolução dos níveis de eficiência dos vários operadores, associada à contenção

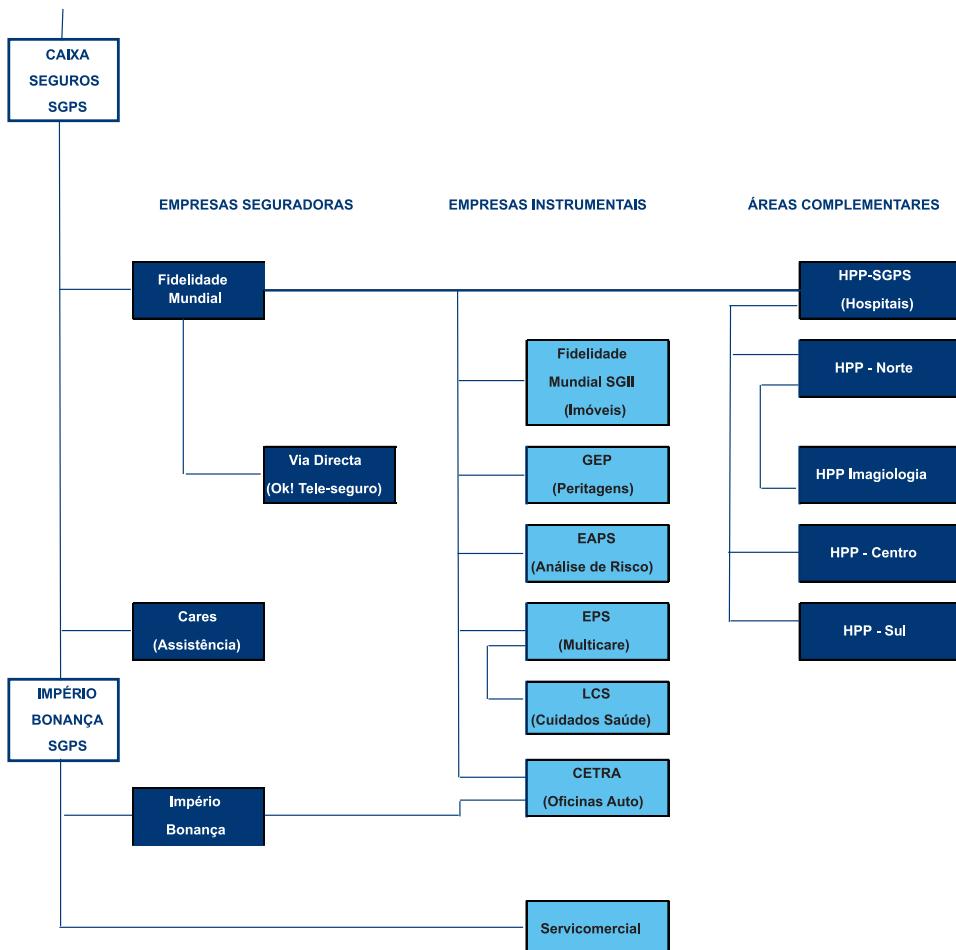
da sinistralidade e ao comportamento favorável dos mercados financeiros, perspectivam, em 2006, uma evolução positiva dos Resultados Líquidos da generalidade das empresas do sector segurador.

Caixa Seguros, SGPS, SA

Estrutura de Participações

A Caixa Seguros, SGPS, SA é a *holding* do Grupo CGD para a área seguradora, detida a 100% pela CGD, e tem na sua carteira a totalidade das participações nas seguradoras Fidelidade Mundial, SA, Império Bonança – Companhia de Seguros, SA(*) e Cares – Companhia de Seguros de Assistência, SA.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



(*) Através do contrato celebrado entre a CGD e o BCP, está prevista a aquisição pela Caixa Seguros dos restantes 30% do capital da Império Bonança.

A Caixa Seguros detém, ainda indirectamente, participações em diversas empresas, sendo a maioria delas vocacionada para actividades complementares da actividade seguradora, de que se destaca a Via Directa – Companhia de Seguros, SA, especializada na exploração dos canais telefónico e Internet.

Na área de saúde, a *holding* HPP – Hospitais Privados de Portugal, SGPS gere uma rede de hospitais e clínicas e a EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, SA actua ao nível dos serviços de *management care*. A Cares, SA é uma unidade especializada nos ramos de assistência e protecção jurídica.

Demonstrações Financeiras e Principais Indicadores (IAS/IFRS)

Resumo do Balanço Consolidado

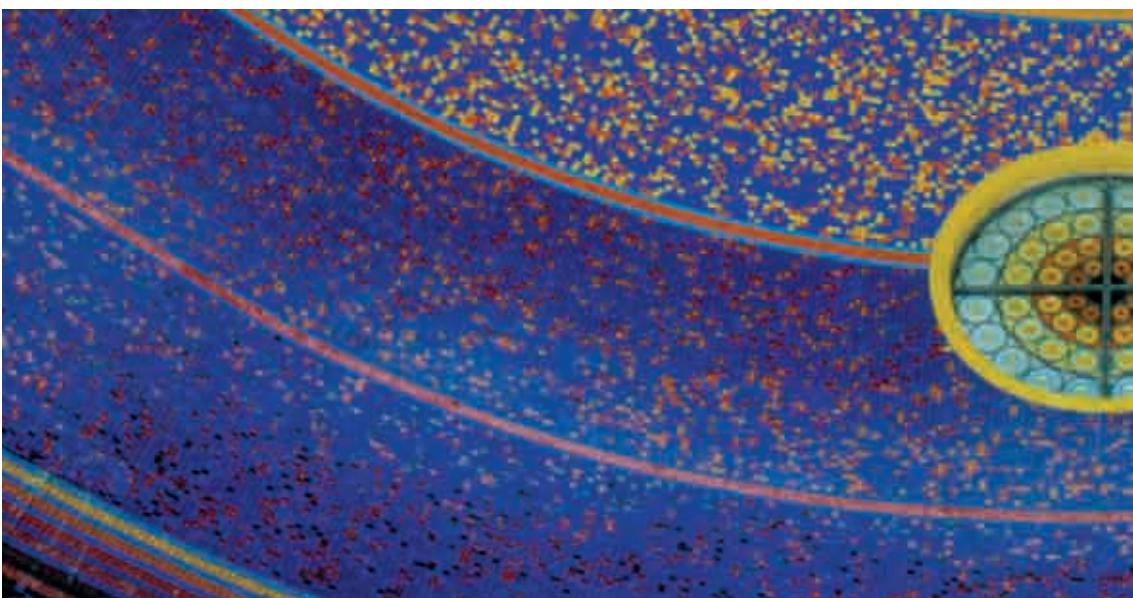
(milhares de euros)

	2005	2006
Activo Líquido		
Imobilizações e existências	256 536	248 957
Investimentos	9 416 696	10 169 844
Investimentos risco do tomador	669 222	848 401
Provisões técnicas resseguro cedido	229 358	236 255
Devedores	487 643	801 964
Depósitos e caixa	962 984	1 040 254
Acréscimos e diferimentos	75 471	111 314
Total do Activo	12 097 911	13 456 989
Capital Próprio e Passivo		
Capital social	448 400	448 400
Prémios de emissão	184 404	184 404
Reservas	387 463	298 841
Resultados transitados	-32 358	72 160
Resultado líquido do exercício	120 121	154 529
Interesses minoritários	15 519	15 353
Total do Capital Próprio	1 123 549	1 173 687
Passivo		
Provisões técnicas	7 506 562	7 822 155
Responsabilidades com Instrumentos financeiros	1 702 470	2 183 915
Provisões técnicas risco do tomador	669 222	847 369
Provisões para outros riscos e encargos	34 915	73 875
Depósitos recebidos de resseguradores	32 964	38 319
Credores	952 220	1 211 831
Acréscimos e diferimentos	76 009	105 839
Total do Passivo	10 974 362	12 283 303
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	12 097 911	13 456 989

Resumo dos Ganhos e Perdas Consolidado

(milhares de euros)

	2005	2006
Conta Técnica Não-Vida		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1 395 836	1 340 174
Proveitos / Custos dos investimentos	46 089	124 050
Outros proveitos / Custos técnicos	3 043	-2 122
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-1 002 911	-958 201
Custos de exploração líquidos	-393 536	-381 870
Resultado Técnico Não-Vida	48 521	122 030
Conta Técnica Vida		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	980 772	1 281 174
Proveitos / Custos dos investimentos	232 491	192 369
Outros proveitos / Custos técnicos	-484 970	-960 679
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-595 299	-409 119
Custos de exploração líquidos	-48 088	-44 904
Resultado Técnico Vida	84 906	58 841
Resultado Técnico Instrumentos Financeiros	6 892	25 982
Resultado Técnico Global	140 319	206 854
Conta Não-Técnica		
Proveitos / Custos dos investimentos	22 894	27 550
Outros proveitos / Custos não-técnicos	-12 375	-34 085
Resultado extraordinário	4 345	5 575
Resultado antes de Impostos	155 183	205 894
Imposto sobre o rendimento do exercício	-34 856	-51 721
Interesses minoritários / Resultados adquiridos	-205	356
Resultado Líquido do Exercício	120 121	154 529



Caixa Seguros, SGPS, SA

Indicadores Gerais

(milhares de euros)

	2005	2006
Activo líquido	12 097 911	13 456 989
Prémios de Seguro Directo	3 098 262	3 246 709
Ramo Vida	998 443	1 301 918
Contratos de Investimentos	567 179	501 460
Ramo Não Vida	1 532 640	1 443 331
Responsabilidades com Contratos de Seguros	9 209 032	10 006 070
Provisões Técnicas de Seguro Directo e de Resseguro Aceite	7 506 562	7 822 155
Responsabilidades com Contratos de Investimentos	1 702 470	2 183 915
Investimentos Líquidos	10 958 399	12 000 104
Taxa de Sinistralidade Seguros Directos sobre prémios adquiridos		
Ramos Vida	50,4%	49,1%
Ramos Não-Vida	54,9%	55,6%
Capitais Próprios	1 123 549	1 173 687
Resultado Líquido	120 121	154 529
Solvabilidade (Local GAAP)		
A. Margem de Solvência (Total)	832 308	930 089
B. Margem de Solvência (Requisito Obrigatório)	563 919	598 330
Cobertura da Margem de Solvência (A/B)	147,6%	155,4%
Rentabilidade		
ROE Líquido	15,3%	13,5%
ROA Líquido	1,19%	1,21%
Quotas de Mercado (Actividade em Portugal)	22,3%	24,2%
Ramo Vida	16,6%	20,0%
Ramo Não-Vida	34,3%	32,6%
Número de empregados	4 584	4 153
Sector Segurador	3 757	3 374
Outros Sectores	827	779
Número de Agências	154	153
Fidelidade Mundial:	91	90
Lojas exclusivas	252	342
Império Bonança:		
Agências	63	63
Lojas em <i>franchising</i>	122	134

Síntese da Actividade

A Caixa Seguros opera no mercado através de diversas marcas – Fidelidade Mundial, Império Bonança, OK! Teleseguro, Multicare, Cares, HPP -, suportada pela maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos financeiros do mercado nacional – balcões próprios Fidelidade Mundial e Império Bonança, agentes e corretores, agências bancárias CGD, balcões CTT, canal telefónico e Internet.

Em 2006, a Caixa Seguros prosseguiu com a política de integração das áreas de back-office e de direcções comuns, particularmente na Fidelidade Mundial e Império Bonança, destacando-se a criação do centro de atendimento telefónico de produção e sinistros, localizado em Évora, e a unificação da aplicação de gestão de sinistros de Acidentes de Trabalho. No mesmo sentido, e no âmbito da integração das actividades das subsidiárias instrumentais da Império Bonança, SGPS, SA no universo da Caixa Seguros, procedeu-se, numa primeira fase, à integração das operações da Impergesto na Cares e, posteriormente, à sua liquidação.

Esta política, que visa melhorar a eficiência operativa e a obtenção de ganhos de racionalização de estrutura, permitiu o estabelecimento de uma nova estrutura orgânica comum à Fidelidade Mundial e Império Bonança.

Prémios de Seguro Directo

Após um primeiro ano de convivência das marcas Fidelidade Mundial e Império Bonança, a Caixa Seguros reforçou a sua liderança no mercado segurador português, alcançando os prémios de seguro directo o montante de 3 247 milhões de euros e um crescimento de 4,8%, valores que lhe permitiram aumentar a quota de mercado na actividade em Portugal de 22,3% para 24,2% em 2006.

No segmento Vida, os prémios dos Seguros Vida e Contratos de Investimentos ascenderam a 1 803 milhões de euros (+15,2%). Nos Ramos Não-Vida, os prémios totalizaram 1 443 milhões de euros (-5,8%).

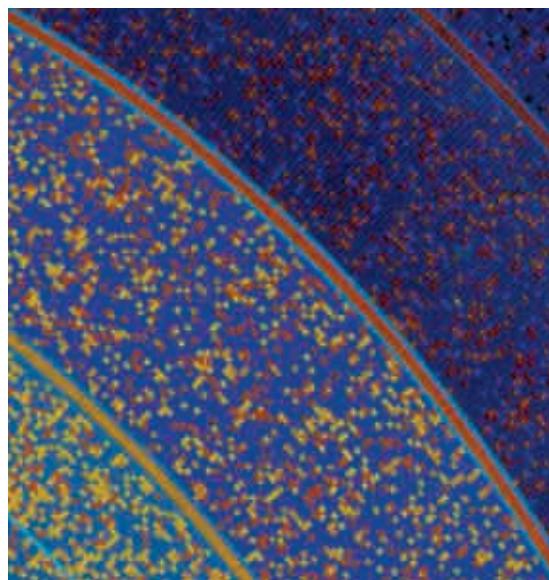
O crescimento no segmento Vida reflectiu, para além do efeito positivo da reintrodução de benefícios fiscais na

subscrição de PPR, a mobilização e empenho das redes comerciais e a estratégia mais agressiva assumida pela Caixa Seguros, no lançamento de produtos e captação de recursos.

A Fidelidade Mundial, pelo facto de assegurar a distribuição na rede bancária CGD, na rede CTT e pelo maior número de Sucursais, contribuiu com cerca de 93% dos prémios totais do Ramo Vida, apresentando uma carteira de 1 681,6 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 14,0%. A Império Bonança, que opera, exclusivamente, através dos canais de mediação e corretagem, realizou vendas no valor de 121,7 milhões de euros, mais 35,1% que no ano anterior.

Nos Ramos Não-Vida, o Grupo manteve a liderança do mercado, embora tivesse registado uma quebra de 1,7 pontos percentuais, salientando-se, por ramos, as quotas do sector Automóvel, com cerca de 33,4%, do ramo Incêndio (32,8%), Acidentes de Trabalho (31,9%) e Doença (35,6%).

Na estrutura de distribuição, o conjunto dos canais bancário, postal e telefónico representou cerca de 49,8% da produção total e os de mediação e corretagem cerca de 48%, dedicando-se estes últimos, essencialmente, aos ramos Não-Vida.



Ramo Não-Vida
Seguro Directo Não-Vida

	Prémios Adquiridos		Sinistralidade		Taxa Sinistralidade	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Acidentes de trabalho	256 780	246 886	161 903	202 397	63,1%	82,0%
Acidentes pessoais e pessoas transp.	54 408	51 187	14 005	7 039	25,7%	13,8%
Doença	138 759	143 694	98 403	110 482	70,9%	76,9%
Incêndio e outros danos	285 264	243 323	83 192	63 841	29,2%	26,2%
Automóvel	712 039	679 122	458 010	394 881	64,3%	58,1%
Marítimo, aéreo e transportes	43 547	39 266	14 518	28 277	33,3%	72,0%
Responsabilidade civil geral	38 832	33 258	21 653	898	55,8%	2,7%
Crédito e cauções	739	830	-111	504	-15,1%	60,6%
Protecção jurídica	6 679	5 331	-133	351	-2,0%	6,6%
Assistência	8 448	8 741	3 135	-37	37,1%	-0,4%
Diversos	15 441	13 144	2 679	5 104	17,4%	38,8%
Total	1 560 935	1 464 782	857 255	813 736	54,9%	55,6%

(milhares de euros)

Sinistralidade

No que respeita à taxa de sinistralidade de seguro directo, situou-se em 55,6%, com um acréscimo de 0,6 p.p., variação que reflecte já a preparação do Grupo para os novos programas de longo prazo de Solvência II; se esta alteração não tivesse ocorrido, a taxa de sinistralidade de 2006 teria sido de 52,07%, menos 2,85 p.p. do que no ano transacto.

Provisões Técnicas e sua Cobertura

De acordo com as regras nacionais de avaliação de activos e provisões técnicas, as provisões técnicas de Seguro Directo e Resseguro Aceite, incluindo responsabilidades com contratos de investimentos, totalizaram 10 705 milhões de euros, enquanto os Activos elegíveis para a sua representação ascenderam a 11 419 milhões de euros, pelo que o rácio da sua cobertura é de 106,6%.

Segundo as IFRS, as responsabilidades com contratos de seguros totalizaram 10 853 milhões de euros e os investimentos líquidos ascenderam a 12 000 milhões.

É de destacar o reforço de 14 pontos percentuais no rácio de Provisões Técnicas Não-Vida sobre Prémios dos ramos Não-Vida que se situou nos 163,8%. Em 2005, o rácio do mercado apresentava um valor próximo de 130%, o que

demonstra a prudente política de provisionamento adoptada pelas seguradoras.

O Grupo tem inteiramente cobertas e adequadamente representadas as suas responsabilidades para com segurados e terceiros e cumpre os limites estabelecidos em relação a aplicações financeiras, bem como os níveis de margem de solvência e do fundo de garantia, excedendo significativamente os valores mínimos legalmente fixados.

Resultados e Situação Líquida

O total de custos de estrutura da Caixa Seguros atingiu 500,7 milhões de euros, superior em 16,7 milhões de euros ao ano anterior (+3,3%), agravamento explicado, principalmente, pelo aumento de 13,2 milhões registados em Custos com Pessoal. Contudo, se excluirmos os custos não recorrentes associados às indemnizações pagas aos trabalhadores que deixaram os quadros do Grupo (-397), os Custos com Pessoal e os de estrutura passariam a reflectir uma redução efectiva de 9,8 milhões de euros.

Os Resultados Líquidos continuaram a beneficiar da conjugação favorável dos efeitos da gestão selectiva de riscos, da implementação de medidas de contenção de custos e do desempenho positivo do mercado de capitais, tendo atingido 154,5 milhões de euros, um aumento de 28,6% face ao ano anterior.

O Capital Próprio consolidado da Caixa Seguros, no final de 2006, era de 1 174 milhões de euros, superior em 50 milhões de euros ao ano anterior.

A Margem de Solvência exigida da Caixa Seguros era, no final de 2006, de 598 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiam 930 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 155,5%, representando, assim, um elevado índice de segurança para todos os segurados e agentes económicos que se relacionam com as seguradoras.

Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA

Síntese da Actividade

No capítulo da organização interna, o ano de 2006 visou consolidar a reformulação ocorrida na arquitectura interna da Companhia, em consequência da integração de estruturas de *back-office* levada a efecto com a Império Bonança.

Continuaram, igualmente, a ser implementadas medidas de reforço da marca Fidelidade Mundial, nomeadamente, através de actividades promocionais junto dos canais de distribuição, da realização de campanhas, da adopção de uma nova linha de comunicação e do desenvolvimento e melhoria das ferramentas de apoio à venda, com especial destaque para novas funcionalidades e intensificação da utilização da "Medinet", que consiste numa aplicação informática descentralizada para a Rede de Mediação.

O ano em análise caracterizou-se, também, pela evolução do modelo de dinamização comercial, com a realização de campanhas promocionais visando a retenção de clientes e a promoção de produtos do Ramo Vida. De referir, em especial, o projecto "Assurfinance" através da oferta, pela rede de mediação, de crédito imobiliário e financiamento automóvel a clientes da Fidelidade Mundial.

De referir, ainda, que, pela quinta vez consecutiva, a Fidelidade Mundial foi distinguida como a seguradora em que os portugueses mais confiam, no âmbito do estudo Marcas de confiança 2006, através de um estudo realizado junto dos leitores da revista das Selecções do Reader's Digest.

No que concerne à política de produtos, há que destacar a

implementação de medidas visando consolidar a actual carteira de riscos no Ramo Automóvel, através quer de alterações ao nível das tarifas e das políticas de subscrição, quer do aprofundamento da segmentação de carteira como forma de melhor ajustar o preço ao risco subjacente de cada contrato.

Ao nível dos Ramos Vida, foi reformulada, na vertente poupança, a oferta de Planos Poupança Reforma (PPR), contemplando o aumento das taxas garantidas e as alterações ao regime fiscal destes produtos introduzidos pelo Orçamento de Estado para 2006. No que respeita à oferta na vertente capitalização, procurou-se dar resposta a clientes com um perfil menos conservador, tendo sido lançados diversos produtos *Unit-Linked*, sendo de destacar o lançamento do Multi-Estratégia no canal bancário e o alargamento da sua comercialização ao canal tradicional.

Com vista a melhorar a oferta de seguros de Protecção Pessoal, lançou-se, no âmbito dos Acidentes Pessoais, um novo produto de Viagens e, no âmbito de Vida Risco, um novo seguro vocacionado para os contratos de crédito habitação efectuados através da rede de promotores externos da CGD e o produto Postal M, que visa dar resposta a necessidades de protecção específicas do segmento feminino.

A Companhia detém a liderança destacada do Mercado com uma quota de 18,9%, tanto no Ramo Vida (quota de 18,6%), como nos Ramos Não-Vida (quota de 19,5%).

Companhia de Seguros Fidelidade Mundial

Contas Individuais (a)

	2005	2006	(milhares de euros)
Activo líquido	9 061 856	10 173 764	
Investimentos (activos de representação)	8 080 241	9 157 805	
Provisões técnicas líquidas de resseguro	7 408 337	8 524 071	
Prémios de seguro directo (no ano)	2 415 915	2 552 327	
Resultado líquido	95 387	104 014	
Capitais próprios	913 800	959 005	
Capital social	400 000	400 000	
% Grupo CGD	100,0%	100,0%	
Empregados	2 136	1 889	
Agências	92	90	
Lojas exclusivas	252	342	

(a) Os valores apresentados neste quadro estão em consonância com as normas contabilísticas nacionais relativas à actividade seguradora.

A Fidelidade Mundial alcançou, em 2006, um montante global de Prémios de Seguro Directo de 2 552 milhões de euros, + 5,6% do que no ano anterior, reflectindo, essencialmente, o comportamento favorável no Ramo Vida.

A actividade Não-Vida registou um montante de prémios de 849,4 milhões de euros, -3,4% que no ano anterior, variação justificada pelo moderado crescimento económico e pela redução do prémio médio, tendo os principais agregados apresentado uma diminuição de volume, constituindo excepção os Ramos Doença (+7,7%) e Multiriscos Habitação (+2,7%).

As indemnizações de Seguro Directo somaram 1 341,5 milhões de euros, um acréscimo de 5,8% face a 2005, reflectindo o aumento verificado, quer ao nível dos Ramos Vida (maior montante de vencimentos), quer dos Ramos Não-Vida (aumento do montante de indemnizações).

A taxa de Sinistralidade líquida de resseguro dos Ramos Não-Vida foi de 76,2%, +6,2 p.p. do que em 2005, consequência, essencialmente, do comportamento desfavorável evidenciado nos conjuntos Acidentes e Doença, valor que já reflecte as novas exigências dos novos programas de longo prazo de Solvência II. De referir,

porém, a manutenção do nível reduzido da taxa de sinistralidade do Ramo Automóvel, que se situou, pelo terceiro ano consecutivo, abaixo de 70%.

Os activos afectos à representação das Provisões Técnicas, sob a forma de investimento, atingiram os 9,2 mil milhões de euros, traduzindo-se num rácio de cobertura das Provisões Técnicas de Seguro Directo e Resseguro Aceite de 105,7%, superando as responsabilidades assumidas em cerca de 500 milhões de euros.

Em termos de contas individuais, o Capital Próprio da Fidelidade Mundial totalizou 959 milhões de euros, valor que corresponde a um acréscimo de 4,9% face ao ano anterior, reflectindo o Resultado do exercício e o acréscimo de Reservas.

A Fidelidade Mundial consolida as suas contas com um conjunto de empresas nas quais detém participação, o que conduziu a um aumento dos Resultados consolidados para 111,5 milhões de euros (104 milhões em termos de contas individuais), o que corresponde a um acréscimo de 10,2 milhões de euros face aos 101,3 milhões de euros obtidos em 2005.

Império Bonança Companhia de Seguros, SA Síntese da Actividade

Em 2006, a Império Bonança, continuou o seu esforço de reorganização interna, essencialmente através da integração das plataformas de *back-office* comuns às Companhias Fidelidade Mundial e Império Bonança.

A Companhia prosseguiu a estratégia de dinamização e reforço dos seus canais privilegiados de distribuição – a Rede de mediação e corretores. O ano foi marcado pelo reforço da relação com a Rede de mediação e consequente recuperação de mediadores multimarca e profissionalização da rede.

Para dinamizar a actividade comercial, foi introduzido um conjunto de medidas dirigidas, essencialmente, ao canal de mediação tradicional, sendo de destacar:

- A continuidade da implementação de medidas visando contrariar a tendência de perda de carteira no Ramo Automóvel. Para tal foi introduzida uma nova política de subscrição e implementadas alterações ao nível de tarifa, visando criar condições de competitividade e rentabilidade do ramo;
- O lançamento de um produto específico no ramo dos Acidentes de Trabalho destinado às empregadas domésticas, com uma cobertura de assistência inovadora;

• Na vertente de Produtos de Poupança, a reformulação da oferta de Planos Poupança Reforma (PPR), na sequência da reintrodução do produto pelo Orçamento de Estado para 2006. Quanto à oferta de produtos de Capitalização, foi retomada a comercialização de produtos *Unit-Linked*, sendo de destacar o produto “Crescer 20”, que atingiu um montante de 30 milhões de euros;

- No âmbito dos Acidentes Pessoais, com vista a melhorar a oferta de seguros de Protecção Pessoal, lançaram-se dois novos produtos, um dirigido ao segmento jovem e, no âmbito do Ramo Vida Risco, um novo seguro associado aos contratos de crédito habitação efectuados pela CGD através de promotores externos.

Procedeu-se igualmente à abertura de 18 Lojas em regime de *franchising*, perfazendo 134 no final do ano.

Paralelamente, houve um significativo empenho no aumento da penetração da Império Bonança no mercado das Pequenas e Médias Empresas (PME) e na recuperação da quota de mercado.

Ao nível dos produtos, e para além da oferta tradicional, destinada quer a clientes particulares, quer a empresas, assistiu-se ao lançamento de alguns produtos, com destaque para os Ramos Vida e Acidentes de Trabalho.

Império Bonança - Companhia de Seguros

Contas Individuais (a)

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	2 570 213	2 546 804
Investimentos (activos de representação)	2 223 665	2 176 911
Provisões técnicas líquidas de resseguro	1 965 385	1 898 768
Prémios de seguro directo (no ano)	653 465	659 814
Resultado líquido	16 160	28 971
Capitais próprios	165 480	191 973
Capital social	202 005	202 005
% Grupo CGD (b)	70,0%	70,0%
Empregados	1 420	1 278
Agências	63	63
Lojas em <i>franchising</i>	122	134

(a) Os valores apresentados neste quadro estão em consonância com as normas contabilísticas nacionais relativas à actividade seguradora.

(b) Através do contrato celebrado entre a CGD e o BCP, está prevista a aquisição pela Caixa Seguros dos restantes 30% do capital da Império Bonança.

Em termos de produção, a Companhia alcançou, em 2006, um montante de Prémios de Seguro Directo de 660 milhões de euros, +1% face ao ano anterior, devido, essencialmente, ao comportamento da actividade do Ramo Vida. Este registou prémios no montante de 121 milhões de euros, +34,9%, decorrente, sobretudo, da comercialização de produtos *Unit-Linked* e dos Planos de Poupança Reforma (PPR), reflectindo o efeito positivo da reintrodução de benefícios fiscais para este tipo de produtos.

A Actividade Não-Vida apresentou um montante de prémios de 538,1 milhões de euros (-4,5%), destacando-se, entre os diversos ramos, o crescimento dos ramos Responsabilidade Civil (+6,8%) e Multiriscos Habitação (+1,2%).

Em 2006, os Custos com Sinistros registaram uma evolução desfavorável, tendo atingido 541 milhões de euros, +8,8% que no ano anterior, tendo a sinistralidade de Seguro Directo líquida de resseguro da actividade Não-Vida atingido 63,9%, +2,3 pontos percentuais face ao período homólogo. O Ramo Automóvel voltou, porém, a apresentar uma diminuição da taxa de sinistralidade de 5,2 pontos percentuais, reflectindo não só uma melhoria na política de subscrição de riscos, mas também a diminuição da frequência de sinistralidade de 9,4% para 9,0%.

Os activos representativos das Provisões Técnicas somaram 2 177 milhões de euros, traduzindo-se num rácio de cobertura das Provisões Técnicas de Seguro Directo e Resseguro Aceite de 108,4%, excedendo as responsabilidades em 169 milhões de euros.

O Resultado Líquido da Império Bonança situou-se em 29,0 milhões de euros, aumentando 81,2% face ao período homólogo, o que constitui uma variação muito positiva.

Evolução da Actividade Hospitalar

O sector privado da prestação de serviços de saúde revelou acentuado dinamismo em 2006, com os principais investidores a reforçarem o investimento na aquisição ou construção de novas unidades hospitalares. Esta tendência

antecipa a expectativa de continuação do crescimento da procura privada de serviços de saúde, em substituição ou complementaridade da procura dos serviços disponibilizados pelo Serviço Nacional de Saúde.

Neste contexto, a HPP Saúde prosseguiu a construção das suas novas unidades hospitalares, o Hospital Privado dos Lusíadas em Lisboa e a expansão do Hospital Privado da Boavista no Porto, com o início de actividade previsto para 2007, investimentos que representarão um importante reforço na dimensão, qualidade e competitividade na oferta de serviços por parte da HPP Saúde. Na actividade corrente, a HPP Saúde aumentou os proveitos na prestação de serviços em cerca de 6%, tendo evidenciado um crescimento no segmento de particulares e de seguros de saúde e um decréscimo superior ao esperado por parte de clientes do segmento de acidentes de trabalho e automóvel. Neste último segmento, salienta-se, igualmente, a conclusão do processo que permitirá que, a partir de 2007, a HPP Saúde seja o prestador de referência da Caixa Seguros, com a contratação da prestação de serviços clínicos pela Império Bonança - Companhia de Seguros, à semelhança do que já se verificava com a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial.

Nos concursos para a construção e gestão de novos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, em regime de Parceria Público Privada (PPP), a HPP Saúde, em consórcio com a empresa de construção Teixeira Duarte, SA, foi seleccionada para a fase de negociação competitiva do Centro Hospitalar de Cascais, tendo a proposta apresentada ficado classificada em primeiro lugar, de acordo com o relatório preliminar de avaliação, tendo, ainda, sido apresentada proposta para a PPP do novo Hospital de Vila Franca de Xira.

A HPP, SGPS contabilizou, em 2006, proveitos consolidados de 53,2 milhões de euros, que geraram um EBITDA de 4,3 milhões de euros, mais 16% que no ano anterior. Os resultados líquidos consolidados, apurados segundo a regulamentação nacional, foram positivos em 723 mil euros, revelando um forte crescimento relativamente ao ano de 2005, apesar de incorporarem elevados custos suportados nos concursos para as PPP.

No final de 2006, foi, ainda, concluído o processo de selecção de um parceiro para o desenvolvimento da estratégia da HPP Saúde, com a fixação de um acordo de princípio com a USP Hospitales , empresa líder na prestação de serviços de saúde privados em Espanha, que prevê a cedência de uma participação de 25% do capital social da HPP SGPS e a aquisição, pelo grupo CGD, de uma participação de 10% no capital social da USP Hospitales .

Actividade das Restantes Participadas

A Via Directa - Companhia de Seguros, SA, especializada na exploração de canais remotos de comercialização de seguro, através da marca Ok! Teleseguro, aumentou a sua carteira de clientes para cerca de 125 mil, tendo registo uma produção de seguro directo de 34,3 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 19,3% face ao ano anterior, e um Resultado Líquido de 4,5 milhões de euros, apurados segundo a regulamentação nacional, que representa uma melhoria de 35% face a 2005;

A Cares, empresa de seguros de assistência, contabilizou um montante de prémios consolidados de 34,6 milhões de euros, registando uma evolução de 14,6% face ao ano anterior e um Resultado Líquido de 3 milhões de euros, apurados segundo a regulamentação nacional, valor que se mantém ao nível do ano transacto;

A EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, SA, empresa especializada em gestão de operações e redes de cuidados de saúde, prestando serviços a várias seguradoras do mercado, obteve um total de proveitos de 10,7 milhões de euros (+7,3% que no ano anterior), gerindo uma carteira de cerca de 150 milhões de euros de Prémios de Seguros de Saúde;

A GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, SA, responsável pela peritagem de sinistros automóveis das seguradoras do Grupo, atingiu uma facturação de 17,6 milhões de euros, o que traduz um crescimento de cerca de 40% face ao ano anterior;

A EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, SA, continuou a contribuir positivamente para a actividade da

Companhia nas suas áreas de competência específica, tendo alcançado um volume de negócios de 1,9 milhões de euros, superando em 34% a facturação do ano anterior;

A Fidelidade Mundial, SGII, vocacionada para a gestão de património imobiliário, visa reforçar a capacidade de actuação da Companhia num mercado com acrescido interesse para a actividade seguradora, tendo somado um total de proveitos de 4,9 milhões de euros, maioritariamente com origem em rendas de imóveis, e um Resultado Líquido de 990 mil euros, apurados segundo a regulamentação nacional;

A Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, que se dedica à reparação de automóveis, atingiu uma facturação de, aproximadamente, 1,5 milhões de euros.

Crédito Especializado

Na sequência do processo de reorganização da área de crédito especializado do Grupo CGD, iniciado no final de 2004, concretizou-se a integração do negócio de crédito ao consumo na esfera da Caixa Leasing e Factoring – IFIC, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2006.

Orientada para a maximização de sinergias entre a área de crédito especializado e a rede bancária, a estratégia de concentração de actividades destina-se, igualmente, a atingir significativas reduções de custos, a racionalizar a estrutura de capitais e a maximizar o desempenho comercial, através da oferta de um *mix* de soluções financeiras aos seus clientes. O ano de 2006 ficou marcado pela completa integração das quatro áreas de negócio – *leasing* imobiliário e mobiliário, *factoring* e crédito ao consumo - sob a égide de uma única empresa, com resultados francamente positivos ao nível do desenvolvimento do seu *core-business*.

No que se refere à actividade das empresas do sector em Portugal, observou-se uma evolução favorável do negócio de locação financeira, com variações positivas de 19,3% no sector de *leasing* imobiliário e de 14,2% no *leasing*

mobiliário. O sector de *factoring* registou, por seu turno, um aumento de 17% e o crédito ao consumo de 13%, em relação a 2005.

Produção do Sector no Ano

	Quotas de		
	2005	2006	Mercado
	do Grupo		
<i>Leasing imobiliário</i>	1 833	2 186	15,0%
<i>Leasing mobiliário</i>	3 056	3 489	10,1%
<i>Factoring</i>	16 954	19 838	13,9%
Crédito ao consumo	5 270	5 948	0,7%

Caixa Leasing e Factoring (CLF)

No Grupo CGD, a actividade da área de crédito especializado evidenciou, globalmente, uma evolução muito favorável, tanto no *leasing* como no *factoring*, salientando-se, em especial, o crescimento da produção no *leasing* imobiliário (+ 56,1%).

Produção no Grupo CGD

	(milhares de euros)		
	2005	2006	Variação
<i>Leasing imobiliário</i>	209 596	327 185	56,1%
<i>Leasing mobiliário</i>	281 054	354 093	26,0%
<i>Factoring</i>	2 411 382	2 749 014	14,0%
Crédito ao consumo	47 942	43 545	-9,2%

Em resultado do elevado dinamismo comercial, o crédito concedido pela CLF alcançou cerca de 2,1 mil milhões de euros, evidenciando um aumento de 30,4% face ao exercício precedente. A taxa de incumprimento da carteira foi de 5,4%, revelando um ligeiro acréscimo e espelhando o aumento do risco de crédito inerente ao fraco desempenho da economia e aos constrangimentos relacionados com a perda de liquidez dos agentes económicos. O Activo Líquido da empresa cifrou-se em 2 181 milhões de euros, +29,6% que no ano anterior.

	(milhares de euros)	
	2005	2006
	Caixa Leasing e Factoring	Caixa Leasing e Factoring
Activo líquido	1 683 066	2 180 557
Créditos sobre clientes	1 628 027	2 123 086
Provisões para crédito vencido (saldo)	19 648	23 701
Capitais próprios	112 100	111 397
Resultado líquido	14 599	9 375

Apesar da envolvente externa globalmente desfavorável, condicionada pelo estreitamento do *spread* de intermediação financeira relativamente ao exercício precedente, a actividade de exploração gerou uma margem financeira de 36,2 milhões de euros, com um crescimento de 28% face ao ano anterior. Por seu turno, por efeito de movimentos nas provisões e outras correcções, o resultado líquido fixou-se em 9,4 milhões de euros, contra os 14,6 milhões de euros no ano anterior.

Gestão de Activos

O sector da Gestão de Activos foi influenciado positivamente, em 2006, pela retoma económica na Europa e pela continuação do crescimento da economia norte-americana, num cenário de subida das taxas de juro, as quais tinham alcançado níveis mínimos em 2004. As principais praças bolsistas mundiais encerraram o ano com um desempenho muito positivo, superando os valores do início de 2000, registando-se uma valorização anual de 34% no IBEX, de 23% no DAX e 16% no Dow Jones. O mercado nacional acompanhou esta tendência positiva, com o PSI-20 a apresentar uma valorização de 30%. Em contrapartida, os principais índices obrigacionistas (taxa fixa) apresentaram ligeiras quedas no ano.

Os Fundos de Investimento Mobiliário sob gestão em Portugal atingiram um montante de 29,2 mil milhões de euros no final de Dezembro, +3% do que em 2005. Os fundos de Obrigações e de Tesouraria continuaram a dominar o mercado de fundos, com cerca de 57% do total, salientando-se, contudo, que, em ambos os casos, se registou um movimento de desinvestimento de, respectivamente, -14% e -7%. Nas restantes categorias de fundos, destaca-se o forte incremento (+76%) nos Fundos

Especiais de Investimento, em virtude do dinamismo no seu lançamento pela generalidade das sociedades gestoras, e igualmente, nos Fundos de Acções (+35%), fruto de uma maior procura por parte dos investidores, conjugada com a valorização do mercado accionista.

Quanto aos Fundos de Investimento Imobiliário, apesar da concorrência do mercado accionista e do aumento das taxas de juros dos depósitos, continuaram a ser objecto de elevada procura face ao baixo risco associado e às

Os activos sob gestão e aconselhamento no Grupo CGD totalizavam, no final do ano, 24,1 mil milhões de euros, +9% do que em 2005.

Todas as diferentes classes de activos superaram o crescimento registado pelo mercado, com os consequentes ganhos de quota de mercado. Destaca-se, ainda, que, no âmbito da racionalização da actividade desenvolvida, a Caixagest integrou, na carteira de Patrimónios sob Gestão, os activos das seguradoras do Grupo CGD, os quais estavam anteriormente sob aconselhamento.

Activos Geridos pelo Grupo CGD

(milhões de euros)

	2005	2006	Quotas de Mercado 2006
Fundos sob Gestão	11 535	23 794	
- Fundos Mobiliários (Caixagest)	5 465	6 381	21,9%
- Fundos Imobiliários (Fundimo)	955	1 256	12,9%
- Fundos de Pensões (CGD Pensões) (*)	1 040	1 253	5,9%
- Gestão de Patrimónios (Caixagest) (**)	4 076	14 904	25,1%
Activos sob aconselhamento	10 476	278	
- Carteiras de Seguros	10 233	-	
- Outras carteiras sob aconselhamento	243	278	
Total	22 011	24 072	

(*) Quota de mercado com valor provisório.

(**) Quota não corrigida de um problema de dupla contabilização em outras sociedades gestoras, tal como referido nos relatórios de Gestão de Activos da CMVM.

rentabilidades interessantes, tendo registado um crescimento de +19,5% e alcançado um volume total de 9,8 milhões de euros. Esta variação foi, fundamentalmente, motivada pelo lançamento de 99 novos fundos fechados e especiais de investimento, uma vez que os fundos abertos comercializados se mantiveram nos 15 produtos, tendo apresentado um crescimento da ordem dos 5,2%.

Em 2006, o regresso dos benefícios fiscais aos PPR e fundos de pensões, juntamente com a cada vez maior preocupação com a sustentabilidade do sistema de reformas, levou à procura deste tipo de produtos por um número crescente de portugueses. Assim, no final do ano, o mercado de Fundo de Pensões em Portugal totalizava 21,2 milhões de euros, +12% que no ano anterior, com uma importância crescente dos fundos abertos.

Caixagest Técnicas de Gestão de Fundos

Em 2006, a carteira de Fundos de Investimento Mobiliário (FIM) gerida pela Caixagest alcançou os 6,4 mil milhões de euros, a que correspondeu um aumento de 16,8%, assumindo a liderança em Portugal no ranking das sociedades gestoras de FIM, com uma quota de mercado de 21,9%, face a 19,3% no final de 2005.

Ao longo do ano, a Caixagest continuou a alargar a sua oferta comercial, elevando para 46 o número de fundos em comercialização, através do lançamento de sete novos Fundos Especiais de Investimento, sendo seis abertos e um fechado, os quais captaram, por si só, 496 milhões de euros.

Paralelamente, de forma a permitir ao investidor efectuar uma gestão activa da sua carteira, alterando a sua exposição aos diversos fundos e mercados em qualquer momento, a Caixagest introduziu a possibilidade de transferência de participações detidas pelo mesmo cliente na maioria dos seus fundos, sem custos adicionais para o mesmo.

Merece, ainda, destaque o facto de três dos fundos geridos pela Caixagest integrarem o lote dos dez maiores fundos em actividade em Portugal, designadamente o Caixagest Tesouraria e o Caixagest Moeda, que ocupam a 2.^a e 3.^a posições, respectivamente, e o Caixagest Rendimento, que ocupa a 7.^a posição.

Fundos Mobiliários sob Gestão

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Fundos de Obrigações	1 767 018	1 715 342
Fundos de Acções	491 355	612 513
Fundos de Tesouraria	2 208 483	2 367 389
Fundos de Fundos	125 060	139 868
Fundos Mistos	30 332	29 603
Fundos de Poupança Acções (PPA)	95 485	95 996
Fundos Especiais de Investimento - Abertos	59 283	640 889
Fundos Especiais de Investimento - Fechados	350 110	459 921
Fundos Fechados de Capital Garantido	337 448	319 283
Total	5 464 575	6 380 805

Na gestão discricionária de carteiras, o valor dos patrimónios sob gestão atingiu os 14,9 mil milhões de euros (+266%), salientando-se que, no âmbito da racionalização da actividade desenvolvida, foram integrados na carteira sob gestão os activos das seguradoras do Grupo CGD, os quais estavam anteriormente sob aconselhamento.

No final de 2006, a quota de mercado da Caixagest na gestão individual de activos cifrou-se em 25,1%^(a), contra 11,4%^(a) em 2005, tendo alcançado o 2.^º lugar no ranking nacional nesta área (fonte: CMVM).

Na restante carteira sob gestão, destaca-se o desempenho nas carteiras de particulares com um crescimento de cerca de 35%, atingindo quase 83 milhões de euros, enquanto a carteira de institucionais se cifrou em 3,8 mil milhões de euros, uma redução de 6% face ao ano anterior, em virtude do pagamento de pensões suportadas por fundos que integram a carteira.

Nos montantes detidos pela Caixagest sob aconselhamento, verificou-se um incremento de 14,5% em relação ao ano anterior, excluindo o efeito da transição das carteiras das seguradoras do Grupo para gestão, com a carteira a atingir os 278 milhões de euros.

Gestão Discricionária de Carteiras

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activos sob Gestão	4 075 578	14 904 297
Institucionais	4 011 375	3 766 110
Empresas	2 848	6 982
Carteiras de Seguros do Grupo CGD	-	11 048 276
Particulares	61 355	82 928
Activos sob Aconselhamento	10 476 044	277 695
Carteiras de Seguros do Grupo CGD	10 233 481	-
Outros Institucionais	242 563	277 695
Total	14 551 622	15 181 992

O crescimento das carteiras de fundos, com destaque para os fundos mobiliários com o consequente aumento das comissões obtidas, permitiu que a sociedade gestora atingisse um resultado líquido de 4,5 milhões de euros e um aumento de 5% face a 2005.

Sociedade Gestora

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	30 306	35 069
Capitais próprios	24 623	28 173
Resultado líquido	4 308	4 534
Capital social	9 300	9 300
% Grupo CGD	100,0%	100,0%

(a) Quotas não corrigidas de um problema de dupla contabilização em outras sociedades gestoras, tal como referido nos relatórios de Gestão de Activos da CMVM.

Fundimo Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário

Em 2006, os Fundos de Investimento Imobiliário continuaram a apresentar-se como alternativa aos investidores mais avessos ao risco e a oferecer rendibilidades médias acima da inflação e superiores às registadas nos depósitos, apesar das subidas das taxas de juro.

Assim, pese embora a forte concorrência do mercado bolsista e, em menor ordem, dos depósitos bancários, continuou a verificar-se uma forte procura por este tipo de produto por parte dos investidores. Evidência deste comportamento foi o desempenho do fundo Fundimo que apresentou um volume recorde de subscrições, superando em 77% o alcançado em 2005, ano em que já tinha atingido um recorde de subscrições, tendo as unidades de participação em circulação ultrapassado os 105 milhões, contra 87 milhões no ano anterior.

O valor global do fundo Fundimo alcançou os 826 milhões de euros, +21% que no ano anterior, tendo gerado uma rentabilidade por unidade de participação de 4,07%. Em termos de mercado, o Fundimo aumentou a quota nos fundos imobiliários abertos a operarem em Portugal de 15,3%, em 2005, para 17,6%, em 2006.

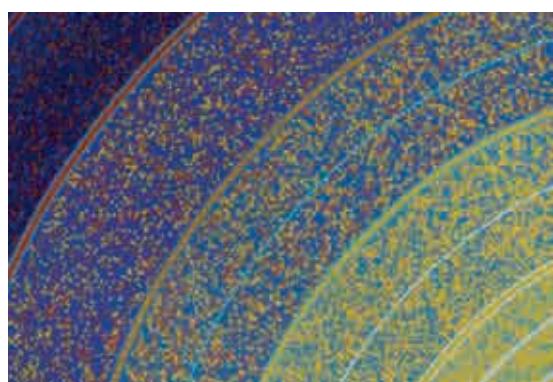
Ainda durante o exercício de 2006, salienta-se o lançamento em actividade de 8 novos fundos fechados, o Estamo, o Fundolis, o Lisfundo, o Sete Colinas, o Bonança I, o Multinvest, o Imocentro e o Imoplanus, passando a sociedade gestora a ter sob sua administração um fundo aberto e dezoito fundos fechados.

No total, o montante gerido pela Fundimo no final de 2006 elevava-se a 1,3 mil milhões de euros, +32% que em 2005, a que corresponde uma quota de mercado de 12,9% dos FII (11,7% em 2005), com a sociedade gestora a subir ao 2.º lugar no ranking por capitais geridos.

Fundos Geridos

	2005	2006
Fundo aberto Fundimo		
Valor do fundo	682 721	825 612
Carteira imobiliária	696 690	699 998
Carteira imobiliária / Valor do Fundo	102,0%	84,8%
Rentabilidade	5,04%	4,07%
N.º de UP subscritas	15 174 538	26 903 854
N.º de UP resgatadas	4 457 918	8 738 095
N.º de UP em circulação	87 318 383	105 484 142
Fundos Fechados		
Eurofundo	114 310	117 423
Fundicentro	47 500	48 223
Promovest	27 028	26 177
Saudeinvest	35 734	56 063
Fundicapital	10 186	10 286
Solid	18 540	18 414
Crescendis	5 800	5 800
Capitaltur	3 039	5 134
Turifundo	6 100	6 100
Fundigroup	3 950	4 111
Estamo (a)	-	33 951
Fundolis (a)	-	13 051
Lisfundo (a)	-	10 936
Sete Colinas (a)	-	30 070
Bonança I (a)	-	14 745
Multinvest (a)	-	14 999
Imocentro (a)	-	5 000
Imoplanus (a)	-	9 998
Total sob Gestão	954 908	1 256 094

(a) Fundos Fechados lançados em 2006.



O aumento das comissões originadas pelo crescimento do fundo aberto Fundimo e pelo incremento dos fundos fechados sob gestão traduziu-se num aumento de 23% nos resultados obtidos pela sociedade gestora, atingindo-se, no final do exercício de 2006, um resultado líquido de cerca de 4,1 milhões de euros.

Sociedade Gestora

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	6 222	8 543
Capitais próprios e equiparados	5 007	7 075
Resultado líquido	3 299	4 068
Capital social	600	600
% Grupo CGD	100,0%	100,0%

CGD Pensões Sociedade Gestora de Fundos de Pensões

No final de 2006, a CGD Pensões geria 16 fundos de pensões, dos quais dois abertos, com um montante global de cerca de 1,3 mil milhões de euros, +20% do que no ano anterior. A quota de mercado detida pela CGD Pensões atingiu os 5,9%, passando a ocupar a 5.^a posição no ranking das sociedades gestoras a actuar em Portugal.

Entre os fundos fechados, destaca-se o Fundo de Pensões do Pessoal da CGD, correspondente às responsabilidades com pensões de aposentação e sobrevivência, posteriores a Dezembro de 2000, o qual ascendeu a 955 milhões de euros (+16%) e representava 76% do total da carteira gerida pela CGD Pensões, no final do ano. Os restantes fundos fechados somaram 171 milhões de euros, +23% que em 2005.

Quanto aos dois fundos abertos geridos pela Sociedade, são vistos cada vez mais pelos clientes do Grupo CGD como uma alternativa para a constituição de um complemento da sua reforma e também como instrumento de poupança nos impostos. Assim, o Caixa Reforma Activa, que tem uma política de investimento mais conservadora, visando a preservação do capital e dos rendimentos obtidos, alcançou um valor de 120,3 milhões de euros (+60%) no ano, com um total de 10,1 milhões de unidades

de participação em circulação. No caso do Caixa Reforma Valor, que tem uma política de investimento mais agressiva, visando a maximização da rendibilidade do capital e assumindo um nível de risco mais elevado, o seu valor alcançou os 6,1 milhões de euros e 1,1 milhões de unidades em circulação.

O aumento do volume médio dos fundos fechados sob gestão no decorrer de 2006, bem como o bom

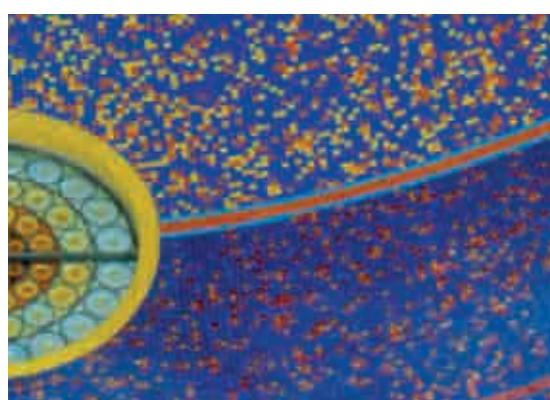
Fundos Geridos

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Fundos Fechados:	963 502	1 126 237
Fundo de Pensões da CGD	824 576	955 302
Outros fundos fechados	138 926	170 935
Fundos Abertos:	76 729	126 426
Caixa Reforma Activa	75 394	120 311
Caixa Reforma Valor	1 335	6 115
Total	1 040 231	1 252 663

desempenho dos fundos abertos, reflectiu-se positivamente no nível de comissões cobradas, o que contribuiu para o aumento dos Resultados Líquidos da CGD Pensões de 231 mil para 350 mil euros (+51%).

Sociedade Gestora

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	4 457	5 340
Capitais próprios	4 006	4 356
Resultado líquido	231	350
Capital social	3 000	3 000
% Grupo CGD	100,0%	100,0%



Actividades do Grupo no Exterior

Sucursais e Filiais Bancárias

O Grupo CGD dispõe de uma rede de 9 Sucursais bancárias – Nova Iorque, Londres, França, Luxemburgo, Zhuhai (República Popular da China), Timor Leste, Ilhas Caimão, Mónaco e Zona Franca da Madeira – e de 7 filiais – Banco Caixa Geral (Espanha), Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique), Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde), Banco Interatlântico (Cabo Verde), Banco Nacional Ultramarino (Macau), Mercantile Bank (África do Sul) e Caixa Geral de Depósitos Subsidiária Offshore de Macau. Através desta rede, actua quer junto das comunidades portuguesas residentes, quer no apoio às operações de empresas portuguesas no exterior.

Espanha

Em 2006, a economia espanhola reforçou a tendência de crescimento sustentado dos últimos anos, registando um crescimento do PIB de 3,8%, acima do obtido em 2005 (3,5%) e do alcançado pela média da zona euro (2,6%). Esta evolução voltou a assentar na procura interna, no investimento em bens de equipamento e no dinamismo dos sectores da construção e dos serviços. A inflação situou-se em 3,6%, contra 3,4% verificados no ano anterior, influenciada pela descida dos preços da energia. Por seu turno, a taxa de desemprego continuou o movimento descendente fixando-se em 8,6%, o nível mais baixo desde o início dos anos 80.

Na actividade bancária, o destaque vai para os empréstimos de longo prazo a empresas e para compra de

Sucursais e Filiais Bancárias (a)

(milhões de euros)

	Sucursais		Filiais		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Aplicações em Instit. de Crédito	18 690	21 406	1 772	3 632	20 462	25 038
Créditos a Clientes	2 403	4 556	3 113	4 416	5 516	8 972
Recursos de Instit. de Crédito	11 008	15 670	674	2 051	11 682	17 721
Recursos de Clientes	2 896	2 946	4 155	5 784	7 051	8 730

(a) Inclui relações intra-Grupo.

As entidades bancárias do Grupo CGD no exterior registaram um saldo de Crédito a Clientes que ascendeu, em 2006, a cerca de 9 mil milhões de euros, enquanto o de Poupança captada somou mais de 8,7 mil milhões. Salienta-se o papel das Sucursais nas operações com Instituições de Crédito, que ultrapassaram os 21,4 mil milhões de euros, valor resultante, em grande parte, da sua função de intermediação entre a CGD (Portugal) e as grandes instituições financeiras e investidores internacionais, no contexto das operações de mercado de capitais e de uma adequada gestão da liquidez do Grupo.

Em termos de Activo líquido (após relações intra-Grupo), as Sucursais somavam, no final de 2006, 8,6 mil milhões de euros e as Filiais bancárias 6 mil milhões, isto é, 8,9% e 6,2%, respectivamente, do total do Grupo CGD.

habitação. O endividamento e os encargos financeiros das famílias espanholas alcançaram novos máximos com 120% e 15%, respectivamente, do rendimento bruto disponível, continuando a verificar-se a redução da taxa de poupança.

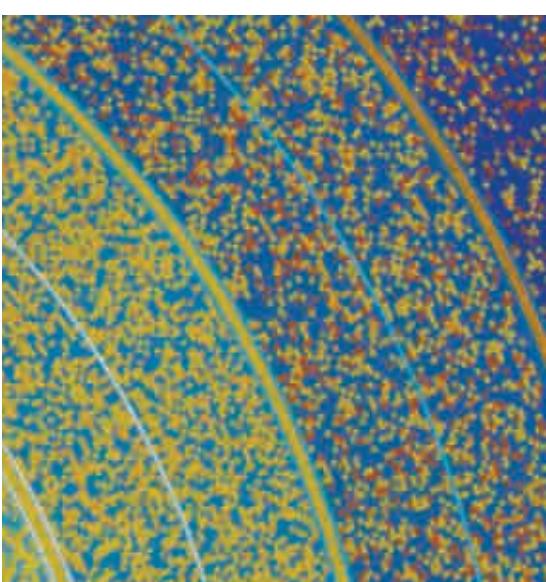
Em 2006, o mercado bolsista foi muito positivo, acumulando o IBEX 35 uma valorização de 31,8%, a maior dos últimos sete anos, superando os 18,2%, obtidos em 2005.

Banco Caixa Geral

O ano de 2006 constituiu um marco importante no plano de relançamento e reposicionamento estratégico do Banco Caixa Geral no mercado espanhol, tendo sido implementadas diversas iniciativas determinantes, entre as quais se destacam a alteração do nome e da imagem corporativa e a mudança dos edifícios centrais em Madrid.

Num contexto altamente competitivo marcado pela intensa pressão a nível de preços e de produtos por parte de um grande número de instituições financeiras, o Banco terminou o exercício registando importantes crescimentos, acima da média do sector, em termos de volume, taxas de penetração, comissões e margem complementar. A cobertura comercial cresceu com a abertura de mais 13 novas agências em 2006, novos Centros de Empresas, Banca Corporativa, Banca de Patrimónios e *upgrade* dos serviços de *e-banking*.

A melhoria do desempenho comercial foi sustentada por diversas medidas, de entre as quais se destacam a segmentação da carteira de clientes, a criação de propostas de valor para cada segmento, o lançamento de novos produtos, o desenvolvimento de várias campanhas promocionais e de imagem e o aprofundamento das relações de negócio com outras unidades do Grupo, nomeadamente a CGD, o CaixaBI e a Fidelidade.



No domínio organizacional, procedeu-se a várias reestruturações funcionais, iniciou-se um profundo trabalho de renovação informática e desenvolveram-se novos projectos e serviços em conjunto com parceiros tecnológicos de referência. Especial atenção foi dedicada ao controlo dos custos de transformação, através da renegociação de contratos com fornecedores, revisão de regras de contratação de produtos e serviços e redimensionamento do quadro de colaboradores.

Banco Caixa Geral

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	2 784 784	4 218 741
Aplicações em Instit. de Crédito	473 132	905 367
Créditos a clientes	1 984 777	3 069 239
Carteira de títulos	40 535	12 622
Recursos de Instit. de Crédito	579 741	1 844 403
Depósitos de clientes	1 721 355	1 856 181
Capitais próprios	397 579	397 829
Resultado líquido	-31 154	584
Capital social	442 792	442 792
% Grupo CGD	99,8%	99,8%
Número de empregados	899	955
Número de agências	175	188

O Activo total do Banco aumentou no ano 51,3%, em consequência do comportamento favorável das carteiras de crédito (+54,3%), em especial no segmento de Empresas (+685 milhões de euros), no Crédito Hipotecário residencial (+307 milhões de euros) e nas operações do mercado monetário (+91,4%). O financiamento desta actividade assentou em Depósitos de clientes (+7,8%) e recursos tomados junto do Grupo (+218,1%).

O Resultado Líquido atingiu os 584 mil euros positivos (contra um prejuízo de 31,2 milhões de euros em 2005), reflectindo o impacto da expansão generalizada dos volumes de negócio e da implementação das várias iniciativas de racionalização organizacional.

Durante o ano findo, teve lugar a realização da 2.^a e penúltima *tranche* de 82,5 milhões de euros, relativa ao aumento de capital social aprovado em 2005 no valor de 275 milhões de euros.

França

Em 2006, a economia francesa reforçou a tendência de crescimento sustentado dos últimos anos, registando um crescimento do PIB de 2,2%, acima do obtido em 2005 (1,2%), mas abaixo do alcançado pela média da zona euro (2,6%). Esta evolução voltou a assentar na procura interna, no investimento em bens de equipamento e no dinamismo dos sectores da construção e dos serviços.

A inflação situou-se em 1,9%, valor igual ao verificado no ano anterior, influenciada pela descida dos preços da energia. Por seu turno, a taxa de desemprego continuou o movimento descendente fixando-se em 9,0% em 2006, uma redução de 0,7 p.p. relativamente a 2005.

Na actividade bancária, o destaque vai para os empréstimos de longo prazo a empresas e para compra de habitação. O endividamento das famílias francesas deverá ter alcançado novos máximos no final do ano, tendo passado de 65,2%, do rendimento bruto disponível, no 4.º trimestre de 2005, para 67,7%, no 3.º trimestre de 2006.

Em 2006, o mercado bolsista foi muito positivo, acumulando o principal índice uma valorização de 13,2%, desde o início do ano até finais de Novembro.

Sucursal de França

O Activo líquido da Sucursal de França alcançou 15,7 mil milhões de euros, +24,4% do que no ano transacto, salientando-se o acréscimo do Crédito a Clientes com 1,5 mil milhões (+86%). Os Depósitos de Clientes aumentaram 3,1%, com destaque para os residentes com 7,3%.

O Produto Bancário progrediu 5,1%, proveniente, sobretudo, da margem financeira, que cresceu 7,3%, o que, face aos custos de funcionamento (+4,2%) e às dotações para provisões e para impostos, proporcionou um Resultado Líquido de 6,1 milhões de euros, +41,9% relativamente ao ano anterior.

Nas operações da Sucursal, salientou-se o seu papel de canalizadora de *funding* para a Sede, utilizando os programas de MTN e Papel Comercial, colocando dívida no

mercado internacional e contribuindo para a manutenção da liquidez do Grupo.

A Sucursal adquiriu, durante o ano, instalações para a sua nova Sede em Paris, no n.º 38 da rue de Provence, no 9.º bairro, o que permitirá agrupar, no mesmo edifício, todos os serviços centrais.

Sucursal de França

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	12 619 682	15 703 521
Aplicações em Instit. de Crédito	9 938 563	11 400 569
Créditos a clientes	1 709 688	3 180 141
Carteira de títulos	752 305	855 827
Recursos de Instit. de Crédito	4 409 300	6 803 133
Depósitos de clientes	1 316 918	1 357 945
Resultado líquido	4 320	6 130
Número de empregados	492	507
Número de agências	45	45

Luxemburgo

O Produto Interno Bruto do Luxemburgo cresceu 5,5% em 2006, confirmando uma evolução sustentada da economia, resultante, em grande medida, do dinamismo do sector financeiro e dos sectores dos transportes e comunicações.

A situação do desemprego manteve-se em nível semelhante ao de 2005, situando-se a sua taxa em 4,6%. Em contrapartida, a taxa de inflação registou uma progressão de 2,2%, em 2005, para 2,7%, em 2006, com especial incidência no sector dos transportes e na distribuição de bens e serviços.

Sucursal do Luxemburgo

O ano de 2006 caracterizou-se por um crescimento significativo da actividade de retalho, em parte resultante da expansão da rede comercial efectuada no final 2005.

A nível do crédito, registou-se um aumento no segmento de particulares, para compra de habitação (+96%), tendo-se verificado, igualmente, um acréscimo de 20% nos depósitos de residentes. No entanto, e no total dos recursos

captados, verificou-se uma diminuição de 16%, ainda resultante do impacto da Directiva Europeia da Poupança.

Destaque-se, ainda, o crescimento de 38% nas remessas de portugueses residentes no Luxemburgo, num total de 40 milhões de euros.

Sucursal do Luxemburgo

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	197 691	169 613
Aplicações em Instit. de Crédito	27 796	9 361
Créditos de clientes	41 172	80 820
Carteira de títulos	122 480	72 555
Recursos de Instit. de Crédito	86 773	74 742
Depósitos de clientes	104 872	87 678
Resultado líquido	829	830
Número de empregados	20	23
Número de agências	2	2

Em 2006, teve início a comercialização de um novo produto de investimento, o Caixa Investimento Seguro, em colaboração com a Império Bonança, no sentido de dinamizar a venda cruzada de produtos de seguro com o Grupo.

Apesar do Resultado líquido em 2006 se ter mantido a um nível semelhante ao de 2005 (830 mil euros), é de realçar o crescimento da Margem Financeira (+8,9%) e da Margem Complementar (+48,5%), tendo o cash-flow total progredido 19,3%, reflectindo o peso dos custos operacionais, originados pelo aumento da estrutura e da rede comercial.

A Mediateca da Sucursal do Luxemburgo, inaugurada em 2005, é, actualmente, uma referência no panorama cultural Luso-Luxemburguês, tendo registado cerca de 7 000 visitas. Para além dos serviços de consulta normalmente disponíveis, foram organizadas exposições de pintura, fotografia e debates sobre temas de actualidade política, social e económica, complementando junto da comunidade residente a prestação de serviços bancários.

Reino Unido

A economia no Reino Unido registou, em 2006, um desempenho bastante positivo com o PIB a aumentar 2,7%, bastante acima do verificado no ano anterior (1,9%). Esta evolução beneficiou de um crescimento do investimento, incentivado pelo baixo custo de capital e pela boa situação financeira das empresas privadas e pelo aumento sustentado do consumo privado. A taxa de inflação elevou-se de 2,1% para 2,3%, devido às subidas dos preços da energia.

Este comportamento da economia não impediu, porém, a subida da taxa de desemprego, que se fixou em 5,3% (4,7% em 2005).

Sucursal de Londres

A actividade da Sucursal de Londres centra-se na estruturação de produtos de valor acrescentado para os clientes da rede do Grupo CGD e na gestão dinâmica do risco de volatilidade dentro do Grupo, envolvendo um uso intensivo de instrumentos derivados. Os produtos estruturados estão associados a um vasto leque de activos e passivos do Grupo, como depósitos, obrigações emitidas, fundos de investimento e fundos especiais de investimento, seguros e crédito a taxa fixa. A Sucursal presta, ainda, serviços à comunidade portuguesa emigrada no Reino Unido e aos cidadãos britânicos com interesses em Portugal.

Sucursal de Londres

	(milhares de euros)	
	2005	2006
Activo líquido	2 500 987	2 940 386
Aplicações em Instit. de Crédito	2 109 159	2 102 718
Carteira de títulos	348 778	435 442
Recursos de Instit. de Crédito	200 395	513 181
Depósitos de clientes	127 592	61 596
Débitos representados por títulos	2 022 633	2 143 583
Resultado líquido	2 116	5 889
Número de empregados	27	29
Número de agências	1	1

O volume de Activos geridos pela Sucursal de Londres alcançou os 2,9 mil milhões de euros no final de 2006, sobressaindo os saldos resultantes do *funding* obtido

através do programa de *Euro Commercial Paper*, da ordem dos 2,1 mil milhões de euros, canalizados para a Sede em Portugal.

O Resultado líquido foi de 5,9 milhões de euros, contra 2,1 milhões em 2005, evolução relacionada com o crescente volume de produtos estruturados emitidos.

Nos mercados financeiros, mais concretamente no segmento de *wholesale banking*, o ano foi caracterizado pela manutenção de uma forte procura de crédito por parte das empresas, tendência já verificada no segundo semestre do ano anterior. Verificou-se, igualmente, uma maior estabilidade das taxas de juro, o que permitiu alguma recuperação, por parte da Sucursal, da sua margem de intermediação.

Estados Unidos da América

Em 2006, observou-se um crescimento global do PIB de 3,3%, sensivelmente idêntico ao de 2005 (3,2%), valor que confirma a dinâmica da economia americana. O ano foi marcado por uma quebra do investimento no mercado da habitação, motivada pela subida das taxas de juro combinada com os altos preços do petróleo, mas o impacto desta componente no PIB foi compensado por fortes acréscimos no consumo privado e nos gastos públicos, bem como na melhoria do comércio externo.

Sucursal de Nova Iorque

A Sucursal de Nova Iorque actua ao nível do mercado de *wholesale banking*, dando especial atenção às operações sindicadas, intervindo, ainda, nos mercados de capitais (renda fixa) e na gestão do programa de *US Commercial Paper* para o Grupo CGD.

Na actividade da Sucursal, os activos progrediram cerca de 27%, em dólares, destacando-se as rubricas das Aplicações em Instituições de Crédito (+18%), Crédito a Clientes (+50%) e Carteira de Títulos (+34%), principal

Sucursal de Nova Iorque

	2005		2006	
	Milhares USD	Milhares EUR	Milhares USD	Milhares EUR
Activo líquido	1 956 208	1 658 225	2 481 121	1 883 919
Aplicações em Instit. de Crédito	1 226 913	1 040 021	1 448 471	1 099 826
Créditos a clientes	275 681	233 688	414 436	314 682
Carteira de títulos	447 459	379 299	598 260	454 260
Recursos de Instit. de Crédito	1 644 271	1 393 805	1 916 677	1 455 336
Depósitos de clientes	151 246	128 207	166 621	126 516
Resultado líquido	2 732	2 195	2 217	1 766
Número de empregados	16	-	16	-
Número de agências	1	-	1	-

Nota: Taxa de câmbio EUR/USD: Balanço 1,1797 em 2005 e 1,317 em 2006; DR 1,2448 em 2005 e 1,2557 em 2006.

A inflação fixou-se nos 3,3%, contra 3,4% no ano anterior, valor que se encontra dentro das perspectivas do FED. A relativa estabilidade dos preços contribuiu para a interrupção dos aumentos programados da taxa de juro em Agosto de 2006.

Os mercados bolsistas cresceram de forma significativa, traduzindo a dinâmica da economia, o regresso do investimento dos "petro-dólares" e o acréscimo substancial dos processos de fusões e aquisições.

negócio da Sucursal. Salienta-se o fecho de diversas operações de elevado valor com grandes grupos financeiros americanos.

A Margem Financeira da Sucursal progrediu cerca de 32%, beneficiando do aumento dos activos rendíveis e de uma estabilização das margens de intermediação a partir de Agosto, o que gerou um crescimento do cash-flow de exploração de 13%. Não obstante, e por via do aumento dos impostos, o Resultado líquido foi

inferior ao registado em 2005, fixando-se em 1,8 milhões de euros.

Cabo Verde

O crescimento do PIB de Cabo Verde, em 2006, foi de cerca de 5,5%, impulsionado pelo investimento, sobretudo, do sector privado.

Continuou a verificar-se o aumento das reservas cambiais, em especial, pela via do investimento directo estrangeiro e da ajuda orçamental, mas também pelo aumento das remessas dos emigrantes. As reservas internacionais líquidas do Banco de Cabo Verde cresceram cerca de 26%, passando a garantir 3,6 meses de importação.

O crédito à economia apresenta uma evolução bastante positiva, na ordem dos 13% face a Dezembro de 2005, traduzindo o dinamismo do investimento privado, em especial na habitação, no crédito à habitação (13,9%), nas indústrias transformadoras (24%) e nos serviços (21%).

Banco Comercial do Atlântico

O BCA é o banco líder no mercado em Cabo Verde e o banco de referência da emigração cabo-verdiana, canalizando grande parte das remessas que entram no país.

O ano de 2006 foi marcado pela alteração da estrutura orgânica e funcional do BCA, com a criação de departamentos de apoio ao negócio e à gestão de riscos, permitindo libertar as áreas comerciais para angariação e realização de negócios e autonomizando a área de risco.

O Activo líquido do banco aumentou, em moeda local, cerca de 13%, com destaque para o crédito a clientes (+41%) e os depósitos (+14%).

No Crédito, salientou-se o segmento de empresas, que aumentou 107% no ano, devido, em grande parte, ao facto do BCA ter adquirido ao Agrupamento EDP/AdP a totalidade dos créditos que este agrupamento detinha com a Electra - Empresa Cabo-Verdiana de Produção e Distribuição de Energia e Água.

Banco Comercial do Atlântico

	2005		2006	
	Milhares CVE	Milhares EUR	Milhares CVE	Milhares EUR
Activo líquido	49 395 814	447 974	56 032 921	508 166
Aplicações em Instit. de Crédito	4 242 122	38 472	4 800 479	43 536
Créditos a clientes	15 846 748	143 715	22 323 349	202 452
Carteira de títulos	17 444 287	158 203	17 125 156	155 309
Recursos de Instit. de Crédito	715 130	6 486	476 667	4 323
Depósitos de clientes	43 377 327	393 392	49 639 324	450 182
Capitais próprios	1 546 218	14 023	1 250 713	11 343
Resultado líquido	346 242	3 140	-90 704	-823
Capital Social	1 000 000	9 069	1 000 000	9 069
% Grupo CGD	59,2%		59,2%	
Número de empregados	399	-	405	-
Número de agências	24	-	25	-

Nota: Taxa de câmbio EUR/CVE: 110,265 em 2005 e 2006.

Os resultados brutos de exploração, em virtude do crescimento das operações, atingiram os 6,2 milhões de euros (+24%). No final do ano, foi constituída uma provisão no valor de 5 milhões de euros para encargos com benefícios de saúde, o que, a par de algumas correções ao resultado de 2005, justifica o Resultado líquido negativo apresentado. Tal provisão não tinha sido considerada no momento da preparação das primeiras contas em termos de IAS (em 1 de Janeiro de 2005).

Nos meios automáticos de pagamento, o BCA elevou a sua rede de ATM de 17 para 25 e aumentou a colocação de cartões de débito com 18 mil novos cartões em 2006 (+29%), detendo o BCA uma quota no sistema de cerca de 50%. Deve também realçar-se o lançamento do Cartão de Crédito Visa Classic e Visa Gold em Setembro último.

Banco Interatlântico

O Activo do Banco Interatlântico progrediu 27,9%, com relevo para os crescimentos no Crédito a Clientes (+28,4%), Depósitos de Clientes (+25,9%) e Aplicações em Instituições de Crédito (+82,4%).

O Banco elevou a sua rede de ATM, de seis para doze unidades e instalou, durante o ano, 97 POS. O número de cartões de débito emitidos ultrapassou os dez mil, registando um aumento de 36%.

GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde

A Garantia é uma das duas seguradoras a operar no mercado de Cabo Verde, liderando o sector com uma quota de mercado de cerca de 66,3% em 2006. Em Cabo Verde, a actividade das seguradoras assenta em grande parte no ramo Não-Vida.

O sector segurador cabo-verdiano evidenciou evolução positiva, traduzida no aumento dos prémios de seguro e na melhoria dos resultados, o que possibilitou um ligeiro aumento da representatividade do sector segurador no PIB, atingindo 1,54%. Em termos de prémios de seguro directo, o seu montante alcançou os 14,1 milhões de euros, +69,8% do que no ano anterior.

Banco Interatlântico

	2005		2006	
	Milhares CVE	Milhares EUR	Milhares CVE	Milhares EUR
Activo líquido	8 622 555	78 198	11 027 211	100 006
Aplicações em Instit. de Crédito	1 852 929	16 804	3 378 838	30 643
Créditos a clientes	2 553 561	23 158	3 279 550	29 742
Carteira de títulos	2 249 591	20 402	2 174 274	19 719
Recursos de Instit. de Crédito	535 538	4 857	644 346	5 844
Depósitos de clientes	6 124 266	55 541	7 712 709	69 947
Capitais próprios	772 430	7 005	812 164	7 366
Resultado líquido	55 201	501	112 152	1 017
Capital Social	600 000	5 441	600 000	5 441
% Grupo CGD	70,0%		70,0%	
Número de empregados	55		59	
Número de agências	5		5	

Nota: Taxa de câmbio EUR/CVE: 110,265 em 2005 e 2006.

O Produto Bancário ascendeu a 4,6 milhões de euros (+40%), proporcionando um Resultado líquido de 1 017 mil euros, com um aumento de 103,2%.

Quanto à Garantia, o volume de Prémios de Seguro Directo foi de 9,4 milhões de euros, registando uma taxa de crescimento de 12,2%, contra 9,7% em 2005. A taxa de

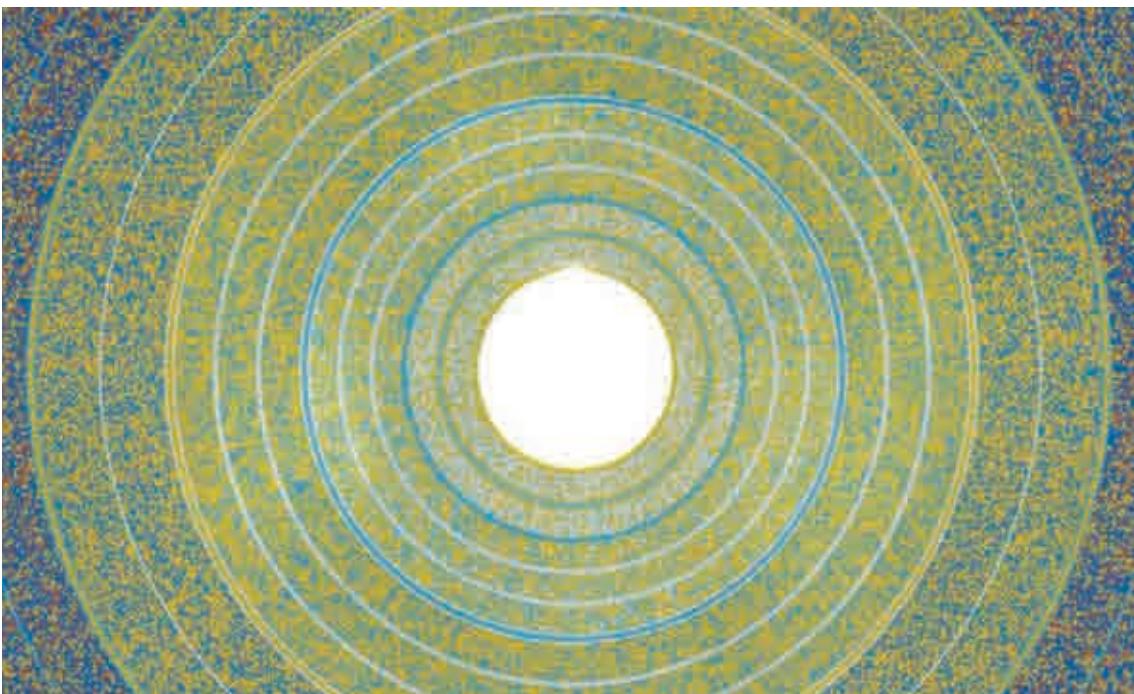
Sinistralidade, por seu turno, baixou de 57% para 51,4% em 2005. Nas Provisões Técnicas, o rácio de cobertura manteve-se nos 112% (igual a 2005).

O Activo líquido da seguradora foi idêntico ao do ano anterior, mas a carteira de Investimentos progrediu 58%, enquanto as Provisões técnicas diminuíram 12%. O Resultado líquido situou-se em 564 mil euros, +42% que no ano anterior.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde

	2005		2006	
	Milhares CVE	Milhares EUR	Milhares CVE	Milhares EUR
Activo líquido	1 529 667	13 873	1 508 645	13 685
Investimentos (ativos de representação)	630 167	5 715	997 525	9 047
Provisões técnicas de contratos de seguro	730 084	6 621	648 629	5 882
Prémios de seguro directo (no ano)	920 105	8 344	1 032 623	9 365
Resultado líquido	43 798	397	62 165	564
Capital Social	200 000	1 814	200 000	1 814
Capitais próprios	432 684	3 924	488 182	4 427
% Grupo CGD	65,3%		65,3%	
Número de empregados	65		67	
Número de agências	6		6	

Nota: Taxa de câmbio EUR/CVE: 110,265 em 2005 e 2006.



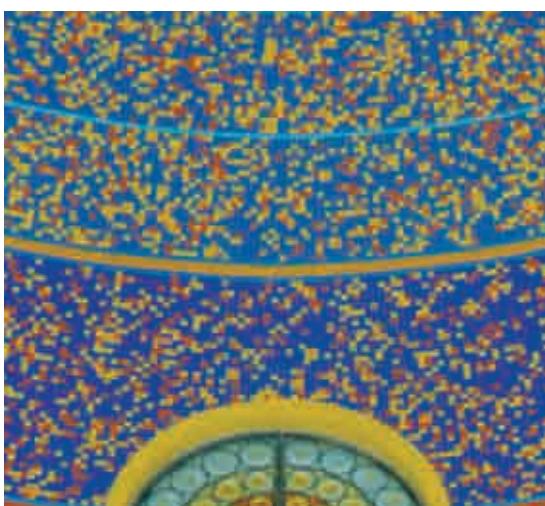
Moçambique

Segundo dados do FMI, a economia moçambicana terá registado, em 2006, um crescimento de 7,9%, destacando-se a importância dos sectores da construção, mineração, transportes, comunicações e agro-pecuário. A taxa de inflação foi de 9,4%, valor que se encontra próximo dos objectivos do Governo para o controlo da inflação abaixo dos 7,5%.

BCI Fomento

	2005		2006	
	Milhares MZM	Milhares EUR	Milhares MZM	Milhares EUR
Activo líquido	10 724 965	382 701	14 040 478	407 325
Aplicações em Instit. de Crédito	1 430 680	51 051	1 413 704	41 013
Créditos a clientes	5 313 046	189 586	7 964 698	231 062
Carteira de títulos	1 896 040	67 657	1 179 875	34 229
Recursos de Instit. de Crédito	369 957	13 201	147 116	4 268
Depósitos de clientes	7 973 685	284 527	11 285 496	327 401
Capitais próprios	922 277	32 910	1 348 452	39 120
Resultado líquido	230 773	8 106	512 003	15 912
Capital Social	321 580	11 475	321 429	9 325
% Grupo CGD	42,0%		42,0%	
Número de empregados	549		637	
Número de agências	35		38	

Nota: Taxa de câmbio: EUR/MZM: Balanço 28,0244 em 2005 e 34,47 em 2006; DR 28,4697 em 2005 e 32,1779 em 2006.



BCI Fomento

Em 2006, o Activo Líquido do Banco atingiu os 407 milhões de euros, registando um crescimento de 6,4%, associado ao crescimento do crédito (+22%) e dos depósitos de clientes (+15%).

O Resultado líquido, fruto do sensível crescimento da actividade, ascendeu a 15,9 milhões de euros, o que representa um crescimento de 96%.

Em 2006, foram inauguradas três novas agências, uma na província de Nampula e duas na província de Maputo, totalizando 38 agências no país.

China - Macau

Em 2006, o Produto Interno Bruto em Macau aumentou cerca de 15%, bastante superior aos 7% verificados no ano anterior. Para esta evolução, contribuíram o sector do turismo e do jogo, cujos principais indicadores tiveram um desempenho bastante acima do esperado no início do ano, bem como o aumento do investimento público e privado.

A significativa expansão da economia da China Continental, que, em 2006, cresceu 10,7%, o quarto ano consecutivo em que registou um crescimento acima de 10%, constituiu um factor determinante para o desenvolvimento da economia de Macau.

O número de visitantes no território aumentou 17,6%, atingindo cerca de 22 milhões, representando os visitantes da China Continental, que aumentaram 14,5%, o equivalente a 54,5% do total. O número de turistas proveniente de Hong Kong cresceu 23,6%, contra +9,8% em 2005.

O investimento em hotéis e casinos pelos operadores do sector do jogo, bem como o investimento público e o investimento de empresas que prestam serviços públicos, continuaram a registar índices de crescimento muito elevados, acompanhando a expansão da indústria turística.

No mercado de trabalho, devido, sobretudo, à procura dos sectores da construção, hoteleiro e do jogo, tem-se assistido a uma pressão para um significativo aumento dos salários, verificando-se uma descida da taxa de desemprego para 3,6%, um dos níveis mais baixos de sempre. Paralelamente, registou-se um aumento das pressões inflacionistas, determinando um aumento do Índice de Preços de 5,2% em 2006, contra os 4,4% registados no ano anterior.

A evolução favorável da economia e o consequente elevado nível de confiança dos agentes económicos têm induzido, no sector bancário, um aumento do crédito a particulares e a empresas, verificando-se, simultaneamente, um crescimento bastante significativo dos depósitos de clientes.

BNU-Banco Nacional Ultramarino, SA

A estratégia do Banco continuou a dar prioridade à concessão de crédito a empresas, nomeadamente dos sectores do turismo, construção civil e obras públicas e comércio externo, designadamente, com a participação nas operações de financiamento de maior dimensão.

Prioritário foi, também, o desenvolvimento da banca de retalho, tendo o Banco aberto três novas agências em 2006 e expandido a rede de ATM e de terminais de pagamento.

Relativamente aos novos canais de distribuição, verificou-se um aumento significativo do número de utilizadores do serviço de banca pela *Internet* para particulares, bem como do volume de transacções efectuadas *online* e encontra-se em fase final de lançamento um serviço de banca, também via *Internet*, especificamente destinado a empresas.

Banco Nacional Ultramarino (Macau)

	2005		2006	
	Milhares MOP	Milhares EUR	Milhares MOP	Milhares EUR
Activo líquido	17 095 276	1 814 438	23 760 444	2 252 580
Aplicações em Instit. de Crédito	9 772 412	1 037 213	14 245 701	1 350 547
Créditos a clientes	4 458 893	473 253	6 068 908	575 356
Carteira de títulos	1 741 849	184 874	229 316	21 740
Recursos de Instit. de Crédito	652 660	69 271	1 306 981	123 907
Depósitos de clientes	13 917 982	1 477 211	19 246 166	1 824 610
Capitais próprios	856 499	90 906	1 149 632	108 990
Resultado líquido	205 767	20 720	266 349	26 509
Capital Social	400 000	42 455	400 000	37 922
% Grupo CGD	100%		100,0%	
Número de empregados	309		345	
Número de agências	10		13	

Nota: Taxa de câmbio EUR/MOP: Balanço 9,4218 em 2005 e 10,5481 em 2006; DR 9,9308 em 2005 e 10,0475 em 2006.

O Activo Líquido do Banco ascendeu, no final do ano, a 23,8 mil milhões de patacas, +40% do que no ano anterior, destacando-se o crescimento do Crédito (+36%), dos Depósitos (+38%) e das Aplicações em Instituições de Crédito (+46%).

O Crédito a particulares continuou a registar uma evolução muito positiva, nomeadamente para aquisição de habitação, automóvel e pessoal, tendo-se verificado, igualmente, um aumento significativo do volume de transacções realizadas com os cartões de crédito emitidos pelo Banco.

O Resultado líquido ascendeu a 266 349 milhares de patacas, com um aumento de 29% acima do verificado no ano anterior. Para este bom desempenho, contribuiu, principalmente, o forte crescimento do Produto Bancário (+37,2%), determinado quer pela evolução positiva da Margem Financeira, quer da Margem Complementar, em virtude do significativo acréscimo das receitas obtidas na prestação de serviços financeiros.

O rácio de Solvabilidade, calculado de acordo com as normas estabelecidas pela AMCM, situou-se em 15,5%.

Timor Leste

A instabilidade política e social ocorrida em 2006 condicionou, irreversivelmente, o comportamento da economia timorense durante o ano.

Sucursal de Timor Leste

O crescimento do produto não-petrolífero que, no final do primeiro trimestre, se previa que pudesse ser superior a 5%, terá ficado muito aquém dessa meta. Paralelamente, o crescimento da economia doméstica (abstraindo o sector da exploração dos recursos energéticos), que, em 2005, tinha alcançado o valor mais elevado desde a independência (+1,8%), terá invertido esta tendência. Por seu turno, o Orçamento do Estado, que havia sido preparado para o ano fiscal iniciado em Julho e que apresentava características vincadamente expansionistas, também não foi executado como previsto.

O sistema bancário em Timor Leste manteve a sua composição em 2006, quer em número de bancos no mercado, quer no que diz respeito ao número de agências disseminadas pelo país, sendo que a CGD manteve a presença em 7 dos 13 distritos do país.

Durante o período mais conturbado da crise, a CGD foi o único Banco a assegurar os serviços bancários no país, durante, pelo menos, duas semanas.

Sucursal de Timor Leste

Toda a actividade comercial foi profundamente condicionada pela situação descrita, mantendo a Sucursal apenas o objectivo de prestar o melhor serviço possível, em termos de capacidade de resposta, e uma acção tendente à recuperação dos valores em dívida pelos mutuários. Refira-se que, por força da crise, a maior parte dos mutuários se deslocaram para locais incertos. Estima-se que, para além

Sucursal de Timor Leste

	2005		2006	
	Milhares USD	Milhares EUR	Milhares USD	Milhares EUR
Activo líquido	86 296	73 151	49 562	37 633
Aplicações em Instit. de Crédito	14 858	12 595	10 272	7 800
Créditos a clientes	71 448	60 564	33 969	25 793
Recursos de Instit. de Crédito	26 165	22 179	14 912	11 323
Depósitos de clientes	50 365	42 693	64 377	48 882
Resultado líquido	3 795	3 048	-30 631	-24 394
Número de empregados	78		78	
Número de agências	8		8	

Nota: Taxa de câmbio EUR/USD: Balanço 1,1797 em 2005 e 1,317 em 2006; DR 1,2448 em 2005 e 1,2557 em 2006.

dos que saíram de Díli, cerca de 45 mil pessoas foram deslocadas para centros de acolhimento, sob a alcada das Nações Unidas ou Organizações Não-Governamentais.

Por força da atipicidade do ano, todos os indicadores sofreram alterações significativas. Porém, a carteira de Depósitos de clientes continuou a aumentar, facto a que não é alheia a confiança na CGD. Em termos de crédito, os valores em incumprimento aumentaram exponencialmente, fruto do que foi referido anteriormente, tendo, a título prudencial, sido criadas Provisões adicionais, para fazer face ao risco existente. O Resultado líquido é, assim, fortemente afectado pelas provisões extraordinárias constituídas.

Africa do Sul

A estabilidade política manteve-se como a base de sustentação do desempenho positivo das vertentes económica e social da África do Sul. A subida drástica dos preços internacionais do petróleo afectou a África do Sul, mas, por outro lado, a evolução dos preços internacionais de metais nobres, como o ouro, a platina e o paládio, favoreceu o país, grande produtor e exportador mundial destas e de outras matérias-primas.

A política nacional de BEE – *Black Economic Empowerment* vem, por um lado, trazer ao mercado uma vitalidade de crescimento,

mas, por outro, contribuiu para que se mantenha uma tensão de procura, que se reflecte num apetite de consumo e que se tem traduzido num forte aumento de importações. Este facto tem levado a que, desde meados de 2002, o crescimento da despesa interna supere o crescimento do PIB.

No período de doze meses, concluído no final do terceiro trimestre de 2006, a despesa interna acusava um incremento de 7,4%, o consumo privado crescia 7,3%, a despesa pública avançava 5,5%, enquanto o PIB progredia apenas 4,8%. Também no período anual findo em Setembro, se verificava um aumento de 12,4% nas importações, contra um crescimento de apenas 3,7% nas exportações. A volatilidade financeira e cambial fica, ainda, ilustrada pelo súbito enfraquecimento do Rand que caiu de 7,5748 ZAR/EUR em final de Abril de 2006 para 9,2372 em Dezembro de 2006.

Como resposta ao desequilíbrio criado pela intensa procura e pela importação crescente, o Banco Central fez subir as taxas de juro por quatro vezes, num total de 2,0%.

Mercantile Lisbon Bank Holdings Limited

Em 2006, o Banco continuou a recuperar a imagem e posicionamento no mercado, pesando junto do segmento da Comunidade Portuguesa a ligação à CGD. A dinâmica imprimida permitiu uma expansão das actividades em

Mercantile Lisbon Bank Holdings

	2005		2006	
	Milhares ZAR	Milhares EUR	Milhares ZAR	Milhares EUR
Activo líquido	3 397 767	455 209	4 417 767	479 546
Aplicações em Instit. de Crédito	1 163 524	155 881	1 467 438	159 289
Créditos a clientes	1 329 386	178 102	1 952 227	211 913
Carteira de títulos	362 975	48 629	337 053	36 587
Recursos de Instit. de Crédito	-	-	25 131	2 728
Depósitos de clientes	1 664 783	223 036	2 387 235	259 133
Capitais próprios	542 004	72 614	659 901	71 632
Resultado líquido	67 012	8 465	101 300	11 886
Capital Social	1 210 143	162 126	1 210 143	131 360
% Grupo CGD	91,75%		91,75%	
Número de empregados	415		415	
Número de agências	15		15	

Nota: Taxa de câmbio EUR/ZAR: Balanço 7,4642 em 2005; DR 7,9168 em 2005 e Balanço 9,2124 em 2006; DR 8,5223 em 2006.

todos os segmentos considerados fulcrais para a geração dos resultados, devendo destacar-se o *Alliance Banking* e o *Commercial Suite*, departamento criado no início de 2005 e especialmente dedicado às médias empresas e que já responde por perto de 40% do saldo líquido de crédito.

Refira-se, ainda, a grande melhoria na recuperação de créditos, onde, para além da recuperação directa conseguida, avulta a concretização da venda, perto do final do ano de 2006, de grande parte dos créditos históricos, o que permitiu garantir economias significativas em custos legais e de pessoal, quer em 2007, quer em anos vindouros.

Durante o exercício de 2006, prosseguiu-se a reestruturação do Grupo Mercantile, donde se destaca o Mercantile Bank Limited detido a 100% pela MBHL. Desactivaram-se e/ou liquidaram-se mais algumas das empresas, por estarem fora do core business do Grupo, e enfatizou-se a racionalização dos departamentos e a redução dos custos não estritamente necessários.

Outras Presenças

O Grupo CGD dispõe, ainda, de duas outras Sucursais, uma na República Popular da China – Zhuhai – e outra nas Ilhas Caimão.

Sucursal das Ilhas Caimão

A Sucursal das Ilhas Caimão é a Unidade do Grupo CGD especializada em risco sul-americano e outros mercados emergentes, com especial ênfase em operações de *trade finance*. Apresenta uma estrutura operacional ligeira, com uma presença física efectiva na Ilha de Grand Cayman, sendo também a unidade distribuidora para o Grupo CGD dos fundos captados ao abrigo do programa de USCP (*Commercial Paper*).

Sucursal de Zhuhai

A Sucursal da CGD em Zhuhai está vocacionada para o acompanhamento de clientes do Grupo na região e que operam no sector industrial e comercial, tendo na grande maioria ligações à Região Autónoma Especial de Macau.

A actividade da Sucursal de Zhuhai continua, contudo, condicionada pela legislação chinesa, impedindo-a de conceder crédito em moeda local (renmimbi), restringindo-se, portanto, à moeda estrangeira.

Outras Actividades Internacionais

A actividade internacional da CGD, em 2006, manteve o seu enfoque no apoio à internacionalização dos seus clientes, sendo desenvolvidos e reforçados os serviços de apoio ao comércio externo.

Assim, o Grupo CGD continuou a estabelecer e a gerir linhas de *trade finance* com bancos parceiros e bancos multilaterais de desenvolvimento, dirigidas para mercados em África (Angola, Marrocos, Egípto, Tunísia, Moçambique, África do Sul, etc.), Ásia (China, Macau, Hong Kong, Índia, Arábia Saudita, etc.), América do Sul (Brasil, México, Venezuela, etc.), Europa Central e de Leste (Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, Rússia, Cazaquistão, etc.) e Ásia Oriental. Com instituições multilaterais, salienta-se a colaboração com o BERD – Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento e com o Inter-American Development Bank.

Entre as operações efectuadas no continente africano em 2006, salienta-se o financiamento ao Ministério da Saúde de Angola, para a reabilitação de uma maternidade em Luanda, e a entrada em vigor de uma linha de 100 milhões de euros, para apoio a projectos de desenvolvimento de infra-estruturas no Reino de Marrocos.

Na vertente do negócio *wholesale* internacional, efectuaram-se operações no mercado primário, através de operações sindicadas, num total aproximado de 929 milhões de euros, abrangendo diversos países dos quatro continentes.

O Grupo CGD encetou diversas iniciativas para actualizar as práticas internas das suas unidades no exterior – ao nível da *corporate governance*, do *compliance* e do controlo interno –, garantindo o seu alinhamento com as melhores práticas internacionais. Este esforço procura adequar a evolução do Grupo à natureza, risco e dimensão das actividades no exterior, em especial, no que respeita ao risco operacional (Acordo de Basileia II) e ao controlo interno (Lei Sarbanes-Oxley).

No âmbito da actividade comercial, realizou-se, em Setembro, na Guarda, o I Fórum de Negócio Ibérico, que

reuniu administradores e principais responsáveis da CGD e do Banco Caixa Geral.

Também em Abril, se realizou, em Santiago de Compostela, o 4.º Fórum Internacional da CGD, em que participaram os principais responsáveis das unidades do Grupo no estrangeiro e de Portugal, que teve como objectivo a partilha de experiências, a dinamização do negócio e o maior conhecimento da actividade no exterior.

Número de Empregados do Grupo (a)

	2005	2006
Actividade bancária consolidada	13 646	13 457
CGD (Actividade Individual)	10 832	10 442
CGD (actividade em Portugal) (b)	10 161	9 759
Sucursais da CGD	661	673
Escritórios de Representação da CGD	10	10
Filiais da CGD	2 814	3 015
Caixa-Banco de Investimento	173	184
Banco Caixa Geral (Espanha)	899	955
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	309	345
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	549	637
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	55	59
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	399	405
Mercantile Lisbon Bank Holdings	415	415
Outros e Escritórios de Representação das Filiais	15	15
Actividade não bancária	7 132	6 573
Seguradoras	3 822	3 441
Fidelidade Mundial	2 136	1 889
Império Bonança	1 420	1 278
Via Directa	78	79
Cares	123	128
Garantia	65	67
Sociedades Financeiras	308	332
Outras actividades	3 002	2 800
Sogrupe (ACE) (c)	976	893
Associadas às Seguradoras	827	779
Esegur (d)	964	908
Serviços Sociais da CGD	72	71
Outras	163	149
Total Consolidado	20 778	20 030

(a) Não estão incluídos neste Quadro os empregados com vínculo contratual à CGD, colocados no Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (311) ou requisitados em serviço público ou outras situações (100). Também não está incluído o quadro de pessoal da Compal, com 642 empregados em 2006.

(b) O número da CGD inclui apenas os empregados de actividade bancária, não abrangendo os colocados nos ACE (Agrupamentos Complementares de Empresas).

(c) Respecta aos ACE Sogrupe-Serviços de Administrativos, Sogrupe-Serviços de Informação, Sogrupe-Gestão de Activos e Sogrupe-Gestão de Imóveis.

(d) Número correspondente a 50% do efectivo total da Esegur.

Recursos Humanos

Evolução do Efectivo

No final de 2006, o quadro de pessoal do Grupo CGD abrangia 20 030 empregados, o que representou uma redução de 748 empregados, com origem, sobretudo, nas seguradoras do Grupo (-429) e na actividade bancária do Grupo (-189).

Nesta última área, que integra um total de 13 457 empregados, assistiu-se a uma diminuição de 402 empregados na CGD (Portugal), parcialmente compensada pelo aumento de 201 empregados na rede de Filiais no estrangeiro, dos quais 88 no BCI Fomento (Moçambique) e 56 no Banco Caixa Geral (Espanha).

Em Portugal, a actividade bancária da Caixa contava com 9 759 empregados, destacando-se a saída, durante o ano, de 289 empregados por passagem à reforma e acordo de suspensão da prestação do trabalho. Por outro lado, as contratações que se fizeram para o quadro efectivo incidiram em candidatos mais novos e habilitados do que a média do efectivo, num quadro estratégico, não só de rejuvenescimento, mas também de reforço do potencial humano da empresa, criando melhores condições de resposta aos desafios actuais e futuros.

Na área seguradora e actividades conexas, o efectivo de pessoal diminui de 4 649 para 4 220, variação proveniente quer da Fidelidade Mundial (-247), quer da Império Bonança (-142).

Nas restantes actividades não-bancárias, estavam a trabalhar no Grupo 2 021 pessoas (-154 do que em 2005), das quais 908 na Esegur-Empresa de Segurança, 208 na Caixa Leasing e Factoring, 514 no Sogrupro-Sistemas de Informação, 222 no Sogrupro-Serviços Administrativos, 157 no Sogrupro-Gestão de Imóveis e 93 na CAIXANET.

Caracterização do Pessoal em Portugal

Na actividade em Portugal, a percentagem mais elevada do efectivo está concentrada nas áreas comerciais, agências e gabinetes de empresas (Redes Comerciais), correspondendo a 82% do total, enquanto que nas áreas operacionais se encontram 12% e nas de apoio 6%.

A média etária dos empregados mantém-se próxima dos 42 anos, valor semelhante ao do ano passado, sendo a antiguidade média de 17,5 anos. O efectivo feminino continuou a crescer, representando, actualmente, 52% do total dos empregados da Caixa, evolução que se deve ao

facto de as saídas, especialmente por reforma, serem, sobretudo, do género masculino.

Relativamente ao perfil de qualificações do efectivo, o peso da formação superior continua a aumentar, elevando-se agora a 36,5%, enquanto que o da formação do nível secundário (12º ano) e básico passou a representar 40,3% e 23,2%, respectivamente. A preferência dada a candidatos com formação superior e o investimento nas habilitações académicas dos empregados continuam a contribuir para uma melhoria sustentada do perfil de qualificações da empresa.

Manteve-se a tendência no aumento relativo do número de técnicos, quer nas áreas comerciais, quer nos restantes departamentos, nomeadamente nos mais directamente associados ao negócio. Assim, as funções de direcção correspondiam a 1,1% do total, as de chefia a 16,7% e as funções técnicas e específicas a 21,1%. O segmento dos empregados com funções administrativas nos departamentos centrais representavam cerca de 9,9% e o das funções de atendimento comercial nas agências e gabinetes de empresas era de 48,9%. O pessoal auxiliar manteve-se em valores pouco significativos, cerca de 2,3% do efectivo.

O índice de absentismo foi de 5,7%, com uma ligeira melhoria relativamente a 2005 (5,8%), e fortemente influenciado por algumas situações de ausência prolongada, em especial por motivos de doença e de maternidade.

Durante o ano de 2006, foram promovidos 2 191 empregados (22,5%), num quadro em que o mérito foi o factor determinante.

Formação

Os objectivos estratégicos definidos para a Caixa determinam a Formação como área prioritária de gestão de recursos humanos. Foi, assim, iniciada em 2006 uma reflexão sobre os novos vectores de intervenção, que levaram a algumas alterações no modelo e metodologias de abordagem, recentrando a actividade formativa em

áreas de maior especialização funcional, focalizada na harmonização das práticas bancárias, na organização interna, nos processos e procedimentos, na abordagem ao negócio, no desenvolvimento da relação com os clientes e na gestão das equipas.

A actividade de formação contou com 66 051 participações de empregados em 2 214 cursos e acções formativas, num total de 436 193 horas. Das participações registadas, 38% foram em acções presenciais e 62% em formação à distância e em *e-learning*. Esta distribuição, no que respeita ao volume de horas de formação, corresponde a 81% para as acções de carácter presencial e a 19% para as realizadas através da plataforma de *e-learning*.

Entre os projectos que contribuíram de uma forma mais significativa para esta actividade, quer pelo envolvimento de um maior número de empregados, quer pela sua relevância, destacam-se:

- O desenvolvimento de competências para os empregados com funções de gerência, função vital para o sucesso da acção comercial na rede de particulares, de onde se salientam as intervenções com vista a uma maior capacitação para a gestão integrada da relação com o cliente, nomeadamente Segmentação, CRM, Siebel 7.7 e competências de negociação. São de relevar, ainda, o início do projecto das práticas bancárias, que envolveu numa 1.^a fase os subgerentes, e o início do programa de acolhimento aos recém-nomeados para as funções de gerência;
- O desenvolvimento de competências para os empregados com funções de gestor de cliente, cuja actividade tem vindo a ganhar, progressivamente, um papel fundamental na afirmação de uma relação personalizada com os clientes de um segmento particularmente importante, de onde se destacam as intervenções ao nível da segmentação e cenários comerciais, do Siebel 7.7, afirmando a importância deste instrumento como ferramenta indispensável de trabalho na gestão de carteiras e na negociação comercial;
- O programa integrado de formação para a área de empresas, com o objectivo de apoiar o esforço de

dinamização e crescimento deste segmento e reforçar as competências negociais de gestão e liderança das equipas, nomeadamente, com intervenções no âmbito das estratégias e tácticas de negociação;

- Os projectos departamentais, que consistem numa intervenção formativa transversal apoiando projectos de mudança, os quais integram diagnósticos organizacionais e de clima, *workshops*, acções de formação técnica e comportamental e, em vários casos, *outdoors*;
- Os programas avançados para quadros, com destaque para o dirigido a empregados de elevado potencial, que alia uma componente formativa de nível superior com desenvolvimento de competências específicas. Igualmente se mencionam os programas de gestão e liderança, que envolvem universidades nacionais e estrangeiras, nomeadamente a Escola de Gestão do Porto e a London Business School. Salienta-se, ainda, o investimento no desenvolvimento de novas competências, através do apoio à realização de diversos cursos de especialização, pós-graduações e mestrados que constituem, também, uma vertente importante da formação que se desenvolve na CGD;
- A continuação do apoio formativo ao projecto SIG, a promoção das acções associadas ao lançamento de novos produtos e serviços e das campanhas comerciais, em estreita colaboração com os departamentos de origem, e o investimento na área de *e-learning*, onde se inclui a realização de novos cursos, encontrando-se disponibilizados, até final de 2006, um total de 88 cursos.

O programa de estágios dirigido, preferencialmente, a jovens licenciados e finalistas de cursos superiores proporcionou um contacto com a realidade empresarial, fornecendo uma maior empregabilidade futura. Em 2006, apoiaram-se 324 estágios, sendo 95 de natureza curricular, 187 de integração na vida activa e 42 numa perspectiva profissionalizante.

Em termos sintéticos, a actividade desenvolvida pode-se resumir da seguinte forma:

Indicadores de Actividade

(em unidades)

	Participantes	Horas	Acções	Horas
NÍVEL DE FORMAÇÃO				
Pré-Profissional	182	2 548	10	140
Profissional	65 869	433 645	2 204	52 415
Inicial				
Geral	318	3 108	16	154
Específica	325	9 503	9	895
Soma	643	12 611	25	1 049
Contínua				
Actualização	47 903	228 780	1 036	12 041
Aperfeiçoamento	2 415	32 088	177	2 394
Especialização	9 830	56 945	457	7 758
Desenvolvimento	110	18 377	47	10 385
Novas competências	4 968	84 844	462	18 788
Soma	65 226	421 034	2 179	51 366
Total	66 051	436 193	2 214	52 555
ACTIVIDADE FORMATIVA				
Interna	64 396	353 984	1 608	19 174
Externa	1 655	82 209	606	33 381
Total	66 051	436 193	2 214	52 555
Presencial	25 107	356 493	2 137	51 274
Ensino à distância	9	2 160	2	480
E-learning	40 935	77 540	75	801
Total	66 051	436 193	2 214	52 555

Fundo de Pensões e Plano Médico do Pessoal da CGD

O Fundo de Pensões do Pessoal da CGD foi constituído em 31.12.1991 e destina-se a assegurar a satisfação dos encargos com as pensões de aposentação dos empregados da CGD, bem como das de sobrevivência, relativas aos empregados admitidos após aquela data. As pensões de sobrevivência do pessoal admitido anteriormente são da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações.

No final de 2004, com a publicação dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de Dezembro, e n.º 241-A/2004, de 30 de Dezembro, as responsabilidades com pensões de aposentação e de sobrevivência do pessoal da CGD, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de

Dezembro de 2000, foram transferidas para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Como compensação, o Fundo de Pensões transferiu para a CGA as provisões constituídas para a cobertura daquelas responsabilidades.

Importa referir também que, a partir de 2004, o Fundo de Pensões passou a incluir a responsabilidade com o subsídio por morte, caso esta ocorra na situação de aposentação. O subsídio por morte é uma prestação de atribuição única igual a seis vezes o valor da pensão mensal ilíquida e que está a ser paga, desde aquela data, pelo Fundo de Pensões.

No cálculo das responsabilidades com as pensões e com o plano médico, a CGD manteve os mesmos pressupostos utilizados em 2005, os quais obedecem às exigências das Normas Internacionais de Contabilidade, e que foram os seguintes:

- taxa de desconto	4,75%
- taxa de crescimento salarial	3,00%
- taxa de crescimento das pensões	2,00%
- tábua de mortalidade masculina	TV 73/77
- tábua de mortalidade feminina	TV 88/90
- idade média reforma	60 anos

Em 2006, o valor do Fundo de Pensões registou um aumento de 130 726 milhares de euros como se evidencia no seguinte quadro:

Fundo de Pensões em 2006

	(milhares de euros)
Valor do Fundo em 31.12.05	824 576
Contribuições dos empregados	27 672
Contribuição da CGD	57 211
Contribuições extraordinárias da CGD	9 482
Transferência de outras instituições	486
Pensões pagas	21 518
Rendimento líquido do Fundo	57 393
Valor do Fundo em 31.12.06	955 302

O valor do Fundo cobria integralmente, quer a parcela das responsabilidades com pensões em pagamento, quer as responsabilidades por serviços passados relativas aos trabalhadores no activo.

No ano, foram relevados como custos do exercício 59 029 milhares de euros e como amortização de custos diferidos, por contrapartida de reservas, 31 907 milhares.

No final do ano, o saldo de custos diferidos ascendia a 95 721 milhares de euros e o do "corredor" utilizado a 67 954 milhares.

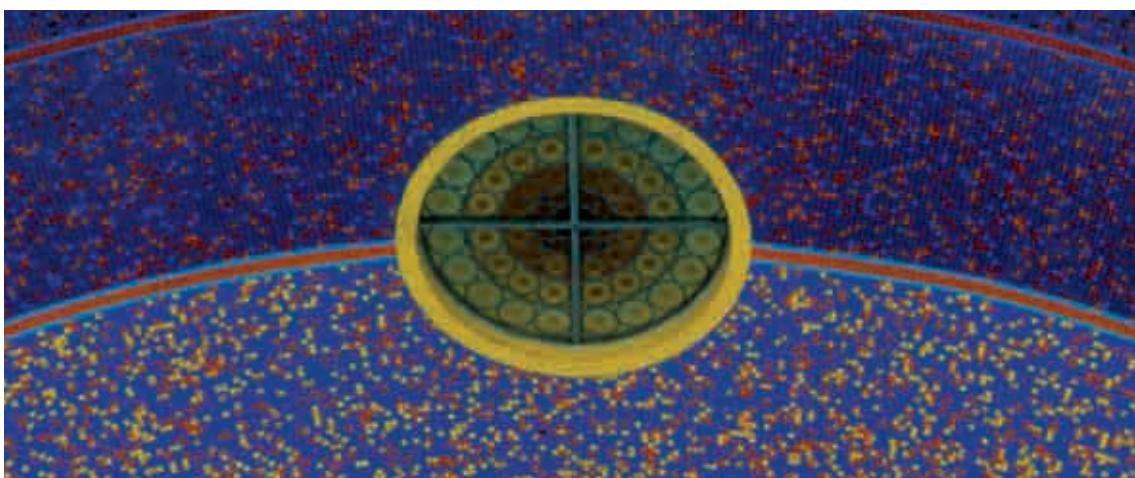
Quanto às responsabilidades associadas aos benefícios médicos pós-emprego do pessoal da CGD - plano médico -, calculadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, as mesmas estavam integralmente provisionadas e ascendiam a 419 195 milhares de euros como se evidencia no quadro:

Plano Médico em 2006

Evolução da provisão

	(milhares de euros)
Valor da provisão em 31.12.05	399 586
Custo corrente do ano	26 727
Contribuições para serviços de assistência médica (SS e SAMS)	16 495
Perdas actuariais e financeiras incluídas no "corredor"	1 961
Perdas actuariais e financeiras reconhecidas no excesso face ao "corredor"	7 416
Valor da Provisão em 31.12.06	419 195

As perdas actuariais mencionadas no quadro e referentes ao exercício deveram-se, essencialmente, a desvios entre os pressupostos utilizados e os valores efectivamente verificados. O saldo acumulado destas perdas somava, em 31 de Dezembro, 105 994 milhares de euros, tendo sido amortizados, no ano, em 3 679 milhares, valor apurado em função do tempo de serviço futuro médio do pessoal no activo.



Organização e Sistemas de Informação

A área de Sistemas de Informação continuou a orientar a sua acção para o aumento da eficiência operacional, através da redução de custos e da disponibilização de novas aplicações informáticas, facilitadoras da actividade comercial. Nesse sentido, desenvolveu-se um conjunto de projectos de que se salientam os seguintes:

No âmbito do "Programa SIG" (Sistema de Informação para o Grupo CGD), a entrada em produção de novos módulos no Sistema Gestão de Operações Activas (SGOA), abrangendo a quase totalidade da oferta de crédito (Empresas, Habitação e Consumo) para novas operações; no Base Banca, os módulos de contas e cheques, transferências, créditos e cobranças; na Gestão de Operações de Estrangeiro (SGOE), os módulos de *cash-letters* de exportação e importação e cheques emitidos, ordens emitidas e recebidas; na Gestão de Meios de Pagamento (SGMP), a implementação de novos produtos e funcionalidades, nomeadamente, ao nível dos cartões de débito diferido Caixazul e Caixa Fã. Nos módulos já em produção, efectuaram-se as adaptações indispensáveis para a gestão do Programa Líder, bem como a introdução de novas funcionalidades. No sistema de recolha e armazenamento de informação em base de dados (*Datawarehouse*) concretizou-se a recepção de nova informação e a interligação com os sistemas do Programa SIG.

Na gestão da relação com o cliente (CRM), foram efectuadas melhorias na plataforma tecnológica e a disponibilização de novas aplicações. Salienta-se, neste caso, o *Siebel Marketing e Analytics* para suporte a campanhas de *marketing* e a gestão de acompanhamento de crédito para introdução de mecanismos de alerta na relação financeira com o cliente, bem como novos reportes na gestão global das carteiras nos diferentes canais.

Na área dos canais electrónicos, foram implementados novos serviços na CaixaDirecta *on-line*, com realce para o "Meu Gestor", disponibilizados os portais de crédito imobiliário e gestão imobiliária e expandido o Caixa *Contact Center* para novas campanhas de *outbound*.

Com o objectivo de aumentar a eficiência operacional, foram implementados *workflows* estruturantes de suporte ao processo de crédito à habitação e *workflows* operacionais de suporte ao negócio, realçando-se neste o de controlo de fraudes e *chargebacks*. Foram, também, implementadas melhorias na aplicação de suporte à gestão centralizada de ATM e ATS.

No âmbito de diversos enquadramentos legais em curso, salientam-se, na adequação dos capitais próprios das Instituições de Crédito - Programa Basileia II – a 1.^a fase do projecto *DataMart* de Risco (1.^a fase), os projectos de *rating* de grandes empresas, PME, Instituições Financeiras e autarquias, bem como o sistema integrado de gestão e controle de risco. No quadro da contabilidade geral e das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), foi efectuada a substituição integral da solução GL-Expert/MSA pelo GL-Millennium.

Na área dos pagamentos externos - Sistema de Gestão de Operações com a SIBS (SGOS) -, entraram em produção as componentes *real time* e *batch* e desenvolveram-se activamente trabalhos para a implementação do Sistema SEPA (*Single Euro Payments Area*).

Na área da renovação tecnológica nos edifícios centrais, foi efectuada a substituição dos equipamentos nos postos de trabalho de todos os órgãos de estrutura, incluindo *upgrade* do respectivo sistema operativo, e normalizou-se o software instalado através da criação de imagens-padrão.

Na área das infra-estruturas, registou-se a participação das várias equipas em diversos projectos, próprios ou de terceiros, com especial relevância para:

- Programa de eficiência na gestão de infra-estruturas – Estão em curso 28 iniciativas com o objectivo de diminuir os custos de infra-estrutura e reduzir a capacidade instalada, por via da optimização, racionalização e substituição por outras tecnologias;
- *Disaster Recovery* – Implementação de soluções baseadas em sistemas distribuídos e em mecanismos de replicação quase imediata (XRC) dos dados de produção dos sistemas centrais da CGD;

- Sistemas centrais – Integração da infra-estrutura central da Fidelidade Mundial e da Império Bonança;
- Operação de Sistemas Distribuídos – Diversas iniciativas para uma gestão mais eficiente dos sistemas e plataformas, permitindo a gestão transversal dos servidores e redução do seu número, a melhoria no planeamento da capacidade e a obtenção de relatórios de desempenho e de utilização de recursos de processamento;
- Comunicações – Reestruturação do centro de comunicações e criação do novo *Backbone* redundante na Sede, integração das comunicações das seguradoras na estrutura informática da CGD (SOGRUPO, SI) e preparação de uma solução de “Telefonia IP” para as agências do Grupo CGD;
- Protecção de informação – Participação no processo de fusão da infra-estrutura central da Fidelidade Mundial e da Império Bonança, nomeadamente, na unificação das bases de dados de segurança dos diversos sistemas, implementação de autenticação forte e, ainda, a dotação de ferramentas de análise de incidentes de segurança.

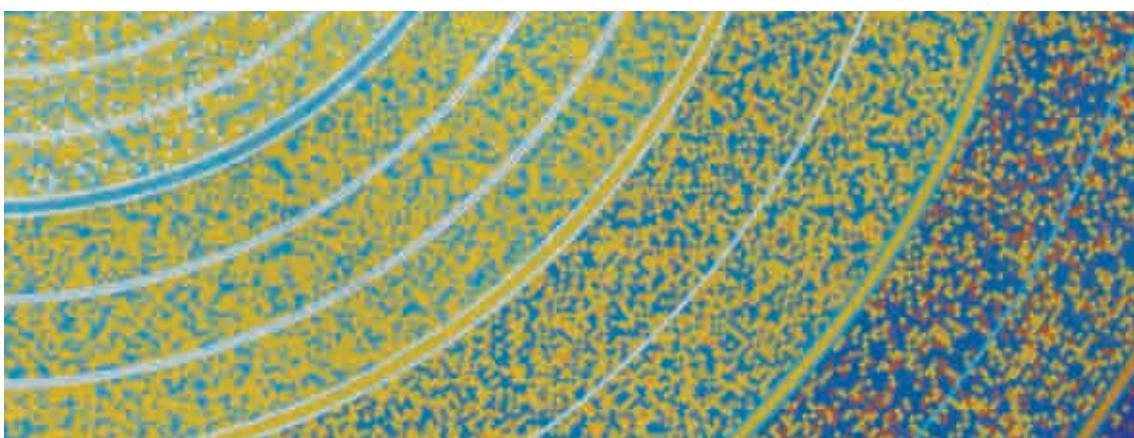
No desenvolvimento organizacional e das pessoas na área do SOGRUPO, SI, destacam-se as seguintes acções, com o objectivo de melhorar o seu desempenho:

- Sistema de gestão da qualidade da empresa – a normalização e a definição de processos de trabalho, procedimentos e normas e sua monitorização, através de análise de indicadores, para indicação de *performance*;
- Gestão de projectos – desenvolvimento de processos de controlo e acompanhamento de projectos e consolidação do apoio ao seu planeamento;
- Comunicação – dinamização da comunicação interna, através de portal próprio, bem como da comunicação externa na gestão da relação com os departamentos-clientes;
- Eficiência e controlo de custos – implementação de um sistema de controlo de custos de comunicação;
- Capital humano – Levantamento de competências técnicas e identificação das necessidades de formação.

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores de actividade desta área na CGD (Portugal):

Indicadores de Actividade

	Unidades	2005	2006	Variação (%)
Eficiência e desempenho				
• Número global de transacções	Milhões	2 357	2 484	5,4
• Número de PC	Un.	15 500	14 679	-5,3
• Número de Servidores	Un.	2 055	2 052	-0,1
• Número de processos concluídos	Un.	19 517	22 461	15,1



Gestão Administrativa e do Aprovisionamento

A gestão do aprovisionamento e serviços gerais está atribuída ao Sogrupo, Serviços Administrativos, Agrupamento Complementar de Empresas, que é a unidade do Grupo CGD que assegura os serviços partilhados desta natureza.

- Fornecimento de informação de gestão sobre os consumos de áreas de custos relacionadas com bens de economato, comunicações móveis e frota automóvel.

Apresentam-se no quadro seguinte alguns indicadores de evolução da actividade do ACE relacionada com a agrupada CGD:

	Unidades	2005	2006	Variação (%)
Requisições atendidas	Un.	23 786	20 703	-13,0%
• Por via plataforma electrónica	%	54,6%	66,2%	21,2%
Encomendas colocadas	Un.	4 755	7 300	53,5%
Contratos	Un.	1 706	1 760	3,2%
Facturas processadas	Un.	35 189	36 744	4,4%
• Com digitalização	%	65%	91%	39,5%
Fornecedores	Un.	1 247	1 806	44,8%
Imobilizados	Un.	324 329	308 653	-4,8%

Na sequência da implementação e consolidação de um conjunto de infra-estruturas organizativas e informáticas de suporte à actividade verificada nos anos anteriores, o ACE, em 2006, intensificou a prestação de serviços à agrupada CGD, salientando-se os serviços a seguir indicados:

- Negociação de contratos de fornecimento de bens e de prestação de serviços, com redução de custos unitários e/ou incremento da qualidade dos bens fornecidos e/ou dos níveis de serviço prestados e apoio à área de Comunicação na negociação e colocação de encomendas de bens e serviços;
- Centralização do tratamento de todas as facturas processadas à CGD, com excepção das relacionadas com a gestão de imóveis e com a angariação imobiliária, com reforço da prática de digitalização de facturas para conferência electrónica;
- Gestão do processo de acréscimos e diferimento de custos da CGD, que tem por objectivo garantir a correcta especialização temporal dos custos operativos e, consequentemente, a sua maior linearização e previsibilidade;
- Processamento das amortizações do imobilizado da CGD e actualização do cadastro;

Responsabilidade Social da Empresa

A CGD e a Responsabilidade Social

Conscientes do nosso papel na sociedade, conciliamos o avanço e crescimento da nossa actividade financeira com uma actuação constante de apoio e incentivo à educação, à cultura, à preservação do ambiente e ao bem-estar das comunidades onde actuamos.

Pautamos a actividade da Caixa, há mais de 130 anos, pelo respeito dos seus valores corporativos e dos direitos dos colaboradores e clientes, contribuindo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Portugal. A preocupação com questões sociais e o desempenho transparente da nossa actividade têm sido uma constante ao longo da história, legitimando a posição de Instituição de referência no sector financeiro e nas comunidades dentro e fora de Portugal.

Em 1880, foi criada a Caixa Económica Portuguesa "com o fim de difundir, promover e incentivar, nas classes menos abastadas, o espírito da economia".

Mais tarde, é criada a Caixa de Aposentações e o Monte de Piedade Nacional, cujo objectivo era dar apoio financeiro a trabalhadores e aposentados.

Em 1909, a CGD sofre uma reestruturação, expande o tipo de operações que realiza, inicia a organização e implementação de Agências em todo o Continente e Ilhas, com o objectivo de estar mais perto dos clientes, e estabelece o regime de participação de lucros da empresa pelos colaboradores, uma verdadeira inovação para a época.

Como instituição financeira com longa tradição na prática de acções sociais e influente motor social, continuamos hoje a desenvolver acções no âmbito da nossa responsabilidade empresarial, que têm como principal objectivo contribuir, de forma efectiva e real, para o desenvolvimento e geração de valor para todos os nossos *stakeholders*.

Os Nossos Valores

Solidez

Apostamos em relações de longa duração. A solidez do nosso conhecimento e a coerência da nossa trajectória asseguram o êxito da nossa actividade.

Rigor

Contamos com excelentes equipas de colaboradores para, com rigor, conduzirem a nossa actividade. Esta é a melhor garantia do nosso crescimento, constituindo um factor gerador de valor para a instituição, para os clientes e para a sociedade.

Transparéncia

Acreditamos que um sistema financeiro transparente, ético e eficiente é uma condição essencial para o desenvolvimento económico e social de Portugal.

Experiência

Mais de 130 anos a desenvolver o que acreditamos serem as melhores soluções financeiras para os nossos Clientes.

Em Portugal e no Mundo, celebramos a ousadia de realizar novos projectos, de concretizar sonhos, de gerir com competência o que alcançámos e de procurar, com determinação, o desafio de novas oportunidades.

Responsabilidade

Norteamos a nossa actuação na sociedade portuguesa tendo por base valores éticos e de responsabilidade empresarial que consideramos indissociáveis da nossa estratégia de negócio.

A Nossa Marca

Somos o Banco em que mais Portugueses confiam.

A Caixa Geral de Depósitos é uma das marcas mais fortes do imaginário dos portugueses. Referência no mercado financeiro, goza de uma reputação ímpar de confiança, solidez e qualidade.

Temos uma história repleta de prémios internacionais que distinguem a nossa excelência operacional.

Somos eleitos pelos Portugueses, há seis anos consecutivos, como a marca líder de confiança na área da Banca.

Aceitamos com enorme satisfação estas distinções, porque premeiam a nossa conduta ética e social e são geradoras de valor reputacional.

Acreditamos que as empresas e as comunidades unidas numa identidade única e integrada podem alcançar padrões mais elevados de equilíbrio, solidariedade e coesão no seio da comunidade.

Por isso, assumimos com seriedade as nossas responsabilidades e o constante compromisso de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade próspera, saudável e consolidada, por e para os nossos clientes, os nossos colaboradores, os nossos parceiros e todos os cidadãos.

Saber responder às expectativas, numa relação de confiança em cada dia renovada, é um compromisso estratégico claramente assumido e um factor que nos torna ainda mais fortes.

Por tudo isto, a CGD vive o presente com confiança e encara o futuro com optimismo.

Ética Empresarial

Procuramos, constantemente, aperfeiçoar os nossos produtos, serviços e procedimentos, adequá-los à realidade social, investir

em relações sustentáveis com todos os *stakeholders*, ser éticos e transparentes, para garantir que a CGD continuará a exercer o seu papel de motor social de boas práticas, trabalhando para assegurar a sustentabilidade da nossa actividade, do ambiente e das comunidades em que estamos inseridos.

Mais do que princípios e padrões que orientam o comportamento das empresas no mundo dos negócios, a ética empresarial é uma questão de gestão e, sobretudo, de atitude.

Na CGD, defendemos e implementamos uma política de divulgação clara, justa e igualitária de todas as informações que possam interessar àqueles que participam, directa ou indirectamente, nos nossos projectos, negócios ou operações.

Código Europeu de Conduta Voluntário para o Crédito à Habitação

Na Caixa Geral de Depósitos, adoptámos, desde 2002, as recomendações da Comissão Europeia relativas ao Código Europeu de Conduta Voluntário do Crédito à Habitação.

O Código Europeu de Conduta Voluntário é um Acordo entre as Associações Europeias de Consumidores e as Associações Europeias do Sector do Crédito à Habitação, com o objectivo de disponibilizar aos clientes informação transparente e comparável.

Ética na Publicidade

Somos membro activo do ICAP – Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade, cujo código de conduta estabelece como objectivo fomentar o respeito pela ética e deontologia pelas quais a publicidade se deve pautar.

O princípio subjacente é o de que a publicidade deve ser legal, transparente, honesta e verdadeira (não enganosa), com uma responsabilidade social para com o consumidor e para com a sociedade. Deve respeitar as regras da concorrência leal. Tais práticas visam a confiança e a credibilidade por parte do consumidor.

Responsabilidade Social

Gestores

O desenvolvimento humano e a preservação ambiental são elementos de competitividade das sociedades. Cabe às

empresas e aos gestores o papel de identificar e incorporar novas boas práticas em todas as suas funções.

A adopção dessas boas práticas na gestão da nossa actividade garante relacionamentos consistentes, cumpre as expectativas de uma sociedade cada vez mais exigente e participativa e contribui para a melhoria do desempenho da Caixa em todas as vertentes da nossa actividade.

Na CGD, promovemos o apoio às famílias, às empresas e às instituições nacionais, bem como o desenvolvimento económico e social do país, enfrentando diariamente novos desafios que ultrapassam a nossa área de actuação, mas que permitem a intervenção em projectos relevantes para o desenvolvimento integrado das comunidades.

Colaboradores

Gostamos que todos sintam orgulho e satisfação em trabalhar na Caixa Geral de Depósitos e que esses sentimentos se reflectam nos serviços que prestamos. Temos um compromisso com a formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento da relação com os colaboradores, apostando em políticas de evolução profissional, de conciliação da vida pessoal e laboral e de abertura e liberdade no diálogo e comunicação entre as várias estruturas da empresa.

Igualdade de Oportunidades no Recrutamento

Baseamos as linhas orientadoras dos processos de recrutamento e selecção em práticas responsáveis e não discriminatórias, que permitem o acesso de todos os indivíduos à divulgação das necessidades e à escolha dos candidatos com base nas suas reais capacidades e competências.

Os nossos processos de recrutamento e selecção respeitam, integralmente, os princípios da igualdade de oportunidades.

Por um lado, privilegiamos os processos de recrutamento interno para funções qualificadas ou de maior responsabilidade, possibilitando, assim, aos nossos colaboradores, múltiplas oportunidades de desenvolvimento profissional e de progressão na carreira.

Por outro lado, e no que se refere ao recrutamento externo (*e-Recruitment*), a divulgação de oportunidades e o envio de candidaturas são acessíveis a todos os indivíduos através da Internet, bastando, para tal, efectuar o registo de dados pessoais e curriculares no site institucional da CGD - www.cgd.pt.

Em qualquer dos acasos, a escolha dos candidatos para determinada função tem sempre por base o seu currículo e perfil de competências, sem qualquer discriminação no que se refere ao género, raça, classe social, crenças ou ideologias.

Actualmente, trabalham na CGD 179 pessoas portadoras de deficiência física, sendo 84 mulheres e 95 homens.

Aprendizagem ao Longo da Vida

A aprendizagem ao longo da vida tornou-se um dos temas centrais da gestão, porque entendemos que as pessoas são, efectivamente, um factor decisivo para o êxito de qualquer projecto empresarial e um recurso estratégico a manter.

Neste contexto, em 2006, continuámos a desenvolver o Projecto de Gestão de Empregados de Elevado Potencial-GEEP.

Este projecto, que teve o seu início em 2004, pretende, junto de empregados identificados com potencial de crescimento profissional dentro da Caixa Geral de Depósitos, reforçar competências nas funções actualmente desempenhadas, assim como potenciar desempenhos futuros em funções de maior responsabilidade, através da frequência de um Programa de Desenvolvimento abrangente, com uma duração de 9 meses, que tem como objectivos:

a) Reforçar competências através da aquisição de novos conhecimentos e do contacto com diferentes perspectivas, facilitando abordagens inovadoras no desempenho das funções;

b) Alargar o conhecimento institucional, melhorando a compreensão das políticas e práticas dos diversos Departamentos, possibilitando, em simultâneo, uma maior partilha de conhecimento, através da criação de uma rede de contactos interna;

c) Melhorar competências comportamentais, através de um Plano de Desenvolvimento Individual apoiado por *coaching* individualizado;

d) Desenvolver uma maior capacidade de antecipação e resposta aos actuais contextos de mudança, consubstanciando-se essa resposta na apresentação de um trabalho baseado na realidade CGD e com aplicabilidade na Instituição.

Este Projecto insere-se na filosofia que temos vindo a incrementar, nos últimos anos, no sentido de "apoiar as pessoas na sua aprendizagem", através da frequência de mestrados, pós-graduações, cursos avançados e especializações.

Acesso às Novas Tecnologias

Os colaboradores da CGD têm condições especiais, significativamente mais baixas que as praticadas no mercado, na aquisição de equipamento e software informático e na adesão a linhas de comunicação de banda larga.

Apoiamos os nossos colaboradores e suas famílias que desejem usufruir das possibilidades de comunicação e acesso à informação proporcionadas pelas novas tecnologias.

Incentivos e Reconhecimento

Desde 2001, que, na CGD, temos vindo a introduzir, na componente de Remuneração Variável, uma parcela adicional, com o objectivo de premiar os empregados que mais e melhor contribuem para alcançar bons resultados.

O processo começou por considerar, apenas, o cumprimento de alguns objectivos estratégicos ao nível de equipa. Entretanto, com o investimento no domínio dos sistemas de informação de gestão da CGD, por um lado, e no processo de planeamento e orçamento, por outro, permitiram uma evolução qualitativa significativa, na medição da actividade da rede comercial, ao nível individual.

Assim, em 2006, o sistema de incentivos considera:

- critérios de avaliação no cumprimento de objectivos previamente fixados às unidades de negócio e o contributo individual de certas funções específicas.

O sistema prevê-se evolutivo e deverá gradualmente integrar as restantes áreas operacionais e de suporte da CGD com vista a estimular o desempenho e reconhecer a realização dos objectivos, promovendo uma maior objectividade na recompensa dos contributos individuais.

Temos uma política remuneratória preocupada com a equidade interna, procurando situar-se acima da média do respectivo sector de actividade.

Transparência na Avaliação do Desempenho

O processo de Avaliação de Desempenho envolve um conjunto de intervenientes – avaliado, avaliador, superior hierárquico directo e responsável máximo do Departamento, com papéis bem definidos, de forma a garantir a justiça da respectiva aplicação.

Como parte integrante do processo de Avaliação de Desempenho, destacamos a entrevista de avaliação, efectuada obrigatoriamente no fim do processo de avaliação, com o objectivo de fomentar a relação chefia-empregado, promovendo o papel do gestor como orientador dos seus colaboradores, partilhando os objectivos da empresa e fomentando uma cultura de responsabilidade individual e colectiva alinhada com a visão da gestão.

O empregado pode formalizar a sua opinião sobre a sua avaliação de desempenho, verificando-se que cerca de 80% dos empregados concordam com a avaliação efectuada.

No âmbito deste processo, é ainda facultada a possibilidade de, quer a chefia, quer o empregado, indicarem acções de formação ou outras que se considerem ajustadas ao desenvolvimento profissional.

Saúde e Lazer

Harmonizar o Trabalho com a Família, a Saúde e o Lazer na vida dos nossos colaboradores é a missão dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos.

Os Serviços Sociais são uma estrutura com Postos Médicos em vários pontos do País, já todos informatizados (avism por e-mail a marcação de consultas), com Centros de Cultura, Desporto e Actividades de Tempos Livres, bem

como Colónias e Campos de Férias, em Portugal e no estrangeiro, e uma Biblioteca.

Milhares de colaboradores da CGD são praticantes, em todo o País, de múltiplas actividades desportivas: Ginástica, Atletismo, Natação, Futebol de 11 e de Salão, Pesca, Voleibol, etc..

Acção Social

Desenvolvemos acções de apoio social aos colaboradores e reformados da CGD, fomentando uma política de Responsabilidade Social da Empresa, no respeito pelos valores e cultura da Instituição.

No Núcleo de Acção Social, desenvolvemos um Projecto de Prevenção Integrada na área das doenças da Adição, asseguramos os meios de tratamento adequados, através de protocolos com instituições terapêuticas identificadas, em constante acompanhamento e avaliação do processo. Neste âmbito, apoiamos, ainda, as chefias em termos de competências específicas de diagnóstico precoce e de apoio à reinserção.

Colaboramos activamente com a Gestão e Medicina do Trabalho em projectos interdisciplinares, designadamente na análise conjunta de situações de absentismo prolongado, quer para a sua prevenção, quer ao nível do apoio social e à mobilidade, tendo sempre presente uma perspectiva de conciliação do trabalho e da família.

Em conclusão, em 2006, a nossa actividade no âmbito da Acção Social continuou a incidir no apoio à integração permanente dos colaboradores e na promoção das boas-práticas e fomento de uma cultura de responsabilidade social, procurando ser uma resposta constante, adequada e integrada às questões sociais dos empregados da CGD, de âmbito nacional, em condições de confidencialidade, respeito pela dignidade e promoção da Pessoa, com marcada disponibilidade e actuante presença.

Medicina do Trabalho

A par do acompanhamento regular dos colaboradores, em 2006, desenvolvemos acções específicas como:

- *Prevenção de Doenças Cardiovasculares*

As doenças cardiovasculares (acidente vascular cerebral e

enfarte do miocárdio) são a primeira causa de morte e de incapacidade no nosso País.

Na Medicina do Trabalho da CGD iniciámos, em 2004, um projecto de prevenção cardiovascular, que teve continuidade nos anos de 2005 e 2006.

No âmbito deste projecto, solicitámos uma prova de esforço (exame considerado *screening* destas situações) a todos os colaboradores com mais de 45 anos e que apresentem, pelo menos, dois factores de risco.

- *Prevenção do Cancro do Cólono / Recto*

O cancro do cólon / recto é a doença maligna que origina maior número de mortes em Portugal, sendo previsto o aparecimento desta patologia em 6% da população em geral.

Neste contexto, iniciámos, em 2006, o alerta, aconselhamento e encaminhamento para rastreio aos trabalhadores com história familiar próxima do cancro cólon / recto ou que apresentem sintomas suspeitos, bem como a todos os que tenham idade superior a 50 anos.

- *Consulta de Aconselhamento Anti-Tabágico*

Desde 1999 que existe uma consulta feita por médico especialista na área e, em 2006, continuámos esse trabalho de aconselhamento e acompanhamento.

- *Consultas de Nutrição*

A obesidade é um factor de risco muito importante para as doenças cardiovasculares, de onde a necessidade da sua prevenção e/ou correcção.

A Medicina do Trabalho tem em curso, desde Junho de 2004, uma consulta de nutrição feita por especialista na área.

- *Consultas de Rastreio e Acompanhamento Ginecomamário*

Organizámos acções de formação e sensibilização dirigidas às colaboradoras e mantivemos, em 2006, uma consulta de rastreio do cancro da mama.

- *Rede Europeia "ENTERPRISE FOR HEALTH" (EfH)*

A cultura promotora de saúde e baseada na participação é um investimento crucial para o futuro de qualquer empresa. Este

princípio fundamental levou à criação e desenvolvimento de uma rede europeia de empresas saudáveis (EfH), da qual somos membro fundador.

Fundada em 2000, a EfH compreende 19 grandes empresas de 13 países europeus, unidas num único objectivo: salvaguardar a competitividade a longo prazo e o custo / benefício das suas organizações. Isto só é possível com uma força de trabalho motivada, eficaz e empenhada nos objectivos.

- *Vacinação anti-gripe*

Em 2006, à semelhança de anos anteriores, disponibilizámos a todos os nossos colaboradores a possibilidade de cada um, voluntariamente, ser vacinado contra a gripe, de forma inteiramente gratuita.

Prevenção e Segurança

Com o objectivo de proporcionarmos as melhores condições de trabalho aos colaboradores, em 2006, prosseguimos uma política de prevenção e segurança definida por uma preocupação de monitorização permanente em áreas como: acessibilidade, ergonomia dos postos de trabalho, condições térmicas, qualidade do ar, nível de iluminação, nível de ruído, entre outros.

Destacamos ainda:

- Simulacros de emergência nos edifícios para familiarizar os residentes com procedimentos de segurança (empregados, *outsourcing* e visitantes);
- Formação específica para elementos de *outsourcing* que venham efectuar trabalhos perigosos;
- Formação, aos colaboradores que voluntariamente fazem parte das Equipas de Primeira Intervenção, em Primeiros Socorros e Combate a Incêndios:
 - "Combate a Incêndios", curso ministrado pela Escola Nacional de Bombeiros, a 223 colaboradores;
 - "Primeiros Socorros", curso ministrado pela Escola Nacional de Bombeiros, a 266 colaboradores.

Foram entregues certificados aos participantes nos cursos de sensibilização e combate a incêndios com extintores, tendo sido, ainda, entregues cartões de socorrista, para

além dos respectivos certificados, aos participantes nos cursos de primeiros socorros.

Nas Agências, criámos acessibilidades para pessoas com problemas de mobilidade reduzida, nomeadamente através da construção de rampas de acesso.

Colaboradores Reformados

Temos, também, uma atenção particular por todos os que já trabalharam activamente no Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Com o objectivo de acompanhar a saída profissional e prevenir a exclusão social após a reforma, prosseguimos, em 2006, com o apoio às Associações de Reformados, através da cedência de instalações e de algum suporte logístico e administrativo e de subsídios a projectos com maior relevo.

ANAC – Associação Nacional de Aposentados da CGD

Criada em 1985, reúne cerca de 2 100 sócios efectivos, de entre os 5 000 aposentados da CGD, e 1 100 sócios-auxiliares recrutados entre os activos.

Em 2006, desenvolveu uma programação a nível recreativo e cultural, com relevo para a série de Tertúlias que, contando com apoio técnico de estagiárias do Núcleo de Acção Social e envolvimento de um grupo ligado ao voluntariado cultural, consagraram temas e datas significativas para os associados, incidindo na prevenção de problemas do envelhecimento e na animação do projecto de vida (por exemplo, "A Mulher na Igualdade de Oportunidades", "Prevenção da Saúde na 3.^a Idade", momentos de Poesia e visitas culturais).

Em destaque, a formação ministrada em 2006 na área da Informática, envolvendo outros reformados voluntários como formadores.

Ainda em 2006, prosseguiu o Projecto de Acolhimento aos Novos Reformados, com mais uma acção subordinada ao tema "Uma vida com projecto ao longo de toda a vida", dirigida àqueles que passaram entretanto à reforma.

O momento mais representativo da dinâmica desta associação foi traduzido na realização do seu X Encontro Nacional de Sócios, que contou com um subsídio da CGD, proporcionando a mais de 600 participantes, oriundos de todo o país, um dia de confraternização culminado com um espectáculo de qualidade no Grande Auditório da Culturgest.

AAEBNU – Associação dos Antigos Empregados do BNU

Criada em 1990, constitui um elo de união entre todos aqueles, reformados e activos, que prestaram serviço no ex-Banco Nacional Ultramarino (fundido, por absorção, na CGD em Julho/2001), contando com cerca de 3 000 sócios efectivos.

Esta associação desenvolve um intenso programa de animação sócio-cultural, com destaque para as visitas guiadas de interesse cultural e para os convívios-festa.

Clientes e Comunidade

Os Clientes em 1.º Lugar.

Na CGD, temos como preocupação central a orientação para o cliente e para a qualidade.

Criamos produtos e serviços que vão ao encontro das expectativas e necessidades dos clientes, apostamos na qualidade do atendimento, actuando sempre de forma proactiva, com base na relação de proximidade e de confiança que estabelecemos com os nossos clientes, e respeitamos sempre a sua privacidade e os padrões de ética.

Na CGD, temos, também, como preocupação a cobertura geográfica de todo o território nacional, como forma de prestar apoio institucional às populações e ao desenvolvimento regional, possuindo Agências que vão do Minho até à Ilha do Corvo, nos Açores.

A pedido de Associações ou Instituições diversas, cedemos o espaço das nossas instalações para a realização de reuniões ou manifestações culturais, colaborando, assim também, com as comunidades locais.

As reclamações constituem, na Caixa, um meio privilegiado para melhorar a qualidade do serviço prestado, numa dupla

perspectiva: a de responder de forma substantiva ao cliente e tentar resolver a situação colocada e a de adoptar procedimentos mais adequados para o futuro.

É por isso que as reclamações, bem como os pedidos de informação e as sugestões dos clientes são tratados e acompanhados com o máximo rigor, empenhamento e celeridade por todos os Departamentos.

Garantimos, ainda, um conjunto de medidas pertinentes no combate à fraude e ao branqueamento de capitais, bem como de práticas anti-corrupção eficazes.

Acesso à CGD em Qualquer Lugar

Pomos ao dispor dos nossos Clientes todos os meios possíveis para facilitar o acesso ao Banco, através de:

- O site www.cgd.pt com duas perspectivas principais: institucional e de negócio. Na área institucional, disponibiliza-se informação sobre o Grupo Caixa e seus endereços, os órgãos sociais do Banco, *press releases*, missão, história e informação financeira. Exist,e ainda, informação sobre contas de solidariedade e, também, sobre recrutamento de colaboradores;
- O serviço Caixadirecta e o Call Center são, igualmente, meios privilegiados de comunicar com os clientes e vice-versa.

Transparéncia

A ética na publicidade - a CGD é membro activo do ICAP – Instituto Civil da Autodisciplina da Publicidade, cujo código de conduta estabelece como objectivo fomentar o respeito pela ética e deontologia pelas quais a publicidade se deve pautar.

O princípio subjacente é o de que a publicidade deve ser legal, decente, honesta e verdadeira, com uma responsabilidade social para com o consumidor e para com a sociedade, respeitando as regras da concorrência leal. Estas práticas visam a confiança e a credibilidade por parte do consumidor.

Gerimos a nossa actividade com base num Código de Conduta Voluntário, adoptando as recomendações da Comissão Europeia relativas ao Crédito à Habitação.

Trata-se de um Acordo entre as Associações Europeias de Consumidores e as Associações Europeias do Sector do Crédito à Habitação, sobre as informações a prestar antes da celebração dos contratos, visando garantir um conjunto de boas práticas que os bancos aderentes devem observar.

Protocolos

A celebração de Protocolos entre a CGD e entidades empresariais, institucionais ou associativas visa desenvolver e alargar os segmentos de clientes, promovendo a sua acção nos vários sectores de actividade e intensificar o nível de negócios que o Banco estabelece com os clientes.

Em 2006, mantivemos activos um elevado número de acordos e protocolos com entidades do Ensino Superior, assegurando a disponibilização de produtos e serviços bancários e financeiros em condições favoráveis para a população universitária a par da emissão do cartão Caixa Universidade Politécnico.

Comunidade

A Caixa Geral de Depósitos, dado o seu estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, manifestou, desde sempre, uma preocupação com a sociedade, muito antes de o assunto ser tema de debate, intervindo em projectos relevantes para as comunidades onde desenvolve a sua actividade, contribuindo para o seu desenvolvimento integrado. Nesse sentido, a associação a causas que visem a preservação de valores sociais é um dos nossos objectivos e a sua defesa uma das nossas preocupações.

Desenvolvemos uma política de apoios em diferentes áreas de intervenção - de que se destacam os sectores cultural, associativo, educativo, científico, social e desportivo -, em que associamos os nossos valores institucionais – rigor, transparéncia e solidez - a entidades idóneas que desenvolvem iniciativas de interesse público, nomeadamente as conducentes ao desenvolvimento global do indivíduo como ser social pleno, ajudando a viabilização de projectos que, sem apoio, não poderiam realizar-se.

Estão inseridas neste grupo as iniciativas que procuram minorar os problemas dos estratos mais desfavorecidos da nossa sociedade, que têm sido merecedoras da nossa especial atenção.

Assim, para além do apoio a situações pontuais, de entidades e instituições variadas, por todo o país, onde desenvolvemos a nossa actividade comercial através de uma vasta rede de agências em todos os concelhos do território nacional, temos participado em projectos de apoio humanitário e de desenvolvimento, promovidos por organismos vários e ONG (Organização Não-Governamentais) especializadas.

No campo da responsabilidade pública, temos vindo a intervir com especial empenhamento na área dos direitos humanos e da solidariedade social, tanto a nível nacional, como internacional.

Durante o ano, a CGD atribuiu, a título de mecenato, a Instituições do Estado, Fundações, Cooperativas, IPSS e a outras acções de interesse social, ambiental, cultural e científico, um montante global de 4,9 milhões de euros.

Cultura

A CULTURGEST - Uma Casa do Mundo

A Culturst – Gestão de Espaços Culturais, SA, criada em 1992, continuou a ser, durante 2006, um dos instrumentos mais relevantes de intervenção da CGD no domínio da acção cultural, ao serviço do público português e dos criadores e intérpretes nacionais e estrangeiros.

Nos espaços que gere em Lisboa e na Galeria do Porto, foram organizadas 9 exposições que atraíram, no seu conjunto, cerca de 22 400 visitantes (mais cerca de 14% do que o ano anterior), sendo que algumas delas foram citadas por críticos, nos seus balanços do ano, como das mais importantes apresentadas em Portugal em 2006.

A Culturst, ao abrigo de um acordo com a Fidelidade Mundial, programou e produziu quatro exposições para o espaço Chiado 8, duas das quais também foram citadas nos balanços críticos do ano.

O Serviço Educativo, no seu segundo ano de actividade, organizou 537 visitas às exposições, dirigidas a públicos de várias idades e em especial ao público escolar. Foram também oferecidas 19 visitas guiadas aos colaboradores da CGD.

O Serviço Educativo organizou, ainda, 34 oficinas para jovens nos períodos de férias, duas para adultos e quatro para a terceira idade. O Serviço trabalhou alguns espectáculos de Dança, Teatro e um de Novo Circo, da programação geral da Culturst, mas que se entendeu poderem interessar ao público em idade escolar. E, por seu intermédio, vieram a tais espectáculos mais de mil jovens, tendo sido elaborados e entregues aos professores *dossiers* que incluíam, designadamente, sugestões de trabalho pedagógico a partir dos espectáculos vistos. Sublinhe-se ainda que, em 2006, iniciou-se uma medida inédita em Portugal: a disponibilização de guias áudio a todos os visitantes das exposições. O público aderiu e, respondendo aos inquéritos feitos, muito elogiou a iniciativa. Todo esse trabalho foi feito na Culturst, desde a elaboração dos textos, à locução e gravação dos mesmos em todos os aparelhos. No total, cerca de 10 700 pessoas, na sua esmagadora maioria jovens, vieram à Culturst pela mão do Serviço Educativo.

Reiterando a importância dada ao público mais novo, manteve-se o bilhete único de 5€. Como no ano anterior, cerca de 50% dos espectadores beneficiou desse preço especial.

A programação de 2006 incluiu a apresentação de 102 sessões de 49 espectáculos diferentes, nacionais e internacionais, entre teatro, dança e música (incluindo ópera, música contemporânea, jazz, e música do mundo), e de 98 sessões de cinema (aqui incluídas as do Festival Doclisboa), para além de 30 conferências e outras iniciativas várias. Passaram pela Culturst, no conjunto destes eventos, 53 710 pessoas (das quais mais de 21 000 são espectadores do Doclisboa). Somadas aos visitantes das exposições, o número total de público para as iniciativas culturais da Culturst, neste ano, foi de 76 131 (contra 68 216 do ano anterior). A taxa de ocupação média dos espectáculos foi de 78% (contra cerca de 70% do ano anterior).

A Culturst colaborou em co-produções e co-apresentações, com numerosas entidades no domínio da cultura, como o Teatro Nacional de São Carlos, a Casa da Música, a Apordoc, o Festival de Jazz de Guimarães, o Festival de Almada, o Festival Alkantara, o Festival Temps d'Images, o Cinanima, a Fundação Oriente, Os Amigos do São Carlos, e também com teatros e outras estruturas fora de Lisboa, como o Teatro Viriato de Viseu, o Espaço do Tempo de Montemor-o-Novo, o

Teatro Rivoli do Porto, a Casa das Artes de Famalicão, contribuindo para fortalecer o tecido cultural do nosso país.

Para além de ter cedido gratuitamente as suas instalações para algumas iniciativas culturais, como debates e mesas-redondas, lançamento de livros e ensaios de espectáculos, a Culturgest alugou, ainda, os seus espaços para a realização de 25 eventos ou cedeu-os, a solicitação da CGD, para outros 50 (entre espectáculos, congressos, reuniões e convenções de empresas, colóquios e acções de promoção), além de que foram realizadas 66 reuniões internas da CGD.

Um dos objectivos de 2006, de resto já prosseguido em anos anteriores, foi direcionado para o público interno, reforçando a ideia de que a Culturgest também é “património comum” dos colaboradores da CGD, destacando-se as condições especiais de acesso a espectáculos e exposições, as visitas guiadas dirigidas a esses colaboradores e a frequência de filhos de empregados nos *ateliers* de férias.

Em conclusão, a Culturgest prosseguiu, em 2006, os fins para que foi criada, marcada por uma gestão cultural moderna e consonante com a tradição de mecenatas humanistas da CGD, contribuindo, assim, para o fortalecimento do tecido cultural português e para a criação de novos públicos.

A acção da CGD no domínio das actividades culturais é enquadrada pelas relações institucionais e comerciais que desenvolve com os mais diversos agentes sociais, prosseguindo, em muitos casos, uma colaboração continuada com Autarquias, Fundações e Associações Culturais, nas áreas que passamos a destacar.

Música

O Projecto Orquestras da Caixa Geral de Depósitos, iniciado em 2001, em colaboração com a AMEC - Orquestra Metropolitana de Lisboa, a Associação Norte Cultural / Orquestra do Norte, a Orquestra do Algarve, a Orquestra Clássica do Centro e Os Violinhos, já promoveu a realização de mais de 120 Concertos CGD por todo o país, incluindo as Regiões Autónomas, numa intenção clara de levar a música a todo o país, garantindo o acesso de todos os portugueses à música clássica e contemporânea.

Em 2006, realizaram-se concertos em Aveiro, Faro, Coimbra, Vila Real, Guarda, Guimarães, Portalegre, Viseu, Sardoal, Beja, Pombal, Bragança, Almada, Santarém e Lisboa. Em Silves, e durante três dias, decorreu a primeira edição do Festival de Música Caixa Geral de Depósitos – um evento que inclui, para além dos concertos habituais, acções didáticas nas escolas.

A CGD tem também patrocinado:

- Actividade Anual da Orquestra Metropolitana de Lisboa (desde 2001);
- Actividade Anual da Orquestra do Algarve (desde 2005);
- Actividade Anual da Orquestra Clássica do Centro (desde 2006);
- Os Violinhos – Patrocínio dos Concertos do Ciclo Paganini;
- Festival de Música do Palácio da Bolsa do Porto, desde 1997;
- Festival Internacional de Guitarra de Santo Tirso, desde 2000;
- Cistermúsica - Festival de Música de Alcobaça, desde 1996;
- Festival de Música de Leiria, desde 1992;
- International Music Festival Viana do Castelo-Portugal/USA (desde 2005);
- Patrocínio do Ciclo Anual de Concertos da Academia de Música de Lagos, desde 2000;
- Festival de Sintra, desde 1995;
- Festival de Música Maré de Agosto – Açores, desde 2000;
- Festival Guimarães Jazz, desde 1998;
- Festival de Jazz de Matosinhos, desde 1998;
- Festival Internacional de Jazz de Portalegre (desde 2006);
- Festival de Música em S. Roque (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), desde 2005.

Artes Plásticas

O apoio à expressão de Arte Contemporânea tem sido traduzido nos seguintes patrocínios regulares:

- Fundação de Serralves – Apoio plurianual a Exposições (desde 2001);
- Prémio de Artes Plásticas União Latina (co-patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, desde 1992);
- Fundação Júlio Pomar – Apoio Institucional (desde 2005);
- Fundação Arpad Szenes – Apoio Institucional (em 2006).

No que se refere a apoios pontuais importantes atribuídos em 2006:

- Projecto Robot Pintor – RAP, de Leonel Moura;
- Exposição de Tapeçarias de Portalegre – IV Mostra Portuguesa em Madrid.

Literatura e Jornalismo

Apoios regulares:

- Prémios Gazeta de Jornalismo e apoio anual às Actividades do Clube de Jornalistas (2006);
- Prémio Literário D. Diniz, da Fundação Casa de Mateus, como patrocinador principal, desde 1990;
- Prémio da Crítica do Centro Português da Associação Internacional de Críticos Literários, desde 1992;
- Prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores, desde 1993;
- Exposição Livraria Moraes-Centro Nacional de Cultura;
- Participação nas Feiras do Livro de Lisboa e do Porto;
- Apoio Institucional – Fundação Eça de Queiroz (desde 1996);
- Fundação Mário Soares – Projecto Memória da Resistência Timorense e Criação de Unidade de História Oral;
- Apoio às Actividades do Clube Português da Imprensa (início em 2006).

Apoios pontuais importantes em 2006:

- Fundação Mensageiro de Bragança – Digitalização do acervo Histórico do “Mensageiro de Bragança”;
- Projecto “Memória de África” – Biblioteca Virtual;
- Fundação Cuidar o Futuro – Digitalização do acervo documental de Maria de Lourdes Pintassilgo.

Artes Visuais

- AR.CO – Centro de Arte e Comunicação Visual - Bolsa de Estudo, desde 1995;
- Festival Internacional de Cinema de Animação de Espinho - Grande Prémio Cinanima/CGD, desde 1998, de que foram depois exibidas várias películas, incluindo o Grande Prémio, na Culturgest;
- Festival Internacional de Cinema Jovem – IMAGO - Fundão (apoio plurianual, desde 2005);
- Festival Nacional de Vídeo de Ovar, desde 2002;
- Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora, desde 1995, tendo sido patrocinada directamente a exposição do jovem artista André Carrilho;
- Porto Cartoon e Exposições Temporárias do Museu Nacional da Imprensa (desde 2006);

- Exposição “World Press Photo” no Fórum Municipal da Maia, desde 2002.

Mediateca

A Mediateca encontra-se a funcionar no edifício-sede da CGD há 12 anos, constituindo uma referência no domínio do acesso à informação e ao conhecimento, especialmente em áreas técnicas ligadas à actividade financeira, tendo como públicos-alvo preferenciais os empregados do Grupo CGD e o público em geral, com realce para a comunidade académica.

O espólio documental da Mediateca é composto por mais de 23 mil títulos de livros e mais de 500 revistas, de áreas temáticas específicas, com especial ênfase para as económicas e financeiras, para além de discos ópticos, vídeos, software didáctico e acesso a grandes bases de dados, de que se destacam as bases de dados de revistas *online* da ESBCO, que permitem consultar mais de 5 000 revistas, a maioria em texto integral, abrangendo todas as áreas do conhecimento.

Na Mediateca, funciona, também, um espaço *Internet*, que designamos por Didateca, composto por 20 PC, de acesso gratuito, onde os utilizadores podem não só fazer as suas pesquisas na *web*, mas também construir as suas próprias páginas e comunicarem entre si no ciberespaço, o qual foi visitado, em 2006, por mais de 18 000 cibernautas.

Dispõe, ainda, de um avançado serviço de Atendimento a Deficientes Visuais, com transcrição para Braille e sintetizador de voz de todo o tipo de documentos. Em 2006, foram feitos cerca de 1 000 atendimentos, dando origem a mais de 36 mil páginas tratadas (em Braille e disquete). Foram concedidos mais de dois mil empréstimos domiciliários de livros, dos quais mais de 60% são para leitores externos.

A Mediateca expandiu a sua actividade ao Espaço Lusófono, criando, em parceria com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, uma rede de Mediatecas, cujo objectivo é facilitar aos clientes do Grupo CGD e ao público em geral, dos países de acolhimento destas estruturas, o acesso à informação, ao conhecimento e à literatura que se exprime em português, promovendo, simultaneamente, a difusão e a utilização da língua portuguesa. Esta rede encontra-se a

funcionar em Moçambique (Maputo e Beira), Timor Leste (Díli), S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde (Praia e Mindelo). Encontra-se, ainda, a funcionar a Mediateca do Luxemburgo, a primeira Mediateca fora do Espaço Lusófono, país com uma importante e dinâmica comunidade de portugueses, luso-descendentes e de outros falantes da língua portuguesa.

Património Histórico da CGD

Como instituição secular que somos, e tendo desenvolvido a nossa actividade (financeira e bancária) em diversas áreas geográficas e sectores de produção, acumulámos um património histórico invejável, à escala da sua dimensão. Este distribui-se por três níveis do conhecimento: arquivo histórico, colecionismo e museológico.

Numa perspectiva de divulgação e além de outros processos que se irão adoptar posteriormente, foram elaborados os conteúdos e códigos iconográficos para a criação de um *link* na página da Internet, sob o tema Património Histórico.

Tendo o Arquivo Histórico, em 2005, dedicado uma boa parte do seu trabalho à elaboração de manuais de tratamento arquivístico e outros documentos orientadores, bem como ao arranque da descrição documental, em 2006, demos continuidade e conclusão à elaboração das fichas de descrição da documentação relativa ao Crédito no Sector Público.

Paralelamente, criámos um quadro de classificação, no qual se estabelecem as diferentes relações orgânicas e funcionais dos documentos, através da criação das diferentes séries documentais. O quadro encontra-se em permanente actualização, à medida que se vão tratando os documentos, só se considerando concluído quando terminar o tratamento documental.

No âmbito do fundo documental do ex-BNU, foi tratada e inventariada a documentação referente ao serviço denominado Inspecção-geral do Ultramar – secções Angola, Cabo Verde, Guiné, Índia, Macau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor.

Relativamente à Área da Biblioteca Ultramarina, integrada no fundo documental do ex-BNU, demos continuidade à

sua organização informatizada, tarefa desenvolvida em parceria com a Fundação Portugal-África.

Com esta Fundação, com o CESA – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento / Instituto Superior de Economia e Gestão e com a Universidade de Aveiro, mantemos a participação no desenvolvimento do Projecto Memória de África, que visa a criação de uma biblioteca virtual/digital – A Memória de África – que reúna as referências bibliográficas existentes em arquivos e bibliotecas relacionadas com a temática do desenvolvimento e cooperação com os PALOP, bem como a colocação *online* das obras raras ou únicas, de difícil acesso, com software que possibilite a pesquisa dentro dos textos.

O arquivo tem contribuído, como fonte de informação, para alguns temas que têm sido capa da "Caixa em Revista", nomeadamente os "130 anos", "A força de uma marca" e "Responsabilidade social", fornecendo elementos históricos, quadros cronológicos evolutivos, documentos textuais e iconográficos, etc..

Os arquivos históricos como repositórios de fontes primárias de informação fornecem aos investigadores um vasto manancial de documentação, fundamental para os seus trabalhos. Assim sendo, tanto o fundo documental da CGD, como o do ex-BNU e a Biblioteca Ultramarina nele integrada, forneceram informação preciosa a alguns historiadores, em particular para o estudo arquitectónico das filiais da CGD, e elementos informativos para a obra a editar, pela CGD, sobre as emissões de notas em Timor e, ainda, para teses de doutoramento na área dos estudos africanos. Como repositório de uma vasta informação, o Arquivo Histórico da Caixa tem servido como base primordial de investigação à equipa de historiadores que preparam a publicação do II volume da História da CGD.

Reconhecendo o interesse que temos vindo a dedicar, nos últimos anos, à salvaguarda e tratamento do património histórico, a European Association for Banking and Financial History (EABH) acedeu ao nosso convite para a realização, em Maio de 2006, em Lisboa, da sua Conferência Anual. Saliente-se que a EABH, da qual a CGD é membro associado desde 1994, é uma associação que congrega

representantes da maior parte dos bancos europeus, arquivistas e investigadores de história bancária de diversas universidades, sendo o seu actual presidente o Sr. Jean-Claude Trichet (presidente do Banco Central Europeu). Nesta conferência, ao dar as boas vindas, o Presidente da CGD lembrava que esta instituição comemorava os seus 130 anos de vida, ao longo dos quais acumulou um arquivo histórico precioso, sem paralelo em Portugal.

No que ao coleccionismo diz respeito, salientamos as colecções de numismática, medalhistica e filatelia, que têm merecido cuidados especiais de tratamento e conservação. A integração das colecções de medalhas e moedas do ex-BNU na colecção da CGD vieram enriquecer o espólio nesta área. A integração é faseada e, numa primeira etapa, procedemos à integração das medalhas. Esta tarefa obrigou a uma actualização do quadro de classificação da medalhistica, sua cotação e reacondicionamento.

O nosso núcleo museológico é composto por um conjunto de peças únicas, relacionadas com a actividade bancária de períodos diferentes que passaram pelas duas guerras mundiais. Estas peças, que testemunham actividades específicas de um passado, não muito distante, mas em procedimentos muito diferentes das de hoje, têm vindo a ser conservadas com vista a um eventual pólo cultural que se venha a criar no seio da CGD. São, com alguma frequência, solicitadas para figurarem em eventos diversos de natureza cultural ou lúdica (cinema e teatro), pelo que exigem uma manutenção cuidadosa.

Através do núcleo museológico, colaborámos na série televisiva "O Testamento", uma co-produção da RTP – Rádio Televisão Portuguesa e da TPA – Televisão Pública de Angola, que tem um total de 45 episódios, a ser exibida nos dois países em 2007, e na longa metragem portuguesa Dot.Com, do realizador Luís Galvão Teles, produzido pela produtora Fado Filmes, com o apoio do "Programme of the European Union Media".

Esta colaboração fez-se através do empréstimo de diversas peças de mobiliário antigo, que fazem parte do Núcleo Museológico.

Participámos, ainda, na execução do documentário televisivo "A História do Dinheiro em Angola", da autoria de Carlos Brandão

Lucas, por encomenda do Banco Nacional de Angola, com vista às comemorações do seu 30.º aniversário em Novembro de 2006, através do empréstimo de alguns documentos, peças, notas e moedas que fazem parte das nossas colecções.

Demos, também, continuidade à organização e informatização deste Núcleo, com o início do inventário do acervo museológico existente, tendo, ainda, preparado e participado em leilões para alienação de mobiliário e material diverso repetido.

É nosso objectivo colocar o nosso património histórico ao serviço do público, para o que temos vindo a estabelecer várias parcerias, no sentido de avançar com processos de informatização e catalogação de documentação, que facilitem e acelerem a sua disponibilização aos interessados.

Sociedade

Microcrédito

A Caixa Geral de Depósitos tem como missão apoiar iniciativas que visam o desenvolvimento socio-económico do país. A concessão de microcrédito é um contributo positivo para o combate à exclusão social e económica dos cidadãos desempregados ou em situação de emprego precário, que, em condições normais, não teriam acesso ao crédito bancário.

Na sequência dos Protocolos celebrados com a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e com o Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), foram criadas, no início de 2006, as correspondentes linhas de microcrédito.

O protocolo com a ANDC tem como objectivo a integração social e económica de cidadãos através da criação do próprio emprego ou de pequenos negócios.

A linha de microcrédito JRS destina-se ao financiamento de pequenos projectos da comunidade imigrante.

Estabelecem-se, em ambos os casos, condições de financiamento muito atractivas.

No âmbito destes Protocolos, compete à ANDC e ao JRS a promoção do protocolo junto dos interessados, a

selecção dos candidatos e respectivas propostas, o acompanhamento da execução das iniciativas aprovadas e o desenvolvimento de acções que promovam a viabilização dos negócios.

Após uma fase inicial de negociação com aquelas entidades (primeiro trimestre de 2006), que teve em vista acordar os procedimentos concretos de articulação com a Caixa Geral de Depósitos relativos ao encaminhamento e acompanhamento das propostas, estas linhas de microcrédito registaram, no final do ano, um nível de adesão considerável (para o primeiro ano).

Com efeito, foram registados cerca de 60 pedidos de microcrédito e mais de 30 contratos já se encontram celebrados, o que corresponde a um total de crédito concedido de, aproximadamente, 150 000 euros.

Em 2006, a Caixa manteve a sua presença através de uma Agência dedicada aos imigrantes, situada no Centro Nacional de Apoio aos Imigrantes (CNAI), no âmbito de um protocolo com o ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas). A este ponto de venda foram ainda atribuídas responsabilidades na decisão de operações de microcrédito para o segmento de imigrantes.

Ajudar Quem mais Precisa

Temos correspondido às mais diversas solicitações, apoiando regularmente diversas organizações idóneas, em áreas como a saúde e a solidariedade social, a integração da pessoa com deficiência e o apoio na carência e na catástrofe, quer através de donativos, quer através da entrega de equipamento informático e de mobiliário usados a inúmeras organizações de solidariedade.

- Crinabel;
- CISV Portugal – Aldeias Internacionais de Crianças;
- Sociedade Missionária Boa Nova;
- Entrajuda;
- CADIN – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil;
- Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral;
- Associação Portuguesa Contra a Leucemia;
- Associação de Apoio a Doentes Depressivos e Bipolares;
- Fundação Pão de Açúcar – Auchan;

- ABRAÇO;
- TIC Pediátrica;
- Casa dos Pobres de Coimbra.

Também junto das populações mais carenciadas, foi dada continuidade à relação com algumas entidades de projecção social, nomeadamente:

- Federação dos Bancos Alimentares contra a Fome;
- Espaço T – Associação de Apoio à Integração Social e Comunitária;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- AMI;
- Embaixada da República Democrática de Timor Leste.

Salvar Vidas

O Grupo de Dadores de Sangue da CGD nasceu da solidariedade de um conjunto de colaboradores da CGD, com o objectivo de salvar vidas.

É considerado o maior grupo-empresa de dadores de sangue e o único em Portugal ligado a uma Instituição Bancária, do qual fazem parte colaboradores no activo ou reformados, beneficiários dos Serviços Sociais, familiares, amigos e clientes da Caixa, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos. Actualmente, conta com cerca de 4 600 inscritos.

Grupo Dadores CGD	Unid: n.º (2006)
Dadores	4 572
Núcleos Distritais	18
Dádivas Sangue	1 460
Dádivas Plaquetas	8
Insc. Medula Óssea	75
IPO (CE-AF) Glóbulos Vermelhos	2

Voluntariado

A Caixa apoia, também, a Associação Entrajuda, que visa apoiar e potenciar o trabalho das IPSS e fomentar novas sinergias de colaboração.

A Caixa abraçou este projecto inovador que actua na área da Responsabilidade Social, através de uma equipa composta por benfeiteiros, parceiros e voluntários que prestam apoio a

Instituições de Solidariedade Social no âmbito da Organização e Planeamento, relações Institucionais, Sistemas e Tecnologias de Informação, Área Financeira, Recursos Humanos – Profissionais e voluntários, Área Jurídica e Controlo de Gestão.

A Bolsa de Voluntariado é o último projecto da Entrajuda apoiado pela CGD e que tem como objectivo criar, em diversas áreas de actividade e com âmbito nacional, um ponto de encontro dinâmico entre a oferta (particulares e empresas que disponibilizem tempo e competências) e a procura (as Instituições de Solidariedade Social) de trabalho voluntário.

A CGD integra também o Núcleo de Fundadores da Escola de Solidariedade, uma aposta na formação como factor de mudança qualitativa das instituições.

Uma outra iniciativa no âmbito do voluntariado e que conta com o apoio da Caixa Geral de Depósitos é o Séniamor.

Constituído por reformados da Caixa que apoiam outros reformados da Caixa, desde 1996, tem como objectivo melhorar a qualidade de vida e prevenir a exclusão e o isolamento social após a reforma.

Sob o lema "O lazer de uns... em prol das necessidades dos outros", este Grupo assinalou, em 2006, o seu décimo ano de actividade generosa e gratuita junto dos empregados, maioritariamente aposentados, combatendo a solidão e o isolamento social.

Constituído por iniciativa do Núcleo de Acção Social, o grupo de Lisboa congrega actualmente 30 voluntários, enquanto que o grupo do Porto foi iniciado em 18 de Outubro de 2006, contando também com a supervisão de uma Assistente Social.

Estes grupos asseguram visitas regulares a casa e a instituições de internamento, pequenos recados e acompanhamento a consultas, articulando com as entidades competentes, nomeadamente do subsistema de saúde, e procurando sensibilizar para a adequação das respostas, com o objectivo de contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida e apoio à autonomia.

Aos voluntários é assegurada formação na área do envelhecimento e relação de ajuda, tendo sido realizada uma acção em Lisboa, em Maio de 2006, com um especialista convidado, e estando em preparação um curso também para o Porto.

Destaque para mais uma campanha no Natal de 2006, tendo sido lançado o lema "Vamos todos dar a mão com Natal no coração", em reforço do objectivo de constituir uma cadeia de solidariedade entre diferentes gerações da CGD. Esta mensagem está na base da iniciativa desenvolvida, em quatro dos oito lares visitados, onde habitualmente se organiza uma festa de Natal, e contou com donativos de valor simbólico de algumas empresas do Grupo Caixa e com a participação já habitual dos voluntários e amigos, que colaboraram com a animação musical do evento.

Desporto

Socialmente Responsáveis, na Caixa fomentamos e promovemos as boas relações desportivas, a competitividade, a liderança, a paixão, a popularidade, a proximidade e o pensar colectivo, assim como o sentimento de orgulho nacional.

Valorizamos o espírito de equipa, o espírito vencedor, o respeito pelo adversário, a vontade de fazer bem feito, a partir de elevados padrões éticos.

Educação

O apoio á formação dos cidadãos mais jovens é um dos caminhos em que a CGD mais se tem empenhado, desde os mais pequenos aos que se preparam para uma vida activa e constituem o grande investimento da nossa sociedade, os estudantes do ensino superior.

O desenvolvimento de competências em áreas críticas de aprendizagem, como a matemática e a língua portuguesa, constituem a principal motivação dos apoios da CGD nos últimos anos, nomeadamente o Caixamat em parceria com a Universidade de Aveiro, um programa que assenta numa plataforma de ensino assistido por computador, com o objectivo de promover o aumento ou a criação de gosto pela matemática escolar.

A CGD é também a instituição financeira que há uma década mantém uma relação especial com os estabelecimentos de ensino superior assegurando serviços indispensáveis às populações universitárias, bem como apoiando a construção de infra-estruturas destinadas à investigação e desenvolvimento académico.

Hoje, com quase duas centenas de protocolos celebrados com Instituições de Ensino Superior, a CGD é o banco de referência dos estudantes do ensino superior, apoiando-os em todas as fases do seu percurso académico e na entrada na vida activa, procurando ir ao encontro das necessidades e expectativas dos jovens profissionais do futuro.

As Universidades

A Caixa Geral de Depósitos, ao longo dos últimos 12 anos, tem fortalecido o relacionamento com as Instituições de Ensino Superior, através de protocolos de cooperação. Os princípios de aplicação dos patrocínios concedidos pela Caixa visam o desenvolvimento de estruturas físicas nos vários *campi*, projectos de inovação com repercussão para a vida académica e sociedade civil, realização de seminários e conferências capazes de disseminar a discussão e o conhecimento académico, apoio às Associações Académicas, para além de premiar os melhores alunos em diferentes áreas de estudo.

A manutenção de cerca de 120 protocolos e o investimento em acções directamente relacionadas com o Ensino Superior testemunham a manutenção de uma política de responsabilidade social da Caixa pela importância conquistada no mercado universitário e pelo maior interesse na participação em acções geradoras da necessária dinâmica de crescimento intelectual e económico.

O desenvolvimento de soluções financeiras, das quais o Crediformação é um exemplo, com taxas de juro reduzidas, prazos mais alargados e isenção de comissões, ultrapassa o interesse de angariação de negócio para uma adaptação da solução às características dos jovens clientes e ao interesse na facilitação do acesso ao crédito para os alunos que pretendem finalizar os estudos no ensino, enquanto factor de desenvolvimento pessoal.

Igual princípio é assumido no momento em que os mais empreendedores pretendem lançar-se no desenvolvimento de um negócio por conta própria. A solução Caixa Jovem Empreendedor é reflexo do interesse em dotar a Caixa de soluções enquadradas no interesse e necessidade ligada ao empreendedorismo enquanto factor crítico para o desenvolvimento da economia nacional.

Em 2006, a participação activa da Caixa no I Concurso Nacional de Empreendedorismo, em conjunto com a Universidade Nova de Lisboa, permitiu a apresentação de novas ideias e novos projectos de criação de empresas.

A Caixa mantém activo um elevado número de acordos e protocolos com entidades do Ensino Superior, assegurando a disponibilização de produtos e serviços em condições favoráveis para a população universitária, a par da emissão do cartão Caixa Universidade Politécnico, promovendo a inclusão dos mais jovens na sociedade.

Temos uma parceria com a AIESEC (associação estudantil com um âmbito de actuação internacional), permitindo que os titulares do cartão Caixa Universidade Politécnico possam candidatar-se a estágios internacionais, para além dos estágios promovidos internamente.

Da parceria com a Universidade de Aveiro, resultou, entre outros, o Projecto Caixamat, um projecto de grande envolvimento para os colaboradores da CGD, que promoveu a desmistificação de preconceitos inibidores do gosto e prática da matemática, junto do público escolar de 29 escolas nacionais.

Disponibilizámos, ainda, o programa "Escola Virtual", um conjunto de cursos dirigidos a clientes e luso-descendentes residentes no estrangeiro, porque acreditamos na importância das comunidades de língua portuguesa e no papel que as empresas devem desempenhar na educação e divulgação da língua e cultura portuguesas pelo mundo.

Integração na Vida Activa

No âmbito das nossas obrigações sociais, promovemos activamente programas de estágio dirigidos a jovens estudantes de diferentes graus de ensino, tendo em vista a conclusão dos

seus cursos, e a recém-formados que necessitam de uma primeira experiência de actividade no meio laboral, a fim de testarem os seus conhecimentos técnicos e capacidade de trabalho, aumentando a sua empregabilidade futura.

A participação da Caixa no Programa e-U Universidade Electrónica viu crescer os resultados da linha de crédito com benefícios para todos os elementos da comunidade académica portuguesa que pretendam adquirir computadores portáteis com a funcionalidade wireless e que é comunicada em folhetos próprios e no portal CUP.

Promovemos, ainda, a entrada na vida activa e a autonomia dos jovens através de soluções de Crédito á Habitação e condições especiais para Jovens.

Ambiente

Os princípios de cidadania e respeito pelo ambiente e pelo planeta estão presentes na consciência colectiva dos nossos colaboradores, traduzindo-se em comportamentos diários sustentáveis.

As nossas preocupações ambientais e ecológicas traduzem-se não só no cuidado com a concepção dos nossos edifícios – de que é exemplo o Edifício-sede, considerado um “edifício inteligente” com modernos sistemas de poupança de energia e de água, cozinha ecológica, etc. –, mas também introduzindo práticas, como as de reciclagem do papel e do cartão usados, bem como dos tinteiros das impressoras, quer ainda na racionalização de consumo de papel e na preocupação com a selectividade dos fornecedores que partilhem connosco as boas práticas sociais.

Damos ainda destaque à concepção selectiva de linhas de crédito especiais consideradas “amigas do ambiente”, como:

- Crédito Pessoal que pode ser utilizado na vertente ambiental - esta linha destina-se a clientes particulares preocupados com o ambiente e que pretendam recorrer a crédito para aquisição de produtos ecológicos/“amigos do ambiente”.
- FEI Caixagest Energias Renováveis (Financiamento de Energias Renováveis e não-poluentes, redução das emissões

de CO2 (gases responsáveis pelo efeito de estufa e melhoria da qualidade do ambiente) - um produto inovador no mercado nacional que permite, também, ao pequeno investidor, ser solidário e contribuir para a defesa do Planeta;

- Três linhas de crédito bonificadas pelo IFADAP, no âmbito da Seca de 2005, nomeadamente, Apoio para a Alimentação Animal, Apoio a Obras de Hidráulica Agrícola e Apoio ao Sector Horto-Frutícola;
- Linha de crédito para Jovens Empresários Agrícolas da Região Autónoma da Madeira. Foi celebrado um protocolo entre a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, e a CGD.

Assinámos um protocolo com a QUERCUS, através do qual ambas as entidades se propõem promover, em Portugal, a gestão sustentável de resíduos, com particular ênfase no apoio às actividades de prevenção e de reciclagem.

Apostamos na Reabilitação Urbana, lançando uma linha de crédito destinada a financiar projectos de reabilitação urbana, com uma taxa de juro mais favorável. Este é um produto pioneiro em Portugal, que visa financiar obras de recuperação e de reabilitação urbana dos edifícios e dos fogos que não satisfazem as condições de salubridade e de segurança adequadas à sua utilização.

Em complemento dos projectos, já em curso, estabelecemos um acordo para financiamento de grandes projectos ecológicos - a aposta nas energias renováveis é um factor da maior relevância na implementação das políticas de desenvolvimento sustentado, não só pelos ganhos económicos obtidos, mas, sobretudo, pelo aproveitamento e preservação dos recursos naturais que estas energias ‘limpas’ proporcionam.

Apoiamos, ainda, a Semana Nacional da Agricultura Biológica, semana BIO, a Conferência International Water Association, a Conferência Internacional sobre Edifícios Saudáveis e diversas corporações de bombeiros.

Os nossos colaboradores participam, também, activamente neste movimento interno de consciência cívica, nomeadamente na reflorestação de Paredes de Coura e da Tapada de Mafra.

No primeiro caso, designado de Campanha ProNatura 2006, os colaboradores plantaram algumas das 5 000 árvores oferecidas pela CGD. No segundo caso, e no contexto da campanha "Verde que te quero Verde", os colaboradores da CGD protagonizaram a iniciativa de reflorestação daquele espaço emblemático de Mafra.

As emissões diárias e semanais de extracto de conta passaram a ter periodicidade mensal, tendo em conta as preocupações ambientais subjacentes, considerando, ainda, o facto de que os clientes dispõem de várias alternativas de consulta permanente de saldos e movimentos de conta, com grande comodidade e conveniência (Caixadirecta e Caixa e-Banking).

Com vista à redução do consumo de papel, durante este ano, acelerou-se a preparação da integração num mesmo suporte dos extractos, avisos e comunicações ainda impressos e expedidos separadamente, bem como o desenvolvimento da versão puramente electrónica desses mesmos documentos, aumentando em simultâneo o potencial da informação prestada aos clientes.

Relatório sobre o Governo da Sociedade

Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

Missão

O Grupo CGD deverá assumir-se como líder do mercado financeiro português, sem prejuízo da manutenção das características de solidez, confiança e segurança que sempre têm identificado o Grupo junto do público e dos mercados. De forma a manter e consolidar a sua posição no mercado, a CGD deverá assumir-se como Grupo Financeiro Universal, com a actividade centrada no cliente. Tal implicará tratar toda a gama de clientes, dispor de uma oferta global de produtos e disponibilizar serviços com padrões de qualidade adequados e dispor de uma rede que lhe permita ser o primeiro banco dos clientes que adoptem estratégias de internacionalização, nomeadamente ibérica.

Simultaneamente, a CGD deverá assegurar a prossecução de objectivos específicos que lhe sejam fixados pelo accionista, designadamente no que concerne ao papel que deverá desempenhar, quer na contribuição para o desenvolvimento económico e para a estabilidade e a solidez do sector financeiro nacional, quer na dinamização do mercado de capitais.

Principais Objectivos Estratégicos

O sucesso sustentado da Caixa Geral de Depósitos no mercado doméstico português implica ter sempre presente uma preocupação com a obtenção de elevados níveis de rendibilidade, em simultâneo com a manutenção e reforço das quotas de mercado nas principais áreas de negócio do mercado financeiro.

Está também perfeitamente assimilado que a concretização destes dois princípios estratégicos depende da capacidade da Caixa em alcançar um crescimento sustentado do seu volume de negócios e em fidelizar a respectiva base de clientes.

Contudo, para que a Caixa alcance todos os objectivos atrás referidos, é fundamental a obtenção de um novo patamar ao nível da qualidade de serviço prestada ao cliente e da qualidade por este percebida, aumentando os respectivos níveis de satisfação.

Estas dinâmicas deverão ser alcançadas sem descurar a necessidade de manter a Solidez Financeira da Instituição, medida pelos seus rácios de solvabilidade, num patamar elevado.

Como corolário lógico do raciocínio seguido, torna-se imprescindível a existência de um rigoroso equilíbrio entre o Crescimento da Actividade e o controlo dos seus diversos riscos, nomeadamente do Risco de Crédito.

Finalmente, por forma a garantir a evolução equilibrada entre Rendibilidade, Crescimento e Solidez Financeira, é também imperativo que a CGD continue a desenvolver esforços para melhorar, de forma significativa, os seus padrões de Eficiência Operacional, nomeadamente através de um claro comprometimento com o controlo rigoroso dos custos de exploração e das despesas de investimento.

Banca de Retalho

Principais Linhas de Actuação

No enquadramento referido, os objectivos comerciais da CGD tiveram subjacente uma forte preocupação com a venda cruzada, como forma privilegiada de reforçar a fidelização de clientes.

Esta tónica na venda cruzada de produtos implicou, obrigatoriamente, o reforço da abordagem segmentada do mercado que tem já vindo a ser seguida num passado recente (Gama Alta, Gama Média, Universitários, ENI, PME), através da criação de propostas de valor específicas.

a) Captação de Recursos

A estratégia assenta na manutenção das quotas no mercado bancário, pela venda de produtos de médio e longo prazo e pela desintermediação.

O crescimento da captação continuou a ser alavancado nos produtos da área de gestão de activos e da área seguradora, através de uma oferta específica para cada segmento e perfil de consumo, sem colocar em causa os volumes captados através de produtos de balanço, nomeadamente os depósitos a prazo.

b) Colocação

A estratégia da CGD para a colocação, quando comparada com a seguida na captação, é sensivelmente mais transversal e menos centrada em produtos específicos.

Assim, ao nível do financiamento imobiliário, a defesa da quota de mercado está centrada no aumento da participação da CGD no financiamento à promoção imobiliária, no maior peso do canal mediação na produção da CGD e no ajuste da política de preço às tendências do mercado.

No crédito pessoal e na colocação de cartões de crédito, a CGD procedeu a um reforço das quotas de mercado do Grupo nestas áreas de negócio, através

de políticas de *pricing* mais ajustadas, de novos produtos específicos para determinados segmentos e de novas formas de venda.

Na área do financiamento às empresas, o Grupo CGD prosseguiu a melhoria dos processos e das ferramentas, de forma a poder prestar os níveis de serviço exigidos por este tipo de clientes.

Finalmente, continuou a ser seguida uma estratégia de aumento da utilização dos canais electrónicos por parte dos clientes, tendo em vista a redução de custos, a melhoria de qualidade do serviço prestado e o aumento das comissões cobradas.

Banca de Investimento

Na área da Banca de Investimento, o Grupo CGD pretende manter-se como banco de referência em Portugal, continuando a disputar a liderança nacional em fusões e aquisições, *project finance* e mercado de capitais.

Pretende, ainda, criar uma plataforma dinâmica de negócio entre Espanha, Brasil e Portugal, prestando um serviço financeiro integrado aos clientes de base portuguesa, espanhola e brasileira com dimensão internacional.

Actividade Internacional

A actividade internacional deverá constituir-se como um dos principais vectores de crescimento do Grupo, atendendo aos constrangimentos que o mercado nacional pode colocar. As estratégias de crescimento internacional deverão além disso assegurar a obtenção de patamares de rendibilidade consistentes e recorrentes, na qual a dispersão e a diversificação de riscos deverão ter um contributo determinante. Uma estratégia internacional bem sucedida diminui a dependência da CGD do ciclo económico português.

Actividade Seguradora

Na área da actividade seguradora, o controlo de custos, através da simplificação de processos e do fomento de uma cultura de eficiência e da centralização de back-offices, a preservação da posição competitiva no segmento não-vida, em resposta a um contexto fortemente concorrencial que favorece a conquista de posições por parte de empresas de menor dimensão, a revitalização das capacidades competitivas da rede de distribuição, a manutenção de níveis de solidez patrimonial e técnica sustentadas, particularmente em face das novas regras Solvência II e o enfoque da actividade internacional nos mercados estrangeiros onde a CGD marca presença, com prioridade para o mercado espanhol, constituirão as linhas orientadoras.

Grupo CGD

	2006 (milhões de euros)		
	Orçamento	Real	Variação
Resultados Líquidos			
Actividade Doméstica	357	456	28%
Actividade Internacional	47	38	-19%
Actividade Seguradora	128	153	20%
Outras Actividades Comerciais	51	46	-10%
Restantes Empresas	22	41	86%
Consolidado	605	734	21%
Indicadores			
Activo Líquido	89 421	96 246	8%
Capitais Próprios	4 116	5 014	22%
ROA (líquido de imposto s/lucros)	0,69%	0,85%	0,16 p.p.
ROE (líquido de imposto s/lucros)	15,3%	16,5%	1,2 p.p.
Cost to Income (Act. Banc. Doméstica) (1)	57,8%	51,7%	-6,1 p.p.
Rácio de Solvabilidade (Banco de Portugal)	10,8%	10,5%	-0,3 p.p.
Tier 1 (Banco de Portugal)	7,4%	7,4%	-0,0 p.p.

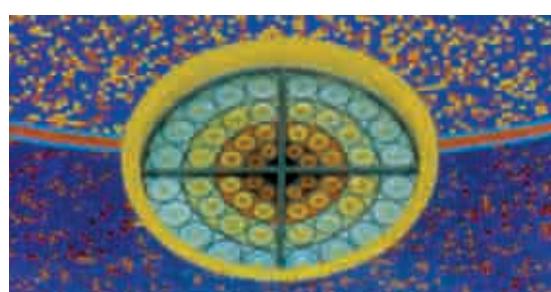
(1) Excluindo o dividendo extraordinário da REN, no valor de 75,1 milhões de euros.

Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está Sujeita

A CGD está sujeita, desde logo, ao Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, aos Estatutos da sociedade, publicados em anexo a este diploma legal e com diversas alterações, e às normas internas que compõem o chamado Sistema de

Normas Internas, o qual abrange os aspectos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua actividade.

Está, por outro lado, sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas e às decorrentes do seu estatuto de empresa pública, e, de um modo geral, à legislação europeia e nacional relativa à sua actividade, de que se destaca o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, e várias vezes alterado, o Código dos Valores Mobiliários e todas as normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.



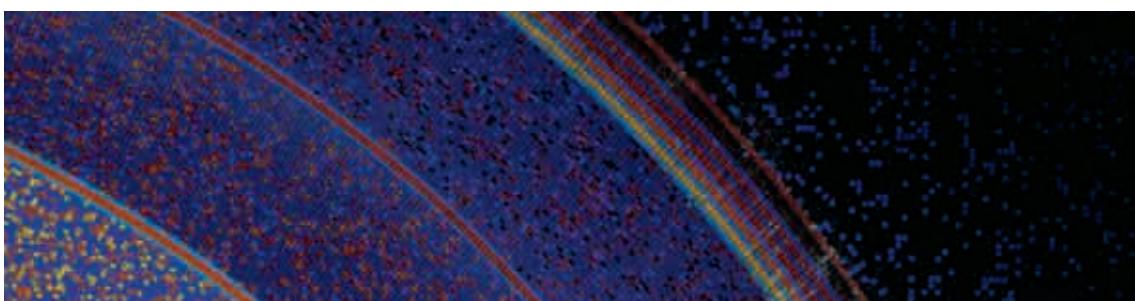
Informação sobre as Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Caixa todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas,

os órgãos de gestão da Caixa e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as demonstrações financeiras da CGD incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2006			
	Estado Português (DGT)	Outras Entidades do Estado Português	Outras Empresas Associadas	Outras Empresas do Grupo CGD
Activos:				
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	4 456 723
Títulos e Instrumentos Financeiros				
Derivados de Negociação	563 768	-	570	327 649
Crédito a Clientes	694 101	77 530	697 394	593 697
Outros Activos	21 517	20 351	94 079	611 539
Passivos:				
Recurso de Clientes e outros Empréstimos	1 547 386	1 706 450	4 271	1 321 560
Débitos representados por títulos	-	-	-	359 856
Passivos subordinados	-	-	-	1 026 646
Outros Passivos	61	-	180	114 593
Garantias prestadas	50	1 319	17 536	67 199
Proveitos:				
Juros e Rendimentos similares	18 756	3 010	111 710	249 559
Ganhos em operações financeiras	800	-	-	489 414
Rendimentos de Serviços e Comissões	-	-	208	37 633
Outros proveitos de exploração	-	-	30	51 364
Custos:				
Juros e Encargos similares	14 494	17 279	6	342 919
Perdas em Operações financeiras	16 200	-	-	507 360
Comissões	-	-	-	645
Outros Custos de exploração	-	-	855	4 224



	2005			
	Estado Português (DGT)	Outras Entidades do Estado Português	Associadas	Outras Empresas do Grupo CGD
Activos:				
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	2 812 748
Títulos e Instrumentos Financeiros				
Derivados de Negociação	610 828	-	493 834	112 956
Crédito a Clientes	403 356	2 236 321	203 560	325 223
Outros Activos	53 200	24 204	351 516	11 134
Passivos:				
Recurso de Clientes e outros Empréstimos	1 047 717	1 388 327	4293	457 995
Débitos representados por títulos	-	-	-	229 227
Passivos subordinados	-	-	-	1 005 773
Outros Passivos	-	42 389	68	230 308
Garantias prestadas	43	40 766	73 300	2 594 362
Proveitos:				
Juros e Rendimentos similares	18 806	62 291	12 283	803 217
Ganhos em operações financeiras	602	-	3	281 619
Rendimentos de Serviços e Comissões	-	1	364	2
Outros proveitos de exploração	-	-	12 010	993
Custos:				
Juros e Encargos similares	9 043	11 503	34	800 586
Perdas em Operações financeiras	5 740	-	2	358 114
Comissões	-	-	-	25
Outros Custos de exploração	-	-	1 069	1

Os valores apresentados nos quadros acima, com exceção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à actividade individual da Caixa e resultam de uma extração de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo, assim, um detalhe integral de todas as transacções com as entidades referidas.

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Informação sobre Outras Transacções

Procedimentos Adoptados em Matéria de Aquisição de Bens e Serviços

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por produto.

- Selecção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas.
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas.
- Contratos com fornecedores de bens / prestadores de serviços – de forma escrita: troca de correspondência ou contrato formal.

Universo das Transacções que não Tenham Ocorrido em Condições de Mercado

Contratações habitualmente realizadas com empresas do Grupo CGD, sem consulta ao mercado:

- Transporte de valores – com a ESEGUR;
- Aquisições em regime de locação financeira – com a Caixa Leasing e Factoring;

- Seguros – com a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial;
- *Renting* de viaturas – com a LOCARENT.
- Arrendamento de Imóveis – com a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial e Fidelidade Mundial, SGII.

Lista de Fornecedores que Representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos

- ESEGUR – Empresa de Segurança, SA.
- Companhia IBM Portuguesa, SA.

Indicação do Modelo de Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da CGD, actualmente, são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

Existem vários Conselhos Delegados, com competência delegadas pelo Conselho de Administração: Conselho de Crédito e Conselho Alargado de Crédito; Conselho Delegado de Pessoal, Meios e Sistemas; Conselho Delegado de Marketing, Comunicação e Redes; e Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

Assembleia Geral

Presidente – vago

Vice-Presidente – vago

Secretário – João Manuel Travassos Dias Garcia

No ano de 2006, a CGD não teve Presidente da Mesa da Assembleia Geral e o Vice-Presidente, José Manuel Simões Correia, renunciou ao cargo, por carta datada de 4 de Julho de 2006.

Conselho de Administração

Presidente – Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Vice-Presidente – António Manuel Maldonado Gonelha

Vogais – José Joaquim Berberan e Santos Ramalho; Vítor Manuel Lopes Fernandes; Maria Celeste Ferreira Lopes

Cardona; Norberto Emílio Sequeira da Rosa; Armando António Martins Vara; e Francisco Manuel Marques Bandeira.

O Vogal do Conselho de Administração, Carlos da Silva Costa, renunciou ao cargo com efeitos desde 30 de Setembro de 2006.

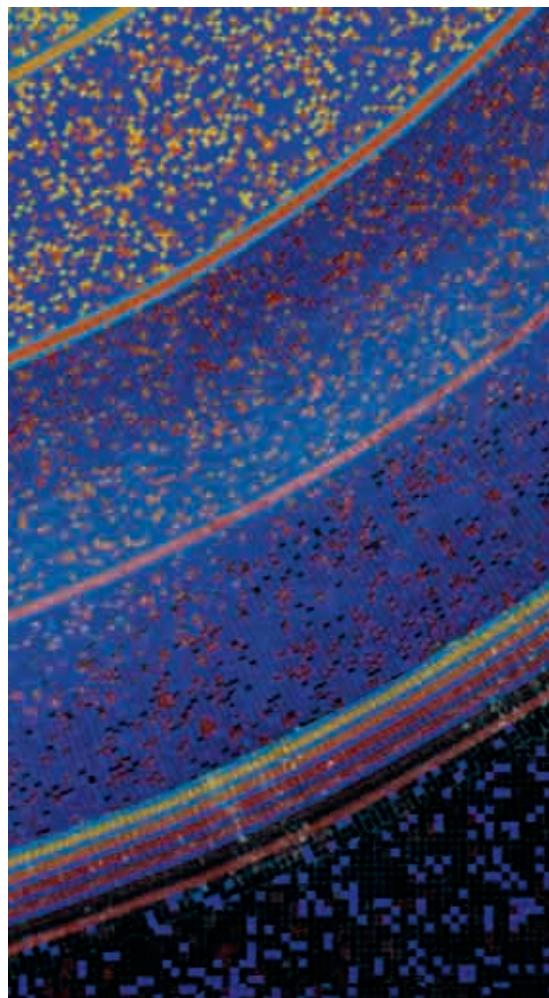
Fiscal Único

Oliveira Rego & Associados, SROC, representada por Manuel de Oliveira Rego

Suplente – Álvaro, Falcão & Associados, SROC

Auditor Externo

Deloitte & Associados, SROC



Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

Estatuto Remuneratório do Órgão de Administração

(Inclui a informação a que se refere o n.º 9 da RCM n.º 155/2005)

Empresa:

CGD

MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	REMUNERAÇÃO						OUTRAS	
	Remuneração Base	Seguro relativo a Remuneração de Disponibilidade Diferida ⁽¹⁾	Acumulação de Funções	Remuneração Complementar	Despesas de Representação	Participação nos Lucros / Prémios de Gestão	Gastos de utilização de telefones ⁽²⁾	Valor de aquisição pela empresa da viatura de serviço
Presidente								
Carlos Jorge Ramalho Santos Ferreira	349 158,46	52 373,74	0,00	0,00	Existe atribuição de um cartão de crédito de empresa, no qual apenas são consideradas, a custo da CGD, despesas decorrentes da actividade devidamente documentadas com facturas e comprovativos do movimento. Eventuais despesas de carácter pessoal pagas com este cartão são debitadas directamente aos Administradores na sua conta à ordem.	0,00	5 185,69	86 741,59
Vice-Presidente								
António Manuel Maldonado Gonelha	296 784,74	44 517,74	0,00	0,00		0,00	2 216,13	83 908,80
Vogais								
José Joaquim Berberan Santos Ramalho	244 411,02	36 661,66	0,00	0,00		0,00	1 049,89	64 291,31
Vítor Manuel Lopes Fernandes	244 411,02	36 661,66	0,00	0,00		0,00	(3)	76 700,00
Carlos da Silva Costa	174 121,95	26 099,61	0,00	0,00		0,00	15 003,28	77 927,38
Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona	244 411,02	36 661,66	0,00	0,00		0,00	2 195,82	75 041,77
Norberto Emilio Sequeira da Rosa	244 411,02	36 661,66	0,00	0,00		0,00	948,22	72 166,47
Armando António Martins Vara	244 411,02	36 661,66	0,00	0,00		0,00	2 217,30	81 834,66
Francisco Manuel Marques Bandeira	244 411,02	36 661,66	0,00	0,00		0,00	802,36	75 267,38

OBSERVAÇÕES:

(1) Seguro relativo a Remuneração de Disponibilidade Diferida aprovado em Assembleia Geral da CGD de 02.11.1993, alterado em Assembleia Geral de 31.05.2000 e previsto no artigo 22.º dos Estatutos da CGD, sob a denominação de Plano Complementar de Reforma. Mensalmente, a verba correspondente é paga, sobre a qual incide IRS à taxa normal, e é immobilizada em aplicação financeira até ao final do exercício de funções.

(2) Reporta a custos com comunicações móveis e de dados.

(3) Custo suportado pela Fidelidade Mundial

(4) As verbas auferidas e pagas fora do Grupo são deduzidas no recibo de vencimento da CGD, pelo que o seu vencimento é o apresentado neste quadro como Administrador da CGD.

Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

Desenvolvimento Sustentável da CGD e Responsabilidade Social

Conscientes do nosso papel na sociedade, conciliamos o avanço e crescimento da nossa actividade financeira com uma actuação constante de apoio e incentivo à educação, à cultura, à preservação do ambiente e ao bem-estar das comunidades em que actuamos, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Aderimos, apoiamos e aplicamos, na nossa esfera de influência, os princípios do Pacto Global, defendendo, voluntariamente, um conjunto de valores fundamentais ao crescimento sustentável e à promoção da cidadania que visam a criação de valor e de um mercado global mais equitativo. Atendendo a estes princípios, a CGD divulgou no Relatório e Contas de 2006, um capítulo onde apresenta em detalhe a sua política de responsabilidade social. Este relatório encontra-se também disponível no site www.cgd.pt.

(em euros)

Ano: 2006

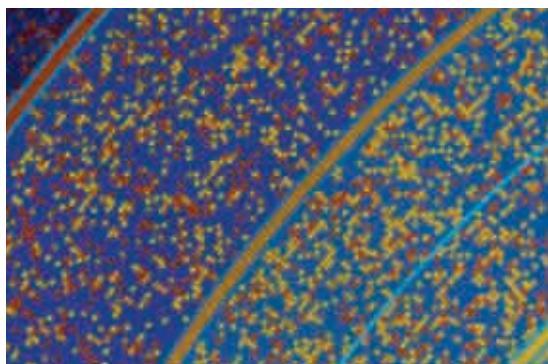
REGALIAS E COMPENSAÇÕES				ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
Valor do combustível gasto com a viatura de serviço	Subs. de Refeição	Despesas de Deslocação	Outros (Subsídio de Estudo)	Encargos com Regime de Previdência	Seguros de Saúde	Seguros de Vida	Opção pelo vencimento de origem (S/N)	Regime de Previdência	Exercício de opção da aquisição da viatura de serviço (S/N)	Usufruto de casa de função (S/N)	Exercício de funções remuneradas fora do Grupo (S/N)
2 407,76	2 494,80	0,00	0,00	15 323,56			N	Segurança Social	N	N	N
3 874,22	2 494,80	23,00	0,00	10 627,65	Não existem seguros individuais. Apenas o Seguro para cobertura de Acidentes Pessoais em deslocação (uma apólice para todos os colaboradores que também abrange os Administradores)		N	Segurança Social	N	N	N
1 631,62	2 317,20	2 507,00	445,70	43 114,12			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N
3 163,65	2 396,40	489,60	507,60	14 760,74			N	Segurança Social	N	N	N
3 619,23	973,80	13 450,60	165,90	30 795,80			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N
2 861,90	2 195,70	1 214,05	0,00	43 114,12			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N
2 427,23	2 465,40	0,00	190,20	35 619,50			N	Fundo Pensões B. Portugal	N	N	N
3 102,96	2 318,40	326,40	0,00	14 189,80			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	S ⁽⁴⁾
5 572,20	2 277,90	1 142,40	165,90	21 322,14			N	CGA/Fundo Pensões	N	N	N

Avaliação sobre o Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Segundo é referido no ofício da Direcção-Geral do Tesouro, os princípios de "Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado" terão sido aprovados recentemente em Conselho de Ministros. No entanto, a correspondente Resolução do Conselho de Ministros não foi ainda publicada, razão por que não é possível dar resposta a esta questão.

Apresentação do Código de Ética

A CGD não tem nem aderiu a um Código de Ética.



Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 26.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício respeitante à actividade individual da CGD, no montante de 539 563 139 euros, tenha a seguinte aplicação:

- 1.** 20% para a Reserva Legal, 107 912 628 euros;
- 2.** 54 157 108 euros para a cobertura de Resultados Transitados;
- 3.** 260 000 000 euros para dividendos;
- 4.** 117 493 403 euros para reservas livres.

Notas Finais

Em 2006, verificaram-se os seguintes factos nos órgãos sociais da CGD:

- O Sr. Dr. Carlos da Silva Costa renunciou ao cargo de Administrador da CGD, com efeitos desde 30.09.2006, cargo para que tinha sido eleito em 7 de Abril de 2004;
- O Sr. Dr. José Manuel Simões Correia renunciou ao cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da CGD, por carta de 4 de Agosto de 2006.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento ao accionista Estado, à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e às autoridades monetárias e de supervisão, pela valiosa cooperação no acompanhamento da actividade da CGD.

O Conselho manifesta igualmente aos trabalhadores da CGD e das Empresas do Grupo o seu apreço pela atitude e empenhamento profissional no exercício das suas funções, assim contribuindo para o desenvolvimento e prestígio da Instituição.

Lisboa, 23 de Março de 2007

O Conselho de Administração

Presidente: *Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira*

Vice-Presidente: *António Manuel Maldonado Gonelha*

Vogais: *José Joaquim Berberan e Santos Ramalho*

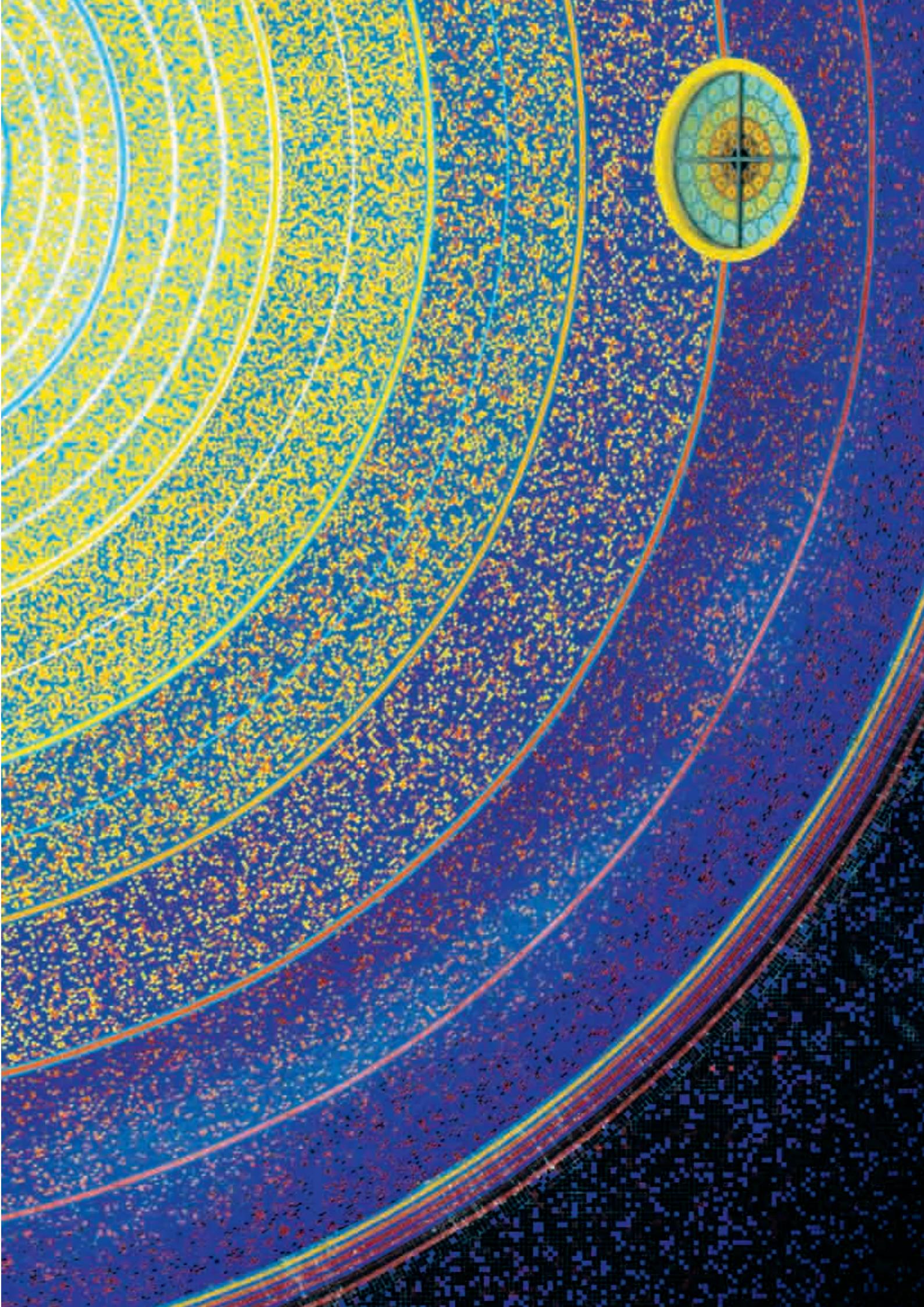
Vítor Manuel Lopes Fernandes

Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Armando António Martins Vara

Francisco Manuel Marques Bandeira





Eduardo Nery
Pintura - Objeto II
1969

Témpera vinílica sobre painel de madeira
com sólidos de madeira em relevo
70 x 98 x 12 cm

(Pormenor)

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Eduardo Nery

Pintura - Objecto II
1969

Têmpera vinílica sobre painel de madeira
com sólidos de madeira em relevo
70 x 98 x 12 cm



**Caixa Geral
de Depósitos**



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Caixa Geral de Depósitos, SA

Balanço NCA (Contas Individuais) em 31 de Dezembro de 2006 (*)

		2006		2005
	Activo antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 990 651 866		1 990 651 866	1 754 356 355
Disponibilidades em outras instituições de crédito	550 004 875		550 004 875	402 382 017
Activos financeiros detidos para negociação	5 420 135 979		5 420 135 979	4 597 930 520
Out activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	2 188 012 226		2 188 012 226	2 622 958 864
Activos financeiros disponíveis para venda	2 988 673 681	114 172	2 988 559 509	2 152 291 239
Aplicações em instituições de crédito	12 190 471 780	9 240 113	12 181 231 667	11 699 378 775
Crédito a clientes	51 387 952 495	983 354 105	50 404 598 390	44 513 494 742
Derivados de cobertura	106 168 334		106 168 334	195 977 496
Activos não correntes detidos para venda	75 056 719	11 871 902	63 184 817	
Propriedades de investimento	4 347 300		4 347 300	4 655 979
Outros activos tangíveis	1 396 397 117	719 164 803	677 232 314	673 942 184
Activos intangíveis	330 999 219	168 962 097	162 037 122	158 192 872
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 513 782 948	85 135 180	2 428 647 768	2 418 170 466
Activos por impostos correntes	349 322		349 322	1 496
Activos por impostos diferidos	308 225 314		308 225 314	232 872 140
Outros activos	2 486 374 278	67 886 125	2 418 488 153	2 221 234 832
Total do Activo	83 937 603 453	2 045 728 497	81 891 874 956	73 647 839 978

(*) Inclui a actividade em Portugal e a das Sucursais de França, Londres, Luxemburgo, Mónaco, Nova Iorque, Ilhas Caimão, Timor Leste, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira).

(euros)

	2006	2005
Passivo		
Recursos de bancos centrais	153 662 690	83 278 373
Passivos financeiros detidos para negociação	908 505 807	365 852 767
Recursos de outras instituições de crédito	10 148 263 361	9 518 077 017
Recursos de clientes e outros empréstimos	47 057 407 094	43 192 242 285
Responsabilidades representadas por títulos	10 707 725 328	8 870 424 962
Passivos financeiros associados a activos transferidos	366 011 107	362 220 253
Derivados de cobertura	625 370 677	415 098 862
Provisões	1 192 774 063	920 031 444
Passivos por impostos correntes	109 594 819	66 208 966
Passivos por impostos diferidos	151 938 865	70 348 978
Outros passivos subordinados	2 197 757 632	2 061 804 306
Outros passivos	3 736 218 975	3 735 763 667
Total de Passivo	77 355 230 418	69 661 351 879
Capitais Próprios		
Capital	2 950 000 000	2 950 000 000
Reservas de reavaliação	566 141 029	305 944 696
Outras reservas e resultados transitados	480 940 370	379 773 761
Resultado do exercício	539 563 139	350 769 642
Total dos Capitais Próprios	4 536 644 538	3 986 488 099
Total de Passivo + Capital	81 891 874 956	73 647 839 978

O Conselho de Administração

Presidente

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Vice-Presidente

António Manuel Maldonado Gonelha

Vogais

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Vítor Manuel Lopes Fernandes

Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Armando António Martins Vara

Francisco Manuel Marques Bandeira

O Técnico Oficial de Contas - João de Sousa Martins

Caixa Geral De Depósitos, SA

Demonstração Resultados Individual (NCA) em 31 de Dezembro de 2006 (*)

(euros)

	2006	2005
Juros e rendimentos similares	3 964 836 558	2 946 526 555
Juros e encargos similares	(2 587 039 654)	(1 858 812 302)
Margem financeira	1 377 796 904	1 087 714 253
Rendimentos de instrumentos de capital	202 425 465	80 305 673
Rendimentos de serviços e comissões	344 913 867	308 545 411
Encargos com serviços e comissões	(63 559 077)	(56 571 251)
Resultados activos e passivos aval.justº valor através resultados	17 421 571	(2 566 467)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	17 117 300	20 735 784
Resultados de reavaliação cambial	61 968 704	46 517 578
Resultados de alienação de outros activos	347 491	175 018 033
Outros resultados de exploração	135 178 322	113 039 426
Produto da actividade	2 093 610 547	1 772 738 440
Custos com pessoal	(572 552 421)	(544 363 194)
Outros gastos administrativos	(403 563 757)	(403 829 237)
Depreciações e amortizações	(91 061 255)	(72 046 723)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(133 287 541)	(62 768 156)
Corr. de valor assoc. ao créđ. a clientes e val. a receber de out.dev.	(169 414 158)	(291 975 371)
Imparidade outros activos financ. líquida reversões e recuperações	(16 187 666)	(5 135 467)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(17 779 533)	(15 607 952)
Resultado antes de impostos	689 764 216	377 012 340
Impostos	(150 201 077)	(26 242 698)
Correntes	(214 704 358)	(33 397 080)
Diferidos	64 503 281	7 154 382
Resultado Líquido do exercício	539 563 139	350 769 642
Número médio de acções ordinárias emitidas	590 000 000	590 000 000
Resultado por acção (Euros)	0,91	0,59

(*) Inclui a actividade em Portugal e a das Sucursais de França, Londres, Luxemburgo, Mónaco, Nova Iorque, Ilhas Caimão, Timor Leste, Zhuhai e Financeira Exterior (Madeira).

O Conselho de Administração

Presidente

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Vice-Presidente

António Manuel Maldonado Gonçalves

Vogais

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Vítor Manuel Lopes Fernandes

Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Armando António Martins Vara

Francisco Manuel Marques Bandeira

O Técnico Oficial de Contas - João de Sousa Martins

Caixa Geral de Depósitos, SA
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(milhares de euros)

	2006	2005
Actividades Operacionais		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	4 157 084	3 164 655
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2 272 400)	(1 602 677)
Recuperação de capital e juros	51 649	38 740
Resultados cambiais	61 969	46 702
Pagamentos a empregados e fornecedores	(906 040)	(817 163)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(66 693)	(64 581)
Outros resultados	83 074	75 884
	1 108 643	841 560
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(5 144 086)	(6 421 829)
Activos detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	(1 017 994)	(566 302)
Outros activos	(346 869)	(243 470)
	(6 508 949)	(7 231 601)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	682 366	1 754 994
Recursos de clientes e outros empréstimos	3 863 920	1 253 708
Outros passivos	(39 568)	1 009 654
	4 506 718	4 018 356
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	(893 588)	(2 371 685)
Impostos sobre lucros	(42 760)	77 833
Caixa líquida das actividades operacionais	(936 348)	(2 293 852)
Actividades de Investimento		
Rendimentos de instrumentos de capital	202 425	80 306
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	17 117	20 736
Aquisições de investimentos em filiais e associadas, líquidas de alienações	(6 657)	148 552
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(509 364)	295 336
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(94 635)	(76 404)
Caixa líquida das actividades de investimento	(391 114)	468 526
Actividades de Financiamento		
Juros de passivos subordinados	(80 105)	(60 899)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(266 627)	(224 752)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	127 784	444 143
Emissão de responsabilidades representadas por títulos	2 125 327	305 944
Dividendos distribuídos	(195 000)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	1 711 379	464 436
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	383 917	(1 360 890)
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 156 738	3 517 628
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 540 655	2 156 738

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Caixa Geral de Depósitos, SA
Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Individuais
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Reservas de reavaliação				
	Capital	Prémios de emissão	Reservas de justo valor	Imobilizado	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 - pró-forma	2 950 000	300 000	-	301 179	301 179
Distribuição do resultado do exercício de 2004:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-
Regularização de resultados transitados negativos	-	(300 000)	-	-	-
Impacto da adopção do IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005	-	-	11 825	-	11 825
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	53 093	-	53 093
Transferência de reservas de reavaliação para resultados transitados	-	-	-	(60 152)	(60 152)
Amortização do impacto de transição para NCA					
relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2 950 000	-	64 918	241 027	305 945
Distribuição do resultado do exercício de 2005:					
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	260 196	-	260 196
Amortização do impacto de transição para NCA					
relativo a benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2 950 000	-	325 114	241 027	566 141

O anexo faz parte integrante destas demonstrações

(milhares de euros)

Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Total		
878 945	(10 872)	(868 400)	(327)	122 461	3 673 313
57 086	-	65 375	122 461	(122 461)	-
(538 933)	-	838 933	300 000	-	-
-	4 989	(48 405)	(43 416)	-	(31 591)
-	-	-	-	-	53 093
-	-	60 152	60 152	-	-
-	-	(54 417)	(54 417)	-	(54 417)
-	(211)	395	184	-	184
-	2 945	(7 808)	(4 863)	-	(4 863)
-	-	-	-	350 770	350 770
397 098	(3 149)	(14 175)	379 774	350 770	3 986 489
70 154	71 046	14 570	155 770	(155 770)	-
-	-	-	-	(195 000)	(195 000)
-	-	-	-	-	260 196
-	-	(54 370)	(54 370)	-	(54 370)
-	(503)	-	(503)	-	(503)
-	452	(182)	270	-	270
-	-	-	-	539 563	539 563
467 252	67 846	(54 157)	480 941	539 563	4 536 645

Caixa Geral de Depósitos, SA

Balanço Consolidado NIC/NIRF em 31 de Dezembro de 2006

	Notas (a)	2006		2005
		Activo antes de Imparidade e Amortizações	Provisões Imparidade e Amortizações	Activo Líquido
Activo				
Caixa e disponib. em bancos centrais	4	2 243 293 276		2 243 293 276
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	678 981 570		678 981 570
Aplicações em instituições crédito	6	8 460 803 445	2 354 913	8 458 448 532
		11 383 078 291	2 354 913	11 380 723 378
				11 850 047 449
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	7 842 955 798		7 842 955 798
Activos financeiros disponíveis p/ venda	8	12 432 007 642		12 432 007 642
Investimentos associados a produtos <i>unit-linked</i>	9	848 401 157		848 401 157
Derivados cobertura c/ reavaliação positiva	10	108 189 530		108 189 530
Investimentos a deter até à maturidade		132 634		132 634
		21 231 686 761		21 231 686 761
				19 567 634 941
Crédito a clientes	11	58 824 419 503	1 556 149 085	57 268 270 418
Activos não correntes detidos p/ venda	12	95 582 349	17 317 657	78 264 692
Propriedades de investimento	13	339 535 499		339 535 499
Outros activos tangíveis	14	2 020 474 083	982 557 870	1 037 916 213
Activos intangíveis	15	1 010 475 343	370 702 880	639 772 463
Investimentos em associadas	16	328 788 135	568 824	328 219 311
Activos por impostos correntes	17	32 762 085		32 762 085
Activos p/ impostos diferidos	17	547 150 872		547 150 872
Provisões técnicas resseguro cedido	18	237 180 906		237 180 906
Outros activos	19	3 306 098 359	181 772 827	3 124 325 532
				2 329 771 468
Total do Activo		99 357 232 186	3 111 424 056	96 245 808 130
				86 461 338 445

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

(euros)

	Notas (a)	2006	2005
Passivo			
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	20	5 503 795 699	4 385 862 809
Recursos de clientes e outros empréstimos	21	53 767 835 536	50 161 963 038
Responsabilidades associadas a produtos <i>unit-linked</i>	9	847 369 387	669 221 977
Responsabilidades representadas por títulos	22	13 360 343 741	11 652 036 568
		67 975 548 664	62 483 221 583
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	10	589 903 844	352 948 015
Derivados cobertura c/ reavaliação negativa	10	626 163 283	414 529 332
Passivos não correntes detidos p/ venda	12	-	5 540 860
Provisões p/ benefícios aos empregados	23 e 37	495 869 772	471 719 240
Provisões para outros riscos	23	468 513 084	249 192 698
Provisões técnicas de contratos de seguro	24	7 828 035 896	7 010 439 545
Passivos por impostos correntes	17	138 795 114	105 684 402
Passivos por impostos diferidos	17	199 432 056	97 674 738
Outros passivos subordinados	25	1 925 663 444	1 702 298 172
Outros passivos	26	5 480 430 649	4 856 996 791
Total do Passivo		91 232 151 505	82 136 108 185
Capital	27	2 950 000 000	2 950 000 000
Reservas de justo valor	28	656 404 596	565 467 392
Outras reservas e resultados transitados	28	(20 406 952)	(414 469 221)
Resultado exercício atribuído ao accionista da CGD	28	733 808 167	537 667 097
Interesses minoritários	29	693 850 814	686 564 992
Total dos Capitais Próprios		5 013 656 625	4 325 230 260
		96 245 808 130	86 461 338 445

O Conselho de Administração**Presidente**

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Vice-Presidente

António Manuel Maldonado Gonelha

Vogais

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Vítor Manuel Lopes Fernandes

Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Armando António Martins Vara

Francisco Manuel Marques Bandeira

Caixa Geral de Depósitos, SA
Demonstração dos Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2006

(euros)

	Notas (a)	2006	2005
Juros e rendimentos similares	30	4 377 615 394	3 277 889 273
Juros e encargos similares	30	(2 685 917 851)	(1 912 460 428)
Rendimentos de instrumentos de capital	31	73 035 569	89 033 174
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA		1 764 733 112	1 454 462 019
Rendimentos de serviços e comissões	32	441 259 874	392 990 328
Encargos com serviços e comissões	32	(80 844 918)	(73 549 830)
Resultados em operações financeiras	33	130 764 859	297 217 888
Outros resultados de exploração	34	127 592 550	41 626 970
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		2 383 505 477	2 112 747 375
MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS		586 241 846	512 648 070
Prémios líquidos de resseguro	35	2 626 655 140	2 376 226 235
Rendimento de investimentos afectos a contratos de seguro	35	312 208 587	245 952 402
Custos c/ sinistros líquidos de resseguros	35	(2 187 313 822)	(1 955 489 437)
Comissões e outros proveitos e custos associados	35	(165 308 059)	(154 041 130)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA E SEGURADORA		2 969 747 323	2 625 395 445
Produto de outras actividades	34	108 379 027	
Custos com pessoal	36	(936 708 616)	(859 139 745)
Outros gastos administrativos	38	(702 480 645)	(643 557 347)
Depreciações e amortizações	14 e 15	(152 627 845)	(125 102 503)
Provisões líquidas de anulações	23	(106 358 434)	(64 025 742)
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	39	(232 123 154)	(252 419 012)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	39	(69 612 552)	(32 422 155)
Resultados em empresas associadas	28	108 526 492	25 049 233
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		986 741 596	673 778 174
Impostos sobre lucros:			
Correntes	17	(265 800 064)	(124 610 129)
Diferidos	17	46 378 388	5 614 825
		(219 421 676)	(118 995 304)
Resultado consolidado do exercício, do qual:			
Interesses minoritários	29	767 319 920 (33 511 753)	554 782 870 (17 115 773)
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AO ACCIONISTA DA CGD		733 808 167	537 667 097
Número médio de acções ordinárias emitidas	27	590 000 000	590 000 000
Resultado por acção (Euros)		1,24	0,91

(a) Estas Notas encontram-se desenvolvidas no Anexo às Demonstrações Financeiras.

O Conselho de Administração

Presidente

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira

Vice-Presidente

António Manuel Maldonado Gonelha

Vogais

José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Vítor Manuel Lopes Fernandes

Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Armando António Martins Vara

Francisco Manuel Marques Bandeira

O Técnico Oficial de Contas - João de Sousa Martins

Caixa Geral de Depósitos, SA
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios Findos
em 31 De Dezembro de 2006 e 2005

(milhares de euros)

	2006	2005
Actividades Operacionais		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	4 643 249	3 395 606
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(2 449 734)	(1 721 851)
Prémios recebidos (seguros)	2 726 128	2 426 493
Indemnizações pagas (seguros)	(1 378 402)	(1 199 305)
Recuperação de capital e juros	59 615	44 775
Resultados cambiais	80 151	59 153
Pagamentos a empregados e fornecedores	(1 481 970)	(1 495 612)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(73 738)	(76 745)
Outros resultados	(770 005)	164 674
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:	1 355 294	1 597 188
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(6 744 338)	(6 234 387)
Activos detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	625 028	(616 820)
Outros activos	(893 594)	(443 969)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:	(7 012 904)	(7 295 176)
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	1 110 859	642 560
Recursos de clientes e outros empréstimos	3 610 682	2 282 411
Outros passivos	1 381 755	512 246
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre lucros	6 103 296	3 437 217
Impostos sobre lucros	(445 686)	(2 260 771)
Caixa líquida das actividades operacionais	319 142	(2 215 642)
Actividades de Investimento		
Rendimentos de instrumentos de capital	73 036	122 489
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	27 542	262 491
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	(364 614)	(259 971)
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(1 178 865)	1 538 722
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	(107 573)	(93 483)
Caixa líquida das actividades de investimento	(1 550 474)	1 570 248
Actividades de Financiamento		
Juros de passivos subordinados	(65 718)	(56 316)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(372 070)	(307 729)
Dividendos pagos de acções preferenciais	(22 364)	(10 350)
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	214 006	14 180
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos	1 998 733	(662 911)
Emissão de acções preferenciais	-	350 000
Dividendos distribuídos	(195 000)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	1 557 587	(673 126)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	326 255	(1 318 520)
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 595 345	3 797 937
Alterações no perímetro de consolidação	673	115 928
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 922 273	2 595 345

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Caixa Geral de Depósitos, SA
Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

	Capital	Prémios de emissão	Reserva de justo valor
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 - pró-forma	2 950 000	300 000	125 835
Distribuição do lucro do exercício de 2004:			
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-
Impacto da adopção do IAS 39 e do IFRS 4 em 1 de Janeiro de 2005	-	-	148 651
Transferências	-	-	217 779
Regularização de resultados transitados negativos	-	(300 000)	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	74 806
Transferência de reservas de reavaliação para resultados transitados	-	-	-
Variações cambiais	-	-	271
Emissão de acções preferenciais pela Caixa Geral Finance	-	-	-
Entrada de entidades no perímetro de consolidação :			
Inbepor	-	-	-
Outras	-	-	-
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-
Outros	-	-	(1 875)
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	2 950 000	-	565 467
Distribuição do lucro do exercício de 2005:			
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-
Distribuição ao Estado	-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	165 505
Reclassificação de valias potenciais	-	-	(66 307)
Variações cambiais	-	-	-
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-
Outros	-	-	(8 260)
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	2 950 000	-	656 405

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

(milhares de euros)

Outras reservas e resultados transitados						
Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício	Subtotal	Interesses minoritários	Total
620 927	(1 199 159)	(578 232)	222 909	3 020 512	297 521	3 318 033
158 428	64 481	222 909	(222 909)	-	-	-
(84 361)	(74 245)	(158 606)	-	(9 955)	(1 204)	(11 159)
(163 912)	(53 867)	(217 779)	-	-	-	-
(538 933)	838 933	300 000	-	-	-	-
-	-	-	-	74 806	-	74 806
(60 152)	60 152	-	-	-	-	-
3 640	-	3 640	-	3 911	(982)	2 929
-	-	-	-	-	350 000	350 000
-	-	-	-	-	25 261	25 261
-	-	-	-	-	15 314	15 314
-	-	-	-	-	(10 035)	(10 035)
(3 387)	16 986	13 599	-	11 724	(6 426)	5 298
-	-	-	537 667	537 667	17 116	554 783
(67 750)	(346 719)	(414 469)	537 667	3 638 665	686 565	4 325 230
328 097	14 570	342 667	(342 667)	-	-	-
-	-	-	(195 000)	(195 000)	-	(195 000)
-	-	-	-	165 505	-	165 505
66 307	-	66 307	-	-	-	-
(29 252)	-	(29 252)	-	(29 252)	(4 340)	(33 592)
-	-	-	-	-	(22 364)	(22 364)
1 643	12 697	14 340	-	6 080	478	6 558
-	-	-	733 808	733 808	33 512	767 320
299 045	(319 452)	(20 407)	733 808	4 319 806	693 851	5 013 657



Eduardo Nery

*Seis conjuntos, 89 panos
1988*

Trapologia
Dimensões variáveis
(Pormenor)

Anexo às Demonstrações Financeiras

Eduardo Nery
Seis conjuntos, 89 panos
1988

Trapologia
Dimensões variáveis
(Pormenor)



Caixa Geral
de Depósitos



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

(Montantes em milhares de Euros - mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. Nota Introdutória

A Caixa Geral de Depósitos, SA (Caixa ou CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de Setembro de 1993, através do Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, que aprovou igualmente os respectivos estatutos. Em 23 de Julho de 2001, a Caixa incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, SA (BNU).

A CGD desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal. Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2006, contava com uma rede nacional de 789 agências, uma Sucursal em França com 45 agências, uma Sucursal em Timor com 8 agências, Sucursais em Londres, Luxemburgo, Mónaco, Nova Iorque, Ilhas Caimão e Zhuhai, uma Sucursal Financeira Exterior e uma Sucursal Financeira Internacional na Madeira.

A Caixa participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Moçambique, África do Sul, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos sectores, como sejam, banca, seguros, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de activos, crédito especializado, comércio electrónico e actividades culturais. A Caixa detém também participações em empresas de sectores não financeiros da Economia Portuguesa.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Março de 2007.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 da CGD e de parte das suas filiais e associadas estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias

gerais. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Até 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário nos termos da Instrução n.º 4/96, de 17 de Junho, do Banco de Portugal, e outras disposições emitidas por esta entidade, bem como no Decreto-Lei n.º 36/92, de 26 de Março.

De acordo com a Norma IFRS 1, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 e do exercício então findo, foram re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2005 (demonstrações financeiras pró-forma). De acordo com o permitido pela IFRS 1, a CGD não aplicou na informação comparativa do exercício de 2004 as normas relativas a instrumentos financeiros (IAS 32 – “Instrumentos Financeiros – divulgação e apresentação” e IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”) e a contratos de seguros (IFRS 4 – “Contratos de seguros”). Neste sentido, relativamente às matérias reguladas nestas IFRS, foram utilizados os critérios de mensuração e reconhecimento em vigor para as contas consolidadas de 2004, nomeadamente os definidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e no Plano de Contas para Empresas de Seguros. Na Nota 44 é apresentado o impacto da adopção das IFRS em 1 de Janeiro de 2005.

2.2. Adopção de Normas (Novas ou Revistas) Emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e Interpretações Emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), Conforme Adoptadas pela União Europeia

No exercício de 2006, o Grupo adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2006. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

- IAS 39 – “The Fair Value Option” – De acordo com a alteração efectuada ao texto da norma, foram introduzidas limitações à classificação de instrumentos financeiros na categoria “Ao justo valor por contrapartida de resultados”, que anteriormente era possível para qualquer instrumento financeiro, desde que efectuada no reconhecimento inicial. No caso dos passivos, a versão endossada pela União Europeia proibia a classificação nesta categoria. Em resultado desta alteração, os activos financeiros que, em 1 de Janeiro de 2006, não reuniam os requisitos necessários para registo nesta categoria foram reclassificados para outras categorias de acordo com a sua natureza. O impacto da adopção desta revisão na preparação das demonstrações financeiras do Grupo é descrito em maior detalhe na Nota 2.7. a).

- IAS 39 e IFRS 4 – “Contratos de garantias financeiras” – A contabilização de garantias financeiras deverá ser efectuada em conformidade com os requisitos da IAS 39, devendo, no momento inicial, ser registada pelo seu justo valor e subsequentemente valorizada pelo maior de entre o valor da provisão a constituir, de acordo com a IAS 37, ou o valor inicialmente reconhecido deduzido de amortizações acumuladas em conformidade com as políticas de reconhecimento do crédito previstas na IAS 18. A aplicação desta norma revista não apresentou efeitos significativos na preparação das demonstrações financeiras do Grupo.

- IFRIC 4 – “Determinar se um acordo contém uma locação” – Esta interpretação determina as condições mediante as quais

um acordo que, não assumindo a forma legal de um contrato de locação, contemple a utilização de um bem em troca de um ou vários pagamentos, poderá ser considerado um contrato de locação, devendo, enquanto tal, ser contabilizado de acordo com os requisitos da IAS 17 – Contratos de Locação.

Em 31 de Dezembro de 2006, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 7 – “Divulgações de instrumentos financeiros” – Esta norma substitui os requisitos de divulgação sobre instrumentos financeiros definidos na IAS 32 – “Instrumentos financeiros – apresentação e divulgação” e na IAS 30 – Divulgações nas demonstrações financeiras de bancos e de instituições financeiras similares”, sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2007.

- IAS 1 – “Divulgações sobre requisitos de capital” – A revisão efectuada ao actual texto da norma introduz a necessidade de divulgações adicionais ao nível dos requisitos de capital, sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2007.

- IFRIC 9 – “Reavaliação de derivados embutidos” – Esta interpretação clarifica os critérios de separação de derivados embutidos relativamente ao contrato de acolhimento na data de adopção das IAS/IFRS, e a dispensa de revisão posterior da decisão de separação tomada na data de reconhecimento inicial do contrato híbrido, sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Junho de 2006. Esta interpretação está em linha com os procedimentos já adoptados pela Caixa na preparação das suas demonstrações financeiras do exercício de 2006.

No exercício de 2006, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, as quais, até à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram ainda endossadas pela União Europeia:

- IFRIC 10 – “Reporte financeiro intercalar e imparidade” – Esta interpretação clarifica que perdas de imparidade

reconhecidas em *Goodwill*, instrumentos de capital classificados na categoria de “Activos financeiros disponíveis para venda” ou outros instrumentos de capital (ou derivados relacionados) não cotados em mercados activos e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, registados ao custo de aquisição, não são reversíveis na preparação de demonstrações financeiras subsequentes (intercalares ou anuais), sendo de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Novembro de 2006. Esta interpretação está em linha com os procedimentos já adoptados pela Caixa na preparação das suas demonstrações financeiras do exercício de 2006.

- IFRS 8 – “Segmentos operacionais” – Esta norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo o IAS 14 – “Relato por Segmentos”. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

- IFRIC 11 – “IFRS 2 – Transacções com acções próprias e do Grupo” – Esta interpretação tem por objectivo clarificar os critérios de aplicação da IFRS 2 a determinadas transacções cuja liquidação ocorra através da entrega de acções, sendo de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Março de 2007.

Conforme se pode verificar, a generalidade das normas não adoptadas têm efeitos apenas a nível das divulgações e as interpretações estão em linha com os procedimentos já seguidos pelo Grupo. Deste modo, o Conselho de Administração entende que a adopção das políticas contabilísticas acima descritas em exercícios futuros não terá um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Caixa.

2.3. Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das entidades participadas, são designadas “filiais” aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo

é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo passou a incluir no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo CGD foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a CGD detém títulos de participação representativos de 52%, aproximadamente, do capital do Instituto Nacional de Habitação (INH). Esta participação não é consolidada pelo facto dos títulos de participação detidos pela CGD não lhe conferirem qualquer participação na gestão do INH.

A consolidação das contas de empresas sob controlo conjunto da Caixa e de outras entidades, nomeadamente a Esegur – Empresa de Segurança, S.A., é efectuada pelo método da consolidação proporcional, sendo os activos, passivos, custos e proveitos desta entidade integrados nas contas consolidadas na proporção da participação que a CGD detém no seu capital.

2.4. Concentrações de Actividades Empresariais e *Goodwill*

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O *goodwill* é registado como um activo e não é sujeito a amortização.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma filial excede o custo de aquisição, o excesso deve ser reflectido como um proveito na demonstração de resultados do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respectivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash flows* futuros, actualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.5. Investimentos em Associadas

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O *goodwill*, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efectiva do Grupo nas entidades em questão.

2.6. Conversão de Saldos e Transacções em Moeda Estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada “moeda funcional”. Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais da Caixa e das filiais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os activos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Reservas associadas a diferenças cambiais", do capital próprio, sendo o respectivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respectivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo optou por não recalcular e, por consequência, não registar nas "Reservas associadas a diferenças cambiais" o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de Dezembro de 2003. Deste modo, o saldo da referida rubrica reflecte apenas as variações cambiais originadas a partir de 1 de Janeiro de 2004.

2.7. Instrumentos Financeiros

a) Activos Financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos

financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

- Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Conforme descrito na Nota 2.2 acima, a Caixa adoptou, no exercício de 2006, o texto revisto da norma IAS 39, com a alteração da "Fair Value Option". Até ao exercício de 2005, qualquer activo financeiro poderia ser classificado como ao justo valor através de resultados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial. Em resultado desta alteração, o Grupo reclassificou o papel comercial, cujo valor de balanço em 31 de Dezembro de 2005 ascendia a mEuros 1 218 958, de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" para "Créditos a clientes" (Nota 11).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efectuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica é integralmente composta por títulos detidos pelo Banco Caixa Geral.

iii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros activos".

No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iv) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade. Neste sentido, inclui também os instrumentos de capital detidos no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para

proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Resultados em operações financeiras" ou "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações", respectivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em "Juros e rendimentos similares", da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Activos financeiros disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão da Caixa independente da função de negociação, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;
 - Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;

- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

- Os instrumentos de capital não cotados afectos à actividade de capital de risco são valorizados com base em:
 - Preços praticados em transacções materialmente relevantes efectuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
 - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de sector de actividade, dimensão e rendibilidade;
 - *Cash flows* descontados, utilizando taxas de desconto apropriadas ao risco dos activos detidos.

As valorizações incorporam factores de desconto para reflectir a iliquidez dos títulos. Adicionalmente, caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar um determinado activo, a sua valorização está compreendida no intervalo entre os valores resultantes dos métodos de valorização acima indicados e o valor actual do preço para alienação do activo, ajustado quando aplicável de modo a reflectir o risco de crédito da contraparte.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação

negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Resultados em operações financeiras".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em "Outros passivos".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Derivados e Contabilidade de Cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutras instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e

- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respectivas variações reflectidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à actividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de acções, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respectivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara, no início da operação, documentação formal, que inclui, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);

- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro), a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da margem financeira.

Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor reflectida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respectiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnam as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;

- Derivados contratados com o objectivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras", com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

d) Imparidade de Activos Financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente Aplicações em instituições de crédito, Investimentos a deter até à maturidade e Crédito a clientes.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo para este efeito sido classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash flows futuros foram estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de

imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”, sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o Grupo abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração das diversas entidades. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no Grupo, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de créditos vencidos que se encontrem garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados. Não obstante, para os créditos com garantia real e hipotecária com prestações de capital vencidas e não pagas há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo é interrompido.

As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidas a crédito da rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.7. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor".

Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde

à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.8. Activos não Correntes Detidos para Venda e Grupos de Activos e Passivos a Alienar

A norma IFRS 5 – "Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados "grupos de activos e passivos a alienar").

Os activos não correntes ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas

por imparidade na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados pelo valor de arrematação, por contrapartida de uma rubrica de "Outros passivos". Esta última rubrica é regularizada quando os respectivos processos judiciais se encontram concluídos, por contrapartida dos créditos vencidos. Os bens são subsequentemente registados nas seguintes rubricas:

- Nos casos em que a expectativa de venda seja altamente provável e se encontrem disponíveis para venda imediata, os bens são registados em "Activos não correntes detidos para venda";
- Caso os activos não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados na rubrica "Outros activos".

Em 31 de Dezembro de 2005, dado não estar sistematizada toda a informação necessária à classificação acima referida, a totalidade dos activos recebidos por recuperação de crédito pela Caixa, foi registada na rubrica "Outros activos" (Nota 19).

Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate ao activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas "Outros proveitos e custos de exploração".

Em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica inclui ainda os activos e passivos da Nutricafés - Cafés e Restauração, S.A. ("Nutricafés"). Conforme descrito na Nota 3, esta empresa foi adquirida pelo Grupo no final de 2005, com o objectivo de ser alienada a curto prazo, o que veio a ocorrer em Março de 2006. Deste modo, os activos e passivos da Nutricafés, bem como o *goodwill* gerado na aquisição, foram registados em "Activos não correntes detidos para venda" e "Passivos não correntes detidos para venda".

2.9. Propriedades de Investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e encargos de exploração".

2.10. Outros Activos Tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Outros gastos administrativos".

Até 1 de Janeiro de 2004, tinham sido realizadas pela Caixa e por algumas filiais reavaliações de activos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efectuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado de acordo com as IFRS, ajustado de forma a reflectir as alterações em índices de preços. Relativamente às entidades com sede em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Os imóveis de serviço próprio detidos pelas Seguradoras do Grupo eram registados ao justo valor, de acordo com as regras definidas pelo Plano de Contas para as Empresas de Seguros. Na transição para as IFRS, o valor de balanço desses imóveis foi considerado como custo, tal como permitido pela IFRS 1.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

Anos de vida útil	
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento:	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis excede o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis.

2.11. Locação Financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em "Outros activos tangíveis" e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em "Juros e encargos similares".

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como "Crédito a clientes", sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em "Juros e rendimentos similares".

2.12. Activos Intangíveis

Esta rubrica comprehende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – "Activos Intangíveis", os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis. Estes custos correspondem exclusivamente a custos com pessoal.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

Os activos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos no âmbito de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente as marcas da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SA, não são amortizados, sendo objecto de análises de imparidade com base em avaliações de entidades especializadas.

2.13. Impostos sobre Lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal, nomeadamente a CGD, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira da CGD e do Caixa - Banco de Investimento, SA beneficiam, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção considera-se que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O artigo 86.º do Código do IRC estabelece que a colecta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 60% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufruisse de:

- Benefícios fiscais, conforme previstos no n.º 2 do artigo 86.º;
- Dedução de contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com pensões que, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade, sejam efectuadas por determinação do Banco de Portugal;
- Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

A CGD não apurou qualquer ajustamento na determinação da colecta dos exercícios de 2006 e 2005, na sequência da aplicação deste artigo.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados com base nas normas em vigor nos respectivos países.

Adicionalmente, nos termos do Artigo 60º do Código do IRC, são imputados à Caixa, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por sociedades não residentes, submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a Caixa detenha, directa ou indirectamente, uma participação social de pelo menos 25%, ou de pelo menos 10% no caso de a sociedade não residente ser detida, directa ou indirectamente, em mais de 50% por sócios residentes.

Considera-se que uma sociedade está submetida a um regime claramente mais favorável (i) quando o território de residência da mesma constar da Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, ou (ii) quando aquela aí não for tributada em imposto sobre o rendimento idêntico ou análogo ao IRC, ou ainda (iii) quando o imposto efectivamente pago seja igual ou inferior a 60% do IRC que seria devido se a sociedade fosse residente em Portugal. A imputação dos lucros em questão é feita na base tributável da Caixa relativa ao exercício que integrar o termo do período de tributação da sociedade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta. O valor dos lucros imputados será dedutível ao lucro tributável da Caixa do exercício em que os referidos lucros lhe venham eventualmente a ser distribuídos.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Adicionalmente, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de *goodwill*;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias tributáveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões temporária e fiscalmente não aceites, benefícios dos empregados, reavaliações de instrumentos financeiros derivados, diferimento de comissões e prejuízos fiscais reportáveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é

igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da CGD e das entidades do Grupo sujeitas à supervisão do Banco de Portugal passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal. O cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as novas regras contabilísticas foi baseado em pressupostos.

No exercício de 2006, a alteração ao artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, aprovada pela Lei do Orçamento de Estado para 2007, veio estabelecer a obrigatoriedade de as entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal e que estejam obrigadas a elaborar as suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com as NCA efectuarem o apuramento do lucro tributável de acordo com os critérios estabelecidos nas referidas normas. Adicionalmente, no âmbito da redacção do artigo 53º do Código do IRC, foram definidas disposições transitórias a considerar já no apuramento do imposto do exercício de 2006, as quais deverão vigorar até à introdução das necessárias adaptações ao actual texto do Código, face às novas exigências decorrentes do actual normativo contabilístico.

A Caixa tem considerado como custos do exercício para efeitos fiscais, até ao limite de 25% das despesas com o pessoal escrituradas a título de remunerações, ordenados ou salários respeitantes ao exercício, os suportados e registados contabilisticamente, entre outros, com contribuições para fundos de pensões. De acordo com o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de Janeiro de 2006, é dedutível, para efeitos do apuramento do lucro tributável, o montante registado em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efectivamente entregue ao fundo de pensões.

O valor reconhecido pela CGD nos exercícios de 2006 e 2005 como variação patrimonial nas contas individuais, referente a um quinto do acréscimo de responsabilidades com benefícios dos colaboradores verificado com a aplicação das NCA,

adicionado dos restantes custos desta natureza reconhecidos no exercício, não excede o limite de 25% da massa salarial. Assim, e considerando igualmente que os custos dedutíveis fiscalmente na esfera da CGD até 31 de Dezembro de 2006 são inferiores aos montantes efectivamente entregues ao fundo de pensões (condição exigida nos termos do entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais), tais montantes são considerados custos fiscalmente aceites.

2.14. Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes;
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da actividade do Grupo.

2.15. Benefícios dos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Caixa incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com Pensões e Encargos com Saúde

No Grupo CGD, existem diversos planos de pensões, incluindo, nomeadamente, planos de benefício definido e,

em algumas situações, de contribuição definida. Deste modo, a Caixa, a Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA (Fidelidade Mundial) e a Império Bonança, Companhia de Seguros, SA (Império Bonança) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 37. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico, SA, o Banco Caixa Geral, SA e o Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau).

Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados. A Caixa tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de Julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 37). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (corredor), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso

aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido.

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efectuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo actuarial é reflectido directamente em "Custos com pessoal". Adicionalmente, a Caixa regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou Acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

Outros Benefícios de Longo Prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de Curto Prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.16. Seguros

a) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo respeita as disposições da IFRS 4 – "Contratos de seguro". Esta Norma veio permitir aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção das IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela referida norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequacidade dos passivos associados aos contratos detidos.

Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo Grupo foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido através da norma n.º 7/94, de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e restantes normas emitidas por esta entidade, complementados com as modificações decorrentes da introdução da IFRS 4.

Os principais impactos decorrentes da introdução do IFRS 4 nas demonstrações financeiras das companhias de seguros detidas pelo Grupo respeitam à classificação dos contratos emitidos ou adquiridos pelo Grupo em contratos de seguro ou contratos de investimento. Os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito da IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, de acordo com o permitido pela IFRS 4, o Grupo manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de investimento com participação

nos resultados, quando essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial das companhias.

b) Reconhecimento de Proveitos e Custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando devidos, na rubrica "Prémios, líquidos de resseguro" da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para Prémios não Adquiridos e Custos de Aquisição Diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método *Pro rata temporis* aos respectivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e reflectidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respectivos prémios diferidos.

d) Provisão para Sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com excepção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objectivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença, denominadas de pensões definidas;
- Estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respectivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados, denominadas pensões presumíveis.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas Homologadas e Definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente		Não Remíveis
	Remíveis	Remíveis ^(*)	
Tábuas de mortalidade	TD 88/90	TD 88/90 (Homens)	
		TV 88/90 (Mulheres)	
Taxa de desconto	5,25%	4%	
Encargos de gestão	2,40%	4%	

(*) No cálculo das Provisões Matemáticas para a marca Império Bonança, foi construída uma tábuas de mortalidade única, assumindo uma proporção de sessenta e cinco por cento de Homens e de trinta e cinco por cento de Mulheres.

A estimativa da provisão matemática para pensões presumíveis de Acidentes de Trabalho é efectuada com base em triângulos de desenvolvimento das variáveis históricas consideradas relevantes para as provisões matemáticas conhecidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. As companhias efectuam o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsadas pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões, já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objectivo registar a responsabilidade relativamente a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. O seu cálculo baseia-se em modelos actuariais aplicados a matrizes de *run-off* destas despesas.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábuas de mortalidade	35%*TV 88/90 + 65%*TD 88/90
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

As provisões de acidentes de trabalho são calculadas recorrendo a bases de dados internas.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afectando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia, também, com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada e, durante a vida do sinistro, vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada / validada pelo actuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efectuada para os principais ramos / grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente, automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

Estas estimativas contemplam responsabilidades directas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

Estas estimativas assentam em triângulos de pagamentos emitidos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão para Riscos em Curso

É calculada para todos os seguros não-vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

f) Provisão Matemática do Ramo Vida

Regista o valor actual das prestações futuras a pagar aos segurados do ramo vida (líquidas das prestações a cobrar), calculado para cada apólice de acordo com métodos actuariais e segundo as respectivas bases técnicas.

A avaliação das responsabilidades é feita através da comparação das provisões matemáticas de balanço, determinadas prospectivamente, acrescidas de uma *shadow reserve*, com o resultado do teste de adequacidade dos passivos. Caso este último seja superior, acresce-se esse montante ao valor das provisões matemáticas por forma a obter o valor final das responsabilidades.

A *shadow reserve* é constituída pela percentagem do Fundo para Dotações Futuras e das mais valias potenciais do títulos de rendimento fixo a atribuir aos segurados.

O teste de adequacidade dos passivos está descrito mais adiante, na Nota 2.16. j).

g) Provisão para Participação nos Resultados

Regista a parte dos resultados apurados nas carteiras afectas a contratos do ramo vida com participação nos resultados a ser distribuída pelas apólices dos respectivos ramos.

Os produtos de capitalização têm associada uma Conta de Participação Financeira e os produtos com risco de vida têm saldos apurados com base em Contas Técnico-Financeiras, ou só com base em rubricas técnicas, caso não tenham uma componente do prémio destinada à constituição de uma reserva de poupança, no sentido clássico do termo.

A afectação individual dos saldos de participação aos contratos é feita tendo por base critérios objectivos, como, por exemplo, proporcionalmente aos prémios de risco, às Provisões Matemáticas de Balanço ou ao capital seguro, consoante o tipo de modalidade, respeitando-se o contributo individual de cada contrato na criação do respectivo benefício.

h) Contratos de Seguro e de Investimento com Participação Discretoriária nos Resultados

Conforme acima referido, de acordo com o permitido pela IFRS 4, o Grupo manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e
- Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial da Companhia.

A separação destes montantes entre Segurado e Companhia é feita com base nos planos de participação nos resultados ou com base na percentagem distribuída no último exercício se esta diferir do estabelecido no plano.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo Grupo.

i) Derivados Embutidos em Contratos de Seguro

De acordo com o permitido pela IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

j) Testes de Adequacidade de Passivos

De acordo com os requisitos da IFRS 4, o Grupo realiza, com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos cash flows futuros associados aos contratos (ver 2.16. m)), incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os cash flows associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo Vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado da *Euro Benchmark Curve*, dos cash flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash flows futuros de prémios.

Estes cash flows futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas de segunda ordem das companhias, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real, obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade.

Esta análise é feita em separado para os produtos de Vida Risco e Capitalização.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto e, dividindo-se o montante de resgates por esse valor, obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos, determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, dividem-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base no *asset mix* de cada produto na data de balanço. Para o efeito, com referência a 31 de Dezembro de 2006, estimaram-se taxas de rendibilidade por classes de activos da seguinte forma:

- Obrigações: Taxa sem risco do Euro a 10 anos;
- Acções: Taxa sem risco do Euro a 10 anos, acrescida de 3%;
- Imobiliário: Taxa sem risco do Euro a 10 anos, acrescida de 2%;
- Disponibilidades: Taxa sem risco do Euro a 10 anos, deduzida de 1,5%.

A taxa de rendimento de cada produto resulta da média ponderada do peso de cada classe de activos que lhes estão afectos pela respectiva taxa. A este valor acresce o *run-off* do Fundo para Dotações Futuras e das mais-valias potenciais dos títulos de rendimento fixo, por forma a obter a taxa de rendimento final.

Com base nestas taxas de rendimento são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Ramos Não-Vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das reservas socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

k) Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

I) Responsabilidades para com Subscritores de Produtos *Unit-Linked*

As responsabilidades associadas a contratos de investimento em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-Linked*) emitidos pelo Grupo são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos activos que integram a carteira de investimentos afecta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão.

As carteiras de investimentos afectas a produtos *Unit-Linked* são compostas por activos financeiros, incluindo

títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de resultados do exercício.

m) Imparidade de Saldos Devedores Relacionados com Contratos de Seguro e de Resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

n) Activos Intangíveis Resultantes da Aquisição de Contratos de Seguro

A diferença entre o justo valor dos contratos de seguro adquiridos no âmbito de concentrações de actividades empresariais e o respectivo valor contabilístico calculado de acordo com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo, que corresponde ao *Value in force* da carteira de contratos adquirida, é autonomizado do *Goodwill* à data da aquisição e reconhecido separadamente como um activo intangível.

O *Value in force* é amortizado ao longo da vida dos contratos adquiridos. Para este efeito, é recalculado com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, sendo a diferença no valor face ao exercício anterior reconhecida na demonstração de resultados.

2.17. Comissões

Conforme referido na Nota 2.7., as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo da operação, pelo método da taxa efectiva, em “Juros e rendimentos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de actos únicos.



2.18. Instrumentos de Capital Próprio Emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos directos com a emissão.

A classificação das acções preferenciais emitidas pelo Grupo é efectuada com base nos critérios definidos no IAS 32. Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As acções preferenciais emitidas por filiais que cumprem estes requisitos são reflectidas no balanço consolidado na rubrica de “Interesses minoritários”.

2.19. Valores Recebidos em Depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.20. Caixa e Seus Equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.21. Estimativas Contabilísticas Críticas e Aspectos Julgamentais mais Relevantes na Aplicação das Políticas Contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Caixa e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de Perdas por Imparidade em Activos Financeiros

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

A Caixa considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de Instrumentos Financeiros não Transaccionados em Mercados Activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Caixa valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.7.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.7., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos Empregados

Conforme referido na Nota 2.15. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Imparidade do Goodwill

Conforme referido na Nota 2.4. acima, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do *goodwill* registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projecções efectuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da actividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos reflectem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.



Determinação dos Passivos por Contratos de Seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16. acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

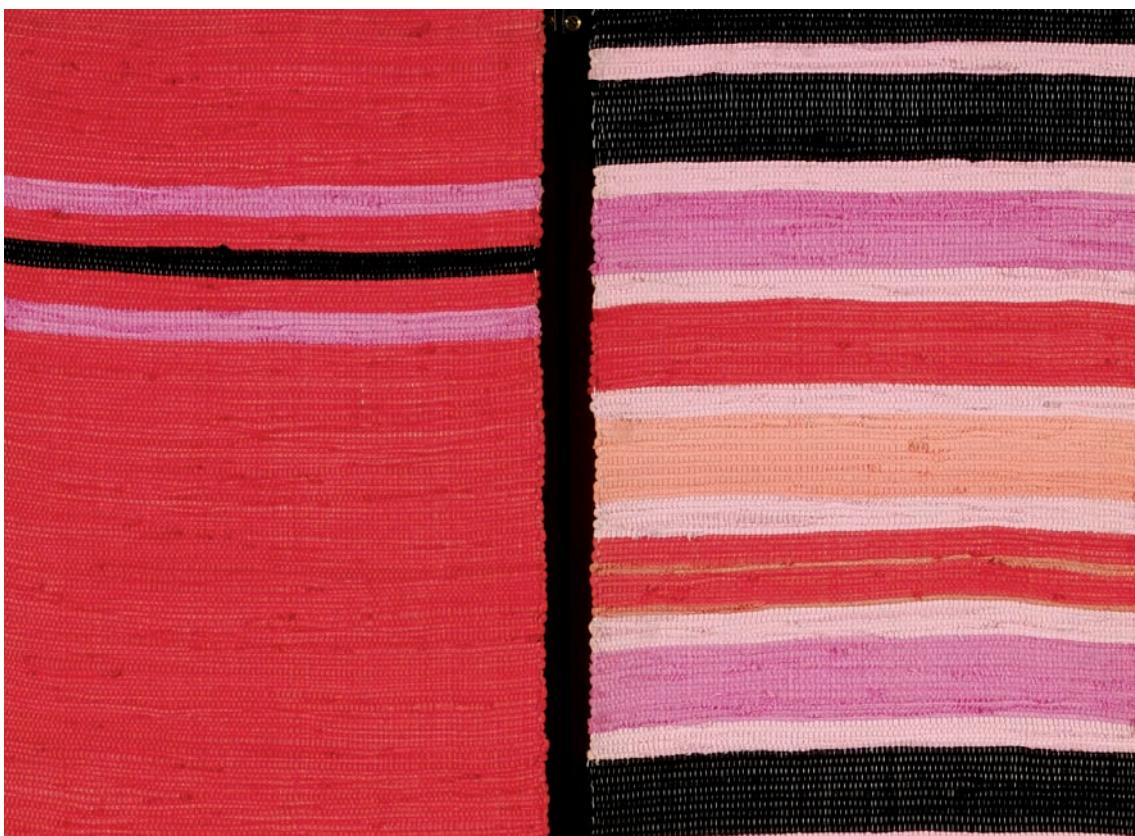
No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 reflectem de forma adequada a melhor estimativa nesta data dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de Impostos sobre Lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Caixa e das empresas do Grupo sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

3. Empresas do Grupo e Transacções Ocorridas no Período

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por sectores de actividade, e os respectivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, excepto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:



Sector de actividade/Entidade	Sede	2006			2005	
		% Participação Efectiva	Situação líquida ^(a)	Resultado líquido	Situação líquida ^(a)	Resultado líquido
Gestão de Participações Sociais						
Bandeirantes, SGPS, SA	Madeira	100,00	25	-	24	(6)
Caixa - Gestão de Activos, SGPS, SA	Lisboa	100,00	25 758	3 063	26 617	4 367
Caixa - Internacional, SGPS, SA	Madeira	100,00	10 265	5 628	4 229	(117)
Caixa - Participações, SGPS, SA	Lisboa	100,00	30 706	39	48 733	18 834
Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA	Lisboa	99,63	41 523	(1 588)	41 495	1 937
Caixa Seguros, SGPS, SA	Lisboa	100,00	959 516	85 004	818 447	66 878
Caixaweb, SGPS, SA	Lisboa	100,00	8 322	10	8 312	(1 916)
Gerbanca, SGPS, SA	Lisboa	100,00	29 168	14 726	14 442	14 421
Império Bonança, SGPS, SA	Lisboa	70,00	372 342	970	376 062	(13)
Inbepor, SGPS, SA ^(c)	Lisboa	-	-	-	122 532	(2 468)
Bancário						
Banco Comercial do Atlântico, SARL	Praia	59,17	18 501	3 389	16 507	1 859
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	Maputo	42,00	39 167	14 854	35 008	8 380
Banco Financial Português	São Paulo	100,00	8 967	(1 675)	10 856	200
Banco Interatlântico, SARL	Praia	70,00	7 321	997	6 767	492
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	Macau	100,00	108 516	29 071	90 501	19 605
Banco Caixa Geral, SA ^(b)	Vigo	99,75	397 829	584	232 480	(31 262)
Caixa - Banco de Investimento, SA ^(b)	Lisboa	99,63	270 297	30 046	247 190	25 004
CGD - North America	Delaware	100,00	1	-	1	-
CGD - Representação de Bancos, SA	São Paulo	99,88	110	46	68	(59)
Mercantile Lisbon Bank Holdings, Ltd.	Joanesburgo	91,75	72 448	10 925	72 101	8 465
Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau	Macau	100,00	13 641	1 879	5 703	396
Segurador						
Cares - Companhia de Seguros, SA ^(b)	Lisboa	100,00	13 446	3 398	12 918	3 130
Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA ^(b)	Lisboa	100,00	953 889	111 498	994 675	103 541
Império Bonança - Companhia de Seguros, SA	Lisboa	70,00	186 343	29 610	165 480	16 160
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL	Praia	65,30	4 437	564	4 132	487
Via Directa - Companhia de Seguros, SA	Lisboa	100,00	29 133	4 532	23 352	2 491
Crédito Especializado						
BCI Leasing	Maputo	41,99	2 411	172	2 755	65
Caixa Crédito - SFAC, SA	Lisboa	-	-	-	9 543	798
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, SA	Lisboa	100,00	111 397	9 375	102 557	13 801
Gestão de Activos						
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, SA	Lisboa	100,00	28 173	4 534	24 623	4 308
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	Lisboa	100,00	4 356	350	4 006	231
Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	Lisboa	100,00	7 075	4 068	5 007	3 291
Capital de Risco						
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, SARL	Praia	52,69	3 194	-	3 194	(53)
Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA	Lisboa	99,63	27 901	4 025	23 876	5 776
Imobiliário						
Imocaixa - Gestão Imobiliária, SA	Lisboa	100,00	3 769	1 527	2 242	333
Fidelidade Mundial - SGII, SA	Lisboa	100,00	22 543	990	21 546	923
Outras Entidades Financeiras						
CGD Finance	Ilhas Caimão	100,00	247	(4)	263	13
Caixa Geral Finance ^(d)	Ilhas Caimão	0,02	600 181	22 548	610 130	10 067
Caixa Ireland Limited ^(c)	Dublin	99,63	39 140	1	39 130	(2)
Caixa Investments Ireland ^(c)	Dublin	99,63	39 938	802	39 378	400

(continua)

(continuação)

Sector de actividade/Entidade	Sede	2006			2005	
		% Participação Efectiva	Situação líquida ^(a)	Resultado líquido	Situação líquida ^(a)	Resultado líquido
Outros sectores						
Caixa - Sistemas de Informação, SA	Lisboa	100,00	(1 448)	-	(1 448)	-
Caixanet - Telemática e Comunicações, SA	Lisboa	80,00	1 726	6	1 720	48
Caixatec, Tecnologias de Comunicação, SA	Lisboa	100,00	504	(576)	1 079	363
Culturgest - Gestão de Espaços Culturais, SA	Lisboa	96,00	234	(3)	237	1
EAPS - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, SA	Lisboa	100,00	211	24	182	15
EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, SA	Lisboa	100,00	1 126	(35)	1 159	225
LCS - Linha de Cuidados de Saúde, SA	Lisboa	100,00	1 100	(515)	-	-
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, SA	Lisboa	85,00	830	(168)	1 031	(244)
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, SA	Lisboa	100,00	129	35	94	9
HPP - Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA ^(b)	Lisboa	100,00	16 930	723	11 293	188
Servicomercial - Consultoria e Informática, Lda.	Lisboa	70,00	3 516	31	3 185	28
Impergesto - Assistência e Serviços, SA	Lisboa	-	-	-	1 064	234
Imoportal.com - Multimédia, SA	Lisboa	63,00	(1 079)	(563)	(2 229)	12
Portal Executivo - Sociedade de Serviços, Consultoria e Informação em Gestão, SA	Lisboa	75,00	(1 333)	349	(1 297)	(390)
Compal - Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SA	Lisboa	77,88	123 709	1 177	-	-
Wolfpart, SGPS, SA	Lisboa	100,00	50	-	-	-
Agrupamentos Complementares de Empresas						
Groupment d'Interet Economique	Paris					
Sogruupo - Serviços Administrativos, ACE	Lisboa					
Sogruupo - Sistemas de Informação, ACE	Lisboa					
Sogruupo III - Gestão de Activos, ACE	Lisboa					
Sogruupo IV - Gestão de Imóveis, ACE	Lisboa					
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento						
Fundo Nostrum Consumer Finance, FTC	Lisboa	-	395 569	(660)	396 229	(2 660)
Fundo Nostrum Mortgage 2003-1	Lisboa	-	729 953	125	814 621	(1 632)
Nostrum Mortgages PLC	Dublin	-	5 965	5 092	872	1 034
Nostrum Consumer Finance PLC	Dublin	-	4 109	(608)	4 717	683
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados - Grupo CGD	Lisboa	92,30	78 389	12 973	65 416	4 618
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados - PME	Lisboa	63,93	11 175	(322)	11 496	162
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados - Energias Renováveis - Caixa Capital	Lisboa	90,65	51 392	1 392	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	Lisboa	97,82	56 063	330	35 734	674
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1	Lisboa	100,00	14 745	484	14 262	846
Empresas registadas pelo método proporcional						
Esegur - Empresa de Segurança, SA	Lisboa	50,00	7 530	672	4 437	1 594

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

(c) A situação líquida inclui prestações suplementares.

(d) O capital social está representado por 1 000 acções ordinárias com valor unitário de 1 Euro e 600 000 acções preferenciais sem direito de voto com o valor unitário de 1 000 Euros cada.

Os movimentos nas filiais do Grupo durante os exercícios de 2006 e 2005, foram os seguintes:

Banco Caixa Geral, SA (Ex-Banco Simeón, SA)

Em 28 de Junho de 2006, o Banco Simeón alterou a sua denominação para Banco Caixa Geral, SA.

No exercício de 2005, o Banco Caixa Geral efectuou um aumento de capital no montante de mEuros 275 000,

através da emissão de 45 757 072 novas acções com valor nominal unitário de 6,01 Euros. A CGD subscreveu 45 685 240 acções pelo montante de mEuros 274 568, dos quais mEuros 109 836 foram realizados no exercício de 2005. Na sequência desta operação, a participação efectiva do Grupo no Banco Caixa Geral aumentou para 99,75%.

Em 26 de Junho de 2006, procedeu-se à realização da segunda tranche do aumento de capital aprovado em 2005, no total de

mEuros 82 495, tendo a CGD realizado um montante adicional de capital de mEuros 82 305. A terceira e última tranche do referido aumento de capital será realizada no exercício de 2007.

Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SA (Compal), ex-Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, SA (Inbepor) e Nutricafés – Cafés e Restauração, SA (Nutricafés)

Em 2 de Novembro de 2005, a Caixa Desenvolvimento, SGPS, SA (sociedade integralmente detida pelo Caixa – Banco de Investimento, SA) celebrou dois Contratos relativos à aquisição de acções da Compal e da Nutricafés. As principais condições definidas nos Contratos foram as seguintes:

- A Caixa Desenvolvimento e a Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, SA (Sumolis) ("Compradores"), comprometeram-se a adquirir acções representativas da totalidade do capital social da Compal e da Nutricafés, bem como suprimentos e prestações suplementares prestados a estas entidades.

- O preço das acções a adquirir foi fixado em mEuros 365 000 e mEuros 61 000, respectivamente, para as acções da Compal e da Nutricafés. O preço foi determinado tendo em conta pressupostos relativos a indicadores financeiros da Compal e Nutricafés em 30 de Setembro de 2005, podendo ser objecto de correção se, em resultado de auditorias a efectuar às contas das entidades, os referidos indicadores financeiros não viessem a verificar-se.

- Nos termos dos Contratos, a aquisição das acções seria efectuada através de uma sociedade a constituir, cujo capital seria detido em 80% pela Caixa Desenvolvimento e nos restantes 20% pela Sumolis. Neste contexto, foi constituída em Dezembro de 2005 a Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, SA, com um capital de mEuros 50, tendo ainda em 2005, sido realizadas pelos accionistas prestações suplementares num total de mEuros 124 950. A Caixa Desenvolvimento cedeu acções representativas de 25% do capital da Inbepor ao Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD – Caixa Capital.

- Na data dos Contratos, o custo de aquisição e as acções foram desde logo depositados numa escrow account junto da Caixa. No entanto, a concretização das transacções ficou

sujeita à obtenção das autorizações / declarações de não oposição da Autoridade da Concorrência. Até à obtenção das referidas autorizações, os Compradores não poderiam nomear qualquer elemento para os órgãos de gestão das empresas a adquirir, nem exercer controlo sobre a sua gestão.

- A declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência relativamente à aquisição da Nutricafés foi decidida em 23 de Dezembro de 2005, tendo ainda neste mês a gestão da empresa sido transferida para os Compradores. Deste modo, a Nutricafés foi incluída no perímetro de consolidação ainda no exercício de 2005. No entanto, dada a intenção de venda desta participação a curto prazo, foi registada de acordo com a Norma IFRS 5 – "Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" (Nota 12).

- No exercício de 2006, ocorreram os seguintes desenvolvimentos relativos a esta operação:

- Em 9 de Janeiro de 2006 foi obtida a declaração de não oposição da Autoridade da Concorrência relativamente à aquisição da Compal, tendo posteriormente o controlo sido transferido para os compradores;

- Em Março de 2006, a Inbepor alienou a sua participação na Nutricafés, tendo registado uma mais-valia de 6.808 mEuros, face ao custo de aquisição (Nota 34);

- Em Junho de 2006, foi aprovado um aumento de capital da Inbepor de mEuros 50 para mEuros 10 000 por incorporação de prestações suplementares. Adicionalmente, concretizou-se a fusão por incorporação da Compal na Inbepor, sua accionista única. No âmbito da fusão, a Inbepor adoptou a denominação, sede, objecto, actividade, operações, activos e passivos da Compal assegurando o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres, obrigações e compromissos contraídos pela Compal;

- No terceiro trimestre de 2006, foi determinado o preço final da aquisição da Compal, tendo deste processo resultado um investimento adicional de aproximadamente 4 milhões de Euros

O *goodwill* na aquisição da Compal pode ser demonstrado da seguinte forma:

Custo de aquisição	
- Previsto no contrato	365 000
- Ajustamento ao preço	3 986
	368 986
Capitais próprios consolidados da Compal em 31 de Dezembro de 2005	54 190
Prestações suplementares concedidas pelos anteriores accionistas	51 349
Outros ajustamentos	(1 881)
	103 658
Goodwill	265 328

O *goodwill* foi imputado às marcas de propriedade da Compal, que foram, para este efeito, avaliadas ao justo valor por uma entidade independente e especializada. As marcas encontram-se registadas na rubrica "Outros activos intangíveis" (Nota 15).

Caixa Geral de Depósitos – Subsidiária Offshore de Macau (CGD Macau)

A Caixa Geral de Depósitos – Subsidiária Offshore de Macau, SA foi constituída em 2005 com um capital social de 50 000 000 Patacas, correspondentes a mEuros 5 181, integralmente subscrito e realizado pela Caixa. A CGD Macau tem como objecto único o exercício de funções de crédito e a prática dos demais actos inerentes à actividade bancária e financeira *offshore*.

No final de 2006, a CGD Macau efectuou um aumento de capital no montante de 70 milhões de Patacas com o objectivo de proceder à adequação do valor dos Fundos Próprios, de acordo com a legislação actualmente em vigor no território de Macau. Neste contexto, o capital social aumentou para cento e vinte milhões de Patacas, por emissão de setenta mil novas acções com o valor nominal de mil Patacas cada, correspondentes a mEuros 6 636, integralmente subscritas e realizadas em dinheiro pela Caixa.

Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, SA (Culturgest)

Em 8 de Maio de 2006, foi celebrada uma escritura de redução e aumento de capital da Culturgest nos seguintes termos:

- Redução do capital social em mEuros 200 para cobertura de prejuízos, passando de mEuros 250 para mEuros 50, mediante a redução do valor nominal por acção de cinco para um Euro; e simultaneamente,
- Aumento de capital no montante de mEuros 200, através da emissão ao par de 200 000 acções com valor nominal de um Euro cada, a subscrever pelos accionistas. O valor total subscrito pelo Grupo ascendeu a mEuros 195.

Em resultado desta operação, o Grupo reforçou a participação de 90% para 96% no capital social da Culturgest.

Wolfpart, SGPS, SA (Wolfpart)

A Wolfpart, SGPS, SA foi constituída em 2006 com um capital social de mEuros 50, integralmente subscrito e realizado pela Caixa. Esta sociedade tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

No exercício de 2006, a Wolfpart adquiriu 25% do capital da Resortpart, SA. Em 18 de Dezembro de 2006, a Wolfpart concedeu à Resortpart suprimentos, no montante de mEuros 28 000, pelo prazo de 10 anos, os quais se destinam à aquisição de participações no Grupo Vale do Lobo (Nota 19).

Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA

Caixa Crédito – SFAC, SA (liquidada)

Em 24 de Março de 2006, foi celebrado um contrato de aquisição da totalidade dos activos e passivos da Caixa Crédito pela Caixa Leasing e Factoring, com referência a 1 de Janeiro de 2006, pelo montante de mEuros 9 543. Em consequência desta operação a Caixa Crédito extinguiu-se, tendo transmitido para a Caixa Leasing e Factoring a universalidade dos seus direitos e obrigações.

LCS – Linha de Cuidados de Saúde, SA

Com o objectivo de efectuar a gestão do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde, foi constituída, no primeiro semestre de 2006, a LCS – Linha de Cuidados de Saúde, SA. O capital social é de mEuros 1 615, tendo sido integralmente subscrito e realizado pela EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, SA, cujo capital social é detido, indirectamente, na sua totalidade pela Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA.

Caixaweb, SGPS, SA (em liquidação)

Caixatec - Tecnologias de Comunicação, SA (ex-Caixaweb, Serviços Técnicos e de Consultoria, SA)

Portal Executivo – Sociedade de Serviços, Consultoria e Informação em Gestão, SA (Portal Executivo)

Imoportal.com – Multimédia, SA (Imoportal)

No âmbito da reorganização da presença do Grupo CGD na web, procedeu-se, durante o ano de 2006, à dissolução da Caixaweb, SGPS, SA e foi aprovada a fusão da Caixaweb - Serviços Técnicos e de Consultoria, SA com a Imoportal.com, com efeitos a partir do início de 2007, sendo a denominação da sociedade resultante Caixatec – Tecnologias de Comunicação, SA. Esta empresa passou a estar vocacionada exclusivamente para o desenvolvimento de portais associados aos negócios do Grupo. Foi também aprovada em Assembleia-Geral do Portal Executivo a sua dissolução.

Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados - Energias Renováveis - Caixa Capital (“FIQ Energias Renováveis - Caixa Capital”)

Em 16 de Janeiro de 2006, foi constituído o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados - Energias Renováveis - Caixa Capital, com um capital subscrito de 50 000 mEuros, representado por 2 000 unidades de participação. O Caixa - Banco de Investimento, SA subscreveu 1 820 unidades de participação pelo valor nominal de mEuros 45 500, dos quais mEuros 36 700 se encontram por realizar em 31 de Dezembro de 2006.

Caixa Seguros, SGPS, SA (Caixa Seguros)

Em 3 de Março de 2005, foi celebrada uma escritura de redução e aumento de capital da Caixa Seguros nos seguintes termos:

- Redução do capital social para cobertura de prejuízos de mEuros 596 400, passando de mEuros 994 000 para mEuros 397 600, mediante a redução do valor nominal por acção de cinco para dois Euros; e simultaneamente,

- Aumento de capital no montante de mEuros 50 800, através da emissão de 25 400 000 acções com valor nominal de dois Euros cada subscritas ao preço de 9,26 Euros cada, a que corresponde um prémio de emissão de 7,26 Euros por acção. O valor total subscrito pela Caixa ascendeu a mEuros 235 204.

Caixa – Brasil, SGPS, SA (Caixa Brasil)

A Caixa Brasil detinha participações directas e indirectas no banco brasileiro Unibanco – União de Bancos Brasileiros. Em Setembro de 2005, a Caixa Brasil alienou as referidas participações, tendo registado uma mais-valia de mEuros 145 413 , líquida de custos de transacção e imposto retido no Brasil (Nota 8).

Na Assembleia-Geral de Accionistas realizada em 24 de Novembro de 2005 foi deliberada a dissolução da Caixa Brasil. Foi ainda aprovado que no âmbito da liquidação fossem transmitidos para o accionista Caixa Geral de Depósitos, S.A. todos os seus activos e passivos, sendo o accionista Caixa – Participações, SGPS, S.A. resarcido em numerário pelo montante correspondente à sua percentagem de participação no capital próprio da Caixa Brasil.

Império Bonança, SGPS, SA (Império Bonança)

Em 16 de Julho de 2004, a Caixa, a Caixa Seguros e o Banco Comercial Português, S.A. (BCP) assinaram um “Contrato de compra e venda de acções a contado e a termo e mandato” (“Contrato”). Foram objecto deste contrato acções da Império Bonança, a qual em 31 de Dezembro de 2004 detinha a totalidade do capital das seguintes entidades (“Sociedades”):

- Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.;
- Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, S.A.;
- Impergesto – Assistência e Serviços, S.A., e
- Servicomercial – Consultoria e Informática, Lda..

O Contrato estava condicionado à obtenção das autorizações e declarações de não oposição das autoridades competentes (Instituto de Seguros de Portugal e Autoridade da Concorrência), as quais foram obtidas no final do exercício de 2004. Nos termos

do Contrato, a realização das formalidades relativas à compra e venda das acções ocorreu no dia 28 de Janeiro de 2005 (a Data de Formalização), data em que se verificou a transferência efectiva da gestão das Sociedades para a Caixa.

O Contrato previa as seguintes operações:

- Aquisição pela Caixa Seguros ao BCP na Data de Formalização de acções representativas de 70% do capital da Império Bonança;
- Aquisição pela Caixa Seguros ao BCP, a termo, das acções representativas dos restantes 30% do capital da Império Bonança.

O preço final das acções adquiridas em Janeiro de 2005 ascendeu a mEuros 257 173.

O preço das acções a transaccionar a termo foi fixado em mEuros 102 900, dos quais mEuros 14 939 foram pagos na

Data de Formalização, devendo os restantes mEuros 87 961 ser pagos em 16 de Julho de 2007, acrescidos do valor da correção monetária a partir da Data de Formalização (Nota 26). O BCP fica com a opção de antecipação deste prazo, no caso de ocorrer a admissão à cotação de acções de uma holding a constituir pela Caixa que agregue as suas participações no sector segurador, sendo neste caso o remanescente a pagar ajustado com base no valor de mercado das acções da referida holding. Relativamente às acções a transaccionar a termo, a Caixa Seguros terá direito a receber por inteiro todos os dividendos e quaisquer outros direitos patrimoniais vencidos após a Data de Formalização.

O custo de aquisição após as correções acima referidas apresentam o seguinte detalhe:

Custo de aquisição das acções transaccionadas em Janeiro de 2005	257 173
Custo de aquisição das acções a transaccionar a termo	102 900
Custos incorridos com a aquisição	1 822
Parcela do preço relativa à Seguro Directo	(17 000)
Ajustamento ao preço de aquisição pago pela Caixa Seguros	2 963
Outras despesas	74
	347 932



A determinação do *goodwill* na aquisição da Império Bonança pode ser demonstrada da seguinte forma:

Custo de aquisição	347 932
Capitais próprios contabilísticos das empresas adquiridas	166 713
Ajustamentos aos capitais próprios	
- Cálculo do <i>Value in Force</i> (Nota 15)	46 386
- Outros ajustamentos	(15 867)
	197 232
<i>Goodwill</i> (Nota 15)	150 700

Na sequência das condições impostas no final de 2004 pela Autoridade da Concorrência para realização da operação, a Caixa mandatou o BCP Investimentos para proceder à venda da participação na Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, SA, o que provocou uma redução de mEuros 17 000 no custo de aquisição.

Caixa Geral Finance Limited (Caixa Geral Finance)

A Caixa Geral Finance, com sede nas Ilhas Caimão, procedeu em 2005 à emissão de acções preferenciais sem direito de voto no montante de mEuros 350 000 (Nota 29). Apesar de não ter subscrito estas emissões, a Caixa detém a totalidade das acções ordinárias.

4. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Caixa	434 768	421 134
Depósitos à ordem em Bancos Centrais		
Capital	1 806 639	1 566 245
Juros a receber	1 886	1 521
	2 243 293	1 988 900

Os depósitos à ordem da Caixa no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os fundos que a Caixa e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.

5. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Cheques a cobrar		
No País	393 719	309 662
No Estrangeiro	22 815	25 456
	416 534	335 118
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
No País	88 628	148 861
No Estrangeiro	173 818	122 466
	262 446	271 327
Juros a receber	2	-
	262 448	271 327
	678 982	606 445

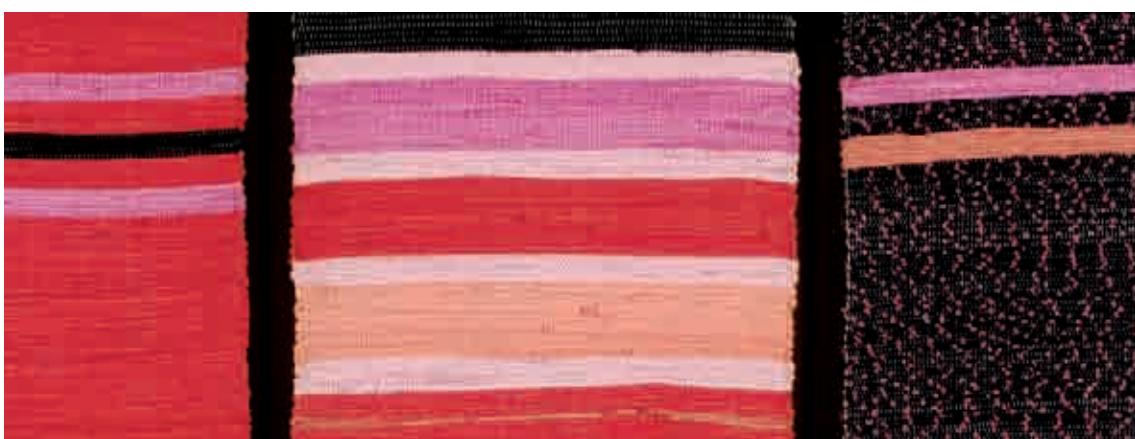
Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente.

6. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Mercado monetário interbancário	138 000	848 875
Depósitos a prazo		
No País	92 956	142 695
No Estrangeiro	5 780 540	4 113 958
Empréstimos		
No País	607 150	270 415
No Estrangeiro	997 094	595 741
Outras aplicações		
No País	244 635	28 713
No Estrangeiro	379 629	3 169 607
Operações de compra com acordo de revenda	186 495	66 027
	8 426 499	9 236 031
Juros a receber	34 757	19 152
Juros vencidos a regularizar	1	1 554
Proveitos diferidos	(454)	(1 146)
	8 460 803	9 255 591
Imparidade	(2 355)	(890)
	8 458 448	9 254 701

O movimento da imparidade de aplicações em instituições de crédito, durante os exercícios de 2006 e 2005, é apresentado na Nota 39.



7. Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2006			2005		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
- De emissores públicos:						
. Títulos da dívida pública	523 074	1 235	524 309	408 970	-	408 970
. Bilhetes do Tesouro	22 473	15 454	37 927	94 681	106 410	201 091
. Obrigações de outros emissores públicos:						
Nacionais	2 768	17 351	20 119	3 042	17 323	20 365
Estrangeiros	1 107 270	10 849	1 118 119	1 589 885	46 057	1 635 942
- De Organismos Financeiros Internacionais	142 530	92 411	234 941	86 037	9 010	95 047
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	287 322	884 227	1 171 549	321 732	1 450 845	1 772 577
De não-residentes	2 298 597	1 095 418	3 394 015	1 469 144	975 879	2 445 023
	4 384 034	2 116 945	6 500 979	3 973 491	2 605 524	6 579 015
Instrumentos de capital						
De residentes	60 170	47 660	107 830	7 455	217	7 672
De não-residentes	58 694	14	58 708	55 531	3 268	58 799
	118 864	47 674	166 538	62 986	3 485	66 471
Outros instrumentos financeiros						
- Unidades de participação						
De residentes	388 719	407 023	795 742	180 269	366 365	546 634
De não-residentes	6 243		6 243	21 965	-	21 965
- Outros						
De residentes	-	2 500	2 500	-	-	-
De não-residentes	-	7 224	7 224	-	11 342	11 342
	394 962	416 747	811 709	202 234	377 707	579 941
Crédito e outros valores a receber	12 397	-	12 397	17 322	-	17 322
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)						
- Swaps	298 452	-	298 452	325 582	-	325 582
- Futuros e outras operações a prazo	7 198	-	7 198	9 146	-	9 146
- Opções de divisas e cotações	38 845	-	38 845	16 412	-	16 412
- Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	6 838	-	6 838	844	-	844
	351 333	-	351 333	351 984	-	351 984
	5 261 590	2 581 366	7 842 956	4 608 017	2 986 716	7 594 733

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluem unidades de

participação de fundos de investimento geridos por entidades do Grupo nos montantes de mEuros 783 190 e mEuros 501 430, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Instrumentos de dívida" inclui títulos dados em garantia a diversas entidades com um valor de balanço de mEuros 1 623 453 e mEuros 1 580 813, respectivamente. Na Nota 23, estes títulos estão reflectidos ao valor nominal.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica "Instrumentos de dívida – de outros emissores não residentes" inclui obrigações emitidas por uma Sociedade com sede no Luxemburgo, cujo valor líquido ascende a mEuros 71 192. No exercício de 2005, foram reconhecidas perdas nestes títulos no montante de mEuros 32 828. Estes títulos foram alienados em Março de 2006 por 102 000 000 Dólares Norte-Americanos (mEuros 86 463, ao câmbio em vigor em 31 de Dezembro de 2005), tendo sido registado um ganho de mEuros 13 833 no exercício.

8. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Instrumentos de dívida:		
De dívida pública	198 902	538 325
De outros emissores públicos	3 157 141	4 115 317
De organismos financeiros internacionais	180 040	15 157
De outros emissores	5 215 545	3 623 275
Juros a receber	413 494	-
	9 165 122	8 292 074
Instrumentos de capital:		
Valorizados ao justo valor	2 551 245	1 935 469
Valorizados ao custo histórico	60 704	199 007
	2 611 949	2 134 476
Outros instrumentos		
	654 937	677 910
	12 432 008	11 104 460

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Outros instrumentos" inclui unidades de participação de fundos geridos por entidades do Grupo nos montantes de mEuros 453 055 e mEuros 388 069, respectivamente.



Os instrumentos de capital incluem as seguintes participações:

	2006						
	Actividade bancária	Actividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Percentagem efectiva (%)
Valorizados ao justo valor							
EDP – Energias de Portugal, SA	670 549	23 021	-	693 570	-	693 570	4,94
Portugal Telecom, SA	508 794	57 686	-	566 480	-	566 480	5,10
Banco Comercial Português, SA	401 846	41 739	-	443 585	(220 867)	222 718	2,20
Instituto Nacional de Habitação	91 288	-	-	91 288	-	91 288	52,49
Cimpor, SGPS, SA	83 731	2 594	-	86 325	-	86 325	2,04
Galp Energia, SGPS, SA	57 550	14 765	-	72 315	-	72 315	1,26
La Seda Barcelona, SA	-	-	50 429	50 429	-	50 429	5,00
PT Multimédia, SGPS, SA	57 570	4 007	-	61 577	(19 160)	42 417	1,41
Euronext N. V.	38 654	-	-	38 654	-	38 654	0,38
SICAV Novenergia 2010	-	-	14 253	14 253	-	14 253	20,06
Finpro, SGPS, SA	-	-	13 658	13 658	-	13 658	17,15
Banif, SGPS, SA	-	9 142	-	9 142	-	9 142	0,69
Sonae, SGPS, SA	-	5 863	-	5 863	-	5 863	0,19
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, SA	-	5 197	-	5 197	-	5 197	0,09
Banco BPI, SA	-	3 450	-	3 450	-	3 450	0,08
Acções de entidades estrangeiras	786	617 258	4 082	622 126	(2 795)	619 331	
Outros	-	14 585	12 952	27 537	(11 382)	16 155	
	1 910 768	799 307	95 374	2 805 449	(254 204)	2 551 245	
Valorizados ao custo histórico							
Fundo Margueira Capital	47 438	-	-	47 438	-	47 438	21,13
VAA - Vista Alegre Atlantis, SA	15 863	-	-	15 863	(15 863)	-	14,07
Outros	16 686	1 767	1 155	19 608	(6 342)	13 266	
	79 987	1 767	1 155	82 909	(22 205)	60 704	
	1 990 755	801 074	96 529	2 888 358	(276 409)	2 611 949	

	2005						
	Actividade bancária	Actividade seguradora	Banca de investimento e capital de risco	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Percentagem efectiva (%)
Valorizados ao justo valor							
Portugal Telecom, SA	442 093	44 222	-	486 315	-	486 315	5,04
EDP – Energias de Portugal, SA	454 017	8 744	-	462 761	-	462 761	4,87
Banco Comercial Português, SA	394 455	21 662	-	416 117	(234 535)	181 582	2,31
PT Multimédia, SGPS, SA	57 138	359	-	57 497	(19 160)	38 337	1,29
Cimpor, SGPS, SA	37 200	687	-	37 887	-	37 887	1,21
Euronext N. V.	19 003	-	-	19 003	-	19 003	0,38
Silger, SGPS, S A	-	-	18 606	18 606	-	18 606	15,21
Visabeira, SGPS, S A	-	-	16 500	16 500	-	16 500	4,00
Finpro, SGPS, S A	-	-	13 166	13 166	-	13 166	17,15
Banif SGPS, S A	-	11 555	-	11 555	-	11 555	1,77
Banco BPI, S A	-	7 823	-	7 823	-	7 823	0,27
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA	-	5 499	-	5 499	-	5 499	0,98
SICAV Novenergia 2010	-	-	4 163	4 163	-	4 163	10,11
Sonae, SGPS, SA	-	638	-	638	-	638	0,03
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, SA	-	627	-	627	-	627	0,01
Acções de entidades estrangeiras	2 453	601 528	-	603 981	-	603 981	
Outros	1 555	8 153	37 842	47 550	(20 524)	27 026	
	1 407 914	711 497	90 277	2 209 688	(274 219)	1 935 469	
Valorizados ao custo histórico							
Instituto Nacional de Habitação	120 525	-	-	120 525	-	120 525	52,49
Fundo Margueira Capital	47 438	-	-	47 438	-	47 438	21,13
CGD USA Holding Company Inc.	24 150	-	-	24 150	(2 958)	21 192	51,00
Outros	15 016	3	1 083	16 102	(6 250)	9 852	
	207 129	3	1 083	208 215	(9 208)	199 007	
	1 615 043	711 500	91 360	2 417 903	(283 427)	2 134 476	

Na preparação dos mapas acima foram utilizados os seguintes critérios:

- A coluna "Actividade seguradora" inclui os títulos da Caixa Seguros e da Garantia;
- A coluna "Banca de investimento e capital de risco" inclui os títulos detidos pelo Caixa - Banco de Investimento e pela área de capital de risco do Grupo, incluindo os fundos de capital de risco que são consolidados (Nota 3);
- Os títulos detidos pelas restantes entidades foram imputados à "Actividade bancária".

Os principais instrumentos de capital registados como "Activos financeiros disponíveis para venda" tiveram os seguintes movimentos em 2006 e 2005:

EDP – Energias de Portugal, SA (EDP)

Em 2005, a CGD alienou à Parpública o lote de 179 372 198 acções não reprivatizadas que detinha por mEuros 408 969, determinados com base na cotação de fecho do dia 31 de Agosto de 2005. Em resultado desta operação, a Caixa registou uma mais-valia de mEuros 8 969 (Nota 33).

Durante o exercício de 2006, foram adquiridas 17 750 635 acções pelo valor global de mEuros 53 096, que foram subsequentemente alienadas por mEuros 53 155. Dado que a valorização das acções é efectuada com base no custo médio ponderado de aquisição, o Grupo registou uma mais-valia de mEuros 13 342 (Nota 33).

Banco Comercial Português, SA (BCP)

No exercício de 2005, a CGD alienou 16 000 000 de acções do BCP por mEuros 36 800, tendo registado uma mais-valia de mEuros 8 443 (Nota 33).

Em 2006, a CGD alienou 4 000 000 de acções do BCP por mEuros 10 665, tendo registado uma mais-valia de mEuros 3 585 (Nota 33).

Cimpor, SGPS, SA (Cimpor)

Em 30 de Dezembro de 2005, a CGD adquiriu 8 000 000 de acções da Cimpor por um montante global de mEuros 36 800. Durante o ano de 2006, a CGD reforçou a sua posição no núcleo accionista da empresa, tendo adquirido

5 311 824 acções, por um montante global de mEuros 27 821. No final do exercício, a participação do Grupo representava 2,04% do capital social da Cimpor.

Galp Energia, SGPS, SA (Galp)

Em 28 de Março de 2006, a CGD adquiriu 1 658 502 acções, representativas de 1% do capital social da GALP, pelo valor global de mEuros 50 752. Em 3 de Agosto de 2006, a Galp realizou um *Stock Split* na proporção de 5 novas acções por cada acção anteriormente detida, ficando estas com o valor nominal de 1 Euro. Em resultado desta operação, em 31 de Dezembro de 2006, a CGD detinha 8 292 510 acções da Galp.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros

(Unibanco) e Unibanco Holdings

Em Setembro de 2005, a Caixa Brasil alienou as participações que detinha no Unibanco e na Unibanco Holdings. Para este efeito, as acções detidas pela Caixa Brasil foram convertidas em 86 149 216 *Units*, compostas por uma acção preferencial da Unibanco Holdings e uma acção preferencial do Unibanco.

A operação de venda foi efectuada em duas tranches:

- 1) A oferta base, constituída por 74 912 362 *Units*;
- 2) Uma oferta adicional (*Green Shoe*), que correspondeu a uma opção concedida aos bancos coordenadores da oferta de, num prazo até 30 dias, adquirirem um lote suplementar de 11 236 854 *Units*, nas mesmas condições e preço das *Units* inicialmente oferecidas no âmbito da oferta base.

A Oferta Pública de Venda foi registada em 14 de Setembro de 2005. O *Green Shoe* foi exercido em 20 de Setembro, tendo a liquidação financeira da operação sido concluída em 23 de Setembro de 2005.

O valor final global das *Units* no âmbito da oferta ascendeu a 758 147 491 Dólares Norte-Americanos. O valor de venda, líquido de comissões e despesas, pode ser demonstrado da seguinte forma:

Valor de venda (bruto)	617 252
Comissões	(12 345)
Outros	(1 586)
Total	603 321
Custo de aquisição	(419 398)
Mais-valia (Nota 33)	183 923

Relativamente a esta mais-valia, foi retido no Brasil Imposto de Renda no total de mEuros 38 510.

VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA (Vista Alegre)

Em 3 de Fevereiro de 2006, foi celebrado um contrato de reestruturação financeira da dívida da Vista Alegre, aditado em 21 de Abril de 2006. Neste âmbito, foi efectuado um aumento do capital social da Vista Alegre para mEuros 29 008, mediante a emissão de 59 091 735 acções, tendo a CGD subscrito 20 394 740 acções pelo valor global de mEuros 4 080, através da conversão de créditos sobre a empresa.

Adicionalmente, converteram-se créditos de mEuros 11 783 em prestações suplementares de capital. As referidas prestações não vencem juros e só poderão ser reembolsadas desde que a situação líquida da Vista Alegre não se torne, por efeito desse reembolso, inferior à soma do capital e da reserva legal.

A CGD registou uma perda por imparidade de mEuros 15 863 (Nota 39), pelo montante total das acções e prestações suplementares de capital recebidas nesta operação, compensando deste modo a reposição da imparidade anteriormente registada para os créditos convertidos.

CGD USA Holding Company (CGD USA)

Em 3 de Março de 2006, o Grupo CGD alienou a sua participação de 51% do capital social na CGD USA Holding Company, Inc. que por sua vez detinha a totalidade do capital social do Crown Bank, N.A.. A venda foi efectuada pelo montante de USD 25 000 000, tendo sido recebido na data da venda USD 7 000 000. O remanescente em dívida, no valor de USD 18 000 000, será pago no prazo de um ano, sendo remunerado a uma taxa indexada à Libor a 12 meses (mEuros 13 645 ao câmbio em vigor em 31 de Dezembro de 2006). Em 31 de Dezembro de 2006, o valor dos juros a receber ascendia a

mEuros 209 (Nota 19). Desta operação resultou uma mais-valia de mEuros 470 (Nota 33).

La Seda Barcelona, SA

No exercício de 2006, a Caixa Capital, a Caixa Desenvolvimento e o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Grupo CGD – Caixa Capital participaram no aumento de capital da La Seda Barcelona (cotada na Bolsa de Valores de Madrid), tendo adquirido 8 400 000 direitos de subscrição por mEuros 864 e, subsequentemente, subscrito 16 800 000 acções ao preço unitário de 1,5 Euros por acção, totalizando o custo de aquisição mEuros 26 064. Até ao final de 2006, as referidas entidades adquiriram ainda em Bolsa 4 038 733 acções, cujo custo ascendeu a mEuros 8 095 .

Fespect – Serviços de Consultoria, SA (Fespect)

Em Outubro de 2004, a Caixa Capital adquiriu 21 250 acções da Fespect por mEuros 21. Adicionalmente, em Dezembro de 2004, participou no aumento de capital desta Sociedade através da subscrição de 616 250 acções com valor nominal de 1 Euro, pelo montante global de mEuros 616.

Em Dezembro de 2005, a Caixa Capital alienou a sua participação na Fespect pelo montante global de mEuros 6 289, tendo registado uma mais-valia de mEuros 5 652 (Nota 33).

9. Produtos Unit-Linked

Os "Investimentos associados a produtos *unit-linked*" correspondem a activos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os activos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados reflectida na rubrica "Responsabilidades para com subscritores de produtos *unit-linked*", do passivo. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
Instrumentos de dívida	636 275	464 164
Instrumentos de capital	5 247	5 628
Outros instrumentos	57 249	12 690
Derivados	855	1 468
Aplicações em Instituições de crédito	148 775	185 272
Responsabilidades para com subscritores de produtos <i>unit-linked</i>	848 401	669 222
	847 369	669 222

10. Derivados

A Caixa realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

A Caixa controla os riscos das suas actividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações,

definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respectivos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7. c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2006						
	Montante nocional			Valor contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
Operações Cambiais a Prazo							
Forwards Cambiais							
Compras	32 181	190	32 371	3 852	(2 434)	-	-
Vendas	149 023	184	149 207				1 418
NDF (No Deliverable Forward)							
Compras	87 764	-	87 764	1 127	(1 281)	-	-
Vendas	87 708	-	87 708				(154)
FRA (Forward rate agreements)	805 800	-	805 800	269	(279)	-	-
Swaps							
Swaps Cambiais							
Compras	5 819 161	-	5 819 161	28 957	(83 888)	-	-
Vendas	5 866 984	-	5 866 984				(54 931)
Interest rate swaps e cross currency							
Interest rate swaps							
Compras	36 525 966	5 908 702	42 434 668	255 188	(258 072)	108 190	(626 163) (520 857)
Vendas	36 503 887	5 994 621	42 498 508				
Swaps de Eventos de Crédito							
Compras	700 228	-	700 228	5 494	(955)	-	-
Vendas	700 228	-	700 228				4 539
Swaps de Cotações							
Compras	20 764	-	20 764	8 813	-	-	-
Vendas	20 764	-	20 764				8 813
Futuros							
Futuros sobre Divisas							
Posições Longas	16 507	-	16 507	-	-	-	-
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-	-
Futuros de Taxa de Juro							
Posições Longas	(16 856)	-	(16 856)	913	-	-	-
Posições Curtas	882 102	-	882 102				913
Futuros de Cotações							
Posições Longas	288 578	-	288 578	-	(99)	-	-
Posições Curtas	39 669	-	39 669				(99)
Outros Futuros							
Negociados em nome de clientes							
Posições Longas	30 061	-	30 061	-	-	-	-
Posições Curtas	38 340	-	38 340				
Opções Divisas							
Compras	340 889	-	340 889	6 396	(4 560)	-	-
Vendas	342 983	-	342 983				1 836
Cotações							
Compras	353 706	-	353 706	32 449	(67 573)	-	-
Vendas	236 277	-	236 277				(35 124)
Taxa de Juro (Caps & Floors)							
Compras	1 091 061	-	1 091 061	6 838	(6 839)	-	-
Vendas	974 338	-	974 338				(1)
Outros	-	-	-	1 037	(5 126)	-	-
	91 938 113	11 903 697	103 841 810	351 333	(431 106)	108 190	(626 163) (597 746)

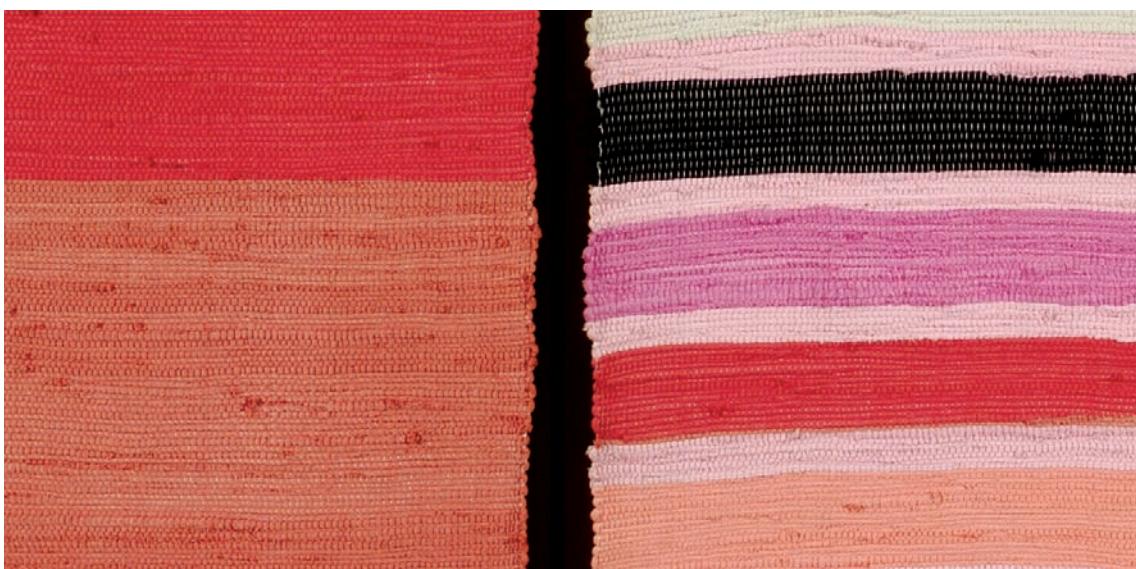
Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Passivos detidos para negociação" inclui mEuros 158 798 relativos a vendas a descoberto de títulos de taxa fixa.

	2005					
	Montante nocional			Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 7)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura Activo Passivo Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais				8 961	(14)	- - 8 947
Compras	301 178	-	301 178			
Vendas	438 688	-	438 688			
FRA (Forward rate agreements)	5 800	-	5 800	-	(36)	- - (36)
Swaps						
Swaps Cambiais				85 713	(11 144)	- - 74 569
Compras	4 239 790	-	4 239 790			
Vendas	4 168 106	-	4 168 106			
Interest rate swaps e cross currency						
Interest rate swaps				239 830	(304 631)	199 186 (414 529) (280 144)
Compras	25 188 508	5 157 029	30 345 537			
Vendas	24 914 115	5 121 311	30 035 426			
Swaps de Eventos de Crédito				39	(77)	- - (38)
Compras	67 126	-	67 126			
Vendas	67 126	-	67 126			
Futuros						
Futuros de Taxa de Juro				185	(46)	- - 139
Posições Longas	10 872	-	10 872			
Posições Curtas	1 632 377	-	1 632 377			
Futuros de Cotações				-	-	- - -
. Negociados em nome de clientes				-	-	
Posições Longas	-	-	-			
Posições Curtas	15 433	-	15 433			
. Outros				-	-	
Posições Longas	6 547	-	6 547			
Posições Curtas	7 111	-	7 111			
Opções						
Divisas				2 264	(1 209)	- - 1 055
Compras	294 450	-	294 450			
Vendas	165 846	-	165 846			
Cotações				14 148	(34 090)	- - (19 942)
Compras	158 087	-	158 087			
Vendas	164 435	-	164 435			
Taxa de Juro (Caps & Floors)				844	(410)	- - 434
Compras	334 010	-	334 010			
Vendas	592 560	-	592 560			
Outros	-	-	-	(1 291)	-	- (1 291)
	62 772 165	10 278 340	73 050 505	351 984	(352 948)	199 186 (414 529) (216 307)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2006					
	≤ 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1ano ≤ 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
Forwards Cambiais						
Compras	9 079	1 052	1 109	21 131	-	32 371
Vendas	9 441	1 177	137 398	1 191	-	149 207
NDF (<i>No Deliverable Forward</i>)						
Compras	87 764	-	-	-	-	87 764
Vendas	87 708	-	-	-	-	87 708
FRA (<i>Forward rate agreements</i>)	-	200 000	200 000	405 800	-	805 800
Swaps						
Swaps Cambiais						
Compras	4 878 350	701 509	239 302	-	-	5 819 161
Vendas	4 917 765	707 257	241 962	-	-	5 866 984
Interest rate swaps e cross currency						
Interest rate swaps						
Compras	9 803 388	2 679 781	3 914 571	19 089 938	6 946 990	42 434 668
Vendas	9 740 017	2 690 022	3 914 610	19 161 348	6 992 511	42 498 508
Swaps de Eventos de Crédito						
Compras	-	-	-	361 245	338 983	700 228
Vendas	-	-	-	361 245	338 983	700 228
Swaps de Cotações						
Compras	-	-	-	20 764	-	20 764
Vendas	-	-	-	20 764	-	20 764
Futuros						
Futuros sobre Divisas						
Posições Longas	-	16 507	-	-	-	16 507
Posições Curtas	-	-	-	-	-	-
Futuros de Taxa de Juro						
Posições Longas	(16 856)	-	-	-	-	(16 856)
Posições Curtas	633 958	84 684	163 460	-	-	882 102
Futuros de Cotações						
Posições Longas	288 578	-	-	-	-	288 578
Posições Curtas	9 359	-	-	30 310	-	39 669
Outros Futuros						
Negociados em nome de clientes						
Posições Longas	23 207	-	6 854	-	-	30 061
Posições Curtas	35 256	-	3 084	-	-	38 340
Opções (Divisas e Cotações)						
Compras	117 144	103 889	180 811	286 437	6 314	694 595
Vendas	143 522	116 815	166 230	152 693	-	579 260
Caps & Floors						
Compras	-	6 983	39 835	653 543	390 700	1 091 061
Vendas	-	56 984	51 870	483 549	381 935	974 338
	30 767 680	7 366 660	9 261 096	41 049 958	15 396 416	103 841 810

	2005					
	≤3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 1 ano	> 1ano ≤ 5 anos	> 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo						
<i>Forwards Cambiais</i>						
Compras	293 924	3 836	3 418	-	-	301 178
Vendas	431 723	3 760	3 205	-	-	438 688
FRA (Forward rate agreements)	-	-	-	5 800	-	5 800
Swaps						
<i>Swaps Cambiais</i>						
Compras	374 861	2 951	3 051 140	810 838	-	4 239 790
Vendas	368 523	2 901	2 999 553	797 129	-	4 168 106
<i>Interest rate swaps e cross currency Interest rate swaps</i>						
Compras	4 353 443	2 678 849	4 626 932	13 942 313	4 744 000	30 345 537
Vendas	4 308 953	2 651 473	4 579 648	13 799 832	4 695 520	30 035 426
<i>Swaps de Eventos de Crédito</i>						
Compras	-	-	-	67 126	-	67 126
Vendas	-	-	-	67 126	-	67 126
Futuros						
<i>Futuros de Taxa de Juro</i>						
Posições Longas	10 872	-	-	-	-	10 872
Posições Curtas	1 279 377	36 000	86 000	231 000	-	1 632 377
<i>Futuros de Cotações</i>						
. Negociados em nome de clientes	15 433	-	-	-	-	15 433
. Outros						
Posições Longas	6 547	-	-	-	-	6 547
Posições Curtas	3 787	3 324	-	-	-	7 111
Opções (Divisas e Cotações)						
<i>Compras</i>						
Compras	30 000	113 820	238 307	64 049	6 361	452 537
Vendas	45 000	111 461	88 361	85 459	-	330 281
Caps & Floors						
<i>Compras</i>						
Compras	-	-	10 000	252 560	71 450	334 010
Vendas	100 000	105 000	45 000	342 560	-	592 560
	11 622 443	5 713 375	15 731 564	30 465 792	9 517 331	73 050 505



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, por tipo de contraparte, apresenta o seguinte detalhe:

	2006		2005	
	Valor Nocial	Valor Contabilístico	Valor Nocial	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo				
<i>Forwards Cambiais</i>				
Instituições Financeiras	494	(2 372)	514 586	5 366
Clientes	181 084	3 790	225 280	3 581
	181 578	1 418	739 866	8 947
NDF (Non Deliverable Forward)				
Instituições Financeiras	85 254	(1 281)	-	-
Clientes	90 218	1 127	-	-
	175 472	(154)	-	-
FRA (Forward rate agreements)				
Instituições Financeiras	805 800	(10)	5 800	(36)
Swaps				
<i>Swaps Cambiais</i>				
Instituições Financeiras	11 680 185	(54 747)	8 407 896	74 569
Clientes	5 960	(184)	-	-
	11 686 145	(54 931)	8 407 896	74 569
<i>Interest rate swaps e cross currency Interest rate swaps</i>				
Instituições Financeiras	82 741 334	(532 114)	59 729 277	(315 407)
Clientes	2 191 842	11 257	651 686	35 263
	84 933 176	(520 857)	60 380 963	(280 144)
<i>Swaps de Eventos de Crédito</i>				
Instituições Financeiras	1 400 456	4 539	134 252	(38)
<i>Swaps de Cotações</i>				
Instituições Financeiras	41 528	8 813	-	-
Futuros				
<i>Futuros sobre Divisas</i>				
Instituições Financeiras	16 507	-	1 643 249	139
<i>Futuros de Taxa de Juro</i>				
Instituições Financeiras	11 500	-	-	-
Em Bolsa	853 746	913	-	-
	865 246	913	-	-
<i>Futuros de Cotações</i>				
Em Bolsa	326 536	(99)	13 658	-
Clientes	1 711	-	15 433	-
	328 247	(99)	29 091	-
<i>Outros Futuros</i>				
Em Bolsa	68 401	-	-	-
Opções (Divisas e Cotações)				
Instituições Financeiras	930 461	24 288	780 835	(4 238)
Clientes	308 794	(57 839)	1 983	(14 649)
Em Bolsa	34 600	263	-	-
	1 273 855	(33 288)	782 818	(18 887)
Caps & Floors				
Instituições Financeiras	1 309 296	(2 497)	610 494	(55)
Clientes	756 103	2 496	316 076	489
	2 065 399	(1)	926 570	434
Outros				
Instituições Financeiras	-	(4 089)	-	(1 291)
	103 841 810	(597 746)	73 050 505	(216 307)

11. Crédito a Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	42 556 807	38 865 345
Créditos em conta corrente	3 317 286	4 167 700
Outros créditos	6 139 068	3 840 580
Outros créditos e valores a receber - Papel Comercial	1 082 746	-
Operações de locação financeira imobiliária	1 058 123	915 385
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	993 163	772 413
Operações de compra com acordo de revenda	698 093	28 274
Operações de locação financeira mobiliária	641 593	526 245
Créditos tomados - <i>factoring</i>	395 996	396 984
Descobertos em depósitos à ordem	257 825	268 904
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	1 436	5 647
	57 142 136	49 787 477
Juros a receber	480 534	309 372
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(61 816)	(14 316)
	57 560 854	50 082 533
Crédito e juros vencidos	1 263 566	1 254 717
	58 824 420	51 337 250
Imparidade (Nota 39)	(1 556 149)	(1 401 319)
	57 268 271	49 935 931

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Crédito interno - Outros créditos" incluía mEuros 72 543 e mEuros 70 529, respectivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

Conforme referido na Nota 2.7. a) i), no exercício de 2005, o papel comercial encontrava-se registado na rubrica "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" (Nota 7), ascendendo o seu valor de balanço, nessa data, a mEuros 1 218 958.

Em 31 de Dezembro de 2006, as "Comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado" incluem custos diferidos com angariação de contratos de crédito, que em 31 de Dezembro de 2005 totalizavam

mEuros 28 127 e se encontravam registados em "Outros activos" (Nota 19). Incluem ainda proveitos diferidos relacionados com comissões e taxas cobradas na originação de contratos de crédito, que em 31 de Dezembro de 2005 ascendiam a mEuros 103 564 e estavam registados em "Outros passivos" (Nota 26).

O movimento na imparidade, durante os exercícios de 2006 e 2005, é apresentado na Nota 39.



Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação e ao consumo cedidos pela Caixa no âmbito de operações de titularização, que foram repostos em balanço em função da consolidação dos veículos constituídos no âmbito dessas operações. O movimento nestes créditos, nos exercícios de 2005 e 2006, foi o seguinte:

	Consumo	Habitação	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2004			
Vendas de novos créditos	364 672	899 161	1 263 833
Reembolsos	205 280	-	205 280
Abates	(203 479)	(91 084)	(294 563)
Outros	(951)	-	(951)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	365 517	807 957	1 173 474
Vendas de novos créditos	201 306	-	201 306
Reembolsos	(197 078)	(82.855)	(279 933)
Abates	(1 092)	-	(1 092)
Outros	(422)	-	(422)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	368 231	725 102	1 093 333

Estes créditos garantem os passivos emitidos pelos veículos no âmbito destas operações, que em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, ascendiam a mEuros 1 131 803 e mEuros 1 216 589, respectivamente (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Empréstimos" inclui créditos à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de mEuros 2 418 820 (Nota 22).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	2006	2005
Até três meses	140 343	135 400
De três a seis meses	61 505	49 938
De seis meses a um ano	121 659	191 462
De um a três anos	368 424	353 640
Mais de três anos	571 635	524 277
1 263 566	1 254 717	

Em 18 de Maio de 2006, a CGD celebrou um contrato de cessão de créditos nos termos do qual alienou por mEuros 22 935 um conjunto de créditos hipotecários vencidos com valor contabilístico (antes de imparidade) de mEuros 34 761.

De acordo com a avaliação efectuada com referência a 31 de Dezembro de 2005, a imparidade registada para estes créditos nas contas consolidadas ascendia a mEuros 12 448.



Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2006								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal , caça e silvicultura	374	-	374	254 538	18 468	273 006	254 912	18 468	273 380
Pesca	20	-	20	70 544	900	71 444	70 564	900	71 464
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	64 031	320	64 352	64 031	320	64.352
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	1 636	-	1 636	148 773	3 702	152 475	150 409	3 702	154 111
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	584	1	586	561 605	8 766	570 370	562 189	8 767	570 956
Indústria têxtil	9 645	-	9 645	293 762	16 431	310 193	303 407	16 431	319 838
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	36 052	5 804	41 856	36 052	5 804	41 856
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	146 912	4 635	151 546	146 912	4 635	151 546
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	191 962	2 826	194 788	191 962	2 826	194 788
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	19	-	19	73 855	-	73 855	73 874	-	73 874
Fabrico de prod. quím. e de fibras sintéticas ou artificiais	114	-	114	97 969	1 486	99 455	98 083	1 486	99 569
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	105 811	892	106 703	105 811	892	106 703
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	235 241	4 928	240 169	235 241	4 928	240 169
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	25	-	25	229 249	4 204	233 453	229 274	4 204	233 478
Fabrico de máquinas e de equipamentos	1	-	1	154 712	4 411	159 123	154 712	4 411	159 123
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	137 086	6 410	143 496	137 086	6 410	143 496
Fabrico de material de transporte	1 792	-	1 792	58 059	1 365	59 424	59 851	1 365	61 216
Indústrias transformadoras não especificadas	87	-	87	776 190	19 117	795 306	776 277	19 117	795 393
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	28 786	4	28 790	1 238 512	3 638	1 242 150	1 267 298	3 642	1 270 940
Construção	1 384 101	760	1 384 861	3 442 669	132 364	3 575 032	4 826 770	133 124	4 959 893
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	1 225	-	1 225	2 257 233	60 685	2 317 917	2 258 458	60 685	2 319 143
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	322	-	322	540 546	16 357	556 903	540 868	16 357	557 225
Transportes, armazenagem e comunicações	65 425	13	65 438	1 204 050	9 024	1 213 074	1 269 474	9 038	1 278 512
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	25	-	25	1 032 499	8 013	1 040 511	1 032 524	8 013	1 040 537
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	2 621	-	2 621	16 335	24	16 359	18 956	24	18 980
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	588 350	28	588 378	588 350	28	588 378
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	2 981	-	2 981	2 829 060	49 241	2 878 301	2 832 041	49 241	2 881 282
Outras actividades	26 232	1	26 233	3 069 830	19 392	3 089 222	3 096 062	19 393	3 115 455
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1 824 894	51 832	1 876 726	85 527	1 356	86 884	1 910 422	53 188	1 963 610
Educação	592	-	592	111 151	2 563	113 714	111 743	2 563	114 306
Saúde e segurança social	8 274	11 955	20 229	229 951	5 135	235 086	238 226	17 090	255 315
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	37 046	436	37 482	797 266	27 599	824 865	834 312	28 035	862 347
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	20	-	20	20	-	20
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	6 518	86	6 603	6 518	86	6 603
	3 396 822	65 002	3 461 825	54 164 031	1 198 564	55 362 595	57 560 854	1 263 566	58 824 420
Particulares									
Habitação	-	-	-	30 331 623	670 207	31 001 830	30 331 623	670 207	31 001 830
Outros fins	-	-	-	2 746 541	88 189	2 834 730	2 746 541	88 189	2 834 730
	-	-	-	33 078 164	758 396	33 836 560	33 078 164	758 396	33 836 560
	3 396 822	65 002	3 461 825	54 164 031	1 198 564	55 362 595	57 560 854	1 263 566	58 824 420

	2005									
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total			
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total	
Empresas										
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	3	-	3	226 315	15 565	241 880	226 318	15 565	241 883	
Pesca	-	-	-	29 671	319	29 990	29 671	319	29 990	
Indústrias extractivas										
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	44 519	451	44 970	44 519	451	44 970	
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	92 948	2 496	95 444	92 948	2 496	95 444	
Indústrias transformadoras										
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	168	2	170	423 266	6 301	429 567	423 434	6 303	429 737	
Indústria têxtil	10 524	-	10 524	278 332	27 085	305 417	288 856	27 085	315 941	
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	37 043	4 264	41 307	37 043	4 264	41 307	
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	159 413	11 486	170 899	159 413	11 486	170 899	
Ind. de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	266	-	266	176 821	1 771	178 592	177 087	1 771	178 858	
Fábrico de coque, produtos petrol., refinados e combust. nuclear	21	-	21	17 220	-	17 220	17 241	-	17 241	
Fábrico de prod. quím. e de fibras sintéticas ou artificiais	7	-	7	104 888	1 062	105 950	104 895	1 062	105 957	
Fábrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	98 834	1 130	99 964	98 834	1 130	99 964	
Fábrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	324 163	4 918	329 081	324 163	4 918	329 081	
Indúst. metalúrgicas de base e de prod. metálicos	1 206	-	1 206	242 086	5 992	248 078	243 292	5 992	249 284	
Fábrico de máquinas e de equipamentos	1	-	1	101 711	4 400	106 111	101 712	4 400	106 112	
Fábrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	62 724	305	63 029	62 724	305	63 029	
Fábrico de material de transporte	10 000	-	10 000	189 368	1 045	190 413	199 368	1 045	200 413	
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	455 326	14 345	469 671	455 326	14 345	469 671	
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	18 236	-	18 236	644 883	311	645 194	663 119	311	663 430	
Construção	1 342 604	11 943	1 354 547	3 404 984	75 116	3 480 100	4 747 588	87 059	4 834 647	
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	39	23	62	2 009 754	60 449	2 070 203	2 009 793	60 472	2 070 265	
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	280	-	280	390 541	50 425	440 966	390 821	50 425	441 246	
Transportes, armazenagem e comunicações	38 767	58	38 825	787 073	10 020	797 093	825 840	10 078	835 918	
Actividades financeiras										
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	572 819	21 369	594 188	572 819	21 369	594 188	
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	3 514	-	3 514	4 911	158	5 069	8 425	158	8 583	
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	33 664	15	33 679	33 664	15	33 679	
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas										
Actividades imobiliárias	1 173	-	1 173	2 076 267	36 907	2 113 174	2 077 440	36 907	2 114 347	
Outras actividades	189 921	-	189 921	3 032 806	77 211	3 110 017	3 222 727	77 211	3 299 938	
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1 452 248	12 946	1 465 194	32 886	37	32 923	1 485 134	12 983	1 498 117	
Educação	1 330	-	1 330	110 325	10 512	120 837	111 655	10 512	122 167	
Saúde e segurança social	3 146	90	3 236	201 277	5 464	206 741	204 423	5 554	209 977	
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	31 455	2 628	34 083	804 467	15 174	819 641	835 922	17 802	853 724	
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	332	12	344	332	12	344	
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	197	5	202	197	5	202	
	3 104 909	27 690	3 132 599	17 171 834	466 120	17 637 954	20 276 743	493 810	20 770 553	
Particulares										
Habitação	-	-	-	27 999 646	669 950	28 669 596	27 999 646	669 950	28 669 596	
Outros fins	-	-	-	1 806 144	90 957	1 897 101	1 806 144	90 957	1 897 101	
	3 104 909	27 690	3 132 599	46 977 624	1 227 027	48 204 651	50 082 533	1 254 717	51 337 250	

12. Activos e Passivos não Correntes Detidos para Venda

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
ACTIVOS		
Imóveis e equipamento	95 582	35 977
Filiais - Nutricafés - Cafés e Restauração, SA	-	66 541
	95 582	102 518
Imparidade de imóveis e equipamento (Nota 39)	(17 317)	(9 990)
	78 265	92 528
PASSIVOS		
Filiais - Nutricafés - Cafés e Restauração, SA	-	5 541

Em 31 de Dezembro de 2005, as rubricas de "Activos e passivos não correntes – Filiais" correspondem ao valor agregado dos activos e passivos da Nutricafés – Cafés e Restauração, SA (Nutricafés), incluindo o *goodwill* gerado na aquisição desta empresa. Estes saldos foram reflectidos de forma agregada nesta rubrica de acordo com a Norma IFRS 5, dado esta filial ter sido adquirida com o objectivo de venda e existir a convicção por parte do Grupo de que seria alienada no exercício de 2006.

O valor contabilístico (sem imputação de justo valor) das principais categorias de activos e passivos da Nutricafés, em 31 de Dezembro de 2005, é apresentado no quadro seguinte.

Activos não correntes detidos para venda

Imobilizado corpóreo e incorpóreo	37 124
Existências	2 700
Clientes	5 109
Disponibilidades	224
Outros activos	1 533
	46 690
Goodwill (face ao valor contabilístico)	19 851
	66 541

Passivos não correntes detidos para venda

Fornecedores e outras dívidas a terceiros	(2 948)
Outros passivos	(2 593)
	(5 541)
Custo de aquisição (Nota 3)	61 000

A participação da Nutricafés foi alienada em 2006, tendo gerado uma mais-valia de mEuros 6 808 face ao custo de aquisição (Nota 34).

Conforme descrito na Nota 2.8, em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo regista nesta rubrica imóveis e outros bens

obtidos por recuperação de crédito, com excepção daqueles que não reúnem as condições previstas na IFRS 5, os quais são registados em "Outros activos".

O movimento nestes bens durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2005		Adições	Alienações e abates	
	Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não correntes detidos para venda					
Investimentos em filiais	66 541	-	-	(66 541)	-
Imóveis	33 169	(7 221)	9 822	(11 526)	1 889
Outros	2 808	(2 769)	2 312	(3 790)	-
	102 518	(9 990)	12 134	(81 857)	1 889
Outros activos (Nota 19)					
Bens recebidos em dação de crédito	155 271	(13 970)	43 507	(29 448)	-
	257 789	(23 960)	55 641	(111 305)	1 889

	Saldo em 31.12.2004		Adições	Alienações e abates	
	Valor bruto	Imparidade acumulada		Valor bruto	Imparidade acumulada
Activos não correntes detidos para venda					
Investimentos em filiais	-	-	66 541	-	-
Imóveis	24 211	(7 033)	13 816	(7 516)	-
Outros	3 775	(2 146)	4 158	(3 535)	-
	27 986	(9 179)	84 515	(11 051)	-
Outros activos (Nota 19)					
Bens recebidos em dação de crédito	145 479	(10 618)	9 792	-	-
	173 465	(19 797)	94 307	(11 051)	-



2006						
Transferências de activos tangíveis (Nota 14)	Transferências			Outros movimentos	Saldo em 31.12.2006	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Imparidade (Nota 39)		Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 39)
-	-	-	-	-	-	-
-	61 860	(8 874)	(1 788)	(20)	93 305	(15 994)
-	947	-	1 446	-	2 277	(1 323)
-	62 807	(8 874)	(342)	(20)	95 582	(17 317)
1 322	(63 224)	8 874	(14 987)	(30)	107 398	(20 083)
1 322	(417)	-	(15 329)	(50)	202 980	(37 400)

2005						
Transferências de activos tangíveis (Nota 14)	Imparidade (Nota 39)	Outros movimentos	Saldo em 31.12.2005			
			Valor bruto	Imparidade acumulada (Nota 39)		
-	-	-	66 541	-	-	
2 661	(188)	(3)	33 169	(7 221)	-	
-	(623)	(1 590)	2 808	(2 769)	-	
2 661	(811)	(1 593)	102 518	(9 990)	-	
-	(3 352)	-	155 271	(13 970)	-	
2 661	(4 163)	(1 593)	257 789	(23 960)	-	

No exercício de 2006, as "Transferências de Outros activos" correspondem essencialmente a transferências efectuadas pela Caixa. No exercício de 2005, estes bens encontravam-se classificados na rubrica "Outros activos", dado não estar sistematizada toda a informação necessária à sua classificação nesta rubrica (Nota 19).

Nos exercícios de 2006 e 2005, as mais-valias líquidas em activos não correntes detidos para venda, excluindo filiais, ascenderam a mEuros 4 432 e mEuros 6 070, respectivamente (Nota 34).



13. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido nas “Propriedades de investimento”, durante os exercícios de 2005 e 2006, foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2004	247 128
Entrada de entidades no perímetro de consolidação	
• Império Bonança	79 725
Aquisições	6 996
Reavaliações	(7 914)
Alienações	(15 105)
Transferências e regularizações	655
Diferenças de câmbio	2
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	311 487
Aquisições	27 404
Reavaliações	2 588
Alienações	(2 158)
Transferências e regularizações	223
Diferenças de câmbio	(9)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	339 535



14. Outros Activos Tangíveis

O movimento nos outros activos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2006 e 2005, foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2005				
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Entrada / (saída) de entidades no perímetro	Adições	Diferenças de câmbio
Imóveis de serviço próprio					
Terrenos	118 915	-	2 364	5 966	(285)
Edifícios	931 494	(276 741)	19 278	22 795	(3 656)
Obras em imóveis arrendados	82 434	(49 604)	-	7 300	(1 222)
Equipamento					
Mobiliário e material de escritório	96 406	(79 224)	(4)	6 126	(183)
Máquinas e ferramentas	34 403	(27 042)	549	2 619	(96)
Equipamento informático	160 829	(142 344)	(9)	10 256	(668)
Instalações interiores	303 734	(239 476)	-	9 120	(63)
Material de transporte	9 056	(5 091)	89	1 369	(224)
Equipamento de segurança	22 016	(16 967)	-	1 329	(52)
Outro equipamento	28 425	(18 093)	32 120	2 766	(147)
Activos em locação financeira	53 091	(21 853)	-	9 824	-
Outros activos tangíveis	14 605	(10 228)	844	552	-
Activos tangíveis em curso	18 864	-	3 181	24 246	(167)
	1 874 272	(886 663)	58 412	104 268	(6 763)

	Saldo em 31.12.2004				
	Valor bruto	Amortizações e perdas por imparidades acumuladas	Entrada de entidades no perímetro	Adições	Diferenças de câmbio
Imóveis de serviço próprio					
Terrenos	113 137	-	10 087	641	35
Edifícios	902 290	(265 700)	36 493	17 696	1 744
Obras em imóveis arrendados	69 828	(41 773)	-	1 678	(308)
Equipamento					
Mobiliário e material de escritório	90 827	(72 881)	1 338	5 913	(22)
Máquinas e ferramentas	35 302	(26 203)	536	2 245	(3)
Equipamento informático	176 585	(166 284)	(105)	17 033	(68)
Instalações interiores	263 186	(207 709)	2 425	9 278	(20)
Material de transporte	11 552	(7 665)	17	2 059	(34)
Equipamento de segurança	24 124	(18 171)	-	866	(13)
Outro equipamento	24 128	(15 205)	395	3 248	(16)
Activos em locação financeira	52 611	(20 046)	12	9 182	10
Outros activos tangíveis	14 730	(8 627)	6	155	5
Activos tangíveis em curso	32 966	-	262	20 739	169
	1 811 266	(850 264)	51 466	90 733	1 479

2006					
Transferências entre activos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reforços de imparidade no exercício (Nota 39)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2006
42 430	2 264	-	-	(1 641)	170 013
(40 559)	(924)	(19 905)	(2 789)	(8 711)	620 282
8 161	-	(6 610)	-	(70)	40 389
75	995	(5 416)	-	(143)	18 632
49	949	(2 656)	-	(32)	8 743
1 297	1 918	(11 329)	-	(2 970)	16 980
9 063	2 229	(16 547)	-	(3 376)	64 684
23	97	(1 248)	-	(605)	3 466
-	(30)	(1 697)	-	(272)	4 327
-	(3 521)	(8 560)	-	(31)	32 959
(1 459)	986	(9 099)	-	(1 746)	29 744
-	156	(1 467)	-	(46)	4 416
(19 080)	(2 805)	-	-	(958)	23 281
-	2 314	(84 534)	(2 789)	(20 601)	1 037 916

2005					
Transferências entre activos tangíveis	Outras transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Reversões de imparidade no exercício (Nota 39)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2005
2 283	(1 154)	-	-	(6 114)	118 915
(1 611)	(3 919)	(17 623)	828	(15 445)	654 753
5 245	4 136	(5 659)	-	(317)	32 830
295	(1 805)	(6 500)	-	17	17 182
(764)	(1 418)	(1 535)	-	(799)	7 361
3 455	4 500	(13 974)	-	(2 657)	18 485
11 596	2 317	(15 212)	-	(1 603)	64 258
78	(348)	(1 331)	-	(363)	3 965
(3)	(11)	(1 741)	-	(2)	5 049
661	(1 149)	(2 070)	-	340	10 332
(598)	(1 959)	(6 854)	-	(1 120)	31 238
(208)	(551)	(1 128)	-	(5)	4 377
(20 429)	(8 278)	-	-	(6 565)	18 864
-	(9 639)	(73 627)	828	(34 633)	987 609

As entradas no perímetro em 2006 reflectem, essencialmente, a consolidação da Compal (Nota 3). No exercício de 2005, correspondem, sobretudo, aos saldos da Império Bonança no início do exercício (Nota 3).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a imparidade acumulada de outros activos tangíveis ascende a

mEuros 18 533 e mEuros 16 118, respectivamente (Nota 39).

No movimento do exercício de 2006, a coluna "Outras transferências e regularizações" inclui mEuros 1 322, relativos a reclassificações de imóveis de serviço próprio para "Activos não correntes detidos para venda"

15. Activos Intangíveis

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2006 e 2005:

	2006									
	Saldo em 31.12.2005		Entrada / saída							
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	de entidades no perímetro	Adições	Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	(Reforço) / reversão de imparidade (Nota 39)	Valor líquido em 2006
Goodwill (Nota 3)	149 500	-	-	-	-	1 200	-	-	-	150 700
Value-in-force - Império Bonança (Nota 3)	46 386	(3 866)	-	-	-	-	-	(3 866)	-	38 654
Sistemas de tratamento										
automático de dados (Software)	348 556	(262 804)	(126)	20 045	-	107 689	(343)	(59 151)	6 449	160 315
Outros activos intangíveis	12 744	(12 216)	296 593	3 176	(11 205)	(83)	-	(5 077)	(40 020)	243 912
Activos intangíveis em curso	120 355	-	1 921	33 911	-	(109 996)	-	-	-	46 191
	677 541	(278 886)	298 388	57 132	(11 205)	(1 190)	(343)	(68 094)	(33 571)	639 772

	2005									
	Saldo em 31.12.2004		Entrada de entidades no perímetro							
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Abates	Transferências e regularizações	Diferenças de câmbio	Amortizações do exercício	Valor líquido em 2005		
Goodwill (Nota 3)	-	-	149 500	-	-	-	-	-	-	149 500
Value-in-force - Império Bonança (Nota 3)	-	-	46 386	-	-	-	-	(3 866)	-	42 520
Sistemas de tratamento										
automático de dados (Software)	287 086	(201 603)	21 930	15 029	(12 239)	22 556	46	(47 053)	-	85 752
Outros activos intangíveis	14 617	(13 084)	60	2 143	(3 304)	654	(2)	(556)	-	528
Activos intangíveis em curso	96 532	-	-	51 770	-	(27 944)	(3)	-	-	120 355
	398 235	(214 687)	217 876	68 942	(15 543)	(4 734)	41	(51 475)	-	398 655

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os activos intangíveis em curso referem-se, essencialmente, a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham, ainda, entrado em funcionamento nestas datas.

As entradas no perímetro em 2006 resultam, essencialmente, da aquisição da Compal (Nota 3). No exercício de 2005, os saldos resultam, essencialmente, da aquisição da Império Bonança.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Outros activos intangíveis" inclui um saldo líquido antes de imparidade de mEuros 281 143 correspondente às marcas da Compal, dos quais mEuros 265 328 resultantes da afectação do *goodwill* originado na aquisição (Nota 3).

Em 31 de Dezembro de 2006, a imparidade acumulada de activos intangíveis ascende a mEuros 44 710 (Nota 39).



16. Investimentos em Associadas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005		
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA	20,00	205 286	20,00	184 791
AdP - Águas de Portugal, SA	20,37	94 866	20,37	95 626
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA	21,60	13 522	21,60	13 397
Prado Cartolinhas da Lousã, SA	38,14	2 462	38,14	2 768
Prado Karton - Companhia de Cartão, SA	38,14	2 264	38,14	2 536
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, SA	27,00	2 103	27,00	1 532
SCI Imobiliária, SA	42,00	1 584	42,22	2 064
Resortpart, SA	25,00	1 500	-	-
Companhia de Papel do Prado, SA	38,14	1 239	38,14	1 235
Outras		3 962		4 317
	328 788		308 266	
Imparidade (Nota 39)		(569)		-
	328 219		308 266	

Os dados financeiros das principais empresas associadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 eram os seguintes:

Sector de actividade/Entidade	Sede	2006				
		Activos	Passivos	Situação líquida ^(a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	29 623	21 761	7 862	432	2 769
Imobiliário						
SCI Imobiliária	Maputo	3 023	1 438	1 585	(93)	4
Resortpart	Lisboa	230 509	224 508	6 001	(1 999)	-
Outros sectores						
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	Lisboa	n.d.	n.d.	465 624	(5 000)	n.d.
Companhia de Papel do Prado, SA	Tomar	4 478	1 230	3 248	-	4
Prado - Cartolinhas da Lousã, SA	Lousã	16 161	9 708	6 453	653	21 579
Prado Karton - Companhia do Cartão, SA	Tomar	16 175	10 240	5 935	(589)	16 526
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA	Lisboa	3 969 179	2 929 590	1 031 074	550 051	3 772 096
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA	Lisboa	130 422	66 529	63 893	8 959	124 595

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

n.d. - Não disponível

Sector de actividade/Entidade	Sede	2005				
		Activos	Passivos	Situação líquida ^(a)	Resultado líquido	Proveitos
Bancário						
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	São Tomé	28 341	22 579	5 762	171	2 336
Imobiliário						
SCI Imobiliária	Maputo	3 801	1 738	2 063	(117)	10
Outros sectores						
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	Lisboa	3 924 132	3 320 366	470 624	13 446	578 749
Companhia de Papel do Prado, SA	Tomar	4 693	1 455	3 238	(6)	-
Prado - Cartolinhas da Lousã, SA	Lousã	17 171	9 908	7 263	1 534	19 769
Prado Karton - Companhia do Cartão, SA	Tomar	16 226	9 578	6 648	132	17 301
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA	Lisboa	2 973 662	2 049 858	923 804	109 970	3 147 159
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA	Lisboa	128 623	66 898	61 725	5 097	113 701

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício e exclui interesses minoritários.

No exercício de 2006, o resultado da REN – Rede Eléctrica Nacional, SA (REN) inclui mEuros 523 893 relativos à venda de acções da Galp, SGPS, SA. No segundo semestre de 2006, a Caixa recebeu dividendos da REN no montante de mEuros 88 405.

No exercício de 2005, a Locarent aumentou o seu capital em mEuros 2 000, através da emissão de 400 000 novas acções com valor nominal unitário de cinco Euros. A CGD subscreveu 180 000 acções por mEuros 900.

17. Imposto sobre o Rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 eram os seguintes:

	2006	2005
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	32 487	7 142
Outros	275	3 471
	32 762	10 613
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(138 788)	(105 678)
Outros	(7)	(6)
	(138 795)	(105 684)
Activos por impostos diferidos	547 151	436 869
Passivos por impostos diferidos	(199 432)	(97 675)
	347 719	339 194

O movimento ocorrido nos impostos diferidos, durante os exercícios de 2006 e 2005, foi o seguinte:

	Entrada/Saída	2006			Transferência para imposto corrente	Saldo em 31.12.2006
		Saldo em 31.12.2005	de entidades no perímetro	Variação em Capital Próprio	Resultados	
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos tangíveis e intangíveis	11 271	-	1 561	(988)	-	249
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	193 323	(33)	(2 064)	21 897	(8 869)	3 992
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	42 017	-	-	33 242	-	75 259
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(47 065)	-	(39 230)	(637)	-	(63)
Valorização de outros títulos	28 796	-	-	(204)	-	28 592
Prejuízos fiscais reportáveis	20 101	-	(25)	(13 138)	-	6 938
Benefícios dos trabalhadores	108 663	-	6	(8 506)	-	10 579
Comissões	21 451	-	-	(1 661)	-	742
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(8 353)	(30)	-	929	-	(7 454)
Despesas de carácter plurianual	-	-	-	(3 143)	-	(3 143)
Créditos fiscais	-	-	-	2 532	-	2 532
Outros	(31 010)	-	(4 062)	16 055	(606)	(19 623)
	339 194	(63)	(43 814)	46 378	(8 869)	14 893
						347 719

A coluna "Outros" inclui mEuros 16 089 de impostos diferidos do Banco Caixa Geral que, em 31 de Dezembro de 2005, se encontravam registados em "Outros activos".

	Saldo em 31.12.2004	Entrada de entidades no perímetro	Adopção da IAS 39 (Nota 44)	2005 Variação em			Transferência para imposto corrente	Outros	Saldo em 31.12.2005
				Capital Próprio	Resultados				
Imparidade e ajustamentos em imóveis e activos									
tangíveis e intangíveis	11 211	-	-	-	(648)	2 067	(1 359)	11 271	
Provisões e imparidade temporariamente									
não aceites fiscalmente	88 929	16 165	15 422	-	40 977	33 268	(1 438)	193 323	
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	20 683	-	(3 163)	-	20 206	3 329	962	42 017	
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(3 821)	(43 244)	-	-	-	(47 065)	
Valorização de títulos	48 564	12 721	(36 386)	-	(909)	6 998	(2 192)	28 796	
Prejuízos fiscais reportáveis	38 409	28 985	-	-	(47 508)	-	215	20 101	
Benefícios dos trabalhadores	142 297	606	-	-	(2 754)	(20 615)	(10 871)	108 663	
Comissões	3 240	-	21 443	-	(3 118)	-	(114)	21 451	
Reavaliação legal de outros activos tangíveis	(9 633)	-	-	-	1 065	-	215	(8 353)	
Outros	(21 651)	10	2 050	(471)	(1 696)	-	(9 252)	(31 010)	
	322 049	58 487	(4 455)	(43 715)	5 615	25 047	(23 834)	339 194	

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2006	2005
Impostos correntes		
Do exercício	173 575	134 140
Correcções a exercícios anteriores (líquido)	92 225	(9 530)
	265 800	124 610
Impostos diferidos	(46 378)	(5 615)
Total de impostos em resultados	219 422	118 995
Lucro consolidado antes de impostos e de interesses minoritários	986 742	673 778
Carga fiscal	22,24%	17,66%

No exercício de 2006, a rubrica "Correcções a exercícios anteriores" apresenta a seguinte composição:

Correcção ao lucro tributável (exercícios de 2000 a 2003)	148 232
Excesso de estimativa de imposto relativa ao exercício de 2005	(60 627)
Outros	4 620
	92 225

Em 2005 a rubrica "Correcções a exercícios anteriores" inclui um ganho de mEuros 10 829 referente a valores recebidos pela Caixa no âmbito de reclamações relativas a liquidações adicionais de IRC dos exercícios de 1998 e 2002.

No exercício de 2006, por decisão da Comissão das Comunidades Europeias, o artigo 25.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, que isentava de imposto sobre o rendimento as mais-valias obtidas por Empresas Públicas em determinadas

transacções, foi considerado incompatível com as normas do Tratado da Comunidade Europeia e com o Mercado Comum. Na sequência desta decisão, os benefícios inicialmente atribuídos à CGD decorrentes da aplicação do referido artigo, nomeadamente a isenção de tributação das mais-valias obtidas na alienação da participação detida no Banco Itaú, SA nos exercícios de 2000 a 2003, foram objecto de correcção, tendo a Caixa sido notificada quanto ao valor das correcções a efectuar à matéria colectável nos referidos períodos.

Em Dezembro de 2006, a Caixa procedeu à liquidação do valor do imposto e dos juros de mora, relativos ao exercício de 2002, no montante de mEuros 17 940. Em 31 de Dezembro de 2006, foi ainda registado um custo adicional de mEuros 130 292, em "Impostos sobre lucros", para fazer face às contingências decorrentes desta decisão, com o seguinte detalhe:

- A estimativa da correcção relativa às mais-valias obtidas no exercício de 2003, no montante de mEuros 10 039, foi registada por contrapartida da rubrica "Imposto sobre o rendimento a pagar";

- No que respeita ao imposto sobre as mais-valias geradas nos exercícios de 2000 e 2001, é entendimento da Caixa que o direito à respectiva liquidação não será válido face ao enquadramento legislativo nacional, o qual contempla um prazo de caducidade de quatro anos a partir do termo do ano em que se verificou o facto tributário. Dado não existir, ainda, qualquer decisão sobre este assunto, a Caixa registou uma provisão para outros riscos e encargos no montante de mEuros 120 253 (Nota 23) para fazer face a esta contingência.

Em 31 de Dezembro de 2005, a Caixa não reconheceu impostos diferidos activos, no montante de aproximadamente mEuros 156 000, relativos a uma dedução de variações patrimoniais negativas reflectidas na declaração de IRC do exercício de 2004, por nessa data estar a aguardar uma resposta das autoridades fiscais ao pedido de aceitação do referido montante e por existirem dúvidas sobre esta situação. No exercício de 2006, em consequência do despacho favorável do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais quanto ao pedido formulado, a Caixa deduziu os prejuízos fiscais reportáveis ainda na declaração de IRC relativa ao exercício de 2005. Em resultado desta situação, o excesso de estimativa de imposto para 2005 face ao valor efectivamente pago ascendeu a mEuros 60 627. Adicionalmente, a Caixa considerou na estimativa de IRC para 2006 a dedução dos prejuízos fiscais remanescentes, o que originou uma redução de mEuros 82 340 na carga fiscal. Esta redução foi reflectida em "Impostos correntes – do exercício".

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser demonstrada como se segue:

	2006	2005		
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		986 742		673 778
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,12%	267 604	27,12%	182 729
Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal	(0,34%)	(3 330)	(0,84%)	(5 672)
Impacto da mais-valia na alienação do Unibanco	-	-	(1,39%)	(9 393)
Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.13)	(0,48%)	(4 693)	(0,36%)	(2 427)
Sociedades registadas pelo método de equivalência patrimonial	(2,99%)	(29 534)	(0,34%)	(2 260)
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital disponíveis para venda	(1,78%)	(17 564)	(2,75%)	(18 497)
Prejuízo fiscal imputado de ACE	(0,22%)	(2 217)	(0,38%)	(2 561)
Outras	(1,60%)	(15 755)	(1,10%)	(7 381)
Diferenças definitivas a acrescer:				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,80%	7 871	(0,09%)	(620)
Outras	1,21%	11 964	1,09%	7 367
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,32%)	(3 196)	(0,41%)	(2 771)
Dividendos de acções privatizadas	(0,76%)	(7 509)	(0,37%)	(2 522)
Outros	(0,11%)	(1 073)	(0,29%)	(1 938)
Tributação autónoma	0,10%	993	0,16%	1 100
Dedução de prejuízos fiscais	(8,44%)	(83 303)	-	-
Alteração da taxa de imposto	1,74%	17 151	-	-
Outros	(1,03%)	(10 212)	(0,98%)	(6 628)
	12,89%	127 197	19,08%	128 525
Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Correcção ao Lucro tributável dos exercícios de 2000 a 2003 (mais-valias na alienação de participações financeiras)	15,02%	148 232	-	-
Excesso de estimativa de imposto relativo ao exercício de 2005	(6,14%)	(60 627)	-	-
Reembolso de imposto relativo aos exercícios de 1998 e 2002 - CGD	-	-	(1,61%)	(10 829)
Outras	0,47%	4 620	0,19%	1 299
	9,35%	92 225	(1,42%)	(9 530)
	22,24%	219 422	17,66%	118 995

Em 2006 e 2005, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de Derrama aplicáveis à sua actividade, foi de 27,12%. No âmbito da alteração ao método de apuramento da derrama, na sequência da aprovação da nova Lei das Finanças Locais (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2007), a taxa nominal de imposto utilizada pela CGD no apuramento do valor dos activos e passivos por impostos diferidos reversíveis em exercícios económicos futuros reduziu-se para 26,12%. Em resultado desta redução, a CGD reconheceu no exercício de 2006 um custo de mEuros 10 194.

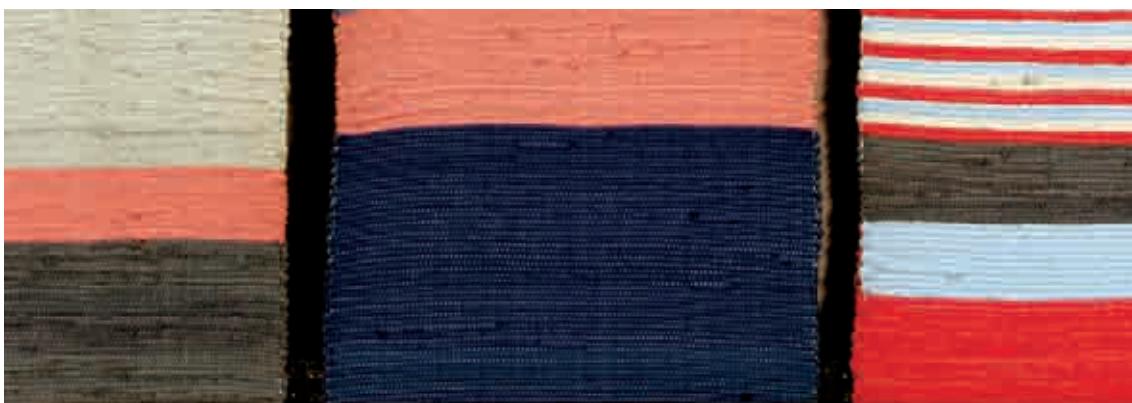
As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que, em Portugal, é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados

prejuízos fiscais), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável de exercícios anteriores (2003 a 2006, no caso de entidades com sede em Portugal). Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Caixa, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

18. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2006	2005
Caixa Seguros		
Ramo Vida:		
Provisão matemática	4 820	3 606
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	12 053	7 298
Sinistros não declarados (IBNR)	8 422	6 748
	20 475	14 046
	25 295	17 652
Total do ramo vida		
Ramos não-Vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	32 479	48 323
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	166 520	153 543
Sinistros não declarados (IBNR)	11 476	9 355
	177 996	162 898
Outras provisões técnicas		
Provisão para envelhecimento	485	485
Total dos ramos não vida	210 960	211 706
Subtotal Caixa Seguros	236 255	229 358
Outros	926	2 570
	237 181	231 928



Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2006			2005		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes de trabalho	33	-	33	6	-	6
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	3 441	1	3 442	5 605	(78)	5 527
Doença	964	-	964	5 002	-	5 002
Incêndio e Outros Danos	22 909	(2 930)	19 979	30 923	(2 373)	28 550
Automóvel	217	-	217	1 817	-	1 817
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 526	8	4 534	5 038	(114)	4 924
Responsabilidade Civil Geral	2 186	(41)	2 145	1 888	(49)	1 839
Crédito e Cauções	62	-	62	588	(21)	567
Protecção Jurídica	104	-	104	-	-	-
Assistência	301	-	301	305	-	305
Diversos	896	(198)	698	-	(214)	(214)
	35 639	(3 160)	32 479	51 172	(2 849)	48 323

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2006			2005		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida	12 053	8 422	20 475	7 298	6 748	14 046
De seguros não-vida:						
Acidentes de trabalho	1 514	38	1 552	2 729	38	2 767
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	1 793	301	2 094	4 328	345	4 673
Doença	80	21	101	64	21	85
Incêndio e Outros Danos	69 021	8 295	77 316	71 758	6 195	77 953
Automóvel	32 454	381	32 835	24 648	530	25 178
Marítimo, Aéreo e Transportes	38 685	212	38 897	17 318	655	17 973
Responsabilidade Civil Geral	19 526	1 654	21 180	30 031	1 166	31 197
Crédito e Cauções	393	8	401	422	8	430
Protecção Jurídica	-	213	213	-	213	213
Diversos	3 054	353	3 407	2 245	184	2 429
	166 520	11 476	177 996	153 543	9 355	162 898
	178 573	19 898	198 471	160 841	16 103	176 944

O movimento ocorrido nas provisões técnicas de resseguro cedido durante os exercícios de 2006 e 2005 é apresentado na Nota 24.



19. Outros Activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Outros activos		
Bens arrematados	107 398	155 271
Certificados de dívida do Território de Macau	177 515	166 465
Outros	34 391	19 604
Devedores e outras aplicações		
Recibos por cobrar - Seguros	162 515	195 673
Devedores diversos	543 415	389 917
Sector Público Administrativo	35 197	11 794
Suprimentos	146 213	32 161
Devedores por operações sobre títulos	24 062	25 156
Devedores por operações sobre futuros	17 163	28 357
CGD USA Holding (Nota 8)	13 854	-
Bonificações a receber		
Do Estado	25 332	53 174
De outras entidades	20 351	24 396
Valor a receber pela venda da Barraqueiro	13 962	27 925
Valor a receber pela venda de bens arrematados	4 383	4 258
Outros	976 179	434 180
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso de cobertura de responsabilidades		
Caixa Seguros (Nota 37)	3 007	4 363
Desvios actuariais:		
CGD (Nota 37)	173 948	160 586
Caixa Seguros (Nota 37)	12 121	1 180
Outros	(973)	(1 912)
Rendimentos a receber	37 584	20 825
Despesas com encargo diferido		
Rendas	4 308	3 355
Custos incorridos para angariação de contratos de crédito	-	28 127
Outras	35 189	23 696
Receitas com rendimento diferido	(580)	(3 319)
Operações activas a regularizar	739 510	693 443
Outros	55	913
	3 306 099	2 499 588
Imparidade		
Bens recebidos em dação (Notas 12 e 39)	(20 083)	(13 970)
Outros activos (Nota 39)	(161 690)	(155 847)
	(181 773)	(169 817)
	3 124 326	2 329 771

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante os exercícios de 2006 e 2005, é apresentado na Nota 39.

Os montantes registados em "Bens arrematados" correspondem, essencialmente, a imóveis e equipamentos recebidos em dação em pagamento de dívidas vencidas referentes a crédito concedido. A imparidade inclui as perdas estimadas, na realização destes bens (considerando também os custos a incorrer até à respectiva venda). Os bens arrematados, cuja expectativa de venda seja altamente provável e que se encontrem disponíveis para venda imediata na situação actual, são classificados na rubrica "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 12).

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau) com o Território de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega ao Território divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 26). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco ao Território faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a mEuros 177 515 e mEuros 166 465, respectivamente. Este certificado não vence juros, sendo a remuneração das funções agenciadas ao Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau) obtida através de um depósito gratuito permanente.

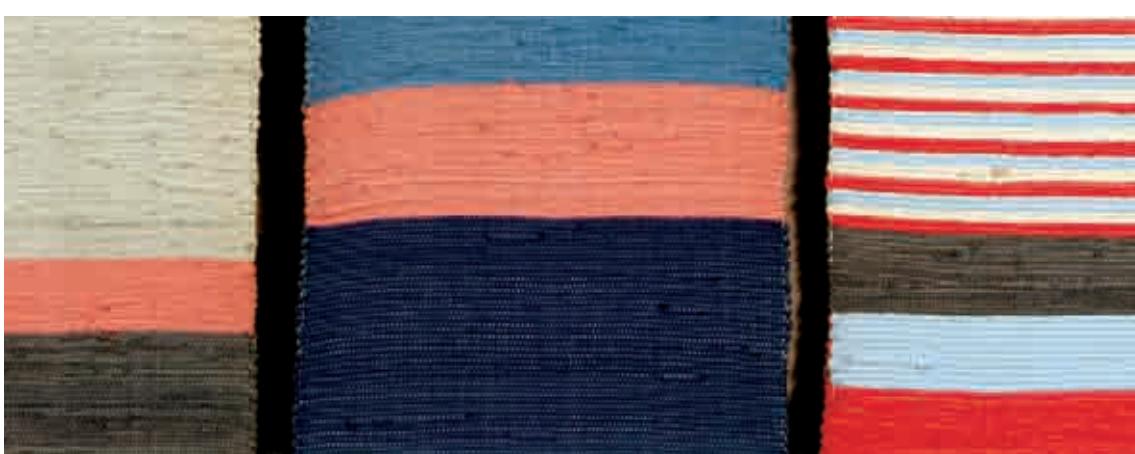
O valor a receber pela venda da Barraqueiro resulta da alienação pela Caixa Desenvolvimento no exercício de 2002 da participação que detinha na Barraqueiro, SGPS, SA. Nos termos do contrato celebrado em 27 de Junho de 2002, o preço de venda acrescido do valor de reembolso das prestações suplementares que lhe tinham sido concedidas ascendeu a mEuros 50 856, dos quais mEuros 22 931 foram recebidos de imediato e mEuros 27 925 ficaram por receber em três prestações iguais em 31 de Dezembro de 2003, 2004 e 2005, o que não veio a acontecer, uma vez que o respectivo pagamento foi diferido. Os juros têm vindo a ser liquidados. Em Fevereiro de 2006, foi celebrado um aditamento ao contrato inicial, tendo a Caixa Desenvolvimento recebido 50% do capital em dívida. O remanescente será pago em quatro prestações crescentes até 30 de Junho de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2006, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

Locarent – Companhia Portuguesa

de Aluguer de Viaturas	90 000
Resortpart, SA (Nota 3)	28 000
Outros	28 213
	146 213

No exercício de 2006, os custos incorridos para angariação de contratos de crédito passaram a ser registados na rubrica "Crédito a clientes" (Nota 11).



20. Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Recursos de bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no País	387	377
De instituições de crédito no Estrangeiro	16 764	14 983
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no Estrangeiro	-	848
Empréstimos		
De instituições de crédito no Estrangeiro	136 301	67 020
Outros recursos	85	248
Juros a pagar	213	56
	153 750	83 532
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no País	377 227	842 651
De instituições de crédito no Estrangeiro	2 293 681	2 233 156
Recursos do mercado monetário interbancário	475 000	47 636
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no País	159 051	52 576
De instituições de crédito no Estrangeiro	1 358 086	569 831
Empréstimos		
De instituições de crédito no País	112 901	93 737
De instituições de crédito no Estrangeiro	493 649	419 576
Operações de venda com acordo de recompra	-	10 210
Recursos de organismos financeiros internacionais	49 307	8 731
Juros a pagar	31 144	24 227
	5 350 046	4 302 331
	5 503 796	4 385 863

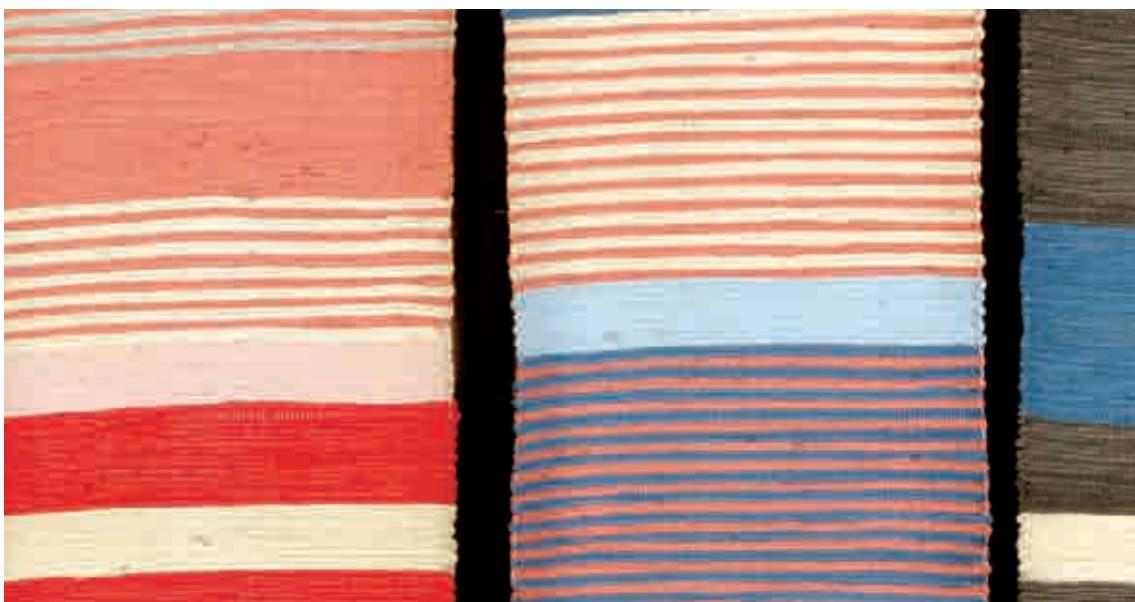
21. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Depósitos de poupança	8 218 914	8 614 529
Outros débitos		
À vista	18 225 740	17 233 193
A prazo		
Depósitos	23 672 022	20 686 407
Produtos de taxa fixa - seguros	2 183 915	2 205 213
Depósitos obrigatórios	833 100	847 962
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	300 802	106 989
Operações de venda com acordo de recompra	25 947	62 706
Empréstimos	60 123	20 617
Outros	36 958	190 521
	27 112 867	24 120 415
Juros a pagar	220 356	191 346
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos	2 061	(1 835)
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(4 764)	4 315
Comissões associadas ao custo amortizado	(7 338)	-
	53 767 836	50 161 963

A rubrica "Produtos de taxa fixa – seguros" corresponde ao valor de seguros de vida classificados como contratos de investimento (Nota 2.16) e que consequentemente

passaram a ser registados de acordo com a IAS 39, de modo similar aos depósitos de clientes da actividade bancária.



22. Responsabilidades Representadas por Títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Obrigações em circulação:		
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN		
Remuneração indexada a taxas de juro	3 143 190	2 863 210
Taxa de juro fixa	339 892	371 946
Remuneração indexada a acções / índices	1 739 285	1 582 631
Remuneração indexada a taxas de câmbio	321 073	435 677
	5 543 440	5 253 464
Obrigações de Caixa - Cupão Zero		
Remuneração indexada a acções / índices	85 633	105 609
Remuneração indexada a taxas de juro	-	44 758
Outras obrigações de caixa		
Remuneração indexada a taxas de juro	140 994	395 124
Remuneração indexada a acções / índices	114 858	146 724
Taxa de juro fixa		
Obrigações Hipotecárias	1 997 365	-
Produtos de taxa crescente	684 705	684 705
Outros	133 499	166 487
	8 700 494	6 796 871
Outros:		
Emissões no âmbito do Programa <i>Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper</i>		
Papel comercial	2 565 295	1 945 440
Certificados de depósito	518 497	1 193 084
	3 083 792	3 138 524
Emissões no âmbito do Programa <i>US Commercial Paper</i>		
Papel comercial	460 956	380 442
Outros certificados de depósito denominados:		
Em Rands Sul-africanos	122 027	130 570
Em Dólares Norte-Americanos	279 802	122 913
Em Meticais Moçambicanos	10 451	4 312
Títulos emitidos no âmbito de operações de titularização (Nota 11):		
Crédito à habitação	731 858	816 650
Crédito ao consumo	399 945	399 939
Outros passivos	1 001	1 372
	5 089 832	4 994 722
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	(484 704)	(198 127)
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(76 758)	(55 475)
Juros a pagar	131 480	114 046
	13 360 344	11 652 037

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os débitos representados por títulos no âmbito do *Euro Commercial Paper and Certificate Commercial Paper* eram compostos por emissões nas seguintes divisas:

	2006	2005
Euros	1 768 000	1 802 500
Dólares Norte-Americanos	798 026	903 196
Libras	396 873	418 795
Francos Suíços	113 262	-
Dólares Canadianos	5 235	10 929
Dólares Australianos	2 396	3 104
	3 083 792	3 183 524

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) Euro Commercial Paper and Certificate Deposits (ECP)

Ao abrigo do programa denominado "EUR 5,000,000,000 Euro Commercial Paper and Certificate Deposits", a CGD (directamente ou através das Sucursais de França e Londres) pode emitir certificados de depósitos (CD) e Notes com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respectivamente, denominados em Euros, Dólares Norte-Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à *performance* de índices ou acções.

(ii) US Commercial Paper

Ao abrigo deste programa, a CGD North America Finance LLC pode emitir Notes até um montante global de dois biliões de Dólares Norte Americanos. As Notes têm maturidade máxima de 1 ano e um montante mínimo de 250 000 Dólares Norte-Americanos. As emissões podem ser emitidas a desconto ou a par. Todas as emissões são garantidas pela CGD.

(iii) Euro Medium Term Notes (EMTN)

O Grupo CGD, através da CGD (directamente ou a partir das Sucursais de França, Londres e Madeira) e da CGD Finance, podem emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 10 000 000 000 de Euros. Todas as emissões da CGD Finance são garantidas pela Sucursal de França.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respectivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou acções.

(iv) Obrigações Hipotecárias

Em Novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias, a emitir directamente pela CGD até ao montante máximo de mEuros 10 000 000. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de activos, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efectuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacente taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou acções.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de activos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São activos elegíveis para constituição do património autónomo os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado-membro da União Europeia ou, em alternativa, créditos sobre Administrações centrais ou autoridades regionais e locais de um dos Estados-membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respectivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o

cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros activos afectos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afectos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afectos às referidas obrigações;
- O valor actual das Obrigações Hipotecárias não pode ultrapassar o valor actual do património afecto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, activos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na Lei.

Em 6 de Dezembro de 2006, a CGD realizou a primeira emissão de Obrigações Hipotecárias pelo valor de mEuros 2 000 000, com vencimento em 6 de Dezembro de 2016. O património autónomo que garante a emissão é composto exclusivamente por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2006 a mEuros 2 418 820 (Nota 11).

As Obrigações Hipotecárias foram admitidas à negociação na Euronext Lisboa e vencem juros, anualmente, em 6 de Dezembro, a uma taxa fixa de 3,875%. Às Obrigações Hipotecárias foi atribuído um rating de AAA pela Moody's.

Nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

2006					
Programa EMTN					
Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações					
Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Subtotal	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	20 625	-	1 597 453	1 618 078	516 067
Entre 1 e 5 anos	1 210 982	19 800	1 554 879	2 785 661	643 622
Entre 5 e 10 anos	335 233	5 735	228 382	569 350	1 997 365
Mais de 10 anos	172 445	295 538	102 368	570 351	-
1 739 285	321 073	3 483 082	5 543 440	3 157 054	8 700 494

2005					
Programa EMTN					
Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações					
Acções / Índices	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Subtotal	Outras obrigações	Total
Até 1 ano	62 230	-	214 370	276 600	574 331
Entre 1 e 5 anos	559 051	19 800	2 655 183	3 234 034	969 076
Entre 5 e 10 anos	785 472	5 300	263 060	1 053 832	-
Mais de 10 anos	175 878	410 577	102 543	688 998	-
1 582 631	435 677	3 235 156	5 253 464	1 543 407	6 796 871

Relativamente à maioria das emissões ao abrigo do Programa EMTN, foram contratados derivados que transformam o valor das emissões em Euros e a respectiva remuneração em Euribor a 3 ou 6 meses adicionada ou deduzida de um *spread*.

23. Provisões e Passivos Contingentes

Provisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006							
	Saldos em 31.12.2005	Entrada de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldos em 31.12.2006
Provisões para encargos com benefícios de empregados	471 719	-	12 463	(1 195)	(24 906)	(838)	38 627	495 870
Provisões para contingências judiciais	12 427	453	18 524	(1 707)	(33)	(74)	-	29 590
Provisões para garantias e compromissos assumidos	38 190	-	17 802	(1 800)	-	(13)	4 736	58 915
Provisões para outros riscos e encargos	198 576	-	124 516	(62 245)	(8 322)	(1 150)	128 633	380 008
	249 193	453	160 842	(65 752)	(8 355)	(1 237)	133 369	468 513
	720 912	453	173 305	(66 947)	(33 261)	(2 075)	171 996	964 383

	2005								
	Saldos em 31.12.2004	Entrada de entidades no perímetro	Adopção de IAS 39	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Outros	Saldos em 31.12.2005
Provisões para encargos com benefícios de empregados	361 838	28 069	-	7 969	(79)	(27 222)	277	100 867	471 719
Provisões para contingências judiciais	9 250	-	-	3 018	(52)	(113)	90	234	12 427
Provisões para garantias e compromissos assumidos	28 081	-	-	9 412	(192)	(169)	-	1 058	38 190
Provisões para outros riscos e encargos	233 036	13 662	(381)	164 717	(120 767)	(100 633)	864	8 078	198 576
	270 367	13 662	(381)	177 147	(121 011)	(100 915)	954	9 370	249 193
	632 205	41 731	(381)	185 116	(121 090)	(128 137)	1 231	110 237	720 912

A composição e o movimento nas provisões para encargos com benefícios a empregados são apresentados na Nota 37.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a despender na sua resolução, com base em estimativas da Direcção Jurídica e dos advogados que acompanham os processos.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" inclui um reforço de mEuros 120 253, o qual se destina a fazer face à eventual tributação das mais-valias realizadas com a alienação pela Caixa da participação no Banco Itaú em 2000 e 2001, tendo sido registado por contrapartida de "Impostos sobre lucros" (Nota 17).

As entradas no perímetro em 2006 reflectem, essencialmente, a aquisição da Compal (Nota 3). No exercício de 2005, correspondem, essencialmente, aos saldos da Império Bonança no início do exercício (Nota 3).

Passivos Contingentes e Compromissos

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2006	2005
Passivos eventuais		
Garantias e avales	3 171 379	3 060 897
Activos dados em garantia	2 973 256	2 056 385
Cartas de crédito <i>stand by</i>	168 475	399 205
Créditos documentários abertos	146 266	99 735
Transacções com recurso	452	1 404
Aceites e endossos	778	749
Fianças e indemnizações	658	-
Outros passivos eventuais	30 736	37 239
	6 492 000	5 655 614
Compromissos		
Compromissos revogáveis	18 003 215	11 419 596
Subscrição de títulos	1 030 827	2 138 083
Outros compromissos irrevogáveis	1 577 461	1 573 253
Linhas de crédito irrevogáveis	2 226 707	796 378
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	149 146	147 476
Sistema de indemnização aos investidores	9 601	9 600
Operações a prazo	86 140	92 180
Contratos a prazo de depósitos	1 576 079	348 845
Outros	122 801	123 099
	24 781 977	16 648 510
Depósito e guarda de valores		
	93 596 081	75 424 278

Os activos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pelo Grupo nas suas operações, encontrando-se registados pelo valor nominal. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, correspondem às seguintes situações:

	2006	2005
Recursos consignados		
Banco Europeu de Desenvolvimento	1 720 500	802 500
KfW	918 000	918 000
Banco de Portugal	314 537	315 666
Royal Bank of Scotland	15 000	15 000
Sistema de Indemnização aos Investidores (futuros)	4 450	4 450
Outros	769	769
	2 973 256	2 056 385

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os activos dados em garantia correspondem a instrumentos de dívida, com excepção das garantias dadas ao Banco Europeu de Desenvolvimento, em que os activos incluem créditos concedidos pela Caixa no montante de mEuros 1 610 500 e mEuros 692 500, respectivamente.

Adicionalmente, a CGD deu títulos em garantia no montante de mEuros 178 781 para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD e com o Sistema de Indemnização aos Investidores.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Nos exercícios de 2006 e 2005, de acordo com a regulamentação aplicável, a contribuição anual para o FGD ascendeu a mEuros 11 112 e mEuros 14 878, respectivamente. Parte destas responsabilidades, nos montantes de mEuros 1 670 e mEuros 4 904, respectivamente, foi assumida através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a mEuros 149 146 e mEuros 147 476, respectivamente.

Contingências do Banco Bandeirantes

No exercício de 2000, a Caixa adquiriu uma participação na Unibanco Holdings, SA e no Unibanco – União de Bancos Brasileiros (ambos identificados como “Unibanco”), tendo entregue em contrapartida as acções que detinha do Banco Bandeirantes, SA (Bandeirantes). Nos termos do Contrato de Associação celebrado, a Caixa assumiu a responsabilidade pelo pagamento de eventuais perdas resultantes de contingências do Bandeirantes, nomeadamente as relativas à liquidação do Banco Banorte, SA (Banorte), processos de natureza fiscal e outras. Adicionalmente, o contrato previa que o Unibanco poderia reclamar até Dezembro de 2006 contingências de natureza geral que não estivessem especificamente identificadas na data da transacção.

Até 31 de Dezembro de 2004, a CGD tinha efectuado pagamentos no montante de 26 045 milhares de reais (mEuros 8 453) relativos a estas situações.

Em 31 de Dezembro de 2004, a CGD tinha constituída uma provisão, por afectação de uma parcela da provisão para outros riscos e encargos, para fazer face à sua estimativa dos valores a pagar nos termos do Contrato de Associação celebrado com o Unibanco.

No exercício de 2005, a Caixa celebrou com o Unibanco um “Acordo de transacção e quitação”. Nos termos deste acordo, a Caixa pagou 238 600 milhares de Reais (mEuros 76 096), tendo utilizado a provisão constituída para outros riscos e encargos pelo referido montante. Em contrapartida, as partes acordaram a quitação integral e irrevogável de todas as obrigações e responsabilidades assumidas no âmbito do Contrato de Associação acima referido, com excepção de contingências relacionadas com determinados processos de natureza fiscal contra o Bandeirantes.

Relativamente a estas contingências fiscais, tendo em consideração a evolução que se tem registado nos respectivos processos, existindo inclusivamente decisões favoráveis ao Bandeirantes, o Conselho de Administração classifica como remota a probabilidade de a Caixa vir a efectuar quaisquer pagamentos relativos a estas contingências, não tendo constituído provisões para o efeito.



24. Provisões Técnicas de Contratos de Seguros

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2006	2005
Caixa Seguros		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Ramo Vida:		
Provisão matemática:		
De contratos de seguro	250 967	238 714
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	4 928 270	4 217 141
5 179 237	5 179 237	4 455 855
Provisão para participação nos resultados	41 999	39 798
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	123 957	46 339
Sinistros não declarados (IBNR)	44 411	22 971
168 368	168 368	69 310
Total do ramo vida	5 389 604	4 564 963
Ramos não-Vida:		
Provisão para prémios não adquiridos	367 938	398 223
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	1 924 056	1 908 464
Sinistros não declarados (IBNR)	123 034	118 201
2 047 090	2 047 090	2 026 665
Provisão para riscos em curso	17 021	13 410
Outras provisões técnicas		
Provisão para envelhecimento	-	303
Provisão para participação nos resultados	499	253
Total dos ramos não-vida	2 432 548	2 438 854
Garantia	5 884	6 623
	7 828 036	7 010 440



Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados

de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2006			2005		
	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:						
Rendas	6 849	4 255	11 104	2 005	-	2 005
Grupo com Participação nos Resultados	70	-	70	58	-	58
Grupo sem Participação nos Resultados	23	-	23	24	-	24
Individual com Participação nos Resultados	209	-	209	114	-	114
TAR Grupo Taxa Fixa	182	-	182	91	-	91
Rendas Individual 4%	29 485	2 719	32 204	8 521	5 342	13 863
Risco	4 897	133	5 030	4 822	272	5 094
Rendas Grupo 4%	10 974	224	11 198	10 092	224	10 316
Capital Vida 4%	37 222	-	37 222	23 182	-	23 182
Individual sem Participação nos Resultados	31 650	7 430	39 080	33 030	2 692	35 722
Protecção Séniior	6 092	102	6 194	6 348	102	6 450
Educação Garantida	-	156	156	10 612	-	10 612
Seguro de Dependência	-	-	-	2 113	-	2 113
Educação Segura 3,5%	123 314	661	123 975	133 921	266	134 187
Protecção Vida	-	-	-	3 781	6 145	9 926
	250 967	15 680	266 647	238 714	15 043	253 757
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:						
Top Reforma 4% - Ind.	96 621	41	96 662	109 132	41	109 173
Seg Poupança 1,5% 4%	80 876	-	80 876	95 353	-	95 353
Seg Poupança 2,5% 2,75%	19 083	150	19 233	20 972	99	21 071
Seg Poupança 3,0% / 4,5% 3,5%	96 664	578	97 242	133 745	600	134 345
Valorização 2,5% 4,1%	41 645	257	41 902	40 086	283	40 369
Garantia Crescente 2,75% - Bco	15 093	1	15 094	15 401	1	15 402
Super Garantia 2,75% (Med)	19 070	2	19 072	18 620	2	18 622
PIR 4%	82 548	4 231	86 779	106 908	5 478	112 386
Postal Poup Invest 3,25%	12 539	-	12 539	12 715	-	12 715
Postal Poup Futuro 3%	12 291	-	12 291	-	-	-
Seg Poupança 5,5% 2,75%	808 571	2 386	810 957	530 581	2 424	533 005
Seg Poupança 6,5% 2,25%	183 263	620	183 883	188 473	433	188 906
Postal Poup Futuro Série B	2 739	22	2 761	-	-	-
Postal Poupança Segura	2 422	35	2 457	1 971	-	1 971
F.Poupança 7,5% 2%	202 169	1 287	203 456	-	-	-
Caixa Seguro 4,5%	101 077	-	101 077	-	-	-
Caixa Seguro 4,25%	100 487	-	100 487	-	-	-
Caixa Seguro Liquidez 2%	79 489	-	79 489	-	-	-
Caixa Seguro 4,4%	48 238	-	48 238	-	-	-
Top Reforma 4% Grupo	6 172	16	6 188	6 294	1	6 295
Top Reforma 2,75% Grupo	7 724	86	7 810	6 629	27	6 656
Complementos Reforma	4 781	8	4 789	4 712	22	4 734
PPRE Fidelidade 4%	217 910	1 939	219 849	232 582	2 725	235 307
PPRE Rendimento 1,2% 3,5%	349 353	997	350 350	415 878	1 899	417 777
PPR (Clássico) 4%	69 606	1 856	71 462	80 078	1 337	81 415
Multiplano PPRE 3%	16 517	10	16 527	18 594	10	18 604
PPRE MC Série A 3%	59 974	-	59 974	78 866	-	78 866
Postal PPRE Série A 3,25%	21 870	-	21 870	30 327	-	30 327
PPRE Rend. 3% 2,75%	678 694	3 196	681 890	666 135	4 500	670 635
PPRE MC Série B 2,75%	244 430	611	245 041	96 092	400	96 492
Postal PPR /E Série B 2,75%	33 894	161	34 055	33 466	123	33 589
PPRE Capital Garantido	5 107	137	5 244	1 680	14	1 694
PPRE Rend. 4% 2,25%	182 302	855	183 157	121 276	-	121 276
PPRE Investimento Garantido 1ª Série	34 560	221	34 781	7 352	-	7 352
PPRE Capital Mais FRN	74 302	-	74 302	-	-	-
Capitalização /Universal Life /Operações de Cap.	-	-	-	801 341	2 186	803 527
Epagne Libre (FRF) 3	231 817	2 094	233 911	190 487	1 987	192 474
Poupança Reforma Individual	223 409	1 074	224 483	-	-	-
Plano Império Investimento	467	22	489	-	-	-
Poupinveste	3	-	3	-	-	-
PUR	35 336	310	35 646	-	-	-
PUR 3,25%	32 131	99	32 230	-	-	-
PUR 2,4%	22 865	186	23 051	-	-	-
Poupaunverte 2ª Série	2 561	-	2 561	-	-	-
Grupo Capitalização	7 752	31	7 783	-	-	-
PPR	167 598	1 865	169 463	-	-	-
PPR 3%	54 322	297	54 619	-	-	-
Império Bonança PPR/E 412	67 794	185	67 979	-	-	-
Império Bonança PPR/E 413	37 862	405	38 267	-	-	-
Império Bonança PPR/E Ganha Mais	10 402	47	10 449	-	-	-
PPR Ganha +	17 106	-	17 106	-	-	-
Operações de capitalização	1 540	-	1 540	-	-	-
IB - Luxemburgo	3 224	1	3 225	3 167	-	3 167
Postal Poup Futuro Série A - 3%	-	-	-	12 596	-	12 596
Postal Poup Futuro Série B - 2,25%	-	-	-	2 247	-	2 247
Fundo Poupança 7% 5 2%	-	-	-	133 385	162	133 547
	4 928 270	26 319	4 954 589	4 217 141	24 754	4 241 895
	5 179 237	41 999	5 221 236	4 455 855	39 797	4 495 652

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro directo

e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido, durante os exercícios de 2006 e 2005, foi o seguinte:

	2006			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	238 714	6 983	5 270	250 967
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	4 217 141 4 455 855	688 636 695 619	22 493 27 763	4 928 270 5 179 237
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	15 043	33 830	(31 550)	17 323
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	24 755 39 798 4 495 653	156 33 986 729 605	(235) (31 785) (4 022)	24 676 41 999 5 221 236
Resseguro cedido:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	3 605	1 215	-	4 820
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 3 606 4 499 259	(1) 1 214 730 819	- - (4 022)	- - 4 820 5 226 056

	2005			
	Saldo inicial	Alterações no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	97 304	124 556	16 570	284
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	2 660 162 2 757 466	816 969 941 525	727 261 743 831	12 749 13 033 4 455 855
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	8 282	3 818	6 499	(3 556)
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	14 071 22 353 2 779 819	23 072 26 890 968 415	491 6 990 750 821	(12 879) (16 435) (3 402) 4 495 653
Resseguro cedido:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	3 323	11	271	-
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 3 324 2 783 143	- 11 968 426	- 271 751 092	- - (3 402) 4 499 259

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro aceite apresenta a seguinte composição:

	2006			2005		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Acidentes de trabalho	20 167	(3 451)	16 716	20 331	(3 039)	17 292
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	14 455	(2 600)	11 855	19 539	(2 947)	16 592
Doença	24 331	(2 577)	21 754	20 966	(2 925)	18 041
Incêndio e Outros Danos	88 698	(15 477)	73 221	98 022	(16 088)	81 934
Automóvel	270 190	(50 565)	219 625	289 776	(50 544)	239 232
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 341	(649)	6 692	7 284	(846)	6 438
Responsabilidade Civil Geral	10 581	(1 875)	8 706	11 013	(1 924)	9 089
Crédito e Cauções	319	(59)	260	322	(63)	259
Protecção Jurídica	3 338	(536)	2 802	5 185	(458)	4 727
Assistência	5 005	(520)	4 485	2 783	(518)	2 265
Diversos	2 097	(275)	1 822	2 666	(312)	2 354
	446 522	(78 584)	367 938	477 887	(79 664)	398 223



O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro

directo e resseguro aceite e de resseguro cedido, durante os exercícios de 2006 e 2005, foi o seguinte:

	2006			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	20 331	(164)	-	20 167
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	19 539	(5 084)	-	14 455
Doença	20 966	3 365	-	24 331
Incêndio e Outros Danos	98 022	(9 328)	4	88 698
Automóvel	279 047	(8 857)	-	270 190
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 284	42	15	7 341
Responsabilidade Civil Geral	11 013	(433)	-	10 580
Crédito e Cauções	553	(235)	-	318
Protecção Jurídica	5 185	(1 851)	5	3 339
Assistência	13 512	(8 507)	-	5 005
Diversos	2 435	(336)	-	2 099
	477 887	(31 388)	24	446 523
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(3 039)	(412)	-	(3 451)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2 947)	347	-	(2 600)
Doença	(2 925)	348	-	(2 577)
Incêndio e Outros Danos	(16 088)	611	-	(15 477)
Automóvel	(50 544)	(22)	-	(50 566)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(846)	197	-	(649)
Responsabilidade Civil Geral	(1 924)	50	-	(1 874)
Crédito e Cauções	(63)	4	-	(59)
Protecção Jurídica	(458)	(77)	-	(535)
Assistência	(518)	(2)	-	(520)
Diversos	(312)	36	-	(276)
	(79 664)	1 080	-	(78 584)
	398 223	(30 308)	24	367 939
Resseguro cedido:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	6	28	-	34
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	5 605	(2 165)	-	3 440
Doença	5 002	(4 038)	-	964
Incêndio e Outros Danos	30 922	(8 009)	(4)	22 909
Automóvel	1 817	(1 600)	-	217
Marítimo, Aéreo e Transportes	5 038	(506)	(6)	4 526
Responsabilidade Civil Geral	1 888	298	-	2 186
Crédito e Cauções	588	(527)	-	61
Protecção Jurídica	-	104	-	104
Assistência	306	(5)	-	301
Diversos	-	897	-	897
	51 172	(15 523)	(10)	35 639
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(79)	79	-	-
Incêndio e Outros Danos	(2 373)	(558)	-	(2 931)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(114)	121	-	7
Responsabilidade Civil Geral	(49)	7	-	(42)
Crédito e Cauções	(21)	21	-	-
Diversos	(213)	19	-	(194)
	(2 849)	(311)	-	(3 160)
	48 323	(15 834)	(10)	32 479

			2005		
	Saldo inicial	Alterações no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:					
Provisão para prémios não adquiridos:					
Acidentes de trabalho	11 596	8 847	(112)	-	20 331
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	21 284	2 701	(4 450)	4	19 539
Doença	9 718	9 138	2 110	-	20 966
Incêndio e Outros Danos	59 533	38 024	451	14	98 022
Automóvel	198 729	89 592	(9 274)	-	279 047
Marítimo, Aéreo e Transportes	2 628	5 049	(393)	-	7 284
Responsabilidade Civil Geral	7 300	6 126	(2 418)	5	11 013
Crédito e Cauções	192	234	(104)	-	322
Protecção Jurídica	1 739	2 864	582	-	5 185
Assistência	9 702	2 207	1 603	-	13 512
Diversos	1 408	1 027	231	-	2 666
	323 829	165 809	(11 774)	23	477 887
Custos de aquisição diferidos:					
Acidentes de trabalho	(1 571)	(1 647)	179	-	(3 039)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(2 191)	(541)	(215)	-	(2 947)
Doença	(1 944)	(1 275)	294	-	(2 925)
Incêndio e Outros Danos	(9 663)	(7 374)	949	-	(16 088)
Automóvel	(38 153)	(17 653)	5 262	-	(50 544)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(480)	(948)	582	-	(846)
Responsabilidade Civil Geral	(1 312)	(1 005)	393	-	(1 924)
Crédito e Cauções	(38)	(45)	20	-	(63)
Protecção Jurídica	(79)	(489)	110	-	(458)
Assistência	(202)	(441)	125	-	(518)
Diversos	(158)	(200)	46	-	(312)
	(55 791)	(31 618)	7 745	-	(79 664)
	268 038	134 191	(4 029)	23	398 223
Resseguro cedido:					
Provisão para prémios não adquiridos:					
Acidentes de trabalho	-	-	6	-	6
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	4 841	-	761	3	5 605
Doença	-	6 158	(1 156)	-	5 002
Incêndio e Outros Danos	21 327	11 618	(2 027)	5	30 923
Automóvel	33	1 645	139	-	1 817
Marítimo, Aéreo e Transportes	1 646	3 957	(565)	-	5 038
Responsabilidade Civil Geral	2 783	1 121	(2 016)	-	1 888
Crédito e Cauções	76	138	374	-	588
Protecção Jurídica	-	21	(21)	-	-
Assistência	80	-	225	-	305
Diversos	1 840	491	(2 331)	-	-
	32 626	25 149	(6 611)	8	51 172
Custos de aquisição diferidos:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(101)	-	23	-	(78)
Incêndio e Outros Danos	(1 125)	-	(1 248)	-	(2 373)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(107)	-	(7)	-	(114)
Responsabilidade Civil Geral	(48)	-	-	(1)	(49)
Crédito e Cauções	(12)	-	(9)	-	(21)
Diversos	(204)	-	(11)	1	(214)
	(1 597)	-	(1 252)	-	(2 849)
	31 029	25 149	(7 863)	8	48 323

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite apresenta a seguinte composição:

	2006			2005		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
De seguros de vida:	123 957	44 411	168 368	46 339	22 971	69 310
De seguros não vida:						
Acidentes de trabalho:						
Provisão matemática	465 154	11 621	476 775	464 818	11 689	476 507
Provisão para assistência vitalícia	104 422	4 379	108 801	111 716	1 805	113 521
Provisão para assistência temporária	123 163	4 321	127 484	61 511	5 545	67 056
	692 739	20 321	713 060	638 045	19 039	657 084
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	13 444	2 004	15 448	15 816	1 694	17 510
Doença	21 228	19 931	41 159	14 378	20 721	35 099
Incêndio e Outros Danos	124 103	15 992	140 095	140 173	11 626	151 799
Automóvel	909 277	47 071	956 348	935 407	55 913	991 320
Marítimo, Aéreo e Transportes	51 716	1 021	52 737	32 830	875	33 705
Responsabilidade Civil Geral	94 876	14 217	109 093	116 398	7 355	123 753
Crédito e Cauções	1 181	32	1 213	1 388	33	1 421
Protecção Jurídica	3 662	1 870	5 532	4 233	207	4 440
Assistência	7 984	103	8 087	6 607	384	6 991
Diversos	3 846	472	4 318	3 189	354	3 543
	1 231 317	102 713	1 334 030	1 270 419	99 162	1 369 581
	1 924 056	123 034	2 047 090	1 908 464	118 201	2 026 665
	2 048 013	167 445	2 215 458	1 954 803	141 172	2 095 975



O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro directo e resseguro aceite e de resseguro cedido durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	69 310	695 867	(596 813)	4	168 368
De seguros não-vida:					
Acidentes de trabalho	657 084	202 371	(146 392)	1	713 064
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	17 510	6 796	(8 858)	1	15 449
Doença	35 098	110 896	(104 835)	-	41 159
Incêndio e Outros Danos	151 799	64 547	(76 247)	3	140 102
Automóvel	991 320	414 662	(449 633)	-	956 349
Marítimo, Aéreo e Transportes	33 705	29 350	(10 318)	-	52 737
Responsabilidade Civil Geral	123 754	1 742	(16 403)	-	109 093
Crédito e Cauções	1 421	75	(283)	-	1 213
Protecção Jurídica	4 440	1 772	(680)	-	5 532
Assistência	6 991	22 713	(21 618)	-	8 086
Diversos	3 543	5 441	(4 678)	-	4 306
	1 369 581	657 994	(693 553)	4	1 334 026
	2 026 665	860 365	(839 945)	5	2 047 090
	2 095 975	1 556 232	(1 436 758)	9	2 215 458
Resseguro cedido:					
Provisão para sinistros					
De seguros de vida	14 046	13 809	(7 380)	-	20 475
De seguros não-vida:					
Acidentes de trabalho:	2 767	478	(1 693)	-	1 552
Outros seguros:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	4 673	(1 938)	(642)	-	2 093
Doença	85	108	(92)	-	101
Incêndio e Outros Danos	77 952	30 010	(30 646)	-	77 316
Automóvel	25 178	13 617	(5 960)	-	32 835
Marítimo, Aéreo e Transportes	17 973	27 676	(6 752)	-	38 897
Responsabilidade Civil Geral	31 197	(3 448)	(6 569)	-	21 180
Crédito e Cauções	430	114	(143)	-	401
Protecção Jurídica	213	-	-	-	213
Diversos	2 430	3 133	(2 155)	-	3 408
	160 131	69 272	(52 959)	-	176 444
	162 898	69 750	(54 652)	-	177 996
	176 944	83 559	(62 032)	-	198 471

	2005					
	Saldo inicial	Alterações no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:						
Provisão para sinistros						
De seguros de vida	101 193	17 465	839 963	(889 313)	2	69 310
De seguros não-vida:						
Acidentes de trabalho	318 300	253 520	213 687	(128 423)	-	657 084
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	9 318	4 555	13 625	(9 988)	-	17 510
Doença	21 833	10 795	98 296	(95 825)	-	35 099
Incêndio e Outros Danos	86 758	68 387	83 541	(86 887)	-	151 799
Automóvel	570 906	364 274	483 831	(427 691)	-	991 320
Marítimo, Aéreo e Transportes	7 755	21 217	17 570	(12 837)	-	33 705
Responsabilidade Civil Geral	74 546	39 350	25 645	(15 788)	-	123 753
Crédito e Cauções	1 519	1 461	(1 411)	(148)	-	1 421
Protecção Jurídica	2 416	1 666	1 123	(765)	-	4 440
Assistência	5 185	1 218	22 382	(21 794)	-	6 991
Diversos	1 590	2 482	3 105	(3 634)	-	3 543
	781 826	515 405	747 707	(675 357)	-	1 369 581
	1 100 126	768 925	961 394	(803 780)	-	2 026 665
	1 201 319	786 390	1 801 357	(1 693 093)	2	2 095 975
Resseguro cedido:						
Provisão para sinistros						
De seguros de vida	6 804	176	15 881	(8 815)	-	14 046
De seguros não-vida:						
Acidentes de trabalho:						
Provisão matemática	625	1 462	1 774	(1 094)	-	2 767
Outros seguros:						
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	1 802	871	3 930	(1 930)	-	4 673
Doença	-	9 312	143	(9 370)	-	85
Incêndio e Outros Danos	60 009	35 010	18 870	(35 936)	-	77 953
Automóvel	10 865	14 649	5 437	(5 773)	-	25 178
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 857	10 918	11 760	(9 562)	-	17 973
Responsabilidade Civil Geral	24 630	1 677	13 214	(8 324)	-	31 197
Crédito e Cauções	589	372	(482)	(49)	-	430
Protecção Jurídica	-	-	212	1	-	213
Diversos	1 151	1 611	1 120	(1 453)	-	2 429
	103 903	74 420	54 204	(72 396)	-	160 131
	104 528	75 882	55 978	(73 490)	-	162 898
	111 332	76 058	71 859	(82 305)	-	176 944

O movimento ocorrido na provisão para riscos em curso de seguro directo e resseguro aceite durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	2006				
	Saldo inicial	Dotações no período	Variações cambiais	Saldo final	
Seguro directo e resseguro aceite:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	228	96	-	324	
Doença	2 680	4 668	-	7 348	
Incêndio e Outros Danos	1 555	15	1	1 571	
Automóvel	5 342	(341)	2	5 003	
Marítimo, Aéreo e Transportes	378	(170)	-	208	
Responsabilidade Civil Geral	2 148	(260)	-	1 888	
Crédito e Cauções	25	(25)	-	-	
Assistência	749	(388)	-	361	
Diversos	305	13	-	318	
	13 410	3 608	3	17 021	
2005					
	Saldo inicial	Alterações no perímetro de consolidação	Reposições no período	Variações cambiais	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:					
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	-	83	145	-	228
Doença	4 844	311	(2 475)	-	2 680
Incêndio e Outros Danos	76	2 703	(1 225)	1	1 555
Automóvel	4 434	719	189	-	5 342
Marítimo, Aéreo e Transportes	24	992	(638)	-	378
Responsabilidade Civil Geral	207	423	1 518	-	2 148
Crédito e Cauções	2	57	(34)	-	25
Assistência	6	1 120	(377)	-	749
Diversos	-	-	305	-	305
	9 593	6 408	(2 592)	1	13 410



25. Outros Passivos Subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
CGD Finance - € 400 000 000 6,25 percent Notes due 2009	400 000	400 000
CGD Finance - € 10 000 000 Floating Rate Subordinated Notes due 2010	10 000	10 000
CGD Finance - € 200 000 000 Floating Rate Subordinated Notes due 2011	27 221	121 540
CGD Finance - € 110 000 000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110 000	110 000
CGD Finance - USD 265 000 000 Floating Rate Subordinated Notes due 2016	201 215	-
CGD (Sucursal de França) - € 110 000 000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110 000	110 000
CGD (Sucursal de França) - € 250 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	250 000	250 000
CGD (Sucursal de França) - € 21 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	21 000	21 000
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 Fixed Rate Note Due 2016	40 000	-
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 Fixed Rate Note Due 2016	40 000	-
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 Fixed Rate Note Due 2016	40 000	-
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 Fixed Rate Note Due 2016	40 000	-
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 Fixed Rate Note Due 2016	40 000	-
CGD (Sucursal de França) - € 2 000 000 Index Linked to Floating Rate Note Due 2016 (5 emissões)	10 000	-
CGD (Sucursal de França - JPY 15 000 000 000 Fixed Rate Subordinated Notes Due 2036	95 584	-
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2002/2012	150 000	150 000
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	104 890	104 890
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2001/2011 - 1.ª emissão	-	100 000
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2001/2011 - 2.ª emissão	-	173 368
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/97	41 135	49 862
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/98	37 933	49 880
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2006/2016	99 987	-
Empréstimo Schultschein "Caja Madrid"	37 965	42 383
	1 906 930	1 692 923
Juros a pagar	19 317	10 184
Despesas com encargo diferido	(584)	(809)
	1 925 663	1 702 298

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros
CGD Finance - € 400 000 000 6,25 percent Notes due 2009	400 000	12.10.1999	12.10.2009	Anualmente, nos dias 12 de Outubro.
CGD Finance - € 10 000 000 Floating Rate Notes due 2010	10 000	27.07.2000	27.07.2010	Trimestralmente, nos dias 27 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.
CGD Finance - € 200 000 000 Floating Rate Subordinated Notes due 2011	200 000	03.12.2001	03.12.2011	Trimestralmente, nos dias 3 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
CGD Finance - € 110 000 000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110 000	18.12.2002	Perpétuas	Trimestralmente, nos dias 18 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
CGD Finance - USD 265 000 000 Floating Rate Subordinated Notes due 2016	265 000	06.12.2006	20.12.2016	Trimestralmente, nos dias 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
CGD (Sucursal de França) - € 110 000 000 Floating Rate Undated Subordinated Notes	110 000	18.12.2002	Perpétuas	Trimestralmente, nos dias 18 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
CGD (Sucursal de França) - € 250 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	250 000	27.04.2005	27.04.2015	Trimestralmente, nos dias 27 de Janeiro, Abril, Julho e Outubro.
CGD (Sucursal de França) - € 21 000 000 Floating Rate Subordinated Notes	21 000	14.07.2005	28.06.2016	Semestralmente, nos dias 28 de Junho e Dezembro.
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 Fixed Rate Note Due 2016	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 Junho de 2007. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 Fixed Rate Note Due 2016	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 Junho de 2008. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.

Remuneração	Taxa de juro nominal em		Cláusula de reembolso antecipado
	31.12.2006	31.12.2005	
Taxa fixa	6,25%	6,25%	N/A
Taxa Euribor 3 meses + 0,60%	4,14%	2,84%	N/A
Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	4,29%	3,14%	A partir de 3 de Dezembro de 2006. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 1,15%.
Taxa Euribor 3 meses + 1,30%	4,98%	4,42%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%.
Até Dezembro de 2011: Taxa USD Libor 3 meses + 0,25%; período remanescente até à data de maturidade: Taxa USD Libor 3 meses + 0,75%	5,60%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 1,30%	4,98%	4,42%	A partir de 18 de Dezembro de 2012. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 2,80%.
Taxa Euribor 3 meses + 0,25%	3,79%	2,68%	A partir de 27 de Abril de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,75%.
Taxa Euribor 6 meses + 0,22%	4,05%	2,65%	N/A
Taxa fixa 15,5% (primeiro cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	15,50%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa fixa 16,5% (primeiro cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	16,50%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.

Obrigação	Nominal	Data de realização	Data de reembolso	Pagamento de juros
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 <i>Fixed Rate Note Due 2016</i>	40 000	12.06.2006	13.06.2016	Primeiro pagamento em 12 Junho de 2009. A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro.
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 <i>Fixed Rate Note Due 2016</i>	40 000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 14 de Junho de 2010 será paga uma remuneração indexada à <i>performance</i> de um cabaz de fundos.
CGD (Sucursal de França) - € 40 000 000 <i>Fixed Rate Note Due 2016</i>	40 000	12.06.2006	13.06.2016	A partir de 12 de Setembro de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 12 de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Em 13 de Junho de 2011 será paga uma remuneração variável indexada à <i>performance</i> de um cabaz de fundos.
CGD (Sucursal de França) - € 2 000 000 <i>Index Linked to Floating Rate Note Due 2016</i> (cinco emissões de igual montante, valor global de € 10 000 000)	10 000	07.08.2006	08.08.2016	A partir de 8 de Agosto de 2011 até à data de reembolso, trimestralmente, nos dias 8 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro. Em 11 de Agosto de 2011 será paga uma remuneração variável indexada à <i>performance</i> de um cabaz de fundos.
CGD (Sucursal de França) JPY 15 000 000 000 <i>Fixed Rate Note Due 2036</i>	95 584	15.12.2006	15.12.2036	Semestralmente, nos dias 15 de Junho e Dezembro.
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2002/2012	150 000	31.10.2002	31.10.2012	Semestralmente, nos dias 2 de Maio e 31 de Outubro.
Obrigações de Caixa Subordinadas - Renda Mais 2005/2015	104 891	29.06.2005	03.07.2015	Semestralmente, nos dias 3 de Janeiro e Julho.
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/97	49 880	15.10.1997	15.10.2007	Semestralmente, nos dias 15 de Abril e Outubro.
Obrigações de Caixa BNU Subordinadas/98	49 880	01.10.1998	01.10.2008	Semestralmente, nos dias 1 de Abril e Outubro.
Obrigações de Caixa Subordinadas - CGD 2006/2016	99 987	28.12.2006	28.12.2016	Anualmente, no dia 28 de Dezembro.
Empréstimo <i>Schuldschein "Caja Madrid "</i>	42 383	18.08.2005	18.08.2015	Trimestralmente, nos dias 18 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro.

Remuneração	Taxa de juro nominal em		Cláusula de reembolso antecipado
	31.12.2006	31.12.2005	
Taxa fixa 18% (primeiro cupão); Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	18,00%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	4,32%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 0,65%	4,32%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 3 meses + 0,62%	4,19%	-	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa fixa	2,88%	-	A partir de 15 de Dezembro de 2016, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo.
Taxa Euribor 6 meses + 0,50%	4,20%	2,87%	A partir de 3 de Dezembro de 2006. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1%.
Taxa Euribor 6 meses + 0,25%	3,50%	2,37%	A partir de 3 de Julho de 2010. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 6 meses acrescida de 0,75%.
Taxa Euribor 6 meses + 0,15%	3,79%	2,44%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo.
Taxa Euribor 6 meses + 0,15%	3,72%	2,44%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo.
1.º ano 4,10%, em cada ano acresce 0,10% até ao 5º ano	4,10%	-	A partir de 28 de Dezembro de 2011, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo. Caso não ocorra o reembolso antecipado, após esta data a taxa de juro aplicável será a taxa Euribor a 12 meses, acrescida de 0,5%.
Taxa fixa	5,15%	5,15%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, a Caixa poderá proceder ao reembolso antecipado, total ou parcial, do empréstimo.

26. Outros Passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Credores:		
Recursos consignados	2 563 352	2 525 299
Fornecedores de bens de locação financeira	53 446	40 513
Outros fornecedores	104 911	91 900
Recursos - conta caução	62 137	30 141
Recursos - conta subscrição	14 800	11 273
Recursos - conta cativa	3 328	3 103
Credores diversos:		
Credores por seguro directo e resseguro	190 847	118 493
Pela aquisição da Império Bonança (Nota 3)	87 961	87 961
Caixa Geral de Aposentações	98 062	156 510
Credores por cedência de <i>factoring</i>	33 685	48 123
Credores por operações sobre valores mobiliários	3 707	9 818
Credores por operações sobre futuros	2 842	632
Outros	1 167 010	580 916
Outras exigibilidades:		
Notas em circulação - Macau (Nota 19)	175 677	187 774
Retenção de impostos na fonte	56 433	55 086
Contribuições para a Segurança Social	15 859	13 428
Outros impostos a pagar	13 126	13 234
Cobranças por conta de terceiros	2 216	3 515
Outros	31 169	30 449
Despesas com encargo diferido	(14)	(25)
Encargos a pagar:		
Juros e encargos similares	28 655	12 619
Gastos com pessoal		
Prémio de antiguidade - CGD (Nota 37)	38 628	44 375
Outros	150 288	132 198
Gastos gerais administrativos	19 804	10 071
Outros encargos a pagar	81 539	52 672
Receitas com rendimento diferido:		
Comissões e taxas cobradas na originação de contratos de crédito	-	103 564
Outras	69 830	26 876
Operações passivas a regularizar	401 254	466 478
Operações de Bolsa	9 878	-
	5 480 430	4 856 996

No exercício de 2006, as receitas com rendimento diferido relativas a comissões e taxas cobradas na originação de contratos de crédito foram registadas na rubrica de "Crédito a clientes" (Nota 11).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os encargos a pagar de gastos com pessoal incluem mEuros 36 000 e mEuros 26 500, respectivamente, relativos a prémios de produtividade e bónus a pagar a empregados da CGD.

Em 31 de Dezembro de 2006, as condições dos "Recursos consignados" podem ser resumidas da seguinte forma:

Denominação	Contraparte	Saldo contratado	Saldo em 31.12.2006	Data de início	Data de vencimento
KfW 900 Mio	Kfw - Kreditanstalt für Wiederaufbau	900 000	900 000	12.12.2005	25.09.2015
KfW 300 Mio	Kfw - Kreditanstalt für Wiederaufbau	300 000	300 000	07.04.2004	17.03.2014
KfW 250 Mio	Kfw - Kreditanstalt für Wiederaufbau	250 000	250 000	22.11.2004	22.11.2013
CGD - Empréstimo Global XII	Banco Europeu de Investimento	200 000	200 000	19.11.2004	15.09.2024
CGD Empréstimo Global XI	Banco Europeu de Investimento	200 000	200 000	25.06.2003	15.06.2023
CGD Empréstimo Global X	Banco Europeu de Investimento	200 000	200 000	21.11.2002	15.09.2022
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	150 000	150 000	11.12.2003	15.09.2012
CGD/BNU Global Loan IX	Banco Europeu de Investimento	150 000	150 000	27.10.2000	15.12.2023
Framework Loan Agreement	CEB - Council of Europe Development Bank	100 000	100 000	11.12.2002	15.09.2024
CGD - Empréstimo Global XIII	Banco Europeu de Investimento	75 000	75 000	12.10.2006	15.09.2026
Projecto Municipal Infra EG - III	Banco Europeu de Investimento	27 434	8 168	18.04.1995	15.09.2012
Projecto Municipal Infra EG - III - B	Banco Europeu de Investimento	27 434	13 665	14.11.1997	15.09.2010
CEB Pré-Escolar	CEB - Council of Europe Development Bank	10 475	6 176	07.04.2005	25.10.2012
CGD Reabilitação Urbana	Banco Europeu de Investimento	12 470	4 210	19.12.1996	15.06.2011
Infraestruturas Municipais II	Kfw - Kreditanstalt für Wiederaufbau	9 293	1 863	30.01.1991	31.12.2010
Operações realizadas pelo BCI Moçambique			3 418		
Outros			852		
			2 563 352		

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os recursos consignados da CGD eram remunerados à taxa de juro média anual de 2,99% e 2,37%, respectivamente.

montante de mEuros 300 000, e de parte da reserva legal, no montante de mEuros 538 933, para cobertura de resultados transitados negativos.

27. Capital

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português, estando representado por 590 000 000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

No exercício de 2005, não foram distribuídos pela Caixa dividendos relativos aos resultados do ano anterior. Na Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2005, foi deliberada a utilização dos prémios de emissão, no

Na Assembleia Geral realizada em Maio de 2006, foi deliberada a distribuição ao accionista Estado de dividendos relativos ao resultado de 2005 no montante de mEuros 195 000, o que correspondeu a um dividendo de 0,33 Euros por acção.

28. Reservas, Resultados Transitados e Lucro do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2006	2005
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos	656 405	565 467
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal - CGD	467 251	397 097
Outras reservas	(168 206)	(464 847)
Resultados transitados	(319 452)	(346 719)
	(20 407)	(414 469)
Lucro do exercício atribuível ao accionista da CGD	733 808	537 667
	1 369 806	688 665

De acordo com os estatutos da CGD, é transferido para a reserva legal um mínimo de 20% do resultado líquido de cada ano. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

As "Outras reservas e resultados transitados" incluem as reservas legais da CGD, no montante de mEuros 467 251 em 31 de Dezembro de 2006, e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias e associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a mEuros 241 027, em 31 de Dezembro de 2006, e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas:	
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho	32 157
Decreto-Lei n.º 399 - G/84, de 28 de Dezembro	19 469
Decreto-Lei n.º 118 - B/86, de 27 de Maio	28 439
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril	15 325
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro	39 836
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro	41 897
Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro	63 181
Imobilizações financeiras	723
	241 027

A "Reserva de justo valor" reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

A reserva de conversão cambial que reflecte o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída nas "Outras reservas".



O resultado consolidado da CGD, foi determinado da seguinte forma:

	2006	2005
Caixa Geral de Depósitos, SA		
Caixa Geral de Depósitos e Sucursal Financeira Internacional	546 916	333 685
Sucursal de Timor Leste	(24 395)	3 048
Sucursal Financeira Exterior da Madeira	8 075	3 376
Sucursal de França	6 130	4 320
Sucursal de Londres	5 889	2 115
Sucursal das Ilhas Caimão	1 906	1 921
Sucursal de Nova Iorque	1 766	2 195
Sucursal do Luxemburgo	830	829
Sucursal do Zhuhai	211	139
Sucursal do Mónaco	102	132
	547 430	351 760
Dividendos de empresas do Grupo recebidos pela CGD	(134 820)	(18 332)
Anulação de mais e menos-valias na venda das participações	-	(169 618)
	(A) 412 610	163 810
Contribuição para o resultado das filiais:		
Caixa Seguros, SGPS, SA ^(a)	152 601	118 440
Caixa - Banco de Investimento, SA ^(a)	28 575	24 909
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)	20 771	20 720
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	10 866	7 753
Caixa Leasing e Factoring - IFIC, SA	9 400	14 834
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	6 879	3 422
Nostrum Mortgages (Fundo e PLC)	5 394	1 395
Nostrum Consumer (Fundo e PLC)	1 790	185
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, SA	4 534	4 085
Fundimo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	4 068	3 201
Caixaweb, SGPS, SA	(2 319)	(1 171)
Imocaixa - Gestão Imobiliária, SA	1 530	333
Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados - Grupo CGD	(1 099)	4 256
Banco Caixa Geral, SA ^(a)	583	(31 077)
Banco Comercial do Atlântico, SA	(557)	1 858
Caixa Participações, SGPS, SA	(424)	(12)
Esegur - Empresa de Segurança, SA	336	1 594
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA	319	397
Caixa Brasil, SGPS, SA	-	160 054
Outras	(1 663)	2 487
	(B) 241 584	337 633
Contribuição para o resultado das empresas associadas:		
REN - Rede Eléctrica Nacional, SA	109 086	21 993
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA	1 842	1 432
Outras	(2 402)	1 624
	(C) 108 526	25 049
Ajustamentos ao resultado líquido do Grupo:		
Anulações de constituições e reposições de imparidades relativas a filiais e associadas, registadas nas contas individuais	(2 143)	(3 029)
Outros	(26 769)	14 204
	(D) (28 912)	11 175
Resultado consolidado atribuível ao accionista da CGD	(A+B+C+D) 733 808	537 667

(a) Dados retirados das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O resultado da Caixa-Brasil, no exercício de 2005, resulta essencialmente da mais-valia realizada na venda da participação no Unibanco e Unibanco Holding (Nota 8).

29. Interesses Minoritários

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	2006	2005
Caixa Geral Finance	600 180	600 094
Compal, SA	24 742	24 714
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	22 289	20 024
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest	15 353	15 519
FIQ Grupo CGD - Caixa Capital	6 708	5 133
FIQ Energias Renováveis - Caixa Capital	4 474	-
FIQ PME - Caixa Capital	4 142	4 262
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	5 905	6 100
Banco Comercial do Atlântico, SARL	4 190	5 143
Banco Interatlântico, SARL	1 659	1 594
A Promotora - Sociedade de Capital de Risco, SARL	1 178	1 189
Banco Caixa Geral, SA	978	977
Caixa - Banco de Investimento, SA	776	729
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL	695	719
Caixanet, Telemática e Comunicações, SA	345	344
Outras	237	24
	693 851	686 565

A Caixa Geral Finance é uma sociedade com sede nas Ilhas Caimão com um capital social de 1 000 Euros. Em 28 de Junho de 2004, esta sociedade procedeu à emissão de acções preferenciais sem direito de voto no montante de mEuros 250 000. Caso seja decidida pelos seus Directores a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas acções, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,8% até 28 de Junho de 2014 e de 1,8% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 28 de Junho de 2014 ao preço de 1 000 Euros por acção (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Em 30 de Setembro de 2005, a Caixa Geral Finance procedeu à emissão de acções preferenciais sem direito de voto no montante de mEuros 350 000. Caso seja decidida a distribuição de dividendos, é pago trimestralmente um dividendo aos titulares destas acções, equivalente a uma remuneração anual correspondente à taxa Euribor a 3 meses acrescida de 0,77% até 30 de Setembro de 2015 e de 1,77% a partir desta data. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais a partir de 30 de Setembro de 2015 ao preço de 50 Euros por acção (valor nominal), acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

A parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários em 2006 e 2005 apresenta o seguinte detalhe:

	2006	2005
Caixa Geral Finance	22 548	10 067
Banco Comercial e de Investimentos, SARL	9 532	4 658
Mercantile Bank Holdings, Ltd.	977	711
Banco Comercial do Atlântico, SARL	(282)	1 231
Banco Interatlântico, SARL	275	197
Outros	462	252
	33 512	17 116

30. Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Juros e rendimentos similares:		
Juros de aplicações em instituições de crédito no País	37 992	19 874
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	238 221	188 947
Juros de crédito interno	2 151 979	1 647 878
Juros de crédito ao exterior	179 232	139 253
Juros de crédito vencido	52 988	44 873
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
Derivados	915 618	508 761
Títulos	184 396	133 229
Outros	1 865	1 224
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	69 418	76 730
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	67 173	105 294
Juros de derivados de cobertura	168 857	142 494
Juros de investimentos a deter até à maturidade	2	4
Juros de devedores e outras aplicações	12 841	9 972
Juros de disponibilidades	33 201	23 375
Juros de outros créditos e valores a receber - Papel comercial	27 262	-
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	90 328	58 468
Outros juros e rendimentos similares	146 242	177 513
	4 377 615	3 277 889

	2006	2005
Juros e encargos similares:		
Juros de depósitos		
Do sector público administrativo	57 683	40 884
De outros residentes	482 404	409 594
De emigrantes	37 096	57 960
De outros não residentes	134 701	85 072
Produtos de taxa fixa - seguros	85 695	48 352
Outros	1 015	2 041
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	151 956	94 857
Juros de recursos de instituições de crédito no País	23 542	20 019
Juros de swaps	910 301	541 180
Juros de outros passivos de negociação	2 547	5 186
Juros de responsabilidades representadas por títulos semcarácter subordinado	388 727	334 306
Juros de derivados de cobertura	173 912	117 642
Juros de passivos subordinados	74 851	60 291
Outros juros e encargos similares	89 864	53 332
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	7 043	4 247
Outros	64 581	37 497
	2 685 918	1 912 460

31. Rendimentos de Instrumentos de Capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Portugal Telecom, SGPS, SA	26 940	18 097
EDP - Energias de Portugal, SA	17 462	32 720
GALP Energia, SGPS, S.A.	10 930	-
Banco Comercial Português, SA	4 784	5 755
Cimpor	1 976	-
Unicre	1 795	569
Euronext	1 728	-
Fundo Margueira	1 353	-
PT Multimédia, SGPS, SA	1 082	1 005
Unibanco e Unibanco Holdings	-	18 547
Outros	4 986	12 340
	73 036	89 033

32. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços prestados	303 156	309 138
Por garantias prestadas	34 870	36 290
Por operações realizadas por conta de terceiros	14 447	12 178
Por compromissos assumidos perante terceiros	9 792	4 574
Por operações sobre instrumentos financeiros	454	28
Outros	78 541	30 782
	441 260	392 990
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	66 157	63 495
Por operações realizadas por terceiros	5 688	4 489
Por operações sobre instrumentos financeiros	2 218	2 636
Por garantias recebidas	272	158
Outros	6 510	2 772
	80 845	73 550

33. Resultados em Operações Financeiras

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Resultados cambiais		
Reavaliação da posição cambial	215 591	(179 165)
Resultados em activos e passivos financeiros detidos para negociação:		
Em títulos:		
Instrumentos de dívida	(114 237)	28 212
Instrumentos de capital	57 998	15 292
Outros instrumentos	37 352	12 198
	(18 887)	55 702
Em derivados de negociação:		
Divisas	(132 877)	241 988
Taxa de juro	38 903	(113 797)
Cotações	11 904	(16 322)
Eventos de crédito	4 007	(109)
Outros	3 034	5 003
	(75 029)	116 763
	(93 916)	172 465
Resultados em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos de dívida	12 209	(42 810)
Instrumentos de capital	1 599	4 296
Outros títulos	(18 778)	20 899
	(4 970)	(17 615)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida	1 788	4 927
Instrumentos de capital (Nota 8)		
EDP - Energias de Portugal, SA	13 342	8 969
Banco Comercial Português, SA	3 585	8 443
CGD USA Holding Company, Inc.	470	-
Unibanco - União de Bancos Brasileiros e		
Unibanco Holdings, SA	-	183 923
Fespect - Serviços de Consultoria, SA	-	5 652
Outros	7 847	9 653
	25 244	216 640
Outros títulos	430	-
	27 462	221 567
Resultados em operações de cobertura:		
Swaps de taxa de juro	(312 847)	58 201
Futuros e outras operações a prazo	(3)	(2 845)
Correcções de valor em activos e passivos cobertos	300 101	52 867
	(12 749)	108 223
Outros	(653)	(8 257)
	130 765	297 218

No exercício de 2005, o Grupo registou em "Resultados em operações de cobertura" ganhos e perdas relativos a operações

que, embora contratadas com o objectivo de cobertura, não fazem parte de relações de cobertura no âmbito do IAS 39.

34. Outros Resultados de Exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2006	2005
Outros rendimentos de exploração:		
Prestação de serviços diversos	54 055	43 483
Reembolso de despesas	7 705	7 499
Ganhos em filiais e associadas	149	625
Rendas de locação operacional	6 156	6 756
Ganhos em activos não financeiros:		
Activos não correntes detidos para venda	13 115	7 053
Outros activos tangíveis	1 841	4 455
Propriedades de investimento	31 416	2 657
Activos em locação financeira	521	248
Activos em locação operacional	8	-
Outros activos não financeiros	770	850
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações e a outras entidades	7 518	6 129
Venda de cheques	15 244	18 003
Outros	46 913	11 161
	185 411	108 919
Outros encargos de exploração:		
Donativos e quotizações	6 282	6 648
Perdas em activos não financeiros:		
Activos não correntes detidos para venda	1 875	983
Outras propriedades de investimento	1 102	500
Activos em locação financeira	66	48
Outros activos tangíveis	934	561
Outros impostos	16 221	16 082
Multas e penalidades	1 206	1 756
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	10 409	10 893
Outros	19 722	29 821
	57 817	67 292
	127 594	41 627

No exercício de 2006, a rubrica "Ganhos em activos não financeiros – Propriedades de investimento" inclui mEuros 19 560 relativos a mais-valias na venda de imóveis pelo Banco Caixa Geral.

No exercício de 2006, a rubrica "Ganhos em activos não correntes detidos para venda" inclui mEuros 6 808 relativos à mais-valia na alienação da participação na Nutricafés (Notas 3 e 12).

No exercício de 2006, o "Produto de outras actividades" corresponde a custos e proveitos operacionais da Compal, com o seguinte detalhe:

Vendas e prestações de serviços	181 312
Custo das mercadorias vendidas	(72 933)
	108 379

35. Margem Técnica da Actividade de Seguros

35.1. Prémios, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2006	2005
Caixa Seguros		
Seguro directo e Resseguro aceite		
Prémios brutos emitidos		
Ramo Vida	1 301 918	998 444
Ramos não-vida	1 485 182	1 628 329
Prémios de Resseguro cedido	(181 584)	(255 314)
	2 605 516	2 371 459
Outros	21 139	4 767
	2 626 655	2 376 226



Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro emitidos pela Caixa Seguros apresentam o seguinte detalhe:

	2006			2005		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida:						
De contratos de seguro						
Sem participação nos resultados	119 251	(17 968)	101 283	90 579	(11 666)	78 913
Com participação nos resultados	42 176	(2 754)	39 422	48 213	(2 480)	45 733
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	1 140 491	(23)	1 140 468	859 652	(3 528)	856 124
	1 301 918	(20 745)	1 281 173	998 444	(17 674)	980 770
Ramos não-vida:						
Prémios brutos emitidos						
Acidentes de trabalho	252 010	(1 430)	250 580	264 599	(1 054)	263 545
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	46 153	(9 288)	36 865	50 007	(13 563)	36 444
Doença	147 059	(3 399)	143 660	140 860	(7 331)	133 529
Incêndio e Outros Danos	235 814	(94 408)	141 406	290 903	(152 419)	138 484
Automóvel	698 304	(6 086)	692 218	734 518	(1 013)	733 505
Marítimo, Aéreo e Transportes	39 610	(30 848)	8 762	43 964	(36 375)	7 589
Responsabilidade Civil Geral	34 096	(10 813)	23 283	37 172	(15 032)	22 140
Crédito e Cauções	800	(213)	587	17 132	(10 495)	6 637
Protecção Jurídica	5 502	-	5 502	12 848	-	12 848
Assistência	12 693	2 097	14 790	36 322	(358)	35 964
Diversos	13 141	(6 451)	6 690	4	-	4
	1 485 182	(160 839)	1 324 343	1 628 329	(237 640)	1 390 689
Total de prémios, líquidos de resseguro	2 787 100	(181 584)	2 605 516	2 626 773	(255 314)	2 371 459
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Acidentes de trabalho	164	28	192	112	6	118
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	5 084	(2 165)	2 919	4 446	764	5 210
Doença	(3 365)	(4 038)	(7 403)	(2 110)	(1 156)	(3 266)
Incêndio e Outros Danos	9 324	(8 013)	1 311	437	(2 022)	(1 585)
Automóvel	8 857	(1 600)	7 257	9 274	139	9 413
Marítimo, Aéreo e Transportes	(57)	(512)	(569)	393	(565)	(172)
Responsabilidade Civil Geral	433	298	731	2 413	(2 016)	397
Crédito e Cauções	235	(527)	(292)	(104)	374	270
Protecção Jurídica	1 847	104	1 951	(582)	(21)	(603)
Assistência	8 507	(4)	8 503	(1 603)	225	(1 378)
Diversos	335	898	1 233	(231)	(2 331)	(2 562)
	31 364	(15 531)	15 833	12 445	(6 603)	5 842
Prémios adquiridos:						
Acidentes de trabalho	252 173	(1 403)	250 770	264 711	(1 048)	263 663
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	51 237	(11 453)	39 784	54 453	(12 799)	41 654
Doença	143 694	(7 437)	136 257	138 749	(8 487)	130 262
Incêndio e Outros Danos	245 138	(102 421)	142 717	290 438	(154 441)	135 997
Automóvel	707 160	(7 686)	699 474	743 792	(874)	742 918
Marítimo, Aéreo e Transportes	39 553	(31 360)	8 193	44 357	(36 940)	7 417
Responsabilidade Civil Geral	34 528	(10 515)	24 013	39 584	(17 048)	22 536
Crédito e Cauções	1 035	(740)	295	17 005	(10 121)	6 884
Protecção Jurídica	7 349	103	7 452	12 266	(21)	12 245
Assistência	21 200	2 093	23 293	34 720	(133)	34 587
Diversos	13 479	(5 554)	7 925	4	(2 331)	(2 327)
	1 516 546	(176 373)	1 340 173	1 640 079	(244 243)	1 395 836
Total de prémios adquiridos não-vida e prémios vida	2 818 464	(197 118)	2 621 346	2 638 523	(261 917)	2 376 606

A variação da provisão para prémios não adquiridos encontra-se reflectida em “Custos com sinistros – variação de outras provisões técnicas” (Nota 35.3).

35.2. Resultados em Investimentos Afectos a Contratos de Seguros

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2006			2005		
	Ramo vida	Ramos não-vida	Total	Ramo vida	Ramos não-vida	Total
Juros	121 562	56 136	177 698	79 990	50 809	130 799
Dividendos	20 900	6 560	27 460	14 072	7 419	21 491
Ganhos realizados, líquidos	41 645	43 131	84 776	77 437	3 296	80 733
Ganhos não realizados, líquidos	-	-	-	-	616	616
Outros	4 381	17 894	22 275	2 155	10 158	12 313
	188 488	123 721	312 209	173 654	72 298	245 952

35.3. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2006			2005		
	Ramo vida	Ramos não-vida	Total	Ramo vida	Ramos não-vida	Total
Caixa Seguros						
Seguro directo e resseguro aceite						
Sinistros pagos	596 813	839 946	1 436 759	476 341	803 780	1 280 121
Variação da provisão para sinistros	41 818	21 996	63 814	26 974	110 750	137 724
638 631	861 942	1 500 573		503 315	914 530	1 417 845
Provisão para participação nos resultados	44 063	334	44 397	31 616	162	31 778
Variação das outras provisões técnicas	717 962	3 308	721 270	582 662	(17 110)	565 552
	1 400 656	865 584	2 266 240	1 117 593	897 582	2 015 175
Saldo de resseguro cedido	(15 021)	(66 829)	(81 850)	(16 153)	(46 176)	(62 329)
Sub-total Caixa Seguros	1 385 635	798 755	2 184 390	1 101 440	851 406	1 952 846
Outros	-	2 924	2 924	-	2 643	2 643
	1 385 635	801 679	2 187 314	1 101 440	854 049	1 955 489

Os custos com sinistros dos ramos não vida da Caixa

Seguros apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	2006 Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	146 392	57 848	204 240	32	-	204 272
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	8 858	(1 812)	7 046	96	31	7 173
Doença	104 835	5 647	110 482	4 366	249	115 097
Incêndio e Outros Danos	76 247	(10 943)	65 304	17	-	65 321
Automóvel	449 633	(35 884)	413 749	(341)	-	413 408
Marítimo, Aéreo e Transportes	10 318	18 965	29 283	(170)	-	29 113
Responsabilidade Civil Geral	16 403	(14 804)	1 599	(260)	-	1 339
Crédito e Cauções	283	257	540	(25)	-	515
Protecção Jurídica	680	1 097	1 777	96	-	1 873
Assistência	21 618	1 012	22 630	(388)	54	22 296
Diversos	4 679	613	5 292	(115)	-	5 177
	839 946	21 996	861 942	3 308	334	865 584
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(1 693)	1 215	(478)	-	-	(478)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(642)	2 580	1 938	-	-	1 938
Doença	(92)	(16)	(108)	-	-	(108)
Incêndio e Outros Danos	(30 646)	(1 996)	(32 642)	-	-	(32 642)
Automóvel	(5 960)	(7 657)	(13 617)	-	-	(13 617)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(6 752)	(20 274)	(27 026)	-	-	(27 026)
Responsabilidade Civil Geral	(6 569)	14 875	8 306	-	-	8 306
Crédito e Cauções	(143)	72	(71)	-	-	(71)
Protecção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	(2 155)	(976)	(3 131)	-	-	(3 131)
	(54 652)	(12 177)	(66 829)	-	-	(66 829)
Líquido :						
Acidentes de trabalho	144 699	59 063	203 762	32	-	203 794
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	8 216	768	8 984	96	31	9 111
Doença	104 743	5 631	110 374	4 366	249	114 989
Incêndio e Outros Danos	45 601	(12 939)	32 662	17	-	32 679
Automóvel	443 673	(43 541)	400 132	(341)	-	399 791
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 566	(1 309)	2 257	(170)	-	2 087
Responsabilidade Civil Geral	9 834	71	9 905	(260)	-	9 645
Crédito e Cauções	140	329	469	(25)	-	444
Protecção Jurídica	680	1 097	1 777	96	-	1 873
Assistência	21 618	1 012	22 630	(388)	54	22 296
Diversos	2 524	(363)	2 161	(115)	-	2 046
	785 294	9 819	795 113	3 308	334	798 755

	2005					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados	Total
Seguro directo e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	128 423	36 463	164 886	(112)	-	164 774
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	9 988	4 036	14 024	(4 300)	54	9 778
Doença	95 825	2 563	98 388	(1 141)	100	97 347
Incêndio e Outros Danos	86 887	(845)	86 042	(1 071)	-	84 971
Automóvel	427 691	54 513	482 204	(9 085)	7	473 126
Marítimo, Aéreo e Transportes	12 837	4 715	17 552	(1 031)	-	16 521
Responsabilidade Civil Geral	15 788	9 785	25 573	(996)	-	24 577
Crédito e Cauções	148	(565)	(417)	(1 727)	-	(2 144)
Protecção Jurídica	765	377	1 142	576	-	1 718
Assistência	21 794	585	22 379	1 232	-	23 611
Diversos	3 634	(877)	2 757	545	1	3 303
	803 780	110 750	914 530	(17 110)	162	897 582
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(1 094)	(679)	(1 773)	(6)	-	(1 779)
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	(1 930)	(2 000)	(3 930)	(764)	-	(4 694)
Doença	(9 370)	9 227	(143)	1 751	-	1 608
Incêndio e Outros Danos	(35 936)	17 015	(18 921)	2 022	-	(16 899)
Automóvel	(5 773)	335	(5 438)	4 144	-	(1 294)
Marítimo, Aéreo e Transportes	(9 562)	(2 153)	(11 715)	565	-	(11 150)
Responsabilidade Civil Geral	(8 324)	(2 281)	(10 605)	2 016	-	(8 589)
Crédito e Cauções	(49)	533	484	29	-	513
Protecção Jurídica	1	(213)	(212)	(716)	-	(928)
Assistência	-	-	-	(2 339)	-	(2 339)
Diversos	(1 453)	333	(1 120)	495	-	(625)
	(73 490)	20 117	(53 373)	7 197	-	(46 176)
Líquido:						
Acidentes de trabalho	127 329	35 784	163 113	(118)	-	162 995
Acidentes pessoais e Pessoas Transportadas	8 058	2 036	10 094	(5 064)	54	5 084
Doença	86 455	11 790	98 245	610	100	98 955
Incêndio e Outros Danos	50 951	16 170	67 121	951	-	68 072
Automóvel	421 918	54 848	476 766	(4 941)	7	471 832
Marítimo, Aéreo e Transportes	3 275	2 562	5 837	(466)	-	5 371
Responsabilidade Civil Geral	7 464	7 504	14 968	1 020	-	15 988
Crédito e Cauções	99	(32)	67	(1 698)	-	(1 631)
Protecção Jurídica	766	164	930	(140)	-	790
Assistência	21 794	585	22 379	(1 107)	-	21 272
Diversos	2 181	(544)	1 637	1 040	1	2 678
	730 290	130 867	861 157	(9 913)	162	851 406

O desenvolvimento dos custos com sinistros para os ramos de negócio em que existe incerteza sobre o montante e o momento dos pagamentos a efectuar, e

quando essa incerteza não é normalmente eliminada no prazo de um ano é o que se apresenta nos quadros seguintes:

Ramo:		Acidentes de Trabalho						
Valores Acumulados		Ano do Sinistro						
Ano Contabilístico		2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
2001		161 384	-	-	-	-	-	161 384
2002		189 831	130 420	-	-	-	-	320 252
2003		199 621	142 655	142 469	-	-	-	484 745
2004		201 435	153 668	143 255	197 014	-	-	695 373
2005		207 368	161 276	155 076	182 114	172 376	-	878 211
2006		213 686	162 666	160 052	195 728	193 813	171 468	1 097 412

Custos com sinistros registados em 2006:

Sinistros dos anos de 2001 a 2006	219 201
Sinistros de anos anteriores	22 843
Custos imputados à regularização de sinistros	(39 783)
Custos com sinistros de resseguro aceite	1 979
	204 240

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2006	152 398	141 552	145 441	142 669	128 693	70 029	780 782
------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	---------------	----------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2006	43 269	38 556	43 858	50 724	68 706	135 807	380 920
		Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001					317 280
		Total de seguro directo					698 200
		Provisão para sinistros de resseguro aceite					14 860
		Total do ramo					713 060

Ramo:

Incêndio e Outros Danos em Coisas

Valores Acumulados		Ano do Sinistro						
Ano Contabilístico		2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
2001		145 524	-	-	-	-	-	145 524
2002		148 552	80 450	-	-	-	-	229 002
2003		148 756	85 868	82 113	-	-	-	316 737
2004		146 306	87 491	82 036	111 921	-	-	427 753
2005		145 862	87 737	85 556	112 070	94 631	-	525 857
2006		145 851	85 815	83 938	110 019	96 767	84 220	606 609

Custos com sinistros registados em 2006:

Sinistros dos anos de 2001 a 2006	80 752
Sinistros de anos anteriores	(3 922)
Custos imputados à regularização de sinistros	(13 011)
Custos com sinistros de resseguro aceite	1 486
	65 304

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2006	134 925	86 831	77 273	100 852	66 415	45 309	511 606
------	----------------	---------------	---------------	----------------	---------------	---------------	----------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2006	8 008	4 826	10 855	13 794	13 478	60 697	111 657
		Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001					19 978
		Total de seguro directo					131 635
		Provisão para sinistros de resseguro aceite					8 460
		Total do ramo					140 095

Ramo:		Automóvel					
Valores Acumulados	Ano Contabilístico	Ano do Sinistro					
		2001	2002	2003	2004	2005	Total
	2001	563 211	-	-	-	-	563 211
	2002	580 703	576 632	-	-	-	1 157 335
	2003	624 281	600 484	550 502	-	-	1 775 267
	2004	640 082	630 630	564 933	554 251	-	2 389 897
	2005	637 346	643 504	579 156	536 454	498 157	2 894 617
	2006	638 812	641 486	587 860	541 005	482 713	450 344
							3 342 220

Custos com sinistros registados em 2006:

Sinistros dos anos de 2001 a 2006	447 603
Sinistros de anos anteriores	(4 135)
Custos imputados à regularização de sinistros	(48 968)
Custos com sinistros de resseguro aceite	19 249
	413 749

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2006	579 832	552 517	495 720	427 421	359 625	219 247	2 634 363
------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------	------------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2006	97 320	101 247	108 443	132 158	141 117	240 963	821 249
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001						111 785
	Total de seguro directo						933 034
	Provisão para sinistros de resseguro aceite						23 314
	Total do ramo						956 348

Ramo:		Marítimo e Transportes					
Valores Acumulados	Ano Contabilístico	Ano do Sinistro					
		2001	2002	2003	2004	2005	Total
	2001	4 336	-	-	-	-	4 336
	2002	4 840	4 371	-	-	-	9 211
	2003	4 927	4 168	2 546	-	-	11 642
	2004	4 729	3 290	2 439	2 514	-	12 972
	2005	4 650	3 385	2 527	2 739	3 810	17 111
	2006	4 637	3 347	2 307	2 408	3 878	2 329
							18 907

Custos com sinistros registados em 2006:

Sinistros dos anos de 2001 a 2006	1 796
Sinistros de anos anteriores	(174)
Custos imputados à regularização de sinistros	(123)
Custos com sinistros de resseguro aceite	27
	1 526

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2006	4 192	3 063	2 925	1 879	3 263	1 110	16 433
------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2006	367	999	534	713	762	1 218	4 594
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001						301
	Total de seguro directo						4 895
	Provisão para sinistros de resseguro aceite						1 098
	Total do ramo						5 993

Ramo:	Aéreo						
Valores Acumulados	Ano do Sinistro						
Ano Contabilístico	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
2001	1 080	-	-	-	-	-	1 080
2002	1 269	686	-	-	-	-	1 955
2003	1 316	719	607	-	-	-	2 642
2004	1 216	672	1 111	3 117	-	-	6 116
2005	1 065	667	4 379	22 735	2 506	-	31 352
2006	999	562	4 368	42 813	2 369	883	51 994

Custos com sinistros registados em 2006:

Sinistros dos anos de 2001 a 2006	20 641
Sinistros de anos anteriores	2 366
Custos imputados à regularização de sinistros	(57)
Custos com sinistros de resseguro aceite	621
	23 572

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2006	1 099	1 020	4 859	3 057	1 569	529	12 133
------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------	---------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2006	132	2	150	20 016	995	356	21 652
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001							12 989
Total de seguro directo							34 641
Provisão para sinistros de resseguro aceite							3 893
Total do ramo							38 534

Ramo:

Mercadorias Transportadas

Valores Acumulados	Ano do Sinistro						
Ano Contabilístico	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
2001	7 026	-	-	-	-	-	7 026
2002	8 954	6 685	-	-	-	-	15 639
2003	8 901	8 118	4 893	-	-	-	21 912
2004	8 762	7 030	4 320	4 796	-	-	24 908
2005	8 455	6 876	4 536	5 039	4 272	-	29 178
2006	8 580	6 737	4 620	4 934	4 865	3 979	33 716

Custos com sinistros registados em 2006:

Sinistros dos anos de 2001 a 2006	4 538
Sinistros de anos anteriores	(83)
Custos imputados à regularização de sinistros	(650)
Custos com sinistros de resseguro aceite	381
	4 186

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2006	8 054	6 827	5 070	4 520	3 789	1 362	29 621
------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2006	1 219	668	626	693	1 142	2 625	6 973
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001							834
Total de seguro directo							7 807
Provisão para sinistros de resseguro aceite							403
Total do ramo							8 210

Ramo:		Responsabilidade Civil						
Valores Acumulados		Ano do Sinistro						
Ano Contabilístico		2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
2001		13 397	-	-	-	-	-	13 397
2002		15 961	12 802	-	-	-	-	28 762
2003		18 674	19 174	11 948	-	-	-	49 796
2004		21 878	17 817	28 066	13 042	-	-	80 803
2005		22 198	19 145	32 492	16 643	13 576	-	104 053
2006		18 762	19 753	21 360	16 073	14 563	13 613	104 124

Custos com sinistros registados em 2006:

Sinistros dos anos de 2001 a 2006	70
Sinistros de anos anteriores	2 744
Custos imputados à regularização de sinistros	(1 924)
Custos com sinistros de resseguro aceite	708
	1 599

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2006	15 875	12 991	12 033	12 636	7 481	5 765	66 781
------	---------------	---------------	---------------	---------------	--------------	--------------	---------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2006	6 723	7 537	8 892	5 407	8 102	10 224	46 883
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001							22 769
Total de seguro directo							69 652
Provisão para sinistros de resseguro aceite							39 441
Total do ramo							109 093

Ramo:		Perdas Pecuniárias Diversas						
Valores Acumulados		Ano do Sinistro						
Ano Contabilístico		2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
2001		1 960	-	-	-	-	-	1 960
2002		2 062	2 207	-	-	-	-	4 269
2003		2 096	2 294	4 783	-	-	-	9 172
2004		2 159	2 385	4 340	7 095	-	-	15 979
2005		2 111	2 470	4 593	7 533	3 938	-	20 646
2006		2 014	2 438	4 424	7 328	5 201	5 079	26 483

Custos com sinistros registados em 2006:

Sinistros dos anos de 2001 a 2006	5 837
Sinistros de anos anteriores	267
Custos imputados à regularização de sinistros	(287)
Custos com sinistros de resseguro aceite	195
	6 013

Pagamentos Cumulativos realizados até à data

2006	2 009	2 282	5 322	7 361	3 569	2 130	22 671
------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	---------------

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Directo)

2006	70	4	89	246	634	2 952	3 996
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2001							115
Total de seguro directo							4 111
Provisão para sinistros de resseguro aceite							186
Total do ramo							4 297

A variação da provisão para sinistros da rubrica custos com sinistros líquidos de resseguro, da demonstração de resultados, tem principalmente por contrapartida a provisão para sinistros, da rubrica provisões técnicas de contratos de seguros, do passivo. Contudo, algumas operações são reconhecidas noutros elementos do balanço, nomeadamente por via dos reembolsos de sinistros

reflectidos em outros activos, pelo que as variações das provisões para sinistros do balanço e da demonstração de resultados não são coincidentes.

Os custos com sinistros dos ramos vida da Caixa Seguros em 2006 e 2005 (em 2005 exclui a participação nos resultados) apresentam o seguinte detalhe por ramo:

	2006				
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Participação nos resultados
					Total
Seguro directo e resseguro aceite:					
De contratos de seguro					
sem participação nos resultados	41 615	22 119	63 734	(710)	-
com participação nos resultados	26 667	4 378	31 045	(1 906)	6 804
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	528 531	15 321	543 852	720 578	37 259
	596 813	41 818	638 631	717 962	44 063
					1 301 689
					1 400 656
Resseguro cedido:					
De contratos de seguro					
sem participação nos resultados	(5 737)	(5 720)	(11 457)	(1 357)	-
com participação nos resultados	(1 643)	(708)	(2 351)	143	-
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	1	-
	(7 380)	(6 428)	(13 808)	(1 213)	1
					(15 021)
Líquido:					
De contratos de seguro					
sem participação nos resultados	35 878	16 399	52 277	(2 067)	-
com participação nos resultados	25 024	3 670	28 694	(1 763)	6 804
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	528 531	15 321	543 852	720 579	37 259
	589 433	35 390	624 823	716 749	44 063
					1 301 690
					1 385 635
2005					
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Total
Seguro directo e resseguro aceite:					
De contratos de seguro					
sem participação nos resultados	866	(216)	650	16 854	17 504
com participação nos resultados	28 507	2 726	31 233	-	31 233
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	446 968	24 464	471 432	565 808	1 037 240
	476 341	26 974	503 315	582 662	1 085 977
Resseguro cedido:					
De contratos de seguro					
sem participação nos resultados	(1 054)	1 019	(35)	(271)	(306)
com participação nos resultados	(650)	(1 234)	(1 884)	-	(1 884)
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	(7 111)	(6 852)	(13 963)	-	(13 963)
	(8 815)	(7 067)	(15 882)	(271)	(16 153)
Líquido:					
De contratos de seguro					
sem participação nos resultados	(188)	803	615	16 583	17 198
com participação nos resultados	27 857	1 492	29 349	-	29 349
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	439 857	17 612	457 469	565 808	1 023 277
	467 526	19 907	487 433	582 391	1 069 824

35.4. Comissões e Outros Proveitos e Custos Associados à Actividade de Seguros

Nos exercícios de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2006			2005		
	Ramo vida	Ramos não-vida	Total	Ramo vida	Ramos não-vida	Total
Proveitos técnicos:						
Comissões:						
De operações de resseguro cedido	938	25 282	26 220	2 887	32 275	35 162
Comissões de gestão de Co-Seguro	229	1 004	1 233	109	1 345	1 454
Comissões de gestão de Fundos de Pensões	85	-	85	114	-	114
Outros proveitos técnicos						
Outros Proveitos Técnicos	-	1 443	1 443	101	73	174
	1 252	27 729	28 981	3 211	33 693	36 904
Custos técnicos:						
Comissões:						
De operações de seguro directo:						
Comissões de mediação e corretagem	(2 432)	(129 895)	(132 327)	(5 342)	(135 321)	(140 663)
Comissões de cobrança	(145)	(11 037)	(11 182)	(171)	(11 443)	(11 614)
Outras	-	-	-	85	-	85
De operações de resseguro aceite	-	(20 623)	(20 623)	-	(31 345)	(31 345)
Comissões de gestão de Co-Seguro	(21)	(711)	(732)	(11)	(974)	(985)
Outros custos técnicos						
Provisão para recibos por cobrar	2 910	(5 355)	(2 445)	(2 681)	21 436	18 755
Impostos da actividade	(876)	(26 087)	(26 963)	(1 251)	(24 143)	(25 394)
Outros	(266)	(195)	(461)	(9)	(13)	(22)
	(830)	(193 903)	(194 733)	(9 380)	(181 803)	(191 183)
			444	-	-	238
Outros	422	(166 174)	(165 308)	(6 169)	(148 110)	(154 041)



36. Custos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	10 888	10 377
Remuneração dos empregados	676 240	629 925
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 37)	437	218
	687 565	640 520
 Outros encargos relativos a remunerações	 60 369	 53 690
Assistência médica - CGD (Nota 37)		
Custo normal (Nota 37)	26 727	22 182
Contribuições relativas a pessoal no activo	28 722	26 432
Amortização dos desvios acima do corredor (Nota 37)	3 679	-
Responsabilidades com Pensões - CGD (Nota 37)		
Custo normal	57 883	48 517
Reformas antes da idade normal de reforma	1 145	686
Outros encargos com pensões		
Caixa Seguros		
Custo normal (Nota 37)	1 945	5 790
Outros	5 060	4 485
Outros	5 330	5 767
Outros encargos sociais obrigatórios	15 744	12 440
	206 604	179 989
 Outros custos com pessoal	 42 540	 38 631
	936 709	859 140

Nos exercícios de 2006 e 2005, a rubrica "Remuneração dos empregados" inclui mEuros 36 000 e mEuros 26 500, respectivamente, relativos à provisão para distribuição de resultados aos empregados da CGD.

No exercício de 2005, os "Outros encargos com pensões – outros" da Caixa Seguros incluem mEuros 3 333 relativos a

contribuições para fundos de pensões que foram compensados por anulações de provisões para pensões, não afectando, assim, em termos líquidos, o custo normal do exercício.

O número médio de empregados da Caixa e das suas filiais (excluindo a Compal), durante os exercícios de 2006 e 2005, por tipo de funções, foi o seguinte:

	2006			2005		
	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Grupo	Actividade Bancária	Actividade Seguradora	Grupo
Direcção	316	206	522	301	344	645
Chefias	2 399	788	3 187	2 391	919	3 310
Técnicos	3 656	1 217	4 873	3 666	1 245	4 911
Administrativos	7 846	1 725	9 571	8 587	1 838	10 425
Auxiliares	1 235	284	1 519	1 170	317	1 487
	15 452	4 220	19 672	16 115	4 663	20 778
Número de efectivos no final do exercício	15 810	4 220	20 030	16 040	4 649	20 689

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os números apresentados acima não incluem os empregados pertencentes ao Departamento de Apoio à Caixa Geral de Aposentações (309 em 2006 e 320 em 2005), os afectos aos Serviços Sociais da CGD (72 em 2006 e 2005) e os que se encontram em comissão de serviço no exterior (89 em 2006 e 102 em 2005).

37. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

37.1. Pensões de Reforma e Subsídio por Morte após a Idade da Reforma Responsabilidades com Empregados da CGD

De acordo com o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 48/953, de 5 de Abril de 1969 e o Decreto-Lei n.º 161/92, de 1 de Agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de Janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 já eram suportadas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o sector bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no activo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respectivas reformas.

Com referência a 30 de Novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da Caixa, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de Dezembro, e n.º 241-A/2004, de 30 de Dezembro, cujo montante total ascendeu a mEuros 2 510 043. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades com pensões da Caixa consistem no seguinte:

- Responsabilidades relativas aos empregados no activo por serviços prestados após 31 de Dezembro de 2000;
- Para os reformados entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2006, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
- Responsabilidades com pensões de aposentação e respectivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão;
- Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de Dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

A Caixa assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em Dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à Caixa, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- Empregados admitidos antes de 1 de Janeiro de 1992 - 7,5%;
- Empregados admitidos após 1 de Janeiro de 1992 - 10,0%.

A contribuição destes últimos é efectuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respectivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

A transferência de responsabilidades para a CGA implicou a transferência de activos do fundo de pensões de montante equivalente.

Responsabilidades com Empregados da Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, SA e Império Bonança – Companhia de Seguros, SA

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho vigente para o sector segurador, a Fidelidade Mundial e a Império Bonança concedem aos seus Colaboradores, admitidos na Actividade Seguradora até Junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do Colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e, ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na actividade seguradora.

Adicionalmente, a Império Bonança:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social.

- Assumiu o compromisso de, por um lado, alargar os benefícios constantes no contrato colectivo de trabalho aos Colaboradores admitidos até Junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do Fundo de Pensões os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millennium bcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de Janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respectivo fundo de pensões.

Determinação das Responsabilidades

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas, relativamente à CGD e às seguradoras do Grupo, foram as seguintes:

	2006		2005	
	CGD	Caixa Seguros	CGD	Caixa Seguros
Método actuarial	Projected Unit Credit		Projected Unit Credit	
Tábua de mortalidade				
Homens	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80		EKV 80	
Taxa de desconto	4,75%	4,75%	4,75%	4,75%
Taxa de rendimento dos activos dos fundos	5,25%	4,75%	5,25%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	1,00%	2,00%	1,00%
Tabela de saídas:				
Idades inferiores a 30 anos	5%	n.d.	5%	n.d.
Idades entre 30 e 40 anos	1%	n.d.	1%	n.d.
Idades superiores a 40 anos	0%	n.d.	0%	n.d.
Serviço externo futuro	1/24	n.d.	1/8	n.d.

Nos estudos efectuados em relação à CGD em 2006 e 2005, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 60 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para os exercícios de 2006 e 2005 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2006		2005	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,25%	6,53%	5,25%	9,22%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	5,46%	3,00%	5,09%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,50%	2,00%	2,75%

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades com serviços passados do Grupo. de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2006				2005			
	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados:								
Activos								
Reformados e pré-reformados	597 238	35 098	18 900	651 236	497 465	40 233	17 632	555 330
	955 302	258 514	34 210	1 248 026	824 576	258 387	32 943	1 115 906
Fundos de pensões autónomos	955 302	155 727	3 019	1 114 048	824 576	160 269	2 766	987 611
Provisões matemáticas	-	77 933	-	77 933	-	77 745	-	77 745
Provisões para pensões e encargos similares	-	27 861	36 684	64 545	-	24 736	30 410	55 146
	955 302	261 521	39 703	1 256 526	824 576	262 750	33 176	1 120 502
Diferencial	-	3 007	5 493	8 500	-	4 363	233	4 596
Nível de financiamento	100,00%	101,16%	116,06%	100,68%	100,00%	101,69%	100,71%	100,41%

Nos termos do Aviso n.º 4/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal, é definida para entidades financeiras com sede em Portugal a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades da Caixa encontravam-se integralmente financiadas.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades com serviços futuros de pessoal no activo da CGD ascendem a mEuros 1 263 514 e mEuros 1 199 740, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006, as provisões para pensões e encargos similares de "Outras entidades", incluem mEuros 5 000 relativos a encargos com saúde.

No que se refere à CGD e às seguradoras do Grupo em Portugal, o número de beneficiários em 2006 e 2005 era o seguinte:

	2006		2005	
	CGD	Caixa Seguros	CGD	Caixa Seguros
Activos	11 265	2 789	11 981	2 993
Reformados e pré-reformados	7 332	2 839	6 886	2 601
	18 597	5 628	18 867	5 594

O movimento nos fundos de pensões, provisões matemáticas e provisões para pensões e encargos similares durante os exercícios de 2005 e 2006 foi o seguinte:

	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	645 217	112 388	30 289	787 894
Entrada da Império Bonança no perímetro de consolidação	-	136 487	-	136 487
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efectuadas pelos empregados	26 139	-	183	26 322
Efectuadas pela entidade	23 467	17 864	305	41 636
De natureza extraordinária	41 115	-	-	41 115
Variação em provisões para pensões e encargos similares	-	(9 782)	2 687	(7 095)
Variação nas provisões matemáticas	-	8 440	-	8 440
Pensões pagas	(19 480)	(14 414)	(442)	(34 336)
Rendimentos líquidos do fundo de pensões	108 119	11 766	138	120 023
Activos transferidos e a transferir do Fundo de Pensões para a CGA	(1)	1	16	16
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	824 576	262 750	33 176	1 120 502
Contribuições pagas				
De natureza regular				
Efectuadas pelos empregados	27 672	-	168	27 840
Efectuadas pela entidade	57 211	6 646	399	64 256
De natureza extraordinária	9 482	-	-	9 482
Variação em provisões para pensões e encargos similares	-	3 125	7 526	10 651
Variação nas provisões matemáticas	-	188	-	188
Pensões pagas	(21 518)	(15 638)	(552)	(37 708)
Rendimentos líquidos do fundo de pensões	57 393	4 454	1 112	62 959
Outras variações	486	(4)	(2 126)	(1 644)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	955 302	261 521	39 703	1 256 526

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Fundo de Pensões da CGD é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Fundo de Pensões da CGD detinha imóveis arrendados a empresas do Grupo

no montante de mEuros 73 957 e mEuros 75 449, bem como títulos emitidos por empresas do Grupo no valor de mEuros 110 595 e mEuros 99 825, respectivamente.

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respectivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	CGD	Caixa Seguros	Outros	Total
Situação em 31 de Dezembro de 2004	-	100	(75)	25
Custo dos serviços correntes	(51 037)	(4 000)	(185)	(55 222)
Custo dos juros	(31 720)	(8 667)	(109)	(40 496)
Retorno esperado dos activos do plano	34 240	6 877	133	41 250
Custo normal do exercício (Nota 36)	(48 517)	(5 790)	(161)	(54 468)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 36)	(686)	-	-	(686)
Outras variações em resultados	-	-	(20)	(20)
Variações com impacto em resultados	(49 203)	(5 790)	(181)	(55 174)
Desvios de responsabilidades	(89 256)	3 470	-	(85 786)
Desvios de rendimento	73 878	(1 342)	5	72 541
Desvios	(15 378)	2 128	5	(13 245)
Contribuições entregues pela entidade	64 582	7 917	488	72 987
Outros	(1)	8	(4)	3
Situação em 31 de Dezembro de 2005	-	4 363	233	4 596
Custo dos serviços correntes	(64 962)	(1 841)	(179)	(66 982)
Custo dos juros	(38 657)	(8 229)	(118)	(47 004)
Retorno esperado dos activos do plano	45 736	8 125	143	54 004
Custo normal do exercício (Nota 36)	(57 883)	(1 945)	(154)	(59 982)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antecipadas (Nota 36)	(1 145)	-	-	(1 145)
Outras variações em resultados	-	2 289	5 470	7 759
Variações com impacto em resultados	(59 028)	344	5 316	(53 368)
Desvios de responsabilidades	(19 322)	(4 671)	(457)	(24 450)
Desvios de rendimento	11 658	(3 675)	2	7 985
Desvios	(7 664)	(8 346)	(455)	(16 465)
Contribuições entregues pela entidade	66 693	6 646	399	73 738
Outros	(1)	-	-	(1)
Situação em 31 de Dezembro de 2006	-	3 007	5 493	8 500

Os desvios de responsabilidades ao nível da CGD em 2006 e 2005 têm a seguinte composição:

	2006	2005
Redução da taxa de desconto	-	(36 576)
Alteração da táboa de mortalidade (mulheres)	-	(27 507)
Outros desvios de responsabilidades	(19 322)	(25 173)
	(19 322)	(89 256)

Assistência Médica

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais). A contribuição anual da CGD para os Serviços Sociais corresponde a 8,95% dos salários e pensões pagas. Adicionalmente, a Caixa tem responsabilidades com as contribuições para o Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do ex-BNU reformados até 23 de Julho de 2001.

As responsabilidades por serviços passados de assistência médica foram determinadas com base em estudos actuariais efectuados por entidades especializadas, utilizando pressupostos actuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

As responsabilidades por serviços passados encontram-se registadas na rubrica "Provisões" e, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, ascendiam a mEuros 419 195 e mEuros 399 585, respectivamente.

Adicionalmente, a Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, após Maio de 1998, benefícios com assistência médica vitalícia. Estas responsabilidades estão cobertas por provisões, que, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, ascendem a mEuros 26 842 e mEuros 22 101, respectivamente.

Outros Benefícios de Longo Prazo

A Caixa paga um prémio a todos os trabalhadores que completem dez, vinte e trinta anos de efectivo serviço, nesse

ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de aposentação de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a mEuros 38 628 e mEuros 44 375, respectivamente (Nota 26).

A Caixa determina ainda as suas responsabilidades com subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O correspondente passivo, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, encontra-se registado na rubrica de "Provisões" e ascende a mEuros 2 038 e mEuros 2 028, respectivamente.

Adicionalmente, a Sucursal de França assegura o pagamento de benefícios de longo prazo aos seus trabalhadores, tendo sido apuradas responsabilidades nos montantes de mEuros 1 500 e mEuros 1 728 em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, respectivamente.

Desvios Actuariais Diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos relacionados com a aplicação das IFRS nos exercícios de 2005 e 2006 relativamente à CGD pode ser demonstrado como segue:

	Corredor		Desvios acima do Corredor		Total
	Pensões	Saúde	Pensões	Saúde	
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	44 912	23 940	-	-	68 852
Desvios actuariais do ano	15 378	16 018	-	60 337	91 733
Outros	-	1	-	-	1
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	60 290	39 959	-	60 337	160 586
Desvios actuariais do ano	7 664	1 961	-	7 416	17 041
Amortização (Nota 36)	-	-	-	(3 679)	(3 679)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	67 954	41 920	-	64 074	173 948

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 16 anos até à reforma dos activos.

Provisões

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	2006	2005
CGD		
Provisão para assistência médica pós-emprego	419 195	399 585
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho	3 457	3 020
Provisão para responsabilidades com subsídio por morte	2 038	2 028
Responsabilidades da Sucursal de França	1 500	1 728
	426 190	406 361
Provisão para responsabilidades com pensões e outras		
Banco Comercial do Atlântico, SA	35 154	26 541
Caixa Seguros	1 019	2 635
Outros	1 529	3 869
Provisão para assistência médica pós-emprego		
Caixa Seguros (Império Bonança)	26 842	22 101
Outros	1 632	3 092
Outros	3 504	7 120
	495 870	471 719

A Caixa regista uma provisão específica correspondente ao impacto da passagem à situação de inactivo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão de prestação de trabalho.



Nos exercícios de 2006 e 2005, os movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição (Nota 23):

	2006	2005
Saldo no início do exercício	471 719	361 838
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal:		
Assistência médica - CGD (Nota 36)	26 727	22 182
Acordos de suspensão da prestação de trabalho (Nota 36)	437	218
Desvios actariais relativos a assistência médica pós-emprego:		
Alteração da tábua de mortalidade para as mulheres	-	11 714
Redução na taxa de desconto de 5% para 4,75%	-	13 952
Alteração nas taxas de contribuição para o SAMS	-	6 910
Outros desvios	9 377	43 779
Outros	2 086	2 112
	38 627	100 867
Entrada da Império Bonança no perímetro de consolidação	-	28 069
Reforços, líquidos de reposições, por contrapartida de "Provisões"	11 268	7 890
Utilizações:		
Pagamentos ao SAMS e aos Serviços Sociais da CGD	(16 495)	(13 821)
Outros	(8 411)	(13 401)
Outros	(838)	277
Saldo no final do exercício	495 870	471 719



38. Outros Gastos Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005
Serviços especializados:		
Serviços de informática	95 916	144 347
Serviços de estudos e consultas	27 395	25 475
Avenças e honorários	27 027	13 386
Serviços de limpeza	11 527	9 043
Serviços de segurança e vigilância	7 800	6 298
Serviços de informações	7 174	6 483
Outros	142 767	147 189
Rendas e alugueres	82 586	62 519
Comunicações e despesas de expedição	56 990	53 553
Conservação e reparação	50 063	47 012
Publicidade e edição de publicações	91 892	45 074
Água, energia e combustíveis	23 555	18 183
Transporte de valores e outros	25 602	17 732
Deslocações, estadas e representação	20 689	16 314
Impressos e material de consumo corrente	10 836	9 938
Outros	20 662	21 011
	702 481	643 557



39. Imparidade em Activos

O movimento na imparidade durante os exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2005	Entrada de entidades no perímetro	Reforços	Reposições e anulações
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1 401 319	-	960 147	(668 408)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	890	-	5 488	(6 982)
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)				
Instrumentos de capital	283 427	-	19 713	-
Outros	12 156	-	561	(79)
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	16 118	-	2 789	-
Imparidade de activos intangíveis (Nota 15)	-	-	40 020	(6 449)
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	9 990	-	3 055	(2 713)
Imparidade de outros activos				
Bens recebidos em dação de crédito (Notas 12 e 19)	13 970	-	14 987	-
Outros activos (Nota 19)	155 847	3 537	10 437	(9 001)
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 16)	-	-	-	(2 213)
	492 398	3 537	97 050	(27 437)
	1 893 717	3 537	1 057 197	(695 845)

	Saldo em 31.12.2004	Entrada de entidades no perímetro	Adopção da IAS 39	Reforços	Reposições e anulações
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1 210 737	-	42 292	667 259	(370 065)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	6 219	-	-	5 417	(9 152)
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	16 752	-	-	-	(828)
Imparidade de activos não correntes detidos para venda e outros activos (Notas 12 e 19)	118 762	62 270	-	34 300	(5 418)
	141 733	62 270	-	39 717	(15 398)
	1 352 470	62 270	42 292	706 976	(385 463)

2006				
Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2006	Recuperação de crédito, juros e despesas
(118 156)	(11 948)	(6 805)	1 556 149	(59 615)
-	(10)	2 969	2 355	
(17 730)	-	(9 001)	276 409	
-	57	1 329	14 024	
(102)	(1)	(271)	18 533	
-	-	11 139	44 710	
(1 889)	-	8 874	17 317	
-	-	(8 874)	20 083	
(581)	-	1 451	161 690	
-	(68)	2 850	569	
(20 302)	(22)	10 466	555 690	
(138 458)	(11 970)	3 661	2 111 839	(59 615)

2005				
Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 31.12.2005	Recuperação de crédito, juros e despesas
(131 534)	3 494	(20 864)	1 401 319	(44 775)
(8)	-	(1 586)	890	
-	-	194	16 118	
(25 956)	-	(4 151)	179 807	
(25 964)	-	(5 543)	196 815	
(157 498)	3 494	(26 407)	1 598 134	(44 775)

No exercício de 2006, a "Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda" inclui mEuros 15 863 relativos a imparidade reconhecida pela Caixa na participação na VAA – Vista Alegre Atlantis (Nota 8).

40. Relato por Segmentos

O Grupo adoptou os seguintes segmentos de negócio para cumprimento dos requisitos da IAS 14:

Actividade Seguradora: inclui a actividade desenvolvida pelas Companhias de Seguros que integram a Caixa Seguros e pela Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA. A actividade foi dividida entre Vida e Não-Vida;

Corporate Finance: inclui as actividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (*merchant banking* – colocação dos créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento;

Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;

Banca de retalho: compreende a actividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro-empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;

Banca comercial: inclui as actividades creditícia e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento, estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projectos de investimento, desconto de letras, actividade de capital de risco, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Sector Público;

Gestão de fundos de investimento: inclui as actividades associadas à gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;

Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores, sujeito às seguintes regras:

- O produto da actividade destes segmentos não excede 25% do produto de actividade global;
- Os proveitos de exploração, que incluem os juros, comissões, rendimento de títulos e lucros em operações financeiras, não excedem 10% do montante total dos proveitos de exploração;
- Os custos de exploração, que incluem juros, comissões e prejuízos em operações financeiras, não excedem 10% do montante total dos custos de exploração.



A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos no exercício de 2006 é a seguinte:

Linhos de negócio

	Negociação e Vendas	Banca de Retailho	Banca Comercial	Gestão de Fundos de Investimento
Juros e rendimentos similares	1 740 967	1 487 268	963 888	584
Juros e encargos similares	(1 736 182)	(237 569)	(581 002)	-
Rendimentos de instrumentos de capital	67 777	1	17	679
Rendimentos de serviços e comissões	33 008	172 029	119 953	65 551
Encargos com serviços e comissões	(11 013)	(45 343)	(7 550)	(3 120)
Resultados em operações financeiras	149 422	(31 454)	4 194	5 145
Outros resultados de exploração	(1 919)	28 874	23 037	(594)
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	-	-	-
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	242 060	1 373 806	522 537	68 245
Outros custos e proveitos				
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD				
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	11 311 991	-	-	-
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	10 858 158	175 027	93 779	90 123
Crédito a clientes (líquido)	-	32 986 876	23 891 597	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-
Activo líquido total	22 170 148	33 161 902	23 985 376	90 123
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	5 503 796	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	46 020 977	5 554 252	-
Responsabilidades representadas por títulos	12 102 967	1 257 377	-	-
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-
Responsabilidades por Produtos <i>Unit-Linked</i>	-	-	-	-

2006

Corporate Finance	Seguros vida	Seguros não-vida	Outros	Total
15 731	148 010	1 594	19 573	4 377 615
(1 066)	(113 442)	(4 063)	(12 594)	(2 685 918)
-	-	-	4 562	73 036
23 530	-	-	27 189	441 260
(87)	(1 083)	(690)	(11 959)	(80 845)
(1 245)	405	554	3 744	130 765
61	5 313	25 477	47 345	127 594
-	1 286 481	1 340 174	-	2 626 655
-	188 488	123 720	-	312 209
-	(1 388 770)	(798 755)	212	(2 187 314)
-	691	(166 174)	174	(165 309)
36 924	126 094	521 837	78 246	2 969 748
				(2 235 940)
				733 808
-	36 352	30 528	1 853	11 380 723
-	7 308 672	1 679 375	1 026 553	21 231 687
380 623	4 670	4 504	-	57 268 271
-	26 221	210 960	-	237 181
380 623	7 375 915	1 925 367	7 156 353	96 245 808
-	-	-	-	5 503 796
8 692	2 183 915	-	-	53 767 836
-	-	-	-	13 360 344
-	5 395 487	2 432 549	-	7 828 036
-	847 369	-	-	847 369

	Negociação e Vendas	Banca de Retailho	Banca Comercial	Gestão de Fundos de Investimento
Juros e rendimentos similares	1 116 287	1 230 428	749 402	577
Juros e encargos similares	(1 144 007)	(283 262)	(390 600)	(1)
Rendimentos de instrumentos de capital	84 429	83	106	3 039
Rendimentos de serviços e comissões	31 039	150 521	108 445	65 811
Encargos com serviços e comissões	(5 979)	(40 768)	(9 310)	(2 731)
Resultados em operações financeiras	269 354	6 761	7 501	1 864
Outros resultados de exploração	(9 428)	31 483	19 693	(49)
Prémios, líquidos de resseguro	-	-	-	-
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	-	-	-	-
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	341 695	1 095 246	485 237	68 510
Outros custos e proveitos				
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD				
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	11 693 161	-	-	10
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	9 906 189	240 376	114 166	52 460
Crédito a clientes (líquido)	-	30 282 275	19 348 018	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-
Activo líquido total	21 599 351	30 522 651	19 462 184	52 470
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	4 382 863	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	42 925 818	5 010 406	-
Responsabilidades representadas por títulos	10 298 612	1 353 425	-	-
Provisões técnicas de contratos de seguros	-	-	-	-
Responsabilidades por Produtos <i>Unit-Linked</i>	-	-	-	-

2005

Corporate Finance	Seguros vida	Seguros não-vida	Outros	Total
6 474	165 861	801	8 059	3 277 889
-	(86 870)	(2 887)	(4 833)	(1 912 460)
-	-	-	1 376	89 033
15 158	3	-	22 013	392 990
(12)	(4 827)	(1 907)	(8 016)	(73 550)
191	4 522	152	6 873	297 218
18 927	(4 532)	(11 981)	(2 486)	41 627
-	985 536	1 390 690	-	2 376 226
-	245 952	-	-	245 952
-	(1 103 844)	(851 645)	-	(1 955 489)
-	(154 041)	-	-	(154 041)
40 738	47 760	523 223	22 986	2 625 395
				(2 087 728)
				537 667
-	156 875	-	-	11 850 046
-	6 827 030	1 836 112	591 302	19 567 635
295 291	4 585	5 756	6	49 935 931
-	20 222	211 706	-	231 928
295 291	7 008 711	2 053 574	5 467 106	86 461 338
-	1 622	1 378	-	4 385 863
20 526	2 205 213	-	-	50 161 963
-	-	-	-	11 652 037
-	4 576 033	2 434 407	-	7 010 440
-	669 222	-	-	669 222

Mercados Geográficos

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte
Juros e rendimentos similares	4 289 699	1 111 525	1 185	349 000
Juros e encargos similares	(2 891 647)	(982 845)	(351)	(320 232)
Rendimentos de instrumentos de capital	229 234	878	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	399 860	45 833	319	2 313
Encargos com serviços e comissões	(87 797)	(17 739)	(91)	(57)
Resultados em operações financeiras	121 705	32 494	-	1 812
Outros resultados de exploração	233 575	16 399	(17)	(512)
Prémios, líquidos de resseguro	2 621 347	-	-	-
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	335 938	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2 184 390)	-	-	-
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(180 973)	-	-	-
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	2 886 551	206 545	1 045	32 324
Outros custos e proveitos				
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD				
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	23 384 052	14 622 184	14 566	7 343 139
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20 024 954	3 081 071	437	463 919
Crédito a clientes (líquido)	49 043 044	7 551 864	15 031	402 412
Provisões técnicas de resseguro cedido	236 255	-	-	-
Activo líquido total	97 802 017	25 846 784	30 636	9 226 291
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	26 643 212	9 259 816	19	5 683 405
Recursos de clientes e outros empréstimos	47 649 350	3 362 533	25 033	127 434
Responsabilidades por Produtos <i>Unit-Linked</i>	847 369	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	3 184 870	9 792 728	-	2 031 959
Provisões técnicas de contratos de seguros	7 822 155	-	-	-

2006

América Latina	Ásia	África	Outros	Total
715	139 996	115 538	(1 630 043)	4 377 615
-	(97 004)	(50 757)	1 656 918	(2 685 918)
-	127	210	(157 413)	73 036
-	13 767	26 288	(47 120)	441 260
-	(4 604)	(1 486)	30 929	(80 845)
72	4 096	11 116	(40 530)	130 765
342	2 820	660	(125 673)	127 594
-	-	5 308	-	2 626 655
-	-	-	(23 729)	312 209
-	-	(2 924)	-	(2 187 314)
-	-	444	15 221	(165 308)
1 129	59 198	104 397	(321 440)	2 969 749
				(2 235 941)
				733 808
4 057	2 570 987	465 544	(37 023 806)	11 380 723
-	23 280	245 048	(2 607 022)	21 231 687
-	601 664	682 769	(1 028 513)	57 268 271
-	-	926	-	237 181
21 321	3 408 631	1 522 091	(41 611 963)	96 245 808
-	195 731	21 703	(36 300 090)	5 503 796
-	2 893 545	1 086 377	(1 376 436)	53 767 836
-	-	-	-	847 369
-	-	135 152	(1 784 365)	13 360 344
-	-	5 882	(1)	7 828 036

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte
Juros e rendimentos similares	3 240 453	858 211	949	237 907
Juros e encargos similares	(2 091 468)	(748 611)	(284)	(220 477)
Rendimentos de instrumentos de capital	103 295	1 999	-	-
Rendimentos de serviços e comissões	356 639	40 706	281	1 924
Encargos com serviços e comissões	(76 431)	(13 016)	(68)	(90)
Resultados em operações financeiras	70 778	9 733	1	1 417
Outros resultados de exploração	388 952	(3 681)	(20)	(126)
Prémios, líquidos de resseguro	2 371 459	-	-	-
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	255 978	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1 952 845)	-	-	-
Comissões e outros proveitos e custos associados a seguros	(166 275)	-	-	-
Produto da Actividade Bancária e Seguradora	2 500 535	145 341	859	20 555
Outros custos e proveitos				
Resultado Líquido do Exercício atribuível ao accionista da CGD				
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	19 600 899	12 768 509	14 409	6 143 797
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	18 018 892	2 747 950	389	413 318
Crédito a clientes (líquido)	45 144 695	4 920 008	12 516	301 832
Provisões técnicas de resseguro cedido	229 358	-	-	-
Activo Líquido total	87 428 848	20 937 727	27 836	7 871 246
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	23 487 941	5 291 051	2	4 612 778
Recursos de clientes e outros empréstimos	43 780 248	3 277 085	22 328	129 046
Responsabilidades representadas por títulos	1 675 954	9 696 232	-	1 859 946
Provisões técnicas de contratos de seguros	7 003 818	-	-	-
Responsabilidades por Produtos "Unit-Linked"	669 222	-	-	-

2005

América Latina	Ásia	África	Outros	Total
599	77 056	88 990	(1 226 276)	3 277 889
-	(44 595)	(39 428)	1 232 403	(1 912 460)
-	583	177	(17 021)	89 033
-	10 743	22 185	(39 488)	392 990
-	(3 499)	(963)	20 517	(73 550)
-	6 734	7 663	200 892	297 218
198	3 117	1 436	(348 249)	41 627
-	-	4 767	-	2 376 226
-	-	-	(10 026)	245 952
-	-	(2 644)	-	(1 955 489)
-	-	470	11 764	(154 041)
797	50 139	82 653	(175 484)	2 625 395
				(2 087 728)
				537 667
70	2 148 128	448 655	(29 274 421)	11 850 046
-	16 376	290 355	(1 919 645)	19 567 635
-	534 489	549 221	(1 526 830)	49 935 931
-	-	2 570	-	231 928
20 375	2 897 624	1 389 855	(34 112 173)	86 461 338
-	91 451	38 058	(29 135 418)	4 385 863
-	2 509 166	956 495	(512 405)	50 161 963
-	-	137 730	(1 717 825)	11 652 037
-	-	6 622	-	7 010 440
-	-	-	-	669 222

A coluna “Outros” inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação.

41. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo as empresas associadas, os órgãos de gestão das empresas do Grupo e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2006		
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas
Activos:			
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	763 905	-	19 271
Crédito a clientes	694 101	275 378	750 679
Provisões para crédito / Imparidade	-	-	8 452
Outros activos	38 339	21 102	97 245
Passivos:			
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 547 386	1 706 545	13 951
Outros passivos	2 456	529	5 905
Garantias prestadas	50	1 319	17 536
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	19 123	7 699	112 237
Ganhos em operações financeiras	952	79	83
Rendimentos de serviços e comissões	-	892	287
Prémios de seguro	-	2 456	2 798
Outros proveitos de exploração	-	-	231
Custos:			
Juros e encargos similares	17 494	17 279	271
Perdas em operações financeiras	16 315	488	138
Comissões	-	15	2
Outros custos de exploração	-	2 492	2 124

	2005		
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas
Activos:			
Obrigações e outros títulos	634 126	-	495 956
Crédito a clientes	403 356	2 236 321	255 283
Provisões para crédito / Imparidade	-	-	8 316
Outros activos	53 200	24 204	352 362
Passivos:			
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 047 717	1 388 327	14 069
Débitos representados por títulos	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-
Outros passivos	145	44 070	373
Garantias prestadas	43	40 766	73 300
Garantias recebidas	469 559	254 186	77 320
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	20 412	62 291	13 697
Ganhos em operações financeiras	1 157	-	832
Rendimentos de serviços e comissões	-	1	371
Prémios de seguro	1 694	-	5
Outros proveitos de exploração	-	-	12 393
Custos:			
Juros e encargos similares	9 044	11 510	385
Perdas em operações financeiras	6 981	-	433
Comissões	-	-	-
Outros custos de exploração	2	-	1 131

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Em 31 de Dezembro de 2006, a coluna "Outras entidades do Estado Português" não inclui saldos com a Administração Local. Os valores com estas entidades estão incluídos no quadro de 2005.

No exercício de 2005, foi ainda atribuído um montante de 2.740 mEuros a título de indemnizações por cessação de mandato.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor do crédito concedido a membros dos Conselhos de Administração ascendia a mEuros 2 545 e mEuros 1 593, respectivamente.

Órgãos de Gestão

Em 2006, os custos suportados relativos à remuneração e outros benefícios atribuídos aos membros dos Conselhos de Administração da Caixa e das empresas do Grupo ascenderam a mEuros 17 017 (mEuros 12 650 no exercício de 2005).

42. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

Políticas de Gestão dos Riscos Financeiros Inerentes à Actividade do Grupo

A CGD adoptou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez incorridos em todo o Grupo e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

Risco de crédito

A actuação da CGD no tocante ao risco de crédito é desenvolvida através da elaboração de pareceres e do controlo do risco implícito na carteira, os quais incorporam na análise a evolução económico-financeira previsional dos projectos e a influência e a percepção de factores susceptíveis de criar um risco agravado.

A avaliação do risco de crédito, quer de operações do activo, quer de extrapatrimoniais, está suportada na análise sistemática dos seguintes factores:

- Transparência e qualidade da informação económico-financeira disponibilizada;
- Qualidade da gestão, eficiência operacional, influência do meio envolvente do cliente / risco e de mercado / posicionamento concorrencial, área geográfica, sector de actividade, contingências, relacionamento com a CGD e a Banca, de forma a permitir a detecção de riscos endógenos e exógenos;
- Qualidade da operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantias, partilha de responsabilidades, colateral, risco cambial, etc..

São específicos à avaliação de risco de grupos económicos os seguintes critérios de:

- Ponderação de notações externas de risco de crédito;
- Ponderação do risco de crédito das várias áreas / empresas do Grupo;

- Concentração da exposição;
- Limite aos Grandes Riscos, na perspectiva regulamentar, do seu peso face aos capitais próprios e ponderação no rácio de solvabilidade.

No contexto da avaliação do risco e como auxiliar de decisão, é ainda efectuada uma notação interna, utilizando-se uma metodologia comum a todo o Grupo, através de *rating* para as empresas de maior dimensão e os grupos económicos e de *scoring* para o segmento de Particulares.

A avaliação do risco de Instituições Financeiras (IF) assenta em regras estabelecidas internamente, em especial, através da atribuição de limites de exposição por contraparte, a qual é suportada, não só pela notação das agências de *rating*, como também pela ponderação de outros critérios de natureza quantitativa e qualitativa. São igualmente tidos em consideração o mercado e a economia em que se encontram inseridas, a qualidade dos seus accionistas e outros factores que poderão mitigar o risco de crédito.

As regras atrás referidas foram transpostas para uma metodologia de avaliação de risco, com vista não só à atribuição de limites para estas contrapartes, como também à sua integração nos sistemas informáticos de modo a permitir a análise dos riscos incorridos, quer ao nível da entidade, da unidade de negócio, bem como a nível consolidado. Os limites são atribuídos por contraparte, maturidade e produto, em função do respectivo grau de risco da entidade / cliente e da sua capacidade de endividamento. Procede-se, igualmente, ao acompanhamento de risco das contrapartes, bem como ao controlo da exposição e dos limites atribuídos.

Foi desenvolvido um modelo de *rating* interno para IC, no âmbito do Programa Basileia II, o qual contribuiu para melhorar a análise das carteiras e o estabelecimento de normas mais rigorosas de avaliação. Estão em curso um conjunto de procedimentos com vista a uma maior automatização e controlo dos limites dos bancos.

O acompanhamento do risco de crédito orienta-se em torno da avaliação dos principais indicadores, procedendo-se à

desagregação da carteira por produto, segmento de cliente, estrutura de decisão, grau de exposição no sistema financeiro, sector de actividade e área geográfica, analisando-se ainda o valor da exposição face aos limites dos Grandes Riscos nos termos prudenciais fixados.

Relativamente ao crédito vencido, as áreas comerciais são informadas das situações de incumprimento, diário e mensal, segmentadas por produto e tipo de cliente, através da elaboração de relatórios.

Risco de Mercado

As regras de gestão do risco de mercado estabelecido pelo Grupo CGD para cada carteira ou unidade de negócio, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

O estabelecimento daquelas regras constitui a fase final dos processos de obtenção da informação relevante para avaliação de risco, tendo sido aprovadas, em 2006, revisões às regras de gestão das carteiras de negociação (Sede) e de investimento (Grupo), bem como às regras de gestão do risco cambial.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados, colaborando a área da gestão de risco na avaliação do impacto das coberturas no risco total incorrido, ou na alteração aos níveis de risco de mercado autorizados, caso as condições assim o aconselhem.

A medida de risco de mercado utilizada é o *Value at Risk* (VaR) para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro, acções, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação dependentes do objectivo de detenção das carteiras. Adicionalmente, são

utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos activos subjacentes (*basis point value* (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos). Desenvolveram-se ainda avaliações do impacto nos resultados, para cenários extremos de variação por factor de risco (*stress-testing*).

São efectuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico e real da medida de VaR, com cálculo dos valores de *backtesting* teórico e, mensalmente, com cálculo de *backtesting* real. O número de excepções obtidas, isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR, permite avaliar a bondade do modelo utilizado e implementar medidas de ajustamento, caso necessário. Foi efectuada uma auditoria ao processo de gestão de risco de mercado, em preparação da candidatura à utilização do modelo interno de avaliação de risco para cálculo do capital regulamentar.

Risco Cambial

O controlo e a avaliação do risco cambial é efectuada a nível individual, diariamente, para a actividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, quinzenalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Risco de Liquidez

O processo de gestão de activos e passivos (*Asset-Liability Management, ALM*) tem como objectivo assegurar uma gestão prudente da situação de liquidez, de consumo de capital e de controlo dos riscos financeiros associados, incidindo, em especial, sobre riscos de taxa de juro, de mercado e de liquidez.

A gestão do risco de liquidez baseia-se na análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, a qual evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respectivos *gaps* de liquidez.

Risco de Taxa de Juro

A assunção de risco de taxa de juro ocorre sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, a Instituição contrata

operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a variações da taxa de juro.

Para a medição deste risco, a metodologia adoptada na CGD socorre-se do agrupamento dos activos e passivos sensíveis em intervalos fixos de tempo, de acordo com as respectivas datas de revisão de taxas de juro (*repricing dates*). Para esses intervalos, são calculados os *cash flows* activos e passivos, bem como o correspondente *gap* de risco de taxa de juro.

Para acompanhar o efeito dos gaps mencionados sobre a margem financeira, procede-se periodicamente à elaboração de cenários previsionais da evolução mensal dos activos e passivos sensíveis, integrando comportamentos e tendências relevantes da actividade bancária, bem como a evolução das diferentes taxas de mercado e as expectativas reflectidas na *yield curve*.

Por decisão do ALCO, foi aprovado um conjunto de directrizes sobre o risco de taxa de juro no balanço e na carteira bancária que incluem a fixação de limites para determinadas variáveis significativas ao nível da exposição a este tipo de risco. Estas directrizes têm por objectivo assegurar que a CGD gere o *trade-off* rentabilidade / risco no que se refere à gestão do balanço e que está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições assumidas.

Os limites fixados são de cálculo mensal para o *gap* acumulado a 12 meses e para o *gap* de duração, e são de cálculo trimestral para o indicador *economic value at risk* (que traduz as variações no valor económico do capital do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro) e para o indicador *earnings at risk* (que traduz as variações na margem financeira previsional do banco, resultantes de variações do nível das taxas de juro e da evolução dos saldos de recursos e aplicações).

Semestralmente, é também calculado, para a actividade consolidada, o risco de taxa de juro da carteira bancária, englobando esta todos os elementos do balanço e extrapatrimoniais não abrangidos pela carteira de negociação. A avaliação e a medição deste tipo de risco

socorrem-se do impacto acumulado nos instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultante de uma deslocação paralela da curva de rendimentos de +/- 200 b.p. (conforme Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal). Por decisão do ALCO, o cálculo desse impacto sobre os fundos próprios e sobre a margem financeira passou a fazer-se trimestralmente, para efeitos de gestão interna, e foram fixados limites de orientação para o seu valor.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pela IAS 32 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade da CGD.



Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	Euros	Dólares Norte-Americanos	Libra esterlina	Iene
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 029 578	9 889	498	100
Disponibilidades em outras instituições de crédito	582 813	21 035	4 828	3 171
Aplicações em instituições de crédito	3 563 039	1 939 878	631 285	1 044 447
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 697 744	725 171	33 117	-
Activos financeiros disponíveis para venda	11 667 198	459 972	18 425	-
Investimentos associados produtos <i>Unit Linked</i>	848 401	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	132	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	56 225 831	837 011	558 209	73 416
Outros activos				
Devedores por seguro directo e resseguro	249 725	-	-	-
Outros	2 790 045	81 866	45	31
Imparidade acumulada de Instrumentos Financeiros	(1 646 840)	(43 121)	(2 204)	(2)
	83 007 666	4 031 701	1 244 203	1 121 163
Passivo				
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(2 268 793)	(2 703 929)	(273 202)	(7 233)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(49 610 306)	(1 771 219)	(83 606)	(105 822)
Responsabil. associad. produtos <i>Unit Linked</i>	(847 369)	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(10 372 396)	(1 572 605)	(717 310)	(415 821)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(158 798)	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Passivos subordinados	(1 590 349)	(239 608)	(95 706)	-
Outros passivos				
Credores por seguro directo e resseguro	(190 847)	-	-	-
Recursos consignados	(2 559 911)	(19)	-	-
Outros	(2 449 410)	(26 297)	801	(246)
	(70 048 179)	(6 313 677)	(1 169 023)	(529 122)
Derivados (Nacionais)				
Swaps cambiais	(407 841)	2 050 540	(452 898)	(1 045 052)
Swaps de taxa de juro	(1 359 615)	281 017	317 200	647 104
Futuros	(638 107)	14 782	(1 291)	-
Opções	(87 156)	(124 388)	2 520	111 059
Caps & Floors	2 829	113 894	-	-
Operações Cambiais a Prazo	14 701	(12 877)	-	(191)
	(2 475 189)	2 322 968	(134 469)	(287 080)
Exposição líquida	10 484 298	40 992	(59 289)	304 961

2006						
Moeda						
Patacas Macau	Meticais Moçambique	Escudo Cabo Verde	Rand África do Sul	Outras	Valor de Balanço de Derivados	Total
6 649	48 490	82 146	10 732	55 211	-	2 243 293
31 164	1 174	320	13 614	20 863	-	678 982
259 643	140	31 268	218	990 885	-	8 460 803
-	136	-	32 425	3 030	351 333	7 842 956
21 017	31 946	176 573	783	56 094	-	12 432 008
-	-	-	-	-	-	848 401
-	-	-	-	-	108 190	108 190
-	-	-	-	-	-	132
247 499	135 643	239 228	219 359	288 224	-	58 824 420
-	-	1 491	-	-	-	251 216
130 287	1 382	10 482	37 303	3 442	-	3 054 883
(13 055)	(1 431)	(12 758)	(20 468)	(398)	-	(1 740 277)
683 204	217 480	528 750	293 966	1 417 351	459 523	93 005 007
(31 917)	(471)	(350)	(58 138)	(159 763)	-	(5 503 796)
(815 695)	(161 724)	(482 241)	(252 710)	(484 513)	-	(53 767 836)
-	-	-	-	-	-	(847 369)
-	-	-	(132 572)	(149 640)	-	(13 360 344)
-	-	-	-	-	(431 106)	(589 904)
-	-	-	-	-	(626 163)	(626 163)
-	-	-	-	-	-	(1 925 663)
-	-	-	-	-	-	(190 847)
-	(3 399)	(23)	-	-	-	(2 563 352)
(183 324)	(11 426)	(22 736)	(21 120)	(12 473)	-	(2 726 231)
(1 030 936)	(177 020)	(505 350)	(464 540)	(806 389)	(1 057 269)	(82 101 505)
-	-	-	-	(192 572)	-	(47 823)
-	-	-	-	50 454	-	(63 840)
-	-	-	-	16 507	-	(608 109)
-	-	-	-	213 300	-	115 335
-	-	-	-	-	-	116 723
-	-	-	-	(118 469)	-	(116 836)
-	-	-	-	(30 780)	-	(604 550)
(347 732)	40 460	23 400	(170 574)	580 182	(597 746)	10 298 952

	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Iene	Patacas Macau
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 792 430	7 496	94	122	3 776
Disponibilidades em outras instituições de crédito	484 581	21 404	6 247	12 420	35 979
Aplicações em instituições de crédito	5 377 560	2 437 562	442 286	323 981	76 211
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 955 512	217 184	20 397	-	523
Activos financeiros disponíveis para venda	10 412 476	413 066	6 433	-	16 353
Investimentos associados produtos <i>Unit Linked</i>	669 222	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	34	-	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	49 604 382	634 113	101 735	3 676	202 408
Imparidade acumulada	(1 307 814)	(15 239)	(3 291)	(175)	(11 696)
	73 988 383	3 715 586	573 901	340 024	323 554
Passivo					
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1 785 455)	(2 313 147)	(99 431)	(20 341)	(10 754)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(46 831 896)	(1 266 013)	(47 914)	(130 685)	(694 258)
Responsabil. associad. produtos <i>Unit Linked</i>	(669 222)	-	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(8 678 032)	(1 453 037)	(789 852)	(550 675)	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	(1 659 654)	(42 644)	-	-	-
Recursos consignados	(2 520 093)	-	-	-	-
	(62 144 352)	(5 074 841)	(937 197)	(701 701)	(705 012)
Derivados (Nacionais)					
Swaps cambiais	(125 961)	1 762	(2 609)	(139)	-
Swaps de taxa de juro	(1 223 857)	1 765 281	33 225	(312 458)	-
Futuros	(665 833)	41 213	364 545	539 195	-
Opções	(1 635 807)	(1 695)	-	-	-
Caps & Floors	60 474	1 967	-	-	-
Operações Cambiais a Prazo	(258 550)	-	-	-	-
	(3 849 534)	1 808 528	395 161	226 598	-
Exposição líquida	7 994 497	449 273	31 865	(135 079)	(381 458)

2005					
Moeda					
Meticais Moçambique	Escudo Cabo Verde	Rand África do Sul	Outras	Valor de Balanço de Derivados	Total
40 108	85 755	8 735	50 384	-	1 988 900
1 037	1 038	22 438	21 301	-	606 445
2	1 995	-	595 994	-	9 255 591
-	-	47 867	1 266	351 984	7 594 733
65 043	177 229	317	13 543	-	11 104 460
-	-	-	-	-	669 222
-	-	-	-	199 186	199 186
-	-	-	-	-	34
85 891	178 771	214 392	311 882	-	51 337 250
(12 557)	(19 832)	(31 250)	(355)	-	(1 402 209)
179 524	424 956	262 499	994 015	551 170	81 353 612
(11 295)	(639)	(67 759)	(77 042)	-	(4 385 863)
(130 143)	(418 871)	(211 178)	(431 005)	-	(50 161 963)
-	-	-	-	-	(669 222)
(4 225)	-	(130 569)	(45 647)	-	(11 652 037)
-	-	-	-	(352 948)	(352 948)
-	-	-	-	(414 529)	(414 529)
-	-	-	-	-	(1 702 298)
-	-	-	(5 206)	-	(2 525 299)
(145 663)	(419 510)	(409 506)	(558 900)	(767 477)	(71 864 159)
-	-	-	(10 563)	-	(137 510)
-	-	-	(190 507)	-	71 684
-	-	-	30 991	-	310 111
-	-	-	-	-	(1 637 502)
-	-	-	59 815	-	122 256
-	-	-	-	-	(258 550)
-	-	-	(110 264)	-	(1 529 511)
33 861	5 446	(147 007)	324 851	(216 307)	7 959 942

Risco de Liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de a CGD ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade da Caixa alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano
Activo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 176 017	1 067 276	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	670 975	5 403	2 604
Aplicações em instituições de crédito	70 275	7 381 959	788 371
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	53 160	158 313	346 371
Activos financeiros disponíveis para venda	157 060	307 762	656 659
Investimentos associados a produtos <i>Unit-linked</i>	-	-	-
Crédito a clientes (saldos brutos)	826 172	5 793 253	5 879 737
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
	2 953 659	14 713 966	7 673 742
Passivos			
Recursos de bancos centrais	(206 020)	(4 579 431)	(707 095)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(21 535 677)	(17 236 815)	(12 646 644)
Responsabilidades associadas a produtos <i>Unit Linked</i>	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	(449 179)	(3 012 985)	(2 872 097)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(7 559)	(164 597)	(11 370)
Derivados de cobertura	-	-	-
Outros passivos subordinados	(3 645)	-	(199 880)
Recursos consignados	(94)	(13 436)	(40 565)
	(22 202 174)	(25 007 264)	(16 477 651)
Diferencial	(19 248 515)	(10 293 298)	(8 803 909)

	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano
Activo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	999 897	988 942	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	552 333	41 666	2 864
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	428 523	30 643	286 210
Activos financeiros disponíveis para venda	48 526	555 879	661 673
Aplicações em instituições de crédito	73 785	6 849 345	1 337 043
Crédito a clientes	698 860	3 800 516	5 598 432
Derivados de cobertura	-	-	-
	2 801 924	12 266 991	7 886 222
Passivos			
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(1 014 057)	(2 623 330)	(424 849)
Passivos financeiros detidos para negociação	(310 847)	(7 126)	(7 093)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(16 063 250)	(17 429 669)	(12 542 428)
Responsabilidades representadas por títulos	(148 244)	(2 343 392)	(1 854 490)
Derivados de cobertura	-	(298 917)	-
Outros passivos subordinados	(3 184)	-	(273 368)
Recursos Consignados	-	-	-
	(17 539 582)	(22 702 434)	(15 102 228)
Diferencial	(14 737 658)	(10 435 443)	(7 216 006)

2006

Prazos residuais contratuais				
De 1 a a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	-	2 243 293
-	-	-	-	678 982
74 233	111 235	33 534	1 196	8 460 803
1 181 026	1 917 596	2 972 274	1 214 216	7 842 956
2 452 093	2 728 852	2 968 717	3 160 865	12 432 008
-	-	-	848 401	848 401
6 791 335	6 924 334	32 118 361	491 228	58 824 420
110	-	-	22	132
-	-	-	108 190	108 190
10 498 797	11 682 017	38 092 886	5 824 118	91 439 185
(633)	(4 496)	(6 121)	-	(5 503 796)
(1 625 686)	(502 615)	(253 138)	32 739	(53 767 836)
-	-	-	(847 369)	(847 369)
(2 063 521)	(1 326 564)	(3 730 846)	94 848	(13 360 344)
(25 902)	(7 642)	(16 918)	(355 916)	(589 904)
-	-	-	(626 163)	(626 163)
(455 466)	(214 952)	(983 912)	(67 808)	(1 925 663)
(106 306)	(105 510)	(2 293 545)	(3 896)	(2 563 352)
(4 277 514)	(2 161 779)	(7 284 480)	(1 773 565)	(79 184 427)
6 221 283	9 520 238	30 808 406	4 050 553	12 254 758

2005

Prazos residuais contratuais				
De 1 a a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
-	-	-	61	1 988 900
3	-	6 286	3 293	606 445
1 205 264	1 094 524	1 437 277	3 112 292	7 594 733
2 201 268	1 972 880	2 424 644	3 239 590	11 104 460
684 858	291 137	12 628	6 795	9 255 591
6 345 204	5 710 235	28 065 149	1 118 854	51 337 250
-	-	-	199 186	199 186
10 436 597	9 068 776	31 945 984	7 680 071	82 086 565
(57 500)	(10 958)	(250 990)	(4 179)	(4 385 863)
(10 206)	(7 665)	(9 935)	(76)	(352 948)
(1 394 639)	(1 511 644)	(1 141 488)	(78 845)	(50 161 963)
(2 784 462)	(1 488 586)	(3 032 864)	1	(11 652 037)
(301)	-	-	(115 311)	(414 529)
(249 760)	(520 108)	(546 197)	(109 681)	(1 702 298)
(190 890)	(180 482)	(2 153 927)	-	(2 525 299)
(4 687 758)	(3 719 443)	(7 135 401)	(308 091)	(71 194 937)
5 748 839	5 349 333	24 810 583	7 371 980	10 891 628

A coluna “Indeterminado” inclui essencialmente títulos de rendimento variável, a reavaliação de instrumentos financeiros derivados e outros saldos não analisados.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2006					Total	
	Exposição						
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado		
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 060 112	1 183 181	2 243 293	-	-	2 243 293	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42 253	636 729	678 982	-	-	678 982	
Aplicações em instituições de crédito	7 324 336	1 123 935	8 448 271	-	12 532	8 460 803	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	2 652 244	3 853 021	6 505 265	936 113	401 578	7 842 956	
Activos financeiros disponíveis para venda	5 487 117	3 656 898	9 144 015	3 282 002	5 991	12 432 008	
Crédito a clientes (bruto)	4 812 859	53 472 126	58 284 985	-	539 435	58 824 420	
Investimentos a deter até à maturidade (bruto)	22	110	132	-	-	132	
	21 378 943	63 926 000	85 304 943	4 218 115	959 536	90 482 594	
Passivos							
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	(5 158 782)	(314 582)	(5 473 364)	-	(30 432)	(5 503 796)	
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(168 766)	(38 079)	(206 845)	-	(383 059)	(589 904)	
Recursos de clientes e outros empréstimos	(32 837 658)	(18 783 897)	(51 621 555)	-	(2 146 281)	(53 767 836)	
Responsabilidades representadas por títulos	(7 154 821)	(6 762 202)	(13 917 023)	-	556 679	(13 360 344)	
Outros passivos subordinados	(547 412)	(1 398 943)	(1 946 355)	-	20 692	(1 925 663)	
Recursos Consignados	-	(2 558 970)	(2 558 970)	-	(4 382)	(2 563 352)	
	(45 867 439)	(29 856 673)	(75 724 112)	-	(1 986 783)	(77 710 895)	
Derivados							
<i>Interest Rate Swaps (IRS)</i>	(3 034 097)	2 742 467	(291 630)	-	227 790	(63 840)	
Futuros sobre Taxa de Juro	(530 733)	(4 301)	(535 034)	-	(330 212)	(865 246)	
<i>Forward Rate Agreements (FRA)</i>	(500 000)	305 800	(194 200)	-	-	(194 200)	
Opções de Taxa de Juro	(17 300)	157 895	140 595	-	(23 872)	116 723	
	(4 082 130)	3 201 861	(880 269)	-	(126 294)	(1 006 563)	
Exposição Líquida	(28 570 626)	37 271 188	8 700 562	4 218 115	(1 153 541)	11 765 136	

	2005					
	Exposição					
	Taxa fixa	Taxa variável	Subtotal	Não sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 216 993	783 132	2 000 125	199	(11 424)	1 988 900
Disponibilidades em outras instituições de crédito	487 263	113 218	600 481	1 959	4 005	606 445
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3 705 119	2 919 432	6 624 551	641 806	328 376	7 594 733
Activos financeiros disponíveis para venda	5 225 180	2 721 653	7 946 833	3 031 822	125 805	11 104 460
Aplicações em instituições de crédito	9 115 770	1 123 642	10 239 412	-	(983 821)	9 255 591
Crédito a clientes	3 972 789	46 456 943	50 429 732	12 381	895 137	51 337 250
	23 723 114	54 118 020	77 841 134	3 688 167	358 078	81 887 379
Passivos						
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(3 646 187)	(1 925 407)	(5 571 594)	(1 949)	1 187 680	(4 385 863)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	(1 536)	(351 412)	(352 948)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(31 980 053)	(18 247 337)	(50 227 390)	(21)	65 448	(50 161 963)
Responsabilidades representadas por títulos	(5 604 252)	(6 575 493)	(12 179 745)	-	527 708	(11 652 037)
Outros passivos subordinados	(451 758)	(1 253 649)	(1 705 407)	-	3 109	(1 702 298)
Recursos consignados	-	(2 539 982)	(2 539 982)	-	14 683	(2 525 299)
	(41 682 250)	(30 541 868)	(72 224 118)	(3 506)	1 447 216	(70 780 408)
Derivados						
<i>Interest Rate Swaps (IRS)</i>	(1 959 014)	1 903 309	(55 705)	-	365 816	310 111
Futuros sobre Taxa de Juro	(1 081 895)	-	(1 081 895)	-	(539 610)	(1 621 505)
<i>Forward Rate Agreements (FRA)</i>	-	5 800	5 800	-	-	5 800
Opções de Taxa de Juro	-	-	-	-	(258 550)	(258 550)
	(3 040 909)	1 909 109	(1 131 800)	-	(432 344)	(1 564 144)
Exposição Líquida	(21 000 045)	25 485 261	4 485 216	3 684 661	1 372 950	9 542 827

Na construção do quadro acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- As disponibilidades mínimas de caixa e os depósitos à ordem de clientes não remunerados foram classificadas na coluna de "Taxa Fixa";
- A coluna "Indeterminado" inclui:
 - O valor de balanço de derivados de negociação, classificados em "Activos detidos para negociação";
 - O crédito vencido;
 - Os saldos de balanço relativos a correcções de valor de activos e passivos objecto de operações de cobertura;
- Os instrumentos de capital foram classificados como "Não sujeito a risco taxa de juro";
- A diferença entre o valor nominal e o valor de mercado dos títulos de dívida registados ao justo valor está considerada na coluna "Indeterminado".

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa

de juro em função da sua maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

	À vista	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 185 066	1 058 227	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	662 829	11 058	5 095
Aplicações em instituições de crédito	52 315	7 231 798	880 610
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	13 890	931 067	2 083 945
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1 042 391	1 853 528
Crédito a Clientes (bruto)	754 894	13 197 257	16 264 415
Investimentos a deter até à Maturidade (bruto)	-	-	-
	2 668 994	23 471 798	21 087 593
Passivos			
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(180 724)	(3 850 682)	(731 035)
Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	-	(158 853)	(12 930)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(19 314 307)	(9 043 343)	(8 557 540)
Responsabilidades representadas por títulos	(11 177)	(1 555 465)	(4 334 170)
Outros passivos subordinados	(3 643)	(104 891)	(578 612)
Recursos Consignados	393	(676)	(2 556 543)
	(19 509 458)	(14 713 910)	(16 770 830)
Derivados			
<i>Interest Rate Swaps (IRS)</i>	-	759 950	(4 823 962)
Futuros sobre Taxa de Juro	285 562	11 500	(107 790)
<i>Forward Rate Agreements (FRA)</i>	-	-	(200 000)
Opções de Taxa de Juro	-	-	-
	285 562	771 450	(5 131 752)
Exposição Líquida	(16 554 902)	9 529 338	(814 989)

	À vista	Até 1 mês	De 1 mês a a 3 meses
Activo			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	967 069	978 440	54 616
Disponibilidades em outras instituições de crédito	555 546	6 286	38 646
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 449 646	1 733 504
Activos financeiros disponíveis para venda	37 751	619 170	1 994 765
Aplicações em instituições de Crédito	208 758	6 915 654	1 698 787
Crédito a clientes	702 396	14 634 421	13 887 816
	2 471 520	24 603 617	19 408 134
Passivos			
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	(1 422 301)	(2 310 559)	(1 108 177)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	(18 868 474)	(7 806 608)	(7 860 409)
Responsabilidades representadas por títulos	(109 944)	(3 163 662)	(4 914 066)
Outros passivos subordinados	(10 183)	(364 521)	(365 191)
Recursos Consignados	-	(676)	(2 516 009)
	(20 410 902)	(13 646 026)	(16 763 852)
Derivados			
<i>Interest Rate Swaps (IRS)</i>	-	1 907 000	(3 205 014)
Futuros sobre Taxa de Juro	-	-	-
<i>Forward Rate Agreements (FRA)</i>	-	-	-
	-	1 907 000	(3 205 014)
Exposição Líquida	(17 939 382)	12 864 591	(560 732)

2006

Datas de refixação / Datas de maturidade				
De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
-	-	-	-	2 243 293
241 510	24 115	17 923	-	678 982
933 378	461 179	520 985	1 560 821	8 448 271
647 844	1 466 376	1 785 306	2 348 570	6 505 265
23 691 484	1 756 452	577 057	2 043 426	9 144 015
110	2	20	-	58 284 985
25 514 326	3 708 124	2 901 291	5 952 817	85 304 943
(705 794)	(633)	(4 496)	-	(5 473 364)
(13 334)	(6 563)	(6 413)	(8 752)	(206 845)
(12 255 193)	(1 563 242)	(640 874)	(247 056)	(51 621 555)
(4 281 542)	(944 262)	(712 942)	(2 077 465)	(13 917 023)
(270 769)	(404 298)	(110 062)	(474 080)	(1 946 355)
(2 144)	-	-	-	(2 558 970)
(17 528 776)	(2 918 998)	(1 474 787)	(2 807 353)	(75 724 112)
411 458	1 195 210	166 562	1 999 152	(291 630)
(210 080)	(381 800)	(15 393)	(117 033)	(535 034)
-	5 800	-	-	(194 200)
(41 271)	(8 071)	151 936	38 001	140 595
160 107	811 139	303 105	1 920 120	(880 269)
8 145 657	1 600 265	1 729 609	5 065 584	8 700 562

2005

Datas de refixação / Datas de maturidade				
De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
-	-	-	-	2 000 125
3	-	-	-	600 481
764 773	506 524	280 954	1 889 150	6 624 551
903 997	1 297 513	1 251 667	1 841 970	7 946 833
1 395 966	2 000	5 086	13 161	10 239 412
19 167 127	550 669	500 585	986 718	50 429 732
22 231 866	2 356 706	2 038 292	4 730 999	77 841 134
(658 443)	(64 282)	(7 832)	-	(5 571 594)
(12 144 619)	(1 250 199)	(1 390 982)	(906 099)	(50 227 390)
(2 760 713)	(1 003 866)	(134 799)	(92 695)	(12 179 745)
(523 128)	-	(400 000)	(42 384)	(1 705 407)
(23 297)	-	-	-	(2 539 982)
(16 110 200)	(2 318 347)	(1 933 613)	(1 041 178)	(72 224 118)
(1 247 791)	1 392 479	933 697	163 924	(55 705)
-	(505 200)	(1 695)	(575 000)	(1 081 895)
-	5 800	-	-	5 800
(1 247 791)	893 079	932 002	(411 076)	(1 131 800)
4 873 875	931 438	1 036 681	3 278 745	4 485 216

Na construção do quadro acima, as disponibilidades mínimas de caixa foram classificadas na coluna de "Até 1 mês".

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os depósitos à ordem de clientes não remunerados são considerados como de taxa fixa.

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é apresentado no quadro seguinte:

	2006				
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2 243 293	2 243 374	81	-	2 243 293
Disponibilidades em outras instituições de crédito	678 982	678 982	-	-	678 982
Aplicações em instituições de crédito	8 422 858	8 434 378	11 520	35 590	8 458 448
Crédito a clientes	57 091 607	57 367 349	275 742	176 664	57 268 271
	68 436 740	68 724 083	287 343	212 254	68 648 994
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	5 561 202	5 555 753	5 449	(57 406)	5 503 796
Recursos de clientes e outros empréstimos	52 829 188	52 753 692	75 496	938 648	53 767 836
Responsabilidades representadas por títulos	13 341 199	13 556 625	(215 426)	19 145	13 360 344
Outros passivos subordinados	1 949 827	1 987 916	(38 089)	(24 164)	1 925 663
Recursos consignados	2 559 434	2 575 412	(15 978)	3 918	2 563 352
	76 240 850	76 429 398	(188 548)	880 141	77 120 991
 2005					
	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 998 805	1 998 823	18	(9 905)	1 988 900
Disponibilidades em outras instituições de crédito	605 732	605 732	-	713	606 445
Aplicações em instituições de crédito	10 235 077	10 251 533	16 456	(980 376)	9 254 701
Crédito a clientes	50 156 411	50 234 466	78 055	(220 480)	49 935 931
	62 996 025	63 090 554	94 529	(1 210 048)	61 785 977
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais e outras Instituições de Crédito	5 409 766	5 409 407	359	(1 023 903)	4 385 863
Recursos de clientes e outros empréstimos	47 816 369	47 830 499	(14 130)	2 345 594	50 161 963
Responsabilidades representadas por títulos	12 140 213	12 166 179	(25 966)	(488 176)	11 652 037
Outros passivos subordinados	1 706 216	1 752 128	(45 912)	(3 918)	1 702 298
Recursos consignados	2 545 189	2 550 430	(5 241)	(19 890)	2 525 299
	69 617 753	69 708 643	(90 890)	809 707	70 427 460

No apuramento do justo valor foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - Taxas de juro de mercado para aplicações e recursos de instituições de crédito;
 - Taxas de juro praticadas nas novas operações concedidas pela Caixa na data de balanço, para tipos de crédito comparáveis;
 - Curvas de taxas de juro incorporando o *spread* de risco da Caixa, no que respeita a passivos emitidos para investidores institucionais, tendo em consideração o tipo de instrumento e a respectiva maturidade;
 - Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.
- A coluna "Saldos não analisados" inclui essencialmente:
 - O crédito vencido, líquido da imparidade constituída;
 - Saldos de entidades não incluídas no cálculo efectuado pela Caixa.

Relativamente a produtos estruturados com componente de volatilidade registados nas rubricas "Responsabilidades representadas por títulos" e "Passivos subordinados", o valor de balanço em 2006 inclui as correções de valor registadas no âmbito da contabilidade de cobertura, que em alguns casos poderão não estar a ser integralmente considerados no cálculo do justo valor.

43. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada, de seguida, uma descrição resumida da política de aceitação e gestão de risco em vigor na área seguradora do Grupo CGD em Portugal, nomeadamente, pelas companhias que integram a Caixa Seguros (Companhia).

43.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos é estruturada em três grandes níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No terceiro nível, cometido às redes comerciais, enquadrar-se a competência delegada para aceitação de riscos estandardizados, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Clausulados standard;
- Riscos ou actividades com um histórico de sinistralidade baixo ou muito baixo;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada, situando-se predominantemente dentro das retenções das companhias;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica.

Tem como instrumentos ao seu dispor: Tarifas, Normas de Subscrição e de Delegação de Poderes, manuais dos produtos, apólices standard, propostas de seguro, declarações tipo, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O segundo nível integra diversas unidades de subscrição técnicas multidisciplinares de apoio às redes comerciais, com competências delegadas para aceitação e análise de riscos específicos e assenta, em especial, nos seguintes critérios:

- Subscrição de Produtos *standard*;
- Limitação à subscrição dos riscos ou actividades a seguir caracterizadas: (i) riscos ou actividades com elevada sinistralidade geral; (ii) riscos ou actividades que considerados individualmente, apresentem um potencial de perda muito elevado; (iii) riscos ou actividades cuja subscrição deva pressupor uma análise técnica, específica e especializada; (iv) riscos relacionados com actividades económicas em contracção.
- Subscrição de capitais baixos a médios, que permitam uma diluição de risco médio, dentro das capacidades dos tratados das Companhias, mas não ultrapassando o valor médio das suas capacidades de subscrição automática (Retenção + tratados);
- Estudo de acumulação de riscos, considerando o Cliente em termos globais.

Apesar de se tratar de riscos devidamente enquadrados e delimitados, as unidades de subscrição dispõem, quando necessário, de instrumentos adicionais de avaliação dos riscos a subscrever, nomeadamente análises de riscos efectuadas por empresas especializadas.

Estes instrumentos visam particularizar e avaliar *in loco* os desvios aos padrões médios de um determinado risco, permitindo a avaliação de perdas máximas expectáveis, dos pontos fracos e fortes da entidade proponente ou do objecto do risco, bem como efectuar uma avaliação específica para determinadas coberturas ou limites de capital a subscrever, assim se estabelecendo o contrato adequado e equilibrado entre as partes.

O primeiro nível da subscrição é da competência das Áreas Técnicas dos Ramos, cabendo-lhe a aceitação de riscos não delegados nos dois níveis referidos e a gestão técnica dos Ramos.

As condições de aceitação de riscos de valor unitário muito elevado ou envolvendo conjuntos de riscos muito alargados são analisadas por um Comité de Riscos, composto, no mínimo, por três Administradores, nele participando os Directores das Áreas Técnica, Comercial e de Resseguro.

O primeiro nível da subscrição é dotado de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por

actividades e/ou ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em análise de risco e actuariado.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado, recorrendo-se à colocação em Resseguro Facultativo quando os riscos não sejam enquadráveis nos Tratados.

Nos seguros sobre a vida humana, os critérios de aceitação de riscos encontram-se definidos em grelhas médicas, nos quais os *plafonds* de capitais seguros e respectivos exames clínicos foram estabelecidos, separada ou conjuntamente, entre o Ramo Vida e os Resseguradores da Companhia.

Quando os riscos em presença não se enquadrem nos manuais de tarifação do Resseguro ou nas condições de aceitação automática da Companhia, estes são remetidos para os gabinetes de *underwriting* dos Resseguradores.

43.2. Gestão Técnica

A gestão técnica dos Ramos comprehende a definição de preços e clausulados das apólices, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da receita processada, da sinistralidade e da margem técnica. Tal permite a monitorização dos riscos e dos seus cúmulos na carteira.

Toda esta gestão é efectuada em colaboração e articulação com a área de resseguro, na preparação de elementos de informação que facilitem a negociação anual dos Tratados de Resseguro ou no recurso casuístico a resseguro facultativo e com as áreas de sinistros, quando necessário, no apoio à regularização de sinistros complexos.

43.3. Instrumentos de Gestão para Controlo do Risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por actividades e objectos do seguro e por coberturas.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e da sinistralidade de determinadas classes de risco (escalões de capitais seguros, objectos de seguro, actividades, coberturas), tendo como objectivo a aferição das delegações existentes e correcção de eventuais distorções, correlacionar os principais factores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respectiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos Produtos sob gestão.

Selecção e Saneamento de Carteira

Esta função tem como objectivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou elevada sinistralidade), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios) quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

Concentrações de Risco de Seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por actividades e objectos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e da política de retenção das companhias.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objecto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

43.4. Políticas de Resseguro

Os factores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios, valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados Ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais), e ramos Patrimoniais (Incêndio e Anexos, Engenharia e Máquinas e riscos Marítimos, nas suas diferentes componentes, Responsabilidade Civil Geral e riscos Diversos).

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objecto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

A Companhia tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de protecção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respectiva retenção, pauta-se pela relação entre a estrutura de carteira quanto a capitais seguros e o respectivo volume de prémios de cada ramo, e pelo acompanhamento estatístico da sua rentabilidade e relação Retenção/ Prémios no fim dum ano ou dum ciclo e pela capacidade financeira da Companhia, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta o facto de catástrofes não se produzirem com

frequência e a retenção reflecte o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto da mesma catástrofe nos capitais da Companhia e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

As retenções, como referido, são as adaptadas às carteiras existentes e têm em conta a capacidade negociada e o equilíbrio entre cedência de prémios e essa mesma capacidade.

Nos ramos Incêndio e Anexos, Engenharia e Marítimo, as companhias operam com Tratados Proporcionais.

No que se refere a ramos de Massa (Auto, AT, AP), os riscos são cobertos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira e à capacidade financeira da Companhia. Na fixação da prioridade, tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para os diferentes níveis que a mesma pode ter.

Também o negócio do ramo Responsabilidade Civil Geral se encontra protegido por um tratado de resseguro em Excesso de Perdas.

Os "Cúmulos de Risco" das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia.

Os critérios de selecção e admissibilidade dos Resseguradores são pautados pela sua fiabilidade e solvência financeira, pela sua capacidade de prestação de serviços, pela observação e acompanhamento dos mesmos no seu relacionamento, no que se refere a pagamentos/recebimentos, não deixando de ter em apreço, também como factor determinante, o seu Rating pelas diferentes agências internacionais.

43.5. Técnicas de Gestão de Activos e Passivos (ALM) Utilizadas pela Companhia

A Companhia tem actuações diferentes consoante o tipo de produto em causa.

Procedimentos de adequação de Activos e Passivos **Produtos Imunizados**

São tipicamente produtos de rendimento fixo definido e conhecido à partida e sem direito a participação de resultados a atribuir aos segurados. Estes produtos são cobertos com investimentos de maturidade e vencimento semelhantes aos respectivos passivos, procurando-se obter uma rentabilidade dos investimentos que cubra a margem da Companhia e a remuneração contratualizada com os clientes.

Podem ocorrer desajustes temporários entre activos e passivos e que, usualmente, resultam de resgate. Por este facto, a política de investimentos é condicionada por investimentos em títulos com notação de *rating* "investment grade", admitidos em mercados da OCDE, devendo igualmente ter elevada liquidez.

Produtos com Participação nos Resultados com Capital e Rendimento Garantido

As carteiras de investimentos destes produtos têm uma composição que depende do modelo de gestão aplicável e dos *benckmarks* definidos relativamente a cada produto.

Os *benckmarks* são estabelecidos em função dos níveis de taxa de juro do mercado, da maturidade das responsabilidades e do rendimento garantido aos clientes. Para minimizar o risco, à medida que se aproxima o vencimento das responsabilidades, o peso do investimento em títulos de rendimento variável vai-se reduzindo gradualmente, sendo substituído por investimento em títulos de rendimento fixo.

Para projecção dos *cash flows* dos passivos são consideradas diversas informações relevantes, designadamente as relativas a contratos vivos, datas de vencimento dos contratos, responsabilidades actuais capitalizadas pela participação de resultados e taxa de rendimento garantida. Para projecção dos *cash flows* dos activos, em relação aos investimentos em títulos de rendimento fixo com taxa

fixa, ou é utilizada a taxa do activo ou utilizam-se cenários, de acordo com a curva de rendimentos, dependendo a sua aplicação da convicção da aderência destes cenários à realidade futura. Relativamente aos títulos de rendimento variável não são utilizadas projecções de *cash flows* futuros, utilizando-se, em alternativa, o seu valor actual de mercado.

Política de alocação de investimentos a produtos

Relativamente a produtos que garantam participação nos resultados e aos produtos *Unit Linked* em que o risco de investimento é do tomador do seguro, as respectivas carteiras de investimentos estão colocadas em fundos autónomos, gerindo-se um fundo autónomo por produto, com o objectivo de garantir a independência das respectivas carteiras e evitar a contaminação resultante da colocação numa única carteira dos investimentos requeridos por vários produtos.

Os produtos sem direito a participação são colocados em carteiras geridas globalmente em virtude do desempenho das respectivas carteiras não condicionar o rendimento a atribuir aos clientes. No entanto, apesar de existir uma maior flexibilidade na gestão, a mesma é feita de modo prudencial com *matching* entre activos e passivos.

Os activos são alocados às carteiras em função do seu valor de mercado, em particular nos casos de carteiras em que os segurados participam nos resultados obtidos, havendo também, nestes casos, a constituição de um fundo autónomo associado a cada carteira.

Relativamente à selecção do tipo de activos, também são definidos, por classe de activos, os seguintes limites máximos de exposição:

Classes de Activos	Limite máximo (% do valor global da carteira)
Rendimento fixo - taxas longas	70%
<i>Government</i>	70%
<i>Corporate</i>	50%
Rendimento fixo - taxas curtas	100%
Rendimento variável	30%
Imobiliário	30%



Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem, ainda, em consideração os seguintes pontos:

I. Limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, que é de 15% do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;

II. O conjunto das aplicações expressas em moedas são representadas em divisas congruentes com as dos compromissos assumidos em, pelo menos, 95 %;

III. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores - Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de activos a que respeitem.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

Modelos de avaliação de risco para derivados:

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno / risco esperado em função da composição por classes de activos. O retorno esperado das carteiras está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos activos que as constituem. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de activos procurando-se constituir carteiras com risco controlado que optimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efectuada internamente pela Direcção de Investimentos, havendo, pontualmente e sempre que tal se mostre conveniente, o envolvimento da

Direcção de Gestão de Risco do Grupo, integrada na Caixa. São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

IV. Universo de investimento para activos de Rendimento Fixo

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar a seguinte grelha que pondere a sua maturidade residual com o risco assumido. Na aquisição não deverá haver investimento em activos com *rating* inferior à notação BBB ou equivalente.

	Dívida Soberana	Dívida Corporate
Até 1 ano	BBB	BBB
1 a 5 anos	A-	A-
5 a 15 anos	A+	AA-
Superior a 15 anos	A+	AAA

O investimento em outras classes de activos não especificadas deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração.

As limitações a investimentos resultam também da regulamentação em vigor.

43.6. Ramo Vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de Risco

Relativamente a estes produtos, o maior factor de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte significativa dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnica/financeira do tipo:

$[(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)})] \times \text{Coeficiente de Participação}$

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à utilização do Fundo para Dotações Futuras na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de participação estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Rendas

Relativamente a estes produtos o maior factor de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnica/financeira do tipo:

$[(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)})] \times \text{Coeficiente de Participação}$

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à utilização do Fundo para Dotações Futuras na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de participação estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Fidelidade Mundial

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2007	119 263	71 152	-	3 273	14 171	452 793
2008	67 915	45 035	-	3 231	13 331	570 667
2009	60 271	42 000	-	3 185	12 168	678 758

Império Bonança

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2007	-	11 307	41 185	168 147
2008	-	10 854	36 858	107 475
2009	-	10 418	33 016	94 090

Produtos de Capitalização

O risco de taxa de juro é o principal factor de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de activos parcialmente dependentes da discricionariedade da Companhia.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

$[(\text{Percentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Saldo Negativo do exercício anterior (caso exista)})] \times \text{Coeficiente de Participação}$

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à utilização do Fundo para Dotações Futuras na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de participação estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

O quadro seguinte apresenta a alteração destes *cash inflows* e *outflows*, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados

Fidelidade Mundial

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2007	116 384	70 074	-	3 273	13 795	585 613
2008	62 920	42 041	-	3 231	12 304	665 650
2009	52 903	37 182	-	3 185	10 713	735 601

Império Bonança

Ano	Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2007	-	11 308	40 394	185 134
2008	-	10 854	34 561	118 880
2009	-	10 418	29 601	100 686

Seguidamente apresenta-se a variação estimada das responsabilidades reconhecidas em Balanço, com referência a 31 de Dezembro de 2006, considerando diversas alterações dos pressupostos utilizados.

Fidelidade Mundial

Pressuposto	Variação do Pressuposto	Variação das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+ 25% (*)	3 467
Taxa de Rentabilidade dos Activos	+ 0,5%	10 623
Taxa de Inflação	+ 1%	69
Taxa de Saída	+ 5%	(558)

(*) Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

Império Bonança

Pressuposto	Variação do Pressuposto	Variação das Responsabilidades
Taxa de Mortalidade	+ 25% (*)	2 323
Taxa de Rentabilidade dos Activos	+ 0,5%	-
Taxa de Inflação	+ 1%	-
Taxa de Saída	+ 5%	-

(*) Nos Seguros de Rendas, a variação da taxa de mortalidade foi negativa.

43.7. Risco de Taxa de Juro

A política de gestão do risco de taxa de juro é desenvolvida de acordo com duas linhas de orientação. No caso das carteiras imunizadas, seguros de capitalização de taxa fixa, verifica-se uma adequação das coberturas às responsabilidades assumidas. Neste caso existe um *matching* entre o perfil dos *cash flows* dos activos investidos e os *outflows* dos passivos na maturidade. O risco da taxa de juro não tem praticamente gestão activa ao longo da vida do produto.

No caso das carteiras com modelo de gestão de *benchmark*, o risco de taxa de juro é gerido de uma maneira activa de acordo com o nível de exposição alvo definido pelos *benchmarks*, verificando-se uma gestão táctica de *underweight / overweight* em função das expectativas de alteração da estrutura da curva de maneira a optimizar os retornos dos activos.

Em termos quantitativos, o nível de exposição aos prazos mais longos não é significativo, conforme leitura do quadro seguinte:

Risco por maturidade	Valor	Peso	Mod. Dur.
Rendimento Fijo	8 539 983	100,00%	4,89
Obrigações taxa fixa	5 406 162	63,30%	5,44
Maturidade 1 a 3 anos	1 979 872	23,20%	2,28
Maturidade 4 a 5 anos	1 135 425	13,30%	4,40
Maturidade 6 a 7 anos	693 035	8,10%	5,99
Maturidade 8 a 10 anos	760 151	8,90%	7,05
Maturidade 11 a 19 anos	412 261	4,80%	9,62
Maturidade 20 a 29 anos	410 272	4,80%	14,74
Maturidade superior a 30 anos	15 144	0,20%	17,28
Obrigações taxa variável	2 544 078	29,80%	3,57
Obrigações <i>inflation-linked</i>	180 393	2,10%	5,20
Perpétuas (taxa fixa)	23 903	0,30%	13,9
Incumprimento	3	0,00%	8,24
Obrigações Maturidade <1 ano	380 482	4,50%	0,53
Bilhetes de Tesouro	4 961	0,10%	0,22

As companhias utilizam ainda, neste âmbito, para efeitos de monitorização do risco, os serviços da unidade de controlo de risco da CGD que divulga, em sede própria, os seus indicadores.

As entidades de supervisão também têm acompanhado a monitorização deste risco, tendo-se desenvolvido pontualmente, durante o exercício de 2006, um exercício de *stress-test* para quantificação dos impactos de choques adversos na carteira de activos.

A utilização de instrumentos derivados, no âmbito do processo de gestão do risco, limita-se actualmente à utilização pontual de *swaps* de taxa de juro nas carteiras onde se pretendeu mitigar o risco de taxa de juro, ou em casos em que este instrumento se revelou mais eficiente que uma cobertura com activos directos.

Em 31 de Dezembro de 2006, a Caixa Seguros dispõe de um conjunto de *swaps* de taxa de juro, destinados à cobertura de riscos financeiros dos produtos de taxa fixa do Ramo Vida, conforme se resume no quadro seguinte:

Montante nocional	Divisa	Produtos associados	Maturidade	Taxa cedida	Taxa tomada
10 000 000	EUR	Mais Valor 2004 - 1.ª Ser	2009	EUR6M+0,875%	4,55000%
3 100 000	EUR	Mais Valor 2004 - 1.ª Ser	2009	EUR6M+0,875%	4,50000%
13 293 000	EUR	Mais Valor 2004 - 2.ª Ser	2009	EUR6M+0,875%	EUR6M+0,875%
14 746 348	EUR	Reforma PPR/E MAIS	2012	5,238%	5,20710%
5 200 000	EUR	Vantagem Dupla 2003	2013	EUR6M+0,45%	4,67000%
4 000 000	EUR	Vantagem Dupla 2003	2013	EUR6M+0,45%	4,71000%
150 000	EUR	Vantagem Dupla 2003	2013	EUR6M+0,45%	4,25000%
10 000 000	EUR	Seguro Renda 2.ª Ser	2007	EUR12M	4,46980%
10 000 000	EUR	Seguro Renda 2.ª Ser	2007	EUR12M	4,46980%
10 000 000	EUR	Seguro Renda 2.ª Ser	2007	EUR12M	4,46980%
10 000 000	EUR	Seguro Renda 2.ª Ser	2007	EUR12M	7,88930%
10 000 000	EUR	Seguro Renda 2.ª Ser	2007	EUR12M	4,46980%
10 000 000	EUR	Seguro Renda 3.ª Ser	2007	EUR12M	3,58040%
15 000 000	EUR	Seguro Renda 2.ª Ser	2007	EUR12M	7,88930%
20 000 000	EUR	Cx Seg 4,5%	2010	8,02%	7,38%
6 000 000	EUR	Cx Seg 4,25%	2008	6,85%	6,41%
5 000 000	EUR	Cx Seg 4,4%	2009	5,79%	5,33%

A política de gestão de risco / análise por contraparte decorre essencialmente da grelha de seleção no momento da compra do activo divulgada no ponto “Requisitos de segregação de activos”, destinados a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos activos da Companhia. O risco, no entanto, é monitorizado continuamente, procurando-se acompanhar as opiniões / *outlooks* das casas internacionais de rating de maneira a não deixar degradar o rating dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por contraparte, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir, ao longo do tempo, uma boa dispersão de risco.

Activos por Risco de contraparte	Cúmulo de Capitais	%
Total	11 103 010 828,06	100,00%
Estado	3 139 090 066,79	28,30%
Zona Euro	3 097 081 806,75	27,90%
Zona Não Euro	42 008 260,04	0,40%
Outros	7 963 920 761,30	71,73%
Grupo CGD	1 424 972 014,01	12,80%
Entes Públicos	528 273 999,55	4,80%
Grupo BSCH	287 641 544,25	2,60%
Entes Supranacionais	169 511 136,79	1,50%
Grupo DNB NORBANK	159 810 909,87	1,40%
Grupo SNS Bank	152 023 069,48	1,40%
Grupo BCP	136 677 733,58	1,20%
General Electric	136 391 254,66	1,20%
Grupo BBVA	135 329 318,65	1,20%
Grupo Carrefour	129 569 987,73	1,20%
Grupo BNP Paribas	120 394 786,90	1,10%
Grupo Nationwide Building Society	118 145 179,76	1,10%
Grupo RBS	103 893 851,41	0,90%
Grupo Unicrédito / Hypovereinsbank	99 609 630,25	0,90%
Grupo Deutsche Bank	98 983 895,02	0,90%
Grupo HBOS	97 264 834,96	0,90%
Grupo Banca Intesa	89 992 286,75	0,80%
Grupo Dexia	88 334 954,36	0,80%
Grupo Allianz	87 485 686,57	0,80%
Grupo ING	80 429 491,24	0,70%
Grupo Espírito Santo	78 481 252,31	0,70%
Grupo Caja Madrid	77 286 522,38	0,70%
Grupo France Telecom	74 528 118,05	0,70%
Grupo Deutsche Telekom	71 258 608,09	0,60%
Grupo EDP	67 695 581,00	0,60%
Grupo Portugal Telecom	61 873 088,72	0,60%
Grupo Caja de Ahorros de Valencia	58 458 861,81	0,50%
Grupo Volkswagen	58 323 552,69	0,50%
Grupo Barclays	56 201 440,62	0,50%
Grupo Allied Irish Banks	51 684 636,70	0,50%
Grupo Banco Popular Espanhol	48 255 336,33	0,40%
Grupo AngloIrish Bank	48 043 363,45	0,40%
Grupo Credit Agricole	47 164 561,83	0,40%
Grupo Alliance & Leicester	47 129 214,85	0,40%
Grupo Iberdrola	45 186 648,53	0,40%
Grupo BPI	42 408 350,36	0,40%
Grupo DEPFA	39 202 932,48	0,40%
Grupo BGB	39 135 571,09	0,40%

(continua)

(continuação)

Activos por Risco de contraparte	Cúmulo de Capitais	%
Grupo Société Générale	39 126 363,10	0,40%
Grupo Citigroup	37 717 600,67	0,30%
Grupo Danone	33 792 790,66	0,30%
Allegro	32 730 024,80	0,30%
Grupo Telefónica	29 446 065,48	0,30%
Banco Sabadell	29 126 755,52	0,30%
Grupo Commerzbank	25 092 904,71	0,20%
Grupo Peugeot	24 020 313,33	0,20%
Grupo Endesa	22 492 178,83	0,20%
Grupo Renault	21 143 163,25	0,20%
Grupo HSBC	18 333 670,65	0,20%
Grupo St George Bank	17 521 771,57	0,20%
Goldman Sachs	16 130 857,72	0,10%
Grupo IGE	14 888 777,92	0,10%
Grupo Mello	14 667 780,63	0,10%
Grupo Merrill Lynch	13 122 602,01	0,10%
Grupo EFG Hellas	12 630 226,12	0,10%
Grupo BANIF	11 644 357,09	0,10%
Grupo Montepio Geral	10 945 781,94	0,10%
Grupo ABN AMRO	10 447 878,21	0,10%
Grupo Rabobank	9 868 361,07	0,10%
Grupo San Paolo IMI	9 591 843,79	0,10%
Grupo Dusseldorf Hypo	9 488 495,38	0,10%
Grupo Sonae	8 101 659,28	0,10%
Grupo Bank of Ireland	5 746 461,81	0,10%
Grupo Achmea Bank	2 138 361,34	0,00%
Grupo Jerónimo Martins	1 913 996,00	0,00%
Grupo DaimlerChrysler	200 591,88	0,00%
Sem grupo definido (Não residentes)	1 635 409 590,54	14,70%
Sem grupo definido (Residentes)	589 386 328,92	5,30%

44. Impactos da Adopção das IFRS

O impacto da adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro no Capital Próprio, em 31 de Dezembro de 2004 e 1 de Janeiro de 2005, pode ser resumido como segue:

	Nota	Capital próprio
Saldos de acordo com o PCSB		2 997 583
Impacto das normas adoptadas com referência a 1 de Janeiro de 2004		
Imóveis e outros activos tangíveis	(a)	(10 550)
Activos intangíveis	(b)	(19 313)
Comissões por serviços prestados	(c)	(11 690)
Benefícios dos trabalhadores	(d)	(509 177)
Impostos diferidos	(e)	322 049
Unibanco e Unibanco Holdings	(f)	256 751
Provisões		7 349
Variações cambiais		(7 440)
Outros		(5 050)
		22 929
Saldos de acordo com IFRS - contas pró-forma		3 020 512
Impacto da adopção da IAS 39 e da IFRS 4 com referência a 1 de Janeiro de 2005		
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(g)	(83 941)
Imparidade em crédito concedido	(h)	(42 292)
Valorização da carteira de títulos	(i)	137 795
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados, contabilidade de cobertura e passivos estruturados	(j)	(1 172)
Valorização de contratos de Seguros	(k)	(15 890)
Impostos diferidos	(l)	(4 455)
Subtotal de ajustamentos em 1 de Janeiro de 2005		(9 955)
Saldos de acordo com IFRS em 1 de Janeiro de 2005		3 010 557

(a) O ajustamento de transição relativo a imóveis e outros activos tangíveis apresenta a seguinte composição:

Activos tangíveis	
Imparidade em imóveis de serviço próprio	(15 966)
Imparidade em outros activos tangíveis	(786)
	(16 752)
Outros ajustamentos relativos a activos tangíveis	(5 669)
Outros ajustamentos relativos a imóveis de serviço próprio	12 063
	(10 358)
Reavaliação de propriedades de investimento	3 120
Imparidade de imóveis arrematados e outros imóveis	(3 312)
	(10 550)

A Caixa obteve avaliações para uma parte significativa da sua carteira de imóveis de serviço próprio. Nos casos em que foram apuradas menos-valias potenciais significativas face ao valor de balanço, líquido de amortizações, foi registada imparidade, sempre que a rendibilidade das respectivas unidades operacionais não é suficiente para recuperar a referida menos-valia.

Com a introdução das IFRS, o Grupo efectuou uma análise detalhada dos seus imóveis com vista à sua classificação nas categorias previstas nas diversas normas que regulam estes activos. Apesar da maior parte dos imóveis ter permanecido classificada como imóveis de serviço próprio, foram identificadas algumas situações de imóveis arrendados, normalmente correspondentes a parcelas ou fracções de edifícios usados maioritariamente para serviço próprio. Nestes casos, os imóveis foram classificados como propriedades de investimento, passando a estar reflectidos pelo justo valor, o qual foi determinado com base em avaliações.

O ajustamento de transição relativo a imóveis arrematados e outros imóveis não afectos à exploração, registados em "Outros activos", resulta essencialmente do facto de o Grupo ter passado a incluir na determinação da imparidade uma estimativa dos custos a incorrer na alienação desses imóveis.

(b) A Norma IAS 38 impõe requisitos bastante restritivos para o registo de activos intangíveis, quando comparados com as Normas anteriores.

Com referência à data de transição, o Grupo efectuou uma revisão detalhada de todos os montantes capitalizados nesta rubrica, com especial enfoque nos projectos registados em imobilizado em curso, tendo sido analisado o seu enquadramento face às regras da Norma IAS 38.

Em resultado desta análise, foram anulados, por contrapartida de resultados transitados, valores não elegíveis para registo no âmbito das IFRS que incluíam, nomeadamente, projectos não elegíveis, despesas com replaneamentos e custos com formação, entre outros.

De acordo com a IAS 38, a amortização dos activos intangíveis deve ser baseada na sua vida útil estimada (sujeita a revisão periódica), reflectindo o padrão pelo qual os benefícios económicos gerados pela utilização do activo são consumidos pela entidade. O Grupo efectuou uma revisão da vida útil atribuída a activos intangíveis, nomeadamente aplicações informáticas, tendo, em algumas situações, efectuado alterações retrospectivamente. Em termos líquidos, este processo teve um impacto positivo em resultados transitados.

(c) De acordo com a prática seguida no sector bancário em Portugal, certas comissões cobradas a clientes eram reconhecidas como proveito no momento da sua cobrança. Nos termos da Norma IAS 18, estas comissões passaram a ser diferidas ao longo do período da prestação do serviço que lhes está associado.

(d) Os benefícios dos empregados são regulados pela Norma IAS 19. O impacto de transição resultou essencialmente das seguintes situações:

Desvios actuariais

A CGD adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1, de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos. Ao adoptar a opção normalmente designada por *reset* anulou todos os ganhos e perdas diferidos na data de transição por contrapartida de resultados transitados. Em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, as perdas actuariais diferidas, relativas a encargos com pensões calculadas de acordo com as normas do Banco de Portugal, ascendiam a mEuros 562 204 e mEuros 204 448 (Nota 36).

Assistência médica pós-emprego

De acordo com as normas do Banco de Portugal e a prática no sector bancário em Portugal, estes custos eram registados numa base de caixa. De acordo com a Norma IAS 19, este benefício corresponde a um plano de benefícios definidos, pelo que as respectivas responsabilidades foram calculadas e registadas de forma similar às responsabilidades com pensões.

As responsabilidades calculadas com referência a 31 de Dezembro de 2004 ascenderam a mEuros 316 324 (Nota 36).

Outros benefícios

De acordo com o PCSB, os prémios de antiguidade pagos pela Caixa aos seus empregados (Nota 36) eram registados quando pagos. Com a introdução da IAS 19, a Caixa passou a calcular a responsabilidade com este encargo correspondente ao período de serviço já prestado pelos empregados. O ajustamento apurado, com referência a 31 de Dezembro de 2004, pelo reconhecimento destas responsabilidades ascendeu a mEuros 45 514.

(e) De acordo com as normas anteriores e a prática no sector bancário em Portugal, a Caixa não registava impostos diferidos. O valor apresentado corresponde ao cálculo dos impostos diferidos relativos a situações já existentes em 31 de Dezembro de 2004 e aos ajustamentos de conversão para IFRS (ver detalhe na Nota 17).

(f) Nas contas apresentadas de acordo com o PCSB, o Grupo registava, pelo método de equivalência patrimonial, as suas participações no Unibanco - União de Bancos Brasileiros e Unibanco Holdings, correspondentes a 4,84% e 12,62%, respectivamente, do seu capital social, mediante

(h) As provisões para crédito concedido eram determinadas de acordo com as regras específicas definidas pelo Banco de Portugal. Com a introdução das IFRS, o Grupo passou a registar imparidade, calculada de acordo com as regras descritas na Nota 2.7. d), no âmbito das quais as perdas por imparidade incorporaram o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade de crédito concedido, apurado pelo Grupo com referência a 1 de Janeiro de 2005, foi superior às provisões constituídas de acordo com as normas anteriores em mEuros 42 292, essencialmente devido ao efeito do desconto referido no parágrafo anterior.

(i) Este impacto resulta essencialmente da valorização ao justo valor de títulos anteriormente registados nas carteiras de investimento e participações financeiras, bem como de investimentos em instrumentos de dívida das Companhias de Seguros do Grupo (ver Nota 2.16.) e apresenta a seguinte composição:

Valorização de instrumentos financeiros classificados em "Activos financeiros disponíveis para venda"	117 788
Valorização de instrumentos financeiros classificados em "Activos Financeiros ao justo valor através de resultados"	19 513
Anulação de mais-valias diferidas na venda de títulos - seguros	494
137 795	

autorização específica do Banco de Portugal. Na transição para IFRS, com referência a 1 de Janeiro de 2004, estas participações foram classificadas na rubrica de "Activos financeiros disponíveis para venda", passando a ser registadas pelo justo valor.

(g) Conforme referido na Nota 2.17, de acordo com as IFRS, o Grupo passou a incluir as comissões cobradas na originação de operações de crédito na sua valorização inicial, sendo reconhecidas em resultados ao longo do período das respectivas operações. Deste modo, foi efectuado um levantamento das comissões cobradas associadas às operações de crédito vivas em 1 de Janeiro de 2005, tendo sido calculado e registado o correspondente ajustamento a efectuar ao custo amortizado dos correspondentes créditos.

Com a adopção da IAS 39 em 1 de Janeiro de 2005, o Grupo transferiu para as rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" a totalidade da carteira de negociação e parte da carteira de investimento. Para a rubrica "Activos financeiros disponíveis para venda" foi transferido o remanescente da carteira de investimento e a totalidade da anterior carteira de participações financeiras, bem como a quase totalidade das carteiras de títulos detidas pelas seguradoras do Grupo.

O impacto de transição resulta, essencialmente, do reconhecimento de mais-valias potenciais na anterior carteira de investimento e no registo de perdas por imparidade em participações financeiras, para além das já reconhecidas de

acordo com o Aviso n.º 4/2002, do Banco de Portugal. Adicionalmente, os títulos de rendimento fixo detidos pelas seguradoras do Grupo eram valorizados ao custo de aquisição, corrigido da amortização linear do prémio ou desconto verificados na aquisição. A valorização dos títulos detidos pelas seguradoras ao justo valor implicou um impacto positivo de mEuros 138 860 com referência a 1 de Janeiro de 2005.

(j) De acordo com o PCSB os swaps de moeda não eram reavaliados. Com a adopção da IAS 39, estes derivados foram valorizados pelo justo valor, tendo sido apurado um impacto de transição positivo de mEuros 5 457.

Adicionalmente, os restantes derivados de cobertura não eram geralmente registados pelo justo valor, em coerência com o tratamento contabilístico atribuído ao elemento coberto. O saldo líquido entre o registo desses derivados pelo justo valor e a valorização dos elementos cobertos, incluindo essencialmente passivos estruturados, correspondeu a um impacto negativo em capitais próprios de mEuros 6 629.

(k) O ajustamento de transição decorrente da adopção da IFRS 4, relativamente aos contratos de seguro emitidos pelo Grupo com referência a 1 de Janeiro de 2005, apresenta a seguinte composição (sem considerar o respectivo efeito fiscal):

efectuar para o Fundo de Acidentes de Trabalho, relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores, as quais constituem pagamentos futuros associados aos contratos de seguro em vigor à data das demonstrações financeiras. O Fundo de Acidentes de Trabalho, gerido pelo Instituto de Seguros de Portugal, suporta os encargos com os incrementos anuais das pensões pagas aos sinistrados deste ramo técnico, sendo as suas receitas constituídas por contribuições das companhias de seguros e dos próprios segurados.

Conforme descrito na Nota 2.16, o Grupo realiza com referência à data das demonstrações financeiras testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor. No que se refere ao ramo vida, estes testes são realizados ao nível de cada produto, sendo a estimativa das responsabilidades comparada com o valor das respectivas provisões matemáticas estatutárias, acrescido de uma *Shadow reserve*. Esta corresponde ao valor das mais-valias potenciais líquidas ainda não distribuídas aos respectivos segurados, já deduzidas da parcela dessas mais-valias atribuível ao Grupo, determinada com base nas condições dos produtos e dos saldos negativos das contas técnicas transitados de exercícios anteriores, recuperáveis a partir das referidas mais-valias. A adopção desta política, com referência a 1 de Janeiro de 2005, teve um impacto líquido negativo nos capitais próprios do Grupo no montante de mEuros 9 237.

Ramos Não-Vida

Anulação de provisões para desvios de sinistralidade	7 842
Registo de provisões para o Fundo de Acidentes de Trabalho	(14 495)
	(6 653)

Ramo Vida

Registo de provisões resultantes do teste de adequacidade de passivos	(28 917)
Apropriação da <i>Shadow reserve</i>	11 261
Perdas nas contas técnicas a recuperar	8 419
	(9 237)
	(15 890)

As provisões para desvios de sinistralidade registadas pelo Grupo à data da adopção da IFRS 4 foram anuladas, dado o registo de provisões para equalização ou para catástrofes ser vedado por esta Norma.

(l) Corresponde ao impacto fiscal dos ajustamentos de transição resultantes da adopção da IAS 39 e da IFRS 4.

Na sequência da adopção da IFRS 4, o Grupo passou a registrar provisões para fazer face aos encargos com as contribuições a





Eduardo Nery

Paisagem: Reconstrução
1985

Pintura acrílica sobre fotografia impressa
em offset, madeira e plátex
240 x 180 cm

(Pormenor)

Relatórios e Pareceres às Contas



Eduardo Nery

Paisagem: Reconstrução,
1985

Pintura acrílica sobre fotografia impressa em
offset, madeira e platex
240 x 180 cm



Caixa Geral
de Depósitos



Relatório de Auditoria

Contas Consolidadas

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e subsidiárias (Caixa ou CGD), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de mEuros 96 245 808 e capital próprio total de mEuros 5 013 657, incluindo um resultado do exercício atribuível ao accionista da CGD de mEuros 733 808, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Caixa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos que lhe são aplicáveis e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de

prestaçao de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Caixa, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos

materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 são

apresentadas para efeitos comparativos e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. O Relatório de Auditoria sobre as mesmas, datado de 2 de Maio de 2006, incluía um ênfase sobre o impacto da adopção em 2005 das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 27 de Março de 2007

Deloitte & Associados, SROC, SA

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420.º e 508.º-D, do Código das Sociedades Comerciais, cumpre à nossa Sociedade emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, da Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2. Acompanhámos de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade, emitindo mensalmente o parecer previsto na alínea c) do n.º 10.º do Aviso n.º 12/92, de 22 de Dezembro, do Banco de Portugal e, trimestralmente, o relatório previsto no n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de Agosto, sendo este último enviado aos Gabinetes dos Senhores Ministro de Estado e das Finanças e Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, com conhecimento do Senhor Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA.

No desenvolvimento dos nossos trabalhos, contámos sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade, em termos de disponibilização das informações que considerámos necessárias.

3. No âmbito do relato do Conselho de Administração ao Banco de Portugal sobre o Sistema de Controlo Interno da CGD, com referência ao exercício de 2005 (Individual e Grupo CGD), executámos os procedimentos necessários para dar satisfação aos números 12.1, 12.2, 20.1 e 20.2 do Aviso n.º 3/2006, do Banco de Portugal, publicado em 9 de Maio, o qual veio proceder à integração num único instrumento regulamentar das disposições da Instrução n.º 72/96, bem como dos procedimentos de controlo interno aplicáveis às actividades e funções centralizadas nos grupos ou desenvolvidas por filiais no estrangeiro.

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos, a nossa Sociedade na qualidade de Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas da CGD emitiu, em 27 de Outubro de 2006 (no prazo previsto pela Carta Circular n.º 59/06/DSBDR, de 7 de Junho, do Banco de Portugal), os seguintes documentos:

i) Parecer do Fiscal Único sobre a Eficácia do Sistema de Gestão de Riscos, do Sistema de Controlo Interno e do Sistema de Auditoria Interna;

ii) Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Adequação do Controlo Interno Subjacente ao Processo de Preparação e Divulgação de Informação Financeira;

iii) Parecer do Fiscal Único sobre a Adequação do Sistema de Controlo Interno do Grupo CGD;

iv) Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Adequação do Controlo Interno Subjacente ao Processo de Preparação e Divulgação de Informação Financeira Consolidada.

Em termos gerais, consideramos que o ambiente de controlo interno existente na CGD (Individual e Grupo), incluindo o subjacente ao "Processo de Preparação e Divulgação da Informação Financeira" (Individual e Consolidada), é adequado à dimensão e à natureza e risco das actividades desenvolvidas, pelo que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os procedimentos de controlo analisados, nas áreas mencionadas nos documentos anexos aos referidos Pareceres, não respondem, de forma razoável, em todos os aspectos materialmente relevantes, aos objectivos descritos nos n.os 6, 12.2 e 17 do Aviso n.º 3/2006, do Banco de Portugal.

No entanto, salientamos que, tendo em conta as limitações inerentes aos sistemas de controlo interno, fraudes ou erros podem ocorrer sem serem detectados.

4. Em termos de decisões tomadas e/ou consumadas no exercício findo, consideramos de salientar as seguintes situações:

i) Na sequência do processo de reorganização da área de crédito especializado do Grupo CGD, iniciado em 2004, foi concretizada a integração operacional da Caixa Crédito SFAC, SA, na Caixa Leasing e Factoring – IFIC, SA, agregando-se numa única empresa os negócios de leasing imobiliário e mobiliário, factoring e crédito ao consumo, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2006.

- ii)** As obrigações "Boats Caravela" foram alienadas em Março de 2006, por 102 milhões de dólares (84,4 milhões de euros, ao câmbio em vigor à data da venda).
- iii)** A CGD concretizou, no primeiro trimestre de 2006, a alienação da participação de 51% do capital social da CGD USA Holding Company Inc, que por sua vez detinha a totalidade do capital social do Crown Bank, pelo montante de 25 milhões de dólares.
- iv)** Em Fevereiro de 2006 foi celebrado um Acordo de Intenções entre a CGD e o Banco Santander Totta (BST) com vista à tomada de uma participação indirecta no capital do Banco Totta de Angola (BTA), instituição financeira controlada até agora pelo BST, situação que implicou a entrega, a título de sinal e princípio de pagamento, do montante de 15 milhões de euros.
- v)** Em reunião da Assembleia-Geral realizada a 12 de Maio de 2006, foi aprovado que o resultado líquido do exercício de 2005, respeitante à actividade individual, no montante de 350,8 milhões de euros, fosse transferido para reserva legal, no montante de 70,1 milhões de euros (20%), conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos da Sociedade, cobertura de resultados transitados (14,6 milhões de euros), para dividendos (195 milhões de euros) e o restante para reservas livres (71,1 milhões de euros).
- vi)** Em 28 de Março de 2006, a CGD adquiriu 1 658 502 acções da Galp Energia, SGPS, SA, representando 1% do capital social daquela sociedade, pelo valor de 50,8 milhões de euros. No dia 3 de Agosto de 2006, a CGD passou a deter 8 292 510 acções, após a realização de um *Stock Split* na proporção de 5 novas acções por cada acção anteriormente detida, mantendo a percentagem de participação no capital social da sociedade.
- vii)** Em Março de 2006, foram alienadas 4 000 000 de acções do Banco Comercial Português, SA, no valor de 10,7 milhões de euros, tendo sido apurada uma mais-valia bruta de 3,6 milhões de euros.
- viii)** Os suprimentos concedidos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA, no montante de 90 milhões de euros (60 milhões de euros referentes à conversão de empréstimos bancários concedidos à sociedade).
- ix)** Em Junho de 2006, ocorreu a realização da segunda tranche de 82,5 milhões de euros, do aumento de capital do Banco Caixa Geral, SA (ex-Banco Simeón, SA), aprovado em 2005 (275 milhões de euros), tendo a CGD realizado o montante de 82,4 milhões de euros. A terceira e última tranche do referido aumento de capital será realizada, pelo mesmo montante, no exercício de 2007.
- x)** Em Dezembro de 2006, a CGD concedeu um empréstimo subordinado à Subsidiária Offshore de Macau, SA, no valor de 120 milhões de patacas macaenses (11,4 milhões de euros ao câmbio em vigor a 31 de Dezembro de 2006). No final de 2006, aquela Sociedade efectuou um aumento de capital no valor de 70 milhões de patacas (6,6 milhões de euros ao câmbio em vigor a 31 de Dezembro de 2006), realizado na totalidade pela CGD, passando o seu capital social para 120 milhões de patacas.
- xi)** A CGD celebrou, em 2006, um contrato envolvendo várias instituições de crédito, com o objectivo de proceder à reestruturação e consolidação financeira do passivo bancário do Grupo Vista Alegre Atlantis (Grupo VAA). Esta operação, no que respeita à CGD, implicou a aquisição de novas acções da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA, no montante total de 4,1 milhões de euros e a contabilização da conversão de parte da dívida contraída pelo Grupo VAA em prestações suplementares no valor de 11,8 milhões de euros. Em 2006, foi registada uma perda por imparidade, pelo montante total das acções e prestações suplementares atrás referido.
- xii)** Em 2006, após análise da recuperabilidade dos activos afectos à Sucursal de Timor Leste, na sequência da instabilidade política vivida naquele país, registaram-se reforços de provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido no valor de 42 milhões de dólares.

xiii) A participação indirecta detida na Nutricafés – Cafés e Restauração, SA, foi alienada na totalidade, no primeiro trimestre de 2006, a um consórcio de fundos de *private equity* liderado pela Explorer Investments, Sociedade de Capital de Risco, SA, pelo montante de 69,1 milhões de euros.

xiv) Em Junho de 2006, ocorreu a fusão por incorporação da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, SA (Compal) na Inbepor – Investimentos em Bebidas Portugal, SGPS, SA (sociedade veículo constituída no exercício anterior), tendo a Inbepor adoptado a denominação, sede, objecto, actividade, operações, activos e passivos da Compal.

xv) A CGD registou, em provisões para riscos e encargos, o montante de 120,3 milhões de euros, para fazer face à contingência fiscal associada à eventual tributação das mais-valias obtidas com a alienação da participação no Banco Itaú relativa aos exercícios de 2000 e 2001, na sequência da decisão da Comissão das Comunidades Europeias, de 4 de Julho de 2006, que considerou o benefício fiscal concedido à CGD, ao abrigo do artigo 32.º-C, do Estatuto dos Benefícios Fiscais (actual artigo 25.º do mesmo Código, entretanto revogado pela Lei n.º 53-A/ 2006, de 29 de Dezembro), incompatível com as normas do Tratado da CE e com o Mercado Comum.

xvi) Em 31 de Dezembro de 2006, de acordo com o estudo actuarial efectuado, as responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência ascendiam a 955,3 milhões de euros e encontravam-se integralmente financiadas. Em 2006, as contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pela CGD ascenderam a 66,7 milhões de euros (9,5 milhões de euros de contribuições extraordinárias).

xvii) As responsabilidades com assistência médica (419,2 milhões de euros) e subsídio por morte antes da idade normal de reforma (2 milhões de euros), apuradas com base no estudo actuarial realizado com referência a 31 de Dezembro de 2006, encontram-se integralmente provisionadas. Encontra-se igualmente provisionado o passivo de 3,5 milhões de euros correspondente ao

impacto da passagem à situação de inactivos de trabalhadores com os quais a CGD celebrou acordos de suspensão de trabalho.

xviii) Em Novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão de Obrigações Hipotecárias até ao montante máximo de 10 mil milhões de euros, ao abrigo do Decreto-lei n.º 59/2006, de 20 de Março. Em 6 de Dezembro de 2006, a CGD realizou a primeira emissão de Obrigações Hipotecárias, no valor de 2 mil milhões de euros, com vencimento em 6 de Dezembro de 2016.

xix) Em Dezembro de 2006, foi constituída a sociedade Wolfpart, SGPS, SA, com capital social de 50 mil euros, subscrito e realizado na sua totalidade pela CGD e concedido um financiamento à nova sociedade, a título de suprimentos não remunerados, no valor de 30 milhões de euros.

xx) A formalização, em Dezembro de 2006, perante o Banco Central do Brasil, da intenção de constituir um novo banco para actuar naquele mercado, com a denominação prevista de Banco Caixa Geral – Brasil, SA.

xxi) As reservas de justo valor para os principais instrumentos de capital, no exercício de 2006, registaram uma valorização de 343,7 milhões de euros, com as mais-valias potenciais a atingirem 433,0 milhões de euros neste exercício (89,3 milhões de euros em 2005).

xxii) O reembolso antecipado da totalidade das Obrigações de Caixa Subordinadas – Renda Mais 2001/2011 (1.ª e 2.ª emissões), no valor de 273,4 milhões de euros. No mesmo período, salientamos a emissão das Obrigações de Caixa Subordinadas CGD 2006/2016 (100 milhões de euros) e a emissão de dívida subordinada através da Sucursal de França, que a 31 de Dezembro de 2006 perfazia 305,6 milhões de euros.

5. Em termos das Contas Individuais da Sociedade, evidenciamos os seguintes indicadores, caracterizadores da actividade no exercício:

i) o activo líquido da sociedade aumentou 8,2 mil milhões de euros face ao exercício anterior, ascendendo a 81,9 mil

milhões de euros. Para este crescimento contribuiu principalmente o Crédito a Clientes (5,9 mil milhões de euros);

ii) os capitais próprios sofreram um acréscimo de 550,2 milhões de euros, influenciado essencialmente pelo aumento das reservas de justo valor (260,2 milhões de euros) e do resultado líquido do exercício (188,8 milhões de euros);

iii) o rácio de solvabilidade, calculado nos termos das normas do Banco de Portugal, registou uma diminuição significativa de 2,1%, situando-se no final do exercício em 8,9%. Esta redução deve-se essencialmente: i) à entrada em vigor de regulamentação relativa à supervisão complementar de instituições de crédito, empresas de seguros e empresas de investimento de um conglomerado financeiro, após transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 2002/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, passando a CGD a deduzir aos fundos próprios o valor das participações em companhias de seguros; e ii) ao facto de as provisões para riscos gerais de crédito apenas poderem ser consideradas como elemento positivo dos fundos próprios, até ao montante que não seja necessário para cobertura de perdas esperadas associadas ao crédito;

iv) o produto bancário assumiu o montante de 2 093,6 milhões de euros (1 772,7 milhões em 2005), registando assim um acréscimo de 320,9 milhões de euros, resultante essencialmente do aumento da margem financeira (290,1 milhões de euros); de referir ainda os aumentos verificados nos rendimentos de instrumentos de capital (122,1 milhões de euros), rendimentos de serviços e comissões líquidos (29,4 milhões de euros) e outros resultados de exploração (22,1 milhões de euros), compensados pela diminuição nos resultados em operações financeiras (142,9 milhões de euros);

v) a evolução positiva do resultado antes de impostos (312,8 milhões de euros), reflecte o comportamento do produto bancário, conforme referido na alínea anterior, atenuado pelo crescimento dos custos com pessoal (28,2 milhões de euros) e amortizações do exercício (19,0 milhões de euros), com as provisões e imparidade

(líquidas de reposições e anulações) a registarem uma diminuição de 38,8 milhões de euros;

vi) o rácio *cost-to-income* situou-se em 50,7%, contra 57,3% no exercício de 2005 (actividade individual);

vii) o crescimento do resultado líquido (188,8 milhões de euros), para além das variações referidas nas alíneas anteriores, está atenuado pelo aumento dos impostos sobre lucros (124,0 milhões de euros), em resultado essencialmente do acréscimo acentuado dos impostos correntes, com destaque para as correções ao lucro tributável referentes às mais-valias na alienação do Banco Itaú.

6. Em relação às contas consolidadas, salientamos os seguintes indicadores caracterizadores da actividade no exercício:

i) o activo líquido consolidado da sociedade cresceu cerca de 9,8 mil milhões de euros face ao ano anterior, situando-se em 96,2 mil milhões de euros. Para este crescimento contribuiu essencialmente o aumento registado no crédito a clientes (7,3 mil milhões de euros) e nas aplicações em títulos (1,8 mil milhões de euros);

ii) o crescimento do crédito e juros vencidos, no montante de 9 milhões de euros, representa uma variação de apenas 0,7% face ao ano anterior. No crédito total, o aumento registado ascendeu a 7 487 milhões de euros (14,6%), com o rácio de crédito vencido relativamente ao crédito total a fixar-se em 2,1%, contra 2,4% no ano anterior; de referir que a imparidade acumulada do crédito a clientes registou um reforço de 155 milhões de euros, situando-se em 1 556 milhões de euros, verificando-se um grau de cobertura do montante do crédito vencido, de 123,2%, contra 111,7% no ano anterior;

iii) os capitais próprios consolidados, incluindo os interesses minoritários, aumentaram cerca de 15,9% (688,4 milhões de euros), atingindo 5 mil milhões de euros. Para este crescimento contribuiu essencialmente, o acréscimo das outras reservas (366,8 milhões de euros) e do resultado líquido do exercício (196,1 milhões de euros);

iv) o rácio de solvabilidade consolidado, calculado nos termos das normas do Banco de Portugal, registou uma diminuição significativa de 1,9%, situando-se no final do exercício em 10,5%. Esta redução justifica-se essencialmente pelo referido na alínea (iii) do ponto 5 do presente relatório e parecer;

v) o produto da actividade bancária e seguradora registou um aumento de 344,4 milhões de euros (+13,1%), ascendendo a 2 969,7 milhões de euros, resultante do crescimento do produto da actividade financeira (270,8 milhões de euros) e da margem técnica da actividade de seguros (73,6 milhões de euros). O aumento do produto da actividade financeira resulta essencialmente do acréscimo da margem financeira alargada (310,3 milhões de euros) e dos outros resultados de exploração (86,0 milhões de euros), compensado pela diminuição nos resultados em operações financeiras (166,5 milhões de euros);

vi) o resultado antes de impostos e de interesses minoritários ascendeu a 986,7 milhões de euros, tendo-se verificado um crescimento de 313,0 milhões de euros em relação ao exercício anterior. Este acréscimo reflecte o comportamento do produto da actividade bancária e seguradora, conforme referido na alínea anterior, atenuado pelo aumento dos custos operativos (164,0 milhões de euros) e das provisões e imparidade do exercício, líquidas de reposições e anulações (59,2 milhões de euros);

vii) o rácio *cost-to-income* situou-se em 54,6%, contra 61,2% no exercício de 2005 (actividade consolidada);

viii) o resultado líquido ascendeu a 733,8 milhões de euros (537,7 milhões de euros em 2005), o que representa um aumento de 36,5% face ao exercício anterior.

7. Ao longo do exercício de 2006, a CGD continuou o processo de reorganização interna da área do controlo dos riscos nas várias vertentes, de modo a adaptar-se aos normativos do Banco de Portugal e às orientações decorrentes da implementação do Novo Acordo de Capital - Basileia II, projectos que temos vindo a acompanhar no âmbito do trabalho sobre o sistema de controlo interno.

No que respeita ao risco operacional, a CGD tem vindo a rever os seus processos e procedimentos internos, de forma a adoptar, progressivamente, as melhores práticas de controlo interno a nível internacional.

Ainda sobre o Programa Basileia II, salientamos que a CGD enviou ao Banco de Portugal, em 31 de Maio de 2006, a candidatura informal ao uso de modelos internos de risco de crédito, a qual foi acompanhada por Parecer emitido pela nossa Sociedade.

8. No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das nossas funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, procedemos à revisão legal das contas individuais e consolidadas da CGD e analisámos o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade, em relação aos quais damos a nossa opinião expressa na Certificação Legal das Contas, suportada pelos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano e nos procedimentos específicos efectuados no final do exercício.

9. Parecer:

Tudo devidamente ponderado, somos de parecer que a Assembleia-Geral:

a) aprove o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2006, actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;

b) pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;

c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no art.º 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

O FISCAL ÚNICO

Lisboa, 23 de Março de 2007

Oliveira Rego & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 81 891 875 milhares de euros e um total de capital próprio de 4 536 644 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 539 563 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu, também, a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Geral de Depósitos, SA, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 23 de Março de 2007

Oliveira Rego & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 96 245 808 milhares de euros e um total de capital próprio de 5 013 657 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 733 808 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão / Auditoria da

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Geral de Depósitos, SA, em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em



conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Ênfase

7. Do perímetro de consolidação da CGD, a nossa Sociedade exerce funções de Revisão Legal de Contas nas empresas Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA, Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, SA, Culturgest – Gestão de Espaços Culturais, SA e Caixanet – Telemática e Comunicações, SA, tendo utilizado a informação disponibilizada pelos revisores/auditores das restantes empresas que integram aquele perímetro de consolidação, para efeitos de formação da nossa opinião expressa no presente documento.

Lisboa, 23 de Março de 2007

Oliveira Rego & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego



Sede

Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa
Tel. (351) 21 795 30 00 - Fax (351) 21 790 50 53
cgd@cgd.pt

Direcção de Comunicação

Tel. (351) 21 790 50 03 - Fax (351) 21 790 50 53
dcm@cgd.pt

www.cgd.pt